UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

DHIEGO ANTONIO DE MEDEIROS

**FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
AGENTES DE CRÉDITO, TÉCNICAS E NORMAS BANCÁRIAS.
UM EXEMPLO EM ALAGOAS**

Versão corrigida

São Paulo
2013

DHIEGO ANTONIO DE MEDEIROS

**FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA:
AGENTES DE CRÉDITO, TÉCNICAS E NORMAS BANCÁRIAS.
UM EXEMPLO EM ALAGOAS**

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

De acordo,

Profa. Dra. Maria Adélia A. de Souza
(Orientadora)

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M488f Medeiros, Dhiego Antonio de
 Financeirização do território e circuitos da
 economia urbana: agentes de crédito, técnicas e
 normas bancárias. Um exemplo em Alagoas / Dhiego
 Antonio de Medeiros ; orientadora Maria Adélia
 Aparecida de Souza. - São Paulo, 2013.
 275 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Financeirização do território. 2. Circuitos da
economia urbana. 3. Normas. 4. Agentes de crédito.
5. Alagoas. I. Souza, Maria Adélia Aparecida de,
orient. II. Título.

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 8136 - 7352037 - 1 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Dissertação do(a) Senhor(a) Dhiego Antonio de Medeiros no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 11 dias do mês de dezembro de 2013, no(a) Sala de Eventos realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Dhiego Antonio de Medeiros, apresentada para a obtenção do título de Mestre intitulada:

"Financeirização do território e circuitos da economia urbana: Agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas."

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Maria Adélia Aparecida de Souza	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Fabio Betioli Contel	Titular	FFLCH - USP	Aprovado
Antonio Alfredo Teles de Carvalho	Titular	UNEAL - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

Eu, Aline Nogueira Marques _____, lavrei o presente relatório, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 11 dias do mês de dezembro de 2013.

Fabio Betioli Contel

Antonio Alfredo Teles de Carvalho

Maria Adélia Aparecida de Souza
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 12/12/2013, e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestre em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação,
Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva
Presidente da Comissão de Pós-Graduação
FFLCH-USP

Ao Povo brasileiro é dedicado este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ainda que constitua uma empreitada solitária, um trabalho de pesquisa constitui igualmente uma obra coletiva que antecede o ingresso na Pós-Graduação. Dessa forma, são muitas as pessoas que contribuíram na caminhada que culminou com o presente trabalho e a quem serei sempre grato:

Ao meu pai, *Antonio Ramiro da Silva*, pela desmedida generosidade, carinho e apoio de sempre.

À minha mãe, *Maria Cícera Ramiro de Medeiros*, pelo amor, apoio e esforço incondicional e para que eu chegasse até aqui.

À minha irmã, *Sandra Michele Ramiro de Medeiros*, meu orgulho e inspiração.

À minha sobrinha, *Ranya Mirelle Santos de Medeiros*, pela alegria e amor que traz a minha vida, sempre!

Agradeço aos *Professores da Universidade Estadual de Alagoas*, pelos ensinamentos e apoio de sempre.

Aos amigos *Odilon, Maria Edney, Gabriel e Guilherme* (Família Máximo), pelo amor e carinho para comigo, em especial, da nossa temporada em São Paulo.

Aos amigos *Valdenir Máximo e Ana Horta* pelo carinho e apoio.

Aos *colegas* do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan), pelo carinho e convívio de muito aprendizado.

À *Ana Elisa Rodrigues Pereira*, agradeço pela “acolhida” no LABOPLAN e pela ajuda nos vários momentos da realização desta pesquisa.

Agradeço aos amigos do Grupo Josué de Castro, *Sidinei, Paul, Dênis, Ana Paula e Tairan* pelas conversas e discussões sobre a pesquisa.

Ao amigo *Luã Karll de Oliveira*, agradeço pela ajuda em várias etapas desta pesquisa, sobretudo, durante a realização do trabalho de campo.

À *Diêgo Paz*, agradeço pelos diálogos sobre a pesquisa como também a paciência durante a elaboração cartográfica.

Agradeço aos amigos *Daniel Huertas* e *Emerson Euzébio*, pelo apoio e discussões sempre no decorrer da pesquisa.

À *Robson de Farias Silva* (*in memoriam*) pela amizade para toda vida.

À *Willian* e *Lívia*, pela companhia e amizade de sempre, fundamentais nessa temporada em São Paulo.

Ao Presidente da ANEPS, o Sr. *Edison João Costa* pela significativa contribuição com a entrevista concedida e disponibilização de material para a pesquisa.

Ao Presidente da ABBC, o Sr. *Renato Oliva*, pela importante pela entrevista e materiais que muito contribuíram para a consecução do trabalho.

À *Jane Roberta de Assis Barbosa*, um agradecimento especial, pela amizade sincera, carinho e ajuda com as diversas discussões durante todo o andamento deste trabalho.

À *Jordana Medeiros Costa* e *Jonathan Marcelino*, agradeço pela ajuda com a cópia de parte bibliografia encontrada apenas na biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aos agentes de crédito, agradeço pela disposição em colaborar com o trabalho.

À *Universidade de São Paulo*, agradeço pela possibilidade de realizar este trabalho, e viver intensamente o ambiente acadêmico, dispondo de toda estrutura possível: residência, bibliotecas, restaurante, hospital. E claro, a possibilidade de conhecer a cidade de São Paulo, com os encantos e contradições que lhes são peculiares.

Aos amigos Cruspianos, *Jodonai Barbosa* e *Ivan Rocha*, pelas conversas, cafés e apoio nessa caminhada em São Paulo.

À *Alexandra Maria Pereira*, um agradecimento especial, pela companhia, amor e apoio durante essa jornada.

Ao *Fábio Brito da Silva* e *Diêgo Rodrigues da Silva*, um agradecimento especial pela pelas discussões sempre profícuas e a amizade construída.

Aos Professores *Fábio Contel*, *Mónica Arroyo*, *María Laura Silveira* e *Armen Mamigonian*, pelas conversas, discussões e pela amizade.

Ao Professor *Márcio Cataia*, pela leitura atenciosa do exame de qualificação, críticas e sugestões que contribuíram significativamente a consecução da pesquisa.

À Professora *Maria Adélia Aparecida de Souza*, por me receber em São Paulo, pela amizade e, sobretudo pelo que representa para mim, como ser humano e profissional apaixonada pelo que faz: uma vida dedicada à ciência geográfica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que me permitiu desenvolver a pesquisa.

Os erros contidos na presente versão são de responsabilidade minha, totalmente. Os assumo por inteiro.

Dessa forma, fica o ensinamento da poetisa Cora Coralina: “*O que vale não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.*”

Não há entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos.

Karl Marx

RESUMO

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana**: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O processo de diversificação da topologia bancária brasileira iniciado na década de 1990 com o Plano Real foi ancorado numa política de privatização e desnacionalização dos entes financeiros e chegou ao ápice no ano de 2003, mediante a Resolução n. 3.156, emitida pelo Banco Central do Brasil, propiciando o uso dos serviços de correspondentes no País a qualquer instituição financeira. Se por um lado, tal medida estava estreitamente ligada à política de bancarização levada a efeito pelo Governo Federal (que passaria a fazer uso da rede de correspondentes para distribuição de recursos a segmentos da população que historicamente viviam à margem do sistema bancário tradicional), por outro, serviu de alavanca a diversas instituições financeiras, especialmente os bancos de pequeno e médio portes que, desprovidos de uma rede de agências, encontraram no correspondente uma forma de ampliação de sua capilaridade. Nesse sentido, a prestação do serviço bancário com distintos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho expressa novas relações de complementaridade entre os circuitos (superior, superior marginal e inferior) da economia urbana, ao mesmo tempo em que altera o papel exercido pelo banco, anteriormente único responsável pelas atividades do circuito superior. Nessa perspectiva, buscou-se, no presente trabalho, entender as relações entre o sistema bancário e os circuitos da economia urbana no processo de autonomização da esfera financeira no território brasileiro, tomando como exemplo o estado de Alagoas. Para tanto, fez-se necessário uma avaliação das topologias que expressam a rede bancária no território alagoano, considerando-se a base material, os produtos financeiros e a prestação dos serviços. A partir de pesquisa de campo nos municípios de Girau do Ponciano, Campo Grande e Traipu foi possível identificar que a concessão de crédito consignado se realiza através de novos nexos entre o circuito superior (o banco), o superior marginal (as promotoras de crédito e os correspondentes, que são empresas terceirizadas) e o inferior (o agente de crédito, que representa a garantia dos lucros de uma parte considerável de bancos que vendem seus produtos sem possuir uma única agência no estado). Dessa forma, desvelou-se o acirramento da divisão do trabalho bancário e o processo de espoliação, centrado no aumento vertiginoso do consumo de dinheiro concomitante ao crescente endividamento. Esse processo denota a perpetuação do circuito inferior, tanto no que concerne ao consumo quanto à própria prestação do serviço, ou seja, a realização do trabalho.

Palavras-chave: Financeirização do território. Circuitos da economia urbana. Sistema bancário. Normas. Agentes de crédito. Alagoas.

ABSTRACT

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financialization of the territory and circuits of the urban economy**: loan officers, techniques and banking standards. An example in Alagoas. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The process of diversification of the Brazilian banking topology started in the 1990s with the Real Plan, was anchored in a privatization and denationalization policy of the financial entities which came to a head in 2003, by Resolution no. 3156, issued by the Central Bank of Brazil, allowing the use of corresponding services in the country by any financial institution. On one hand, such a measure was closely linked to the banking policy carried out by the Federal Government (which would make use of the matching network for the distribution of resources to segments of the population that historically lived on the margins of the traditional banking system) in the other, served as a lever to various financial institutions, especially small and medium banks devoid of a network of agencies, met in the corresponding a way to expand its capillarity. In this sense, the provision of banking services with different levels of capital, technology, work and organization express new relations of complementarity between the circuits (upper, upper marginal and lower) of the urban economy, while amending the role played by the bank that was previously solely responsible for the activities of the upper circuit. In this perspective, we sought in the present work, to understand the relationship between the banking system and the circuits of the urban economy in the process of empowerment of the financial sphere in Brazil, taking as an example the state of Alagoas. To do so, it was necessary an evaluation of topologies expressing banking network in Alagoas' territory, considering the base material, financial products and provision of services. From field research in the counties of Girau Ponciano, Campo Grande and Traipu was possible to identify that the granting of payroll loans is done through new connections between the upper circuit (the bank), the upper marginal (promoters and credit correspondents, who are subcontractors) and the bottom (lower) (the loan officer, who is the guarantee of the profits of a considerable part of banks that sell their products without having a single agency in the state). Thus, was unveiled the intensification of the banking division of labor and dispossession process, centered on the rise of money consumption concomitant with increasing debt. This process denotes the perpetuation of the lower circuit, both as regards consumption as to provide the service itself, in other words, the work realization.

Keywords: Territory financialization. Circuits of the urban economy. Banking system. Standards. Loan officers. Alagoas.

RESUMEN

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financiarización del territorio y circuitos de la economía urbana**: agentes de crédito, técnicas y normas bancarias .Un ejemplo en Alagoas. 2013. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

El proceso de diversificación de la topología bancaria brasileña se inició en la década de 1990 con el Plan Real, fue anclado en la política de privatización y desnacionalización de las entidades financieras y a su punto culminante en 2003, mediante la Resolución no. 3156, emitida por el Banco Central de Brasil, que permite el uso de los servicios correspondientes en el país por cualquier institución financiera. Por un lado, tal medida está estrechamente vinculada a la política bancaria llevada a cabo por el Gobierno Federal (lo que haría uso de la red de adaptación para la distribución de recursos a los segmentos de la población que históricamente vivían en los márgenes del sistema bancario tradicional) en el otro sirve como palanca para varias instituciones financieras, especialmente los bancos pequeños y medianos que carecen de una red de agencias, encuentran en el correspondiente una forma de ampliar su capilaridad. En este sentido, la prestación de servicios bancarios con los diferentes niveles de capital, tecnología, organización y trabajo expresan nuevas relaciones de complementariedad entre los circuitos (superior, inferior y superior marginal) de la economía urbana, mientras que la modificación de la función desempeñada por el banco anteriormente el único responsable de las actividades del circuito superior. En esta perspectiva, hemos tratado en el presente trabajo, de entender la relación entre el sistema bancario y los circuitos de la economía urbana en el proceso de independencia de la esfera financiera en Brasil, tomando como ejemplo el estado de Alagoas. Para esto, fue necesario una evaluación de las topologías que expresan la red bancaria en el territorio de Alagoas, teniendo en cuenta el material de base, los productos financieros y la prestación de servicios. De la investigación de campo en los municipios de Girau Ponciano, Campo Grande y Traipu fue posible identificar que la concesión de préstamos de nómina se realiza a través de nuevas conexiones entre el circuito superior (el banco), la parte superior marginal (promotores y crédito corresponsales, que son subcontratistas) y el fondo (el oficial de crédito, que es la garantía de los beneficios de una parte considerable de los bancos que venden sus productos sin tener una sola agencia en el estado). Por lo tanto, dio a conocer la intensificación de la división del trabajo bancario y el proceso de desposesión, centrado en el fuerte aumento de consumo de dinero concomitante con el aumento de las deudas. Este proceso indica la perpetuación del circuito inferior, tanto en lo que se refiere al consumo como de proporcionar el servicio en sí, es decir, la realización del trabajo.

Palabras clave: Financiarización del territorio. Circuitos de la economía urbana. Sistema bancario. Normas. Oficiales de crédito. Alagoas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Agência-barco da Caixa Econômica Federal (2011)	81
Figura 2 – Elementos dos dois circuitos	113
Figura 3 – ATM móvel	129
Figura 4 – Correspondente do Banco Bradesco	176
Figura 5 – Campo Grande/AL: correspondente no País	211
Figura 6 – Traipu/AL: instalações de um agente de crédito na cidade de Traipu ..	213
Figura 7 – Elementos dos circuitos da venda de crédito consignado	222

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: evolução do crédito (2002-2012)	119
Gráfico 2 – Brasil: evolução do número de ATM's por localização (2002-2011)	127
Gráfico 3 – Brasil: transações com <i>internet banking</i> (2008-2012)	133
Gráfico 4 – Brasil: transações com <i>mobile banking</i> (2008-2012)	137
Gráfico 5 – Alagoas: evolução do número de correspondentes (2002-2013)	173
Gráfico 6 – Brasil: evolução da quantidade de instalações autorizadas a executar os produtos financeiros do Inciso V (2007-2013)	198
Gráfico 7 – Brasil: número de agentes de correspondentes por faixa etária (2012)	204
Gráfico 8 – Brasil: investimentos em tecnologia nos bancos (200-2012)	205
Gráfico 9 – Brasil: evolução do número de trabalhadores bancários (1994-2012).	229
Gráfico 10 – Brasil: evolução do crédito consignado (2008-2013)	238
Gráfico 11 – Brasil: taxa de inadimplência de pessoa física (2003-2013)	241

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Alagoas: zonas de influência das cidades a partir da atividade bancária (1956)	49
Mapa 2 – Alagoas: bancos responsáveis pela administração das folhas de pagamento das prefeituras municipais (2013)	70
Mapa 3 - Alagoas: distribuição dos fixos geográficos da Caixa Econômica Federal (2013)	83
Mapa 4 – Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco do Brasil (2013)	87
Mapa 5 – Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco Bradesco (2013)	91
Mapa 6 – Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco do Nordeste do Brasil (2013)	94
Mapa 7 – Alagoas: bancos com número reduzido de fixos geográficos tradicionais (2013)	98
Mapa 8 – Alagoas: bancos com uma capilaridade restrita à Maceió (2013)	103
Mapa 9 – Alagoas: empresas emissoras dos cartões Co-branded, Private Label e Open Privat Label (2013)	150
Mapa 10 – Alagoas: distribuição dos correspondentes (Bradesco Expresso) do Banco Bradesco (2013)	178
Mapa 11 – Alagoas: distribuição dos correspondentes (Banco Postal) do Banco do Brasil (2013)	182
Mapa 12 – Alagoas: distribuição dos correspondentes do Banco do Brasil (2013)	184
Mapa 13 – Alagoas: distribuição dos correspondentes (Casa Lotérica) da Caixa Econômica Federal (2013)	187
Mapa 14 – Alagoas: distribuição dos correspondentes (Caixa Aqui) da Caixa Econômica Federal (2013)	189
Mapa 15 – Alagoas: distribuição dos correspondentes (PagPerto) do Banco Santander (2013)	191
Mapa 16 – Alagoas: distribuição dos correspondentes do HSBC Bank Brasil (2013)	193
Mapa 17 – Alagoas: raio de ação dos Agentes de crédito dos municípios de Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande (2013)	218
Mapa 18 – Alagoas: bancos conveniados às prefeituras municipais para concessão de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento (2013)	223

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pierre Monbeig: caminhos para pesquisas	26
Quadro 2 – Roberto Lobato Corrêa: questões e sugestões para novos estudos ...	33
Quadro 3 – Produção acadêmica sobre finanças na geografia brasileira (1965-2012)	35
Quadro 4 – Produção acadêmica sobre finanças na geografia brasileira (1997-2011)	36
Quadro 5 – Alagoas: distribuição dos bancos por município (1968)	64
Quadro 6 – Alagoas: tipo de carteira e origem dos bancos com agências instaladas (2013)	75
Quadro 7 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos	110
Quadro 8 – Alagoas: empresas e seus respectivos tipos de cartão de uso	144
Quadro 9 – Arranjos organizacionais entre varejistas e instituições financeiras (2013)	147
Quadro 10 – Padrões flexíveis de trabalho segundo Martin Carnoy	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: número de estabelecimentos bancários (1946-1964)	46
Tabela 2 – Evolução dos fixos bancários tradicionais em Alagoas (1994-2013) ...	77
Tabela 3 – Brasil: evolução do número de correspondentes (2000-2013)	166
Tabela 4 – Valores ofertados por cada instituição em bilhões de R\$ (2013)	180
Tabela 5 – Alagoas: percentual do rendimento mensal de pessoas com 10 ou mais anos de idade (2010)	209
Tabela 6 – Percentual de sistemas técnicos usados por agentes (2013)	216
Tabela 7 – INSS: tabela de empréstimos	221
Tabela 8 – Brasil: evolução do número de famílias (2004-2012)	244

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBC	Associação Brasileira de Bancos
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEPS	Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País
ATM	Automatic Teller Machine
BACEN	Banco Central do Brasil
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BB	Banco do Brasil
BIC BANCO	Banco Industrial e Comercial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento
BRADESCO	Banco Bradesco
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CEF	Caixa Econômica Federal
CETIC	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
CPD	Centro de Processamento de Dados
CRM	Customer Relationship Management
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Financiamento Estudantil
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GPRS	General Packet Radio Service
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

IVR	Interactive Voice Response
MPS	Ministério da Previdência Social
PAA	Posto de Atendimento Avançado
PAB	Posto de Atendimento Bancário
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POS	Point of Service
PRODUBAN	Banco da Produção do Estado de Alagoas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SCFI	Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento
SEFAZ-AL	Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas
SERASA	Serasa Experian
SGS	Sistema Gerenciador de Séries Temporais
SMS	Short Messaging Service
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
URA	Unidade de Resposta Audível
USP	Universidade de São Paulo
WAP	Wireless Access Protocol

SUMÁRIO

Introdução	20
▪ <i>Estado da arte</i>	<i>22</i>
▪ <i>Objetivos, hipótese e composição da dissertação</i>	<i>38</i>
Capítulo 1. Formação da rede bancária em Alagoas: das configurações pretéritas à globalização	40
▪ <i>Técnicas, normas e a constituição da rede bancária em Alagoas</i>	<i>41</i>
▪ <i>Rigidez normativa e rearranjos do circuito superior das instituições financeiras no território</i>	<i>63</i>
Capítulo 2. Atividade bancária e circuitos da economia urbana em Alagoas	72
▪ <i>Densidade e rarefação dos fixos geográficos financeiros tradicionais</i>	<i>73</i>
▪ <i>O crédito bancário como variável característica dos circuitos da economia urbana no período vigente</i>	<i>109</i>
Capítulo 3. Uso corporativo do território alagoano e a hipercapilaridade das finanças	121
▪ <i>Novas topologias bancárias e o uso corporativo do território</i>	<i>122</i>
▪ <i>O “dinheiro de plástico” e a dialética dos circuitos da economia urbana</i>	<i>139</i>
Capítulo 4. “Correspondentes no País”: uma forma-conteúdo do Sistema Financeiro Nacional	153
▪ <i>“Correspondentes no País”: uma periodização</i>	<i>154</i>
▪ <i>Proeminência dos correspondentes nas zonas opacas do território alagoano ...</i>	<i>169</i>
Capítulo 5. Agentes de crédito: um nexos entre os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras	200
▪ <i>Agentes de crédito: uma providência das instituições financeiras?</i>	<i>201</i>
▪ <i>Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande nas Alagoas: uma situação geográfica para a cognoscibilidade do universo dos agentes de crédito</i>	<i>208</i>
Capítulo 6. Divisão do trabalho e ação do capital em tempos de globalização perversa	225
▪ <i>Regulações flexíveis e o acirramento da divisão do trabalho no mundo dos bancos</i>	<i>226</i>
▪ <i>Apontamentos acerca da relação do Sistema Financeiro Nacional com a população de baixa renda</i>	<i>235</i>
Um desfecho possível	246
Referências	249
Apêndices	271

Introdução

Um atributo da Geografia Humana que expressa a sua grandeza como campo do conhecimento é a capacidade que possui de acompanhar e analisar a realidade, conforme pode-se perceber através do extenso elenco de temas investigados ao longo da sua história, ou aqueles mais recentemente adicionados à agenda de pesquisa do geógrafo. Por conseguinte, a cada nova pesquisa, reformular o conhecimento, atualizá-lo, torná-lo congruente com as características do mundo do presente, consiste em um novo desafio e, também, em novas formas de enxergar o mundo a partir da empiricização do lugar.

Eis um caminho de método e um dos princípios norteadores desta dissertação na apreensão daquilo que Jean Brunhes, há mais de um século denominou de *les faits de la réalité géographique*. Neste intento, relacionados à variável dominante do período vigente, a finança. Entretanto, a clareza de que os fatos são apenas abstrações do real permitiu trilhar em uma perspectiva do estudo geográfico da financeirização do território, entendida, aqui como um processo intimamente ligado ao modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a escrita destas palavras iniciais exigiu uma profunda reflexão a propósito das etapas do desenvolvimento científico da pesquisa, assim como a constituição de um sistema coerente de ideias que permitisse seguir um caminho em busca da compreensão e interpretação, conforme sugeriu George (1972), de *maneira geográfica*, da atuação do sistema financeiro e bancário num espaço dividido, mas não dissociados, por dois circuitos, que ressalte-se, expressam as desigualdades, assinaladas por Souza (2002) como *socioespaciais*. Traduzidas territorialmente nas paisagens que de longe, refletem as condições de vida da população brasileira e, alagoana em particular.

Destarte, uma apresentação do veio que dimanou nesta dissertação, far-se-á aqui, em dois eixos que pretendem exprimir o movimento incessante na construção do conhecimento. São eles: *Estado da arte*, que consiste numa revisitação à literatura inerente ao tema das finanças na geografia brasileira, bem como a verificação das lacunas no conhecimento e a indicação do problema investigado; *Objetivos, hipótese e apontamentos metodológicos*, reveladores dos principais anseios, conjecturas que desvelam as acepções teóricas e a visão de mundo intrínsecas ao processo de pesquisa; por fim, *composição da dissertação*, uma breve apresentação dos capítulos que formam o conjunto deste trabalho.

▪ *Estado da arte*

As primeiras pistas indicativas de um possível interesse dos geógrafos pela inserção do tema das finanças na estrutura de domínio de sua disciplina são encontradas na França, no precioso trabalho de Jean Brunhes, *La géographie humaine*. Mais precisamente, em sua terceira edição publicada em 1925, o autor inseriu um apêndice¹ onde apresentou uma proposta de classificação sumária dos estudos de geografia humana, atribuindo um importante papel a geografia econômica, como um subcampo da geografia humana, comportando os estudos sobre produção, circulação e trocas. Esta última, dividiu-se em duas subáreas: os mercados de matérias-primas e, *princípios e fundamentos da geografia financeira*.

Nessa perspectiva, foi na Geografia Clássica, nos denominados estudos regionais franceses que começou a ser notada, em certa medida, uma preocupação dos geógrafos para com o papel das finanças no território. A guisa de exemplo, vale mencionar os estudos desenvolvidos por Jean Dresch, *Sur une géographie des investissements de capitaux. L'exemple de l'Afrique Noire*, de 1946; Jean Labasse, *Méthodologie et géographie des investissements*, de 1949, e Michel Rochefort, *La pénétration des capitaux bourgeois dans la campagne autunoise. Ses conséquences sur l'habitat et la structure agraire*, de 1950, que consistem em afortunadas contribuições à internalização do tema na agenda de pesquisa da geografia francesa.

A propósito, também é importante mencionar o artigo de Pierre Monbeig *O estudo geográfico das cidades*, publicado em 1941, onde o autor apresenta os primeiros indícios de um tratamento científico do tema das finanças nos estudos da geografia brasileira e, decerto, reflete o espírito da geografia há muito, praticada na França. De acordo com as palavras de Abreu (1994, p. 25) foi a “[...] obra metodológica que viria orientar o pensamento de inúmeros geógrafos brasileiros por mais de um quartel de século.”

Portanto, a propositura da elaboração da monografia urbana (que tinha como um dos elementos que as compunha o estudo da estrutura espacial das funções

¹ Nesse sentido, vale aludir que o apêndice inserido na terceira edição do livro de Brunhes, é uma síntese de um denso ensaio intitulado *Human geography*, acerca da história da geografia humana, escrito a pedido do historiador norte-americano Harry Elmer Barnes que organizou o livro *The history and prospects of the social sciences*, publicando-o como capítulo II do referido livro no ano de 1925.

urbanas), revela de forma inequívoca, a sua forte vinculação à escola geográfica do seu país. Por conseguinte, é nítida a preocupação de Monbeig com o estudo da função bancária como elemento propulsor do crescimento da cidade, conforme percebe-se na citação a seguir

Um mercado, um nó de comunicações, uma indústria, tudo isso supõe o nervo da guerra: o dinheiro. A *função bancária* das cidades é um aspecto que seria errado desprezar. Pois, falar dos homens e de suas casas é bom, mas se se esquece o dinheiro, nada se disse e apenas se mostraram corpos inertes. Por isso, o papel da cidade como centro bancário é também objeto de investigação. Como e com que fundos foram criados os bancos? Que tipos de homens tiveram a iniciativa (seus nomes não têm importância em si)? Não ajudaram êsses bancos o desenvolvimento da cidade, pelo auxílio dado aos industriais, aos comerciantes, aos construtores de casas? Dir-se-á que nos afastamos demasiado do meio natural. Mas, se se admite que o homem é um agente geográfico, que ele age sobre a matéria natural como uma força natural e que, na nossa civilização, o dinheiro é o instrumento capital do homem, não vejo razão alguma para excluí-lo da geografia. (MONBEIG, 1941, p. 29-30, grifo do autor).

Chamando a atenção para uma possível disputa teórico-metodológica travada por duas propostas científicas, a saber: Geografia Humana (monografia urbana) e Ecologia Humana (abordagem processual), quanto à maneira de estudar a cidade no meio universitário brasileiro na década de 1940, Maurício de Abreu discorre sobre o artigo pioneiro de Monbeig. Com efeito, chama a atenção sobre a passagem acima citada, tida como expressão das limitações e restrições do método específico de trabalho praticado no Brasil, proveniente da então denominada Geografia Moderna, que, segundo esse autor, não tinha como uma de suas prioridades a compreensão dos processos sociais:

Com essa frase, ele pretendia realçar a importância do capital financeiro no crescimento das cidades da zona pioneira paulista mas, julgando estar saindo dos limites de um trabalho geográfico, **logo cortou a discussão desta forma**: “Dir-se-á que nos afastamos (com esta discussão) demasiado do meio natural ...” (Monbeig, 1941b, p. 23). (ABREU, 1994, p. 31, grifo nosso).

Ora, há que se dissentir do exame feito pelo prestigioso geógrafo acerca desse ponto da obra de Monbeig, especialmente porque não há um corte na discussão, ainda, de forma embrionária apontada pelo geógrafo francês em seu ensaio metodológico. Ao contrário, o acompanhamento dos seus escritos como, por exemplo, sua tese de doutoramento publicada como livro em 1952, intitulada *Pionniers et planteurs de São Paulo*, reforça o argumento aqui alimentado, de que o

autor não se restringe a proposição de apenas um estudo da função bancária da cidade. Mas vai além, oferecendo bases à adição de um tema na agenda de pesquisa geográfica.

Não é difícil admitir-se a asserção acima quando se verifica, por exemplo, no capítulo II da segunda parte do livro I da sua tese, intitulado *O jogo dos fatores econômicos*, que com extraordinária clarividência, traça um panorama da dinâmica da economia cafeeira no Brasil desde fins do século XIX até o quarto decênio do XX, tornando inteligíveis suas flutuações e crises sempre acompanhadas da penetração do capital estrangeiro no negócio pioneiro por meio da multiplicação de bancos, sociedades de crédito de toda natureza e, principalmente as sociedades anônimas no estado de São Paulo.

Já no livro III do mesmo trabalho, especialmente nos capítulos, I – *A terra antes do desbravamento: os planos de colonização* e, V – *As cidades da franja pioneira*, Monbeig explica o movimento da franja pioneira através do prisma da divisão do trabalho a partir de uma rica distinção entre fazendeiro e sitiante, assim como suas diferentes condições econômicas e de acesso ao crédito via sistema bancário. Este último, da mesma forma que o próprio crédito, seja ele institucional ou não, se constitui em peça-chave para Monbeig explicar tanto o funcionamento interno da economia cafeeira, quanto os mecanismos que a regem:

Somos tentados a escrever que houve ruptura entre a agricultura e as finanças. A primeira é, cada vez mais, atividade de gente modesta, e, em menor escala, de grandes fazendeiros. A potencialidade financeira, se não escapou completamente dos ricos fazendeiros-comerciantes, tornou-se cada vez mais anônima. Pertence a esse tipo de organizações que controlam tudo e não produzem nada. É mais lucrativo para as grandes empresas transportar, comerciar e financiar, do que plantar. Deixou-se a agricultura com suas incertezas aos fazendeiros obstinados e aos sítiantes. Elas conservaram, agrupados, todos os meios de controle. (MONBEIG, [1952] 1984, p. 240).

Assim, a finança ganha longevidade no pensamento de Monbeig, que sem abdicar de um fazer geográfico comprometido com a realidade, explicada por meio da combinação dos vários elementos que a integra, descortinou as engrenagens que regeram o movimento pioneiro transformando-o num negócio internacional. Logo, não é demais afirmar que a tese de Monbeig torna evidente as mudanças e

rupturas² com o método clássico das monografias regionais, por um estudo dos gêneros de vida.

Nesse caminhar, a tese de doutoramento de Jean Labasse, *Les capitaux et la région. Étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*, publicada em forma de livro em 1955, inseriu em definitivo, o tema das finanças nos estudos geográficos. Um dos méritos do referido estudo está na consideração/sistematização do “financeiro” (redes bancárias) às demais atividades (agrícola, industrial) à luz do quadro de vida regional. Expressando, portanto, a organização do espaço e a vitalidade econômica de suas regiões e assim, relacionando a noção de rede bancária à de rede urbana e compreendendo a circulação de capitais.

O estudo clássico ora mencionado se constitui num divisor de águas, não somente para a geografia francesa, mas para os estudos geográficos em geral. Sobretudo, porque até meados do século passado, os estudos geográficos, salvo honrosas exceções³, pouco ou nenhuma atenção deram a finança, que só discretamente era indicada em pouquíssimas monografias regionais assim como nos compêndios de geografia, que discretamente consideravam os mecanismos econômicos como elemento da seara do geógrafo. Logo, não por acaso, Maximilien Sorre (1955, p. 413) reconhece o pioneirismo do trabalho de Labasse, afirmando categoricamente, ser o mesmo “[...] o primeiro em um campo inexplorado.”

Já o ensaio inédito de Pierre Monbeig, intitulado *Capital e geografia*, publicado em 1957 na coletânea *Novos estudos de geografia humana brasileira*, que reuniu diversos estudos do autor, publicados anteriormente em periódicos, consiste numa importante contribuição para a conquista de espaço do tema das finanças na agenda de pesquisa dos geógrafos brasileiros. Para Monbeig (1957, p. 215): “Não se pode deixar de ficar surpreso com a pouca atenção dada a um dos fatores geográficos mais eficientes: o capital.”

No aludido ensaio, Monbeig elabora uma agenda de pesquisa para o estudo geográfico do capital, indicando diversas questões passíveis de investigação,

² A esse respeito deve-se conhecer os estudos de Ab’Saber (1994), Andrade (2011) e Silva (2002).

³ Ainda que desprovidos a pretensão de apresentarem uma explicação do papel dos bancos e do sistema de crédito vigentes no período, como o fizera Monbeig, os trabalhos de Denis ([1908] 1911) e Carvalho (1910), ancorados na noção de “desenvolvimento econômico” compõem um grupo restrito de estudos que de forma pioneira, trataram dos mecanismos financeiros nos estudos geográficos.

acompanhadas de inúmeras recomendações de cunho metodológico, conforme pode-se ver, de forma simplificada, no quadro a seguir:

Quadro 1 – Pierre Monbeig: caminhos para pesquisas

1. O papel do capital na existência de um gênero de vida ou no funcionamento de um sistema de cultura.
 - 1.1 Investigar os processos de financiamento das atividades agrícolas.
 - 1.2 Elaborar uma cartografia baseada nos modos de utilização do capital.
2. Região bancária.
 - 2.1 Estudar a rede e os mecanismos de funcionamento dos bancos de Minas Gerais.
 - 2.2 Elaborar cartografia do raio de ação de cada banco.
3. Fenômenos de concentração econômica e financeira.
 - 3.1 Compreender a dimensão dos empreendimentos industriais, comerciais e bancários.
 - 3.2 Estudar a influência geográfica dos preços.
4. A ação geográfica dos grandes grupos.
 - 4.1 Identificar a origem dos investimentos (capitais).
 - 4.2 Avaliar as consequências (efeitos econômicos e sociais) geográficas dos investimentos.
 - 4.3 Estudar a geografia do capital paulista e as modalidades pelas quais este participa das economias regionais.

Fonte: Monbeig (1957, p. 219-235).

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros

Não obstante, o autor, é sintomático ao referir-se às dificuldades encontradas para o estudo do tema tratado e, como crítica aos geógrafos do país, destaca a importância de um geógrafo brasileiro, como uma voz solitária, mas atenta no que concerne ao papel do capital nos estudos geográficos, conforme pode-se atestar na passagem a seguir:

No estado atual das pesquisas não se pode cogitar sequer de um esboço de geografia do capital. Sòmente nos apercebemos que êste último, o capital, é – para usar, ligeiramente modificada, a fórmula do Prof. Aroldo de Azevedo – um grande desconhecido dos geógrafos. (MONBEIG, 1957, p. 217-218).

Ao que parece, a assertiva acima não consiste numa mera cordialidade, principalmente porque sob a coordenação de Aroldo de Azevedo, em 1958, é publicada (pela Associação dos Geógrafos Brasileiros) em quatro volumes, aquela que se firmaria no período como a principal referência sobre São Paulo e a mais completa monografia urbana, intitulada *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. Tal relevo é dado ao trabalho, sobretudo por escapar do perfil dos estudos anteriores, que tratavam da cidade de formar parcial, quer dizer, primando por apenas algumas das análises propostas no método monbeigiano (posição e local; evolução urbana; funções urbanas e o raio de ação da cidade).

O estudo organizado por Aroldo de Azevedo é aqui destacado, também, pela importância atribuída à finança (representada pelo setor bancário) como variável reveladora da importância da cidade. Pois, em seu primeiro volume intitulado *A região de São Paulo*, no primeiro capítulo: *São Paulo, cidade trimilionária*, Azevedo aponta o afluxo de capitais estrangeiros como um dos fatores que explicam o crescimento e desenvolvimento dos setores elétrico e industrial da cidade. Ressaltou o autor, que como consequência de sua função de centro comercial, era metrópole paulistana “[...] um dos mais poderosos centros bancários do país, só encontrando rival no Rio de Janeiro.” (AZEVEDO, 1958, p. 23).

Sobre o estudo tratado, chamam atenção dois capítulos apresentados em seu terceiro volume intitulado *Aspectos da metrópole paulistana*, que seguem com propriedade as sugestões de Monbeig, são eles: *O parque industrial paulistano*, de Dirceu Lino de Mattos e *A área central da cidade*, escrito por Nice Lecocq Müller. No primeiro, Mattos (1958) explicita quais são as principais fontes de capitais que alimentavam a indústria paulistana, à época, e desvela com propriedade o problema da escassez de capitais que acometia essa indústria. Por conseguinte, a relação de São Paulo com o capital estrangeiro. No segundo, a partir de uma cartografia do centro de São Paulo, Müller (1958) chama atenção para o processo de valorização de novas áreas e, como expressão desse processo, observa uma possível tendência à descentralização da atividade bancária, representada por bancos, casas bancárias, organizações financeiras, agências de bancos ou caixas econômicas que, outrora essencialmente localizadas no Núcleo Antigo, iniciara uma dispersão para outra porção do centro, o Núcleo Novo. Atribuindo, portanto, uma nova feição à função financeira do centro de São Paulo.

Também em 1958, Milton Santos apresenta à Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo a sua tese de doutoramento intitulada *Le centre de la ville de Salvador: étude de géographie urbaine*, sob a orientação de Jean Tricart, que no ano seguinte viria a ser publicada na língua vernácula. Nesse minucioso estudo⁴, há nitidamente, uma aplicação do método regional à cidade (próprio da

⁴ Um estudo nesses moldes foi realizado pela equipe de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, coordenado por Aluizio Capdeville Duarte, intitulado *A área central da cidade do Rio de Janeiro*, publicado em 1967, também apresentando um capítulo específico para as funções da área central, com destaque para minuciosa descrição e mapeamento da rede de estabelecimentos de crédito (instituições financeiras diversas) formam a “função financeira”, elaborada por Maria Rita da Silva Guimarães.

geografia francesa). Mas, a rica análise empírica não reflete apenas um estudo monográfico da área central de Salvador, ao contrário, define com propriedade o papel desempenhado por Salvador, como um importante centro de comando da vida regional.

Ademais, Santos faz uma detalhada exposição sobre a função bancária de Salvador, explicando a lógica de localização, especialização, raio de ação e a natureza de cada instituição financeira. A leitura das quatro páginas dedicadas (incluindo o mapa dos “guichês” bancários), especificamente, ao tema das finanças, de forma inequívoca remete o leitor ao clássico trabalho de Jean Labasse (1955, p. 26, tradução nossa), para quem: “A circulação de capitais se organiza num sentido único, em detrimento das províncias e em favor das metrópoles, em um movimento aparentemente irreversível”⁵. Assim, num sentido semelhante, ao tratar da fuga dos capitais no território baiano, afirmou Santos (1959, p. 86):

Os bancos da rede nacional são organizados no próprio Estado, com ramificações em outros, havendo organizações principalmente de São Paulo e Minas Gerais. Tais organizações financiam o comércio de exportação e importação, a agricultura comercial e a especulação imobiliária, bem como a indústria, embora de menor escala. Tendo em vista a estrutura econômica regional, e na falta de informações mais seguras, pode-se dizer que esta atividade bancária, como a precedente, leva os capitais para fora do Estado.

No Brasil, apenas sete anos depois (1965), viria à luz o primeiro trabalho em nível de Pós-Graduação referente ao tema das finanças. Trata-se da dissertação *A rede bancária da cidade de São Paulo: aspectos geográficos*, de Uyvão Antonio Pegaia, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. O estudo pioneiro, também foi a primeira dissertação de mestrado orientada por Aroldo de Azevedo.

Na verdade, Pegaia realiza uma monografia parcial da cidade de São Paulo. Mas, pode-se dizer que uma das qualidades do trabalho é sua riqueza empírica, constituindo um verdadeiro “inquérito” sobre as instituições financeiras. O que possibilitou ao autor, avaliar o papel de cada banco como também, propor uma periodização da atividade bancária na cidade e da participação do capital estrangeiro em cada etapa do desenvolvimento da função bancária. A despeito do

⁵ “La circulation des capitaux s’organise à sens unique, au détriment des provinces et en faveur des métropoles, en un mouvement apparemment irréversible.”

seu quadro teórico que segundo o próprio autor, ficou comprometido. Pois, “[...] o primeiro obstáculo com que deparamos foi a bibliografia. Do ponto de vista geográfico, não conhecemos trabalhos publicados sobre o assunto.” (PEGAIA, 1965, p. 4).

Nesse caminhar, vale salientar que a dificuldade apresentada por Pegaia, apenas indica uma questão maior, que é a não incorporação da obra de Jean Labasse e de outros autores relevantes, pela geografia anglo-saxã, haja vista não ter sido traduzido. Contudo, vale destacar que mesmo na França, a inserção de novos temas e metodologias na agenda de pesquisa geográfica, não foi algo que se deu de maneira incontestada, conforme asseverou Horacio Capel:

A oposição de muitos geógrafos às ideias tradicionais de George e seus discípulos foi grande, e as discussões que ocorreram entre eles preencheram todo um capítulo da história da geografia francesa na década 1950 e parte de 1960. A atitude em relação ao aparecimento de certas obras não é menos significativa, e em particular a publicação das teses de Jean Labasse sobre os capitais e a região (1955) e a de Paul Claval sobre a geografia dos mercados (1963), resultou em alguns comentários adversos nas revistas francesas de geografia da época. No entanto, pouco a pouco, nos anos 60, começaram a ser aceitas desde posições teóricas e ideológicas bastante diversificadas a primazia do econômico na organização do espaço, tanto a nível regional quanto nacional ou internacional. (CAPEL, 1987, p. 98, tradução nossa).⁶

No bojo desse processo, no ano 1969 foi publicado o livro *Éléments de science économique à l'usage des géographes. Tomo 1: Les mécanismes économiques*, dos geógrafos Étienne Dalmasso, Raymond Guglielmo e Michel Rochefort, com o intuito de complementar a formação dos estudantes de geografia, tornando, assim, mais compreensíveis os mecanismos econômicos que regem as atividades humanas, bem como conceitos do campo da economia necessários à compreensão da organização do espaço.

A essa altura já era notória a mudança de paradigma na geografia, que canalizavam suas “novas preocupações” na busca de padrões espaciais, organização do espaço e a classificação e hierarquização das cidades, mormente a

⁶ “La oposición de muchos geógrafos tradicionales a las ideas de George y sus discípulos fue grande, y las discusiones habidas entre unos e otros llenaron todo un capítulo de la historia de la geografía francesa en el decenio 1950 y parte del de 1960. La actitud ante la aparición de ciertas obras no es menos significativa, y en concreto la publicación de las tesis de Jean Labasse sobre los capitales e la región (1955) o la de Paul Claval sobre la geografía de los mercados (1963), dio lugar a algunos comentarios adversos en las revistas de geografía francesa de la época. Sin embargo, poco a poco, en la década de los 60 se fue aceptando desde posiciones teóricas e ideológicas bien diversas la primacía de lo económico en la organización del espacio, tanto a nivel regional como nacional o internacional.”

partir da influência exercida pela geografia alemã, que tivera como principal expoente Walter Christaller, autor do livro⁷ *Die zentralen Orte in Süddeutschland*, publicado em 1933 e traduzido para o inglês apenas em 1966.

A assertiva se confirma no livro *L'espace financier. Analyse géographique*, publicado em 1974, onde Jean Labasse investiga o fenômeno das finanças a partir da relação entre rede urbana e as praças financeiras no mundo. Com efeito, as variações/mudanças no tratamento teórico e metodológico⁸ dos estudos sobre as finanças são bastante sensíveis se comparada a sua obra clássica, conforme pode-se ver a seguir:

A Tradução geográfica da ação perseguida pelas redes bancárias não se limita apenas a sua distribuição nos mapas dos lugares por ela servidos. Através da distinção já feita entre escritório urbano e rural, evidenciar-se-ia que as agências não são entidades uniformes e de significação constante. Elas se distinguem uma das outras por sua dotação (ou investimento, se preferir) em pessoal e em meios materiais, seu nível de competência territorial e técnica, o papel que desenvolvem no plano regional, nacional ou internacional. Sua hierarquia não é fruto do acaso, pois cada grupo de grande empresa bancária, em um conjunto piramidal, por meio dos estabelecimentos de crédito público constituem a base e a sede metropolitana, o seu cume. Um vasto setor intermediário se desenvolve entre esses dois extremos; seus numerosos “raios” de influência repartidos de modo desigual correspondem, na prática, a diferentes graus de centralidade. A circulação dos capitais fornece o esboço de uma “teoria dos lugares centrais”, adaptados às suas próprias exigências. (LABASSE, 1974, p. 65, tradução nossa).⁹

No que concerne à geografia brasileira, pode-se dizer que o livro de Milton Santos, *L'espace partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*, publicado em 1975, constitui-se numa importante contribuição (também

⁷ No Brasil, a dissertação de mestrado de Mário Antônio Eufrásio – *A estrutura da teoria dos lugares centrais de W. Christaller* – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1982. Se constitui numa importante contribuição, não só pela análise realizada pelo autor, mas pela tradução da obra de Christaller para o português e, disponibilizada nos apêndices da dissertação.

⁸ Uma importante referência para a geografia anglo-saxã é o livro *The limits to capital*, de autoria de David Harvey, publicado em 1982. Na referência em tela o autor introduz o tema das finanças no conhecimento geográfico num viés marxista.

⁹ “La traduction géographique de l'action poursuivie par les réseaux bancaires ne se borne pas à la distribution sur la carte des lieux desservis. Ne serait-ce qu'à travers la distinction déjà opérée entre bureaux des villes et des campagnes, il ressort à l'évidence que les guichets ne sont pas des entités uniformes et de signification constante. Ils se distinguent les uns des autres par leur dotation en personnel et en moyens matériels, leur niveau de compétence territoriale et technique, le rôle qui leur est dévolu au plan régional, national ou international. Leur hiérarchie n'est pas le fruit du hasard, car chaque grande entreprise bancaire les groupe en un ensemble pyramidal, dont les comptoirs ruraux constituent la base et le siège métropolitain, le sommet. Un vaste secteur intermédiaire se déploie entre ces deux extrêmes; ses nombreux repères prennent place au sein de << rayons >> inégalement étendus et correspondent en pratique à des degrés différents de centralité. La circulation des capitaux fournit par là l'esquisse d'une << théorie des places centrales >> adaptée à ses exigences propres.”

em nível internacional), para o entendimento da economia nas cidades do Terceiro Mundo, o que o insere como a primeira teorização dessa natureza num paradigma crítico na geografia brasileira. Nessa obra, Santos atenta para o indicador empírico renda, como uma especificidade das economias nos países subdesenvolvidos que, dada sua desigual distribuição, influencia diretamente no acesso a bens e serviços.

Nessa perspectiva o autor reformula a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller a fim de compreender o funcionamento da economia nas cidades dos países do Terceiro Mundo e indica a existência de dois circuitos¹⁰ da economia urbana: o circuito superior e o circuito inferior, que seriam diferenciados pelos graus de tecnologia, capital e organização. Dessa forma a consideração do “financeiro” é uma constante na obra de Santos ([1975] 2004, p. 108), pois “[...] o banco é um instrumento dos desequilíbrios regionais”. Assim, responsável pelo conjunto das atividades do circuito superior, o aparelho bancário funciona nas regiões mais pobres e/ou cidades posicionadas num escalão inferior de uma dada hierarquia urbana como mecanismo de captação de recurso.¹¹

Os processos desencadeados a partir de meados de 1960, e, por conseguinte, a ressignificação do sistema financeiro e os novos papéis desempenhados pelo aparelho bancário, possibilitaram à instância financeira ocupar um espaço importante na agenda de pesquisa da geografia brasileira, demonstrados já na década de 1980 com a publicação de trabalhos que expressam a preocupação, de três autores que se tornariam as principais autoridades sobre finanças na geografia brasileira, além de formar novos pesquisadores, e, assim constituir uma matriz de estudos a propósito do tema.

O primeiro desses autores é Helena Kohn Cordeiro que produziu dois estudos relevantes publicados em periódicos¹² da Associação de Geografia Teorética, nos

¹⁰ Segundo GRIMM (2011, p. 114-115), a teoria dos circuitos da economia urbana cunhada por Milton Santos, foi apresentada pela primeira vez de forma mais sistematizada na última parte, no capítulo XVI (“Le double circuit de l’économie urbaine des pays sous-développés”) do livro *Les villes du Tiers Monde*, publicado em 1971.

¹¹ A esse respeito, pode-se mencionar o artigo intitulado *O período técnico-científico e os estudos geográficos*, publicado originalmente na Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, em 1985, quando Santos indica os novos elementos característicos do período, chamado de técnico-científico, marcado pela interdependência da ciência e da técnica e suas expressões no espaço geográfico. São elas: a simultaneidade, unicidade técnica, fluxos de informação superpostos aos fluxos de matéria (informatização e creditização do território). Por último, é apresentada uma lista de temas que para o autor, refletem a modernidade, dentre eles, três referentes ao setor financeiro.

¹² É importante ressaltar a importância da Revista Brasileira de Geografia (publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) que durante décadas se constituiu em um dos principais

anos de 1986/1987 e 1991. Inicialmente, *Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro*, publicado no Boletim de Geografia Teorética, consiste em uma rigorosa investigação acerca da dinâmica e localização dos principais centros de controle das atividades econômicas, em particular, as atividades financeiras (bancárias) no espaço brasileiro, com destaque para a Região Metropolitana de São Paulo que ocupara o posto central de gerenciamento da rede bancária nacional. No segundo estudo, intitulado *A circulação da informação no espaço brasileiro e o sistema bancário*, publicado na revista Geografia, Cordeiro examina as mudanças na estrutura operacional do setor bancário, mormente a partir da Reforma do Sistema Financeiro Nacional (1964/1965) que concomitantemente à expansão das redes de telecomunicações propiciou a expansão do setor bancário no País.

No mesmo período, Roberto Lobato Corrêa brinda a geografia brasileira com dois estudos expressivos, publicados em 1989 na Revista Brasileira de Geografia, intitulados *Concentração bancária e os centros de gestão do território*¹³ e *Os centros de gestão e seu estudo*. Esse último, de cunho mais teórico, por assim dizer, consiste numa minuciosa revisitação a estudos sobre centros de decisão, sobretudo, realizados no Brasil, onde o autor conceitua gestão do território e assevera que a atividade financeira é pouco utilizada pelos geógrafos, como elemento de análise. Contudo, no trabalho inicialmente citado, o autor trata dos mecanismos que suscitaram a concentração-dispersão bancária após o decênio de 1960 simultaneamente à perda de controle da gestão por parte de muitos centros que passaram a obedecer a ordens mais distantes, sobretudo com o fechamento de bancos locais. Por conseguinte, dos regionais até a década de 1980, quando os bancos nacionais já predominavam formando um sistema, que conforme também destacou Cordeiro (1986/1987), apresentava São Paulo como principal centro financeiro do País e como centro intermediário da gestão internacional.

veículos de divulgação do conhecimento geográfico no País. Não esquecendo, evidentemente, o Boletim Geográfico e o Boletim Carioca de Geografia, afora as já citadas Revista Geografia, e o Boletim de Geografia Teorética.

¹³ Uma síntese desse texto, intitulada *Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985*, foi publicada no ano de 1993 no livro *Globalização e espaço latino-americano*, organizado pelos Professores Francisco Capuano Scarlato, Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e María Mónica Arroyo.

Por fim, Corrêa propõe em ambos os estudos uma agenda com temas para pesquisas futuras sobre as relações entre atividade financeira em geral e gestão do território que, em parte, foi atendida através das investigações desenvolvidas sob a sua orientação.

Quadro 2 – Roberto Lobato Corrêa: questões e sugestões para novos estudos

- a) Como se originou e evoluiu a gestão da atividade financeira em centros urbanos específicos, como Porto Alegre, um poderoso centro da gestão regional durante as décadas de 50 e 60, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, cidades que apresentam dinâmicas distintas a este respeito? Outras cidades, incluindo aquelas que perderam o papel de gestoras da atividade bancária, podem ser consideradas; e
- b) Como surgiu e evoluiu um determinado banco como o BRADESCO, um banco menor ou um banco estadual? Esta questão envolve a “história do banco”, abrangendo o processo de sua formação em um dado contexto espaço-temporal, as alianças e conflitos com outros agentes, suas estratégias e práticas espaciais. O trabalho sobre o banco francês Crédit Lyonnais é, a este respeito, exemplar.

Fonte: CORRÊA (1989a, p. 31).

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros

Outro trabalho¹⁴ de considerável envergadura é a tese de doutoramento de Leila Christina Dias, defendida em 1991, intitulada *Les réseaux de télécommunication et l'organisation territoriale et urbaine au Brésil*, e publicada como livro¹⁵ em 1995 com o título *Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil*. No referido estudo, é analisado com profundidade a constituição das novas redes de telecomunicações e seu papel para a integração do território brasileiro, realizada pelo Estado, empresas públicas e privadas, e os bancos. Nesse sentido, o estudo ora mencionado aponta o setor financeiro como, de longe, o maior usuário das aludidas redes, tendo, no banco, um agente de primeira grandeza no processo de integração territorial. Destarte, a autora, conforme havia sugerido anteriormente (CORRÊA, 1989a), utiliza um banco, o BRADESCO, para explicar o processo de formação da rede bancária nacional e, por conseguinte, de integração do território, via o uso das redes de telecomunicações.

¹⁴ Vale salientar, ainda, que durante os decêndios de 1990 e 2000, Dias desenvolveu diversas pesquisas visando entender a dinâmica financeira do território brasileiro, o que resultou em diversos artigos publicados, assim como, trabalhos realizados sob sua orientação, conforme pode-se ver nos quadros a seguir.

¹⁵ Parte do capítulo 4 do livro foi publicado como artigo no ano de 1992 com o título *O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial*, no Anuário de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Desse modo, se faz mister afirmar que os estudos desenvolvidos nos fins do decênio de 1980 e início de 1990 por Milton Santos, Helena Kohn Cordeiro, Roberto Lobato Corrêa e Leila Christina Dias, podem ser considerados referências obrigatórias para o estudo geográfico das finanças, sobretudo por terem trazido à luz mecanismos que permitiram à apreensão da dinâmica do território brasileiro no período, entendido por Santos (1985), como técnico-científico. Portanto, conferindo ao tema um espaço maior na agenda de pesquisa da geografia brasileira, que se ampliara com o leque de opções propostas em seus estudos para pesquisas futuras e, decerto, reverberando em novos estudos a propósito do mesmo e consequentemente num maior conhecimento das forças motrizes vigentes na economia do País, conforme pode-se observar a partir da averiguação das pesquisas desenvolvidas em nível de Pós-Graduação no Brasil, nos quadros 3 e 4, subsequentes.

Quadro 3 – Produção acadêmica sobre finanças na geografia brasileira (1965-2012)

AUTOR	TRABALHO (DISSERTAÇÃO)	ORIENTADOR	IES/ANO
Uyvão Antonio PEGAIA	A rede bancária da cidade de São Paulo: aspectos geográficos	Aroldo de Azevedo	USP 1965
Celso Mussa TAVARES	Padrões de localização de bancos privados no Brasil	Roberto Lobato Corrêa	UFRJ 1996
Sandra Lúcia VIDEIRA	Dinâmica espacial do sistema bancário de São Paulo	Leila Christina D. Dias	UFSC 1999
Fabio Betioli CONTEL	Finanças municipais e território: horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP)	Milton Santos	USP 2001
Marcio Fernando GOMES	A territorialidade do Bradesco: de pequeno banco caipira a maior banco privado de varejo	Sandra Lencioni	USP 2001
Gilberto Oliveira da SILVA JUNIOR	BNDES: importante ordenador do território brasileiro	Carlos Walter Porto-Gonçalves	UFF 2004
Marina Regitz MONTENEGRO	O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização	María Laura Silveira	USP 2006
Hélio Caetano FARIAS	O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro	Adriana Maria Bernardes da Silva	UNICAMP 2008
André dos Santos Baldraia SOUZA	A territorialidade do Banco do Brasil na “era das telecomunicações”	Sandra Lencioni	USP 2008
Daniella Simone MORETTI	Representações cartográficas das redes financeiras: limites e perspectivas	Leila Christina D. Dias	UFSC 2009
Ricardo Alberto SCHERMA	Sistema financeiro mundial: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo	Samira Peduti Kahil	UNESP (RC) 2009
Carlos Eduardo VIEIRA	Rede bancária e rede de cidades: o processo de reestruturação ocorrido no período de 1970 a 2006	Ângela Maria Endlich	UEM 2009
Clarisse Coutinho RIBEIRO	A nova ordenação territorial das finanças no Brasil	Wanderley Messias da Costa	USP 2010
Flávia Cristine da SILVA	O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito	Fabio Betioli Contel	USP 2012

Fonte: Bibliotecas e sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação das instituições.
Organização: Dhiego A. de Medeiros.

Quadro 4 – Produção acadêmica sobre finanças na geografia brasileira (1997-2011)

AUTOR	TRABALHO (TESE)	ORIENTADOR	IES/ANO
Carlos Alberto Franco da SILVA	Dinâmica espacial do capital financeiro – difusão, integração e crise: estudo de caso do Banco Nacional S/A	Roberto Lobato Corrêa	UFRJ 1997
Marcio Fernando GOMES	A territorialidade dos conglomerados financeiros no Brasil	Sandra Lencioni	USP 2006
Sandra Lúcia VIDEIRA	A territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil: o caso da rede do Santander	Eliseu Savério Sposito	UNESP (PP) 2006
Gláucia de Souza MUNHOZ	O espaço ceifado e o reconstruído: a trajetória dos egressos do Banco do Brasil em Maringá (PR)	Eda Maria Goês	UNESP (PP) 2007
Fabio Betioli CONTEL	Território e finanças: técnicas, normas e novas topologias bancárias no Brasil	María Laura Silveira	USP 2006
Marina Regitz MONTENEGRO	Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém	María Laura Silveira	USP 2011

Fonte: Bibliotecas e sítios eletrônicos dos programas de pós-graduação das instituições.
Organização: Dhiego A. de Medeiros.

O aumento do número de estudos¹⁶ demonstrados nos quadros acima traduz, decerto, desdobramentos das pesquisas e questões elaboradas precedentemente pelos autores “pioneiros” no tratamento do tema, o que significa dizer que houve um reconhecimento da importância da atividade financeira no território, como também o amadurecimento no que concerne a compreensão através da geografia dos processos emanados desde a década de 1960 no sistema bancário e financeiro brasileiros. A propósito, em *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, afirmou Santos ([1996] 2002, p. 201), que: “O papel das finanças na produção de uma nova arquitetura do espaço não tem escapado aos geógrafos, ainda que estes sejam freqüentemente acusados de não prestar suficientemente atenção a esse fato.”

Ademais, entende-se aqui que os estudos acima elencados primaram pela investigação da formação de redes bancárias, topologias e hierarquização de

¹⁶ Os quadros 3 e 4 indicam uma parcela importante das pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. Entretanto, deve-se ressaltar, que a produção acerca do tema das finanças não se restringe a eles, ao contrário, durante a elaboração do *estado da arte*, tomou-se conhecimento de um elevado número de *artigos* e *trabalhos de conclusão de curso* (monografias, trabalhos de graduação individual), resultado de projetos temáticos coordenados por Professores (em sua maioria, os autores das primeiras dissertações e teses indicadas nos quadros), como também, de pesquisas de iniciação científica que acabam por alimentar esses referidos projetos.

bancos no País, e outros temas de extrema relevância, sempre na perspectiva do entendimento do funcionamento das engrenagens do sistema financeiro brasileiro e internacional e, por conseguinte, da integração econômica do território. Entretanto, as proposituras feitas por Milton Santos em 1975 sobre os circuitos da economia urbana nas cidades do Terceiro Mundo, e retomada por ele em 1994 no livro *Por uma economia política da cidade*, permite pensar em um tratamento geográfico numa outra perspectiva para o entendimento da ação dos bancos nas cidades brasileiras.

Nesse sentido, pode-se constatar um esforço de atualização da teoria dos circuitos da economia urbana nos trabalhos desenvolvidos por Silveira (2004, 2009), Montenegro (2006; 2011), Santos (2007) e Silva (2012), por exemplo. Principalmente, por demonstrarem que graças às condições técnicas, científicas e informacionais vigentes a serviço das corporações, houveram significativas alterações que complexificam a dinâmica e, quiçá, acirram a dialética entre os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras. Ora, uma expressão das mudanças indicadas é a desburocratização do crédito, que acabou por eliminar formas pretéritas de agiotagem (crédito não institucional), assentando a “agiotagem legal” ou, normatizada, praticada pelos bancos e financeiras que estreitaram suas relações com o circuito inferior.

▪ *Objetivos, hipótese e composição da dissertação*

Importa que, como geógrafo, apliquemo-nos mais à formulação cuidadosa dos nossos objetivos. Contudo, devemos cuidar em não consentir que qualquer fórmula se torne em sua aplicação a tal ponto padronizada, que subordine a orientação do pensamento geográfico. Quaisquer categorias que forem estabelecidas, inclusive as apresentadas neste trabalho, possuem uma utilidade limitada e específica em relação a um objetivo estatuído. Cada nova iniciativa de pesquisa num campo como o nosso, requer um defrontamento original, tão desembaraçado quanto possível das formas e processos tradicionais. Entretanto nenhum defrontamento original se inicia de maneira vaga: há sempre o requisito básico de serem os objetivos clara e inequivocadamente estatuídos, seja qual fôr sua forma.

Preston James, 1949.

Com base nos ensinamentos do geógrafo americano, definiu-se como *objetivo geral* da pesquisa, entender as relações entre o sistema bancário e os circuitos da economia urbana no processo de financeirização do território brasileiro. Desse modo, para o alcance da meta apresentada, fez-se necessário traçar os caminhos, estratégias particulares ou *objetivos específicos*. A saber:

1. Compreender o processo de formação da rede bancária em Alagoas;
2. Investigar o papel da técnica e da norma na regulação dos usos financeiros do território;
3. Reconhecer os mecanismos criados pelo sistema financeiro na ampliação da sua capilaridade nos dois circuitos da economia urbana;
4. Compreender os Correspondentes no País, como sujeitos dessas topologias, responsáveis pelos novos nexos entre os circuitos da economia urbana;
5. Entender a inserção e o papel desempenhado pelos Agentes de crédito dentro da nova divisão do trabalho bancário;
6. Identificar as novas formas de financeirização do território alagoano;
7. Compreender a dinâmica empírica da financeirização do território exemplificando-a com o Estado de Alagoas.

Assim, todo o processo de desenvolvimento da pesquisa foi norteado pela *hipótese*¹⁷ de que: as relações de complementaridade entre os circuitos da

¹⁷ A respeito da formulação de hipótese no trabalho geográfico, vide Newman (1986).

economia urbana na realização das atividades do aparelho bancário aumentam sua capilaridade e expressam uma nova forma de financeirização do território brasileiro.

Esta dissertação está composta por seis capítulos que versam sobre o tema apresentado no título, *Financeirização e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas*, na busca da elucidação do processo investigado.

O Capítulo 1, intitulado *Formação da rede bancária em Alagoas: das configurações pretéritas à globalização*, trata do processo de constituição da rede bancária no território alagoano aos dias atuais, com base nas categorias técnica e norma.

No Capítulo 2, chamado *Atividade bancária e circuitos da economia urbana em Alagoas*, é realizado um estudo da distribuição dos fixos geográficos geográficos tradicionais de cada instituição presente em Alagoas e sua relação com os circuitos da economia urbana a partir de uma análise de sua carteira.

Já o Capítulo 3, denominado *Uso corporativo do território alagoano e a hipercapilaridade das finanças*, explica o papel das novas topologias bancárias e as novas formas de uso do território pelas instituições financeiras.

O Capítulo 4, *“Correspondentes no País”: uma forma-conteúdo do Sistema Financeiro Nacional*, apresenta uma proposta de periodização dos correspondentes o papel dos mesmos em Alagoas.

O Capítulo 5, *Agentes de crédito: um nexos entre os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras*, trata do papel dos agentes de crédito para a capilarização dos serviços bancários nos diversos pontos do território brasileiro. No referido capítulo, é apresentada a partir de trabalho de campo em três cidades alagoanas, uma radiografia da atividade dos agentes e sua relação com os circuitos econômicos.

No Capítulo 6, *Divisão do trabalho e ação do capital em tempos de globalização perversa*, é feita uma análise do processo de acirramento da divisão do trabalho bancário e o processo de espoliação das classes populares pelos bancos.

Capítulo 1.

Formação da rede bancária em Alagoas: das configurações pretéritas à globalização

▪ *Técnicas, normas e a constituição da rede bancária em Alagoas*

Uma das razões de primeira ordem na transformação do capitalismo no século XX foi a mudança no papel operacional dos bancos, outrora, simples intermediários nos pagamentos passaram a monopolistas onipotentes, lembrou Lênin ([1917] 2008, p. 31) no seu livro, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Assim, para esse autor o processo de concentração bancária através das fusões e aquisições de bancos pequenos pelos grandes resultou na constituição de monopólios, que permitiu ao sistema bancário posicionar-se a frente da economia, representada pela grande indústria (e demais atividades econômicas), tornada dependente e controlada pelo setor bancário a partir da necessidade de realização de operações financeiras diversas.

Conforme destacado na introdução desta dissertação, a teoria dos circuitos da economia urbana mostrada por Milton Santos na década de 1970 contribuiu significativamente para o entendimento geográfico do papel dos bancos nas economias das cidades dos países subdesenvolvidos. Destacou o autor, que: “O banco cobre o conjunto das atividades do circuito superior, que controla direta ou indiretamente em seu próprio nome ou como representante de instituições de crédito mais poderosas, sediadas no país ou no exterior.” (SANTOS, [1975] 2004, p. 108).

Sendo assim, parte-se aqui da premissa que para a compreensão do processo de financeirização do território de uma dada formação socioespacial, torna-se imprescindível o conhecimento da dinâmica e diversificação do seu sistema financeiro, assim como, das etapas de formação da rede bancária que o integra. No que concerne ao Brasil, de acordo com Contel (2006), a formação do sistema bancário e financeiro obedece a três períodos definidos especialmente, a partir dos conteúdos políticos, técnicos e normativos vigentes em cada momento histórico no território.

O primeiro período, de 1905 a 1964, se refere a gênese e formação do moderno sistema bancário brasileiro, sendo caracterizado pela *instalação* dos primeiros agentes financeiros no território e da sua base regional de atuação, com destaque para a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). O segundo período, de 1964 a 1994, marca a integração do território nacional,

sobretudo nos aspectos material e informacional, o que possibilitou novas perspectivas aos entes do sistema bancário, com destaque para a Reforma Bancária de 1964/1965. Por fim, o terceiro e atual período se inicia em 1994, com a criação do Plano Real e, conseqüentemente, com o processo de privatização e desnacionalização de vários “aparelhos” estatais, inclusive o sistema bancário, resultando, por sua vez, na emergência de novas racionalidades financeiras no território brasileiro.

Desse modo, a periodização proposta por Contel (2006) parece indicar um caminho deveras promissor a ser trilhado para a consecução do intento desta pesquisa. Assim, a verificação das especificidades do processo de formação da rede bancária em Alagoas, ora concebida como um lugar constituinte da “formação socioespacial¹⁸” brasileira (SANTOS, 1977; [1978] 2008), permitirá, decerto, entender elementos importantes da sua formação territorial, e, por conseguinte, da gênese e desenvolvimento de alguns entes pertencentes a um dos subsistemas da economia urbana (circuito superior), qual seja, os bancos com toda a complexidade de seus mecanismos de ação.

Nesse caminhar, faz-se necessário chamar atenção para o fato de que as pesquisas¹⁹ bibliográfica e documental apontam a cidade de Maceió como única responsável pela atividade bancária no território alagoano durante as primeiras décadas do século XX. Tal fato, não é de se causar espanto, pois era uma realidade corrente na escala do País, tendo em vista que apenas no ano de 1905 com a refundação do Banco do Brasil, na condição de órgão regulador, é que houve um controle nacional da atividade creditícia e da intermediação financeira, até então, realizada por diversos bancos²⁰ emissores, cada qual com uma base funcional e

¹⁸ Para Santos ([1978] 2008, p. 235-236): “A existência de um Estado atribui à Formação Social um quadro jurídico, político, fiscal, financeiro, econômico e social definido, tudo isso tendo como conseqüência o fato de que a estrutura econômica e social própria a cada país se torna um dado ainda mais específico, através de suas próprias transformações operadas sob o impulso de um sem-número de fatores internos e externos.” Nessa perspectiva, de acordo com o autor: “A ciência geográfica assim revivificada seria a disciplina das formações sócio-econômico-espaciais, ou para abreviar, formações sócio-espaciais. Poder-se-ia também falar exclusivamente de formações sociais, pois estas não se realizam de nenhuma maneira fora do espaço.” (SANTOS, op. cit., 240).

¹⁹ Vide, por exemplo, os estudos: *Esboço da história de Alagoas* de Moreno Brandão, e, *Cem annos de economia e finanças em Alagoas – 1817 a 1917* de Francisco de Paula Leite e Oiticica, ambos publicados em 1919 no livro intitulado *Centenario da Emancipação de Alagoas* do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.

²⁰ Em relação às instituições financeiras presentes na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, antes do processo da refundação do Banco do Brasil, Carvalho (1982, p. 275) assegura que: “Já era de cinco o número de sociedades anônimas, em 1901, além de seis instituições

organizacional própria atuando de maneira singular nas mais diversas regiões do território brasileiro.

Dessa maneira, o período tratado representa a gênese do moderno sistema bancário nacional assim como de uma topologia bancária integrada. Um movimento que foi comandado pelo Banco do Brasil a partir de sua interiorização no território brasileiro, conforme explicou Costa Neto (2004, p. 43-44), principiada no ano de 1915 alcançando a sua primeira “expressão” em nível de País no ano de 1923, com um total de 70 agências em operação, quer dizer, em todas as capitais e demais cidades de maior relevo econômico, tanto no litoral quando no interior.

Mesmo assim a topologia bancária brasileira, ainda de característica litorânea, de modo geral não atendia as demandas “interioranas” do território, sobretudo no que se refere ao crédito para a atividade agrícola, que por sinal era o carro-chefe da economia do País no período. Um exemplo bastante ilustrativo é oferecido pelo economista Cícero Pércles de Carvalho, ao asseverar que: “Em 1922 ainda não havia uma só instituição de crédito agrícola em Alagoas, nem do estabelecimento oficial nem na cooperativa agrícola. Estabelecimentos bancários eram três: Banco do Brasil, Banco de Alagoas e London and River Plate Bank.” (CARVALHO, 1982, p. 275). Todos localizados na cidade de Maceió.

Dessa forma, como resposta às deficiências do incipiente aparelho bancário, tanto em relação a sua capilaridade no território, quanto pelos seus poucos programas às atividades agrícolas, via-se o surgimento de inúmeras cooperativas²¹ de crédito e bancos locais, principalmente nas cidades intercaladas pelas ferrovias, que admite-se, foram decisivas para a constituição de novas solidariedades geográficas entre os lugares, num primeiro momento com a integração numa escala estadual iniciada em meados do século XIX, e após a Segunda Guerra Mundial, com a integração das várias estradas de ferro em todo o País.

Assim, com o desenvolvimento dos “sistemas de movimento” (CONTEL, [2001] 2006), e, por conseguinte, a facilitação dos fluxos no território, atrelados às

bancárias que operavam na praça: O Banco de Pernambuco, o Banco do Recife, o Banco Emissor da Bahia, a Caixa Comercial, o Montepio dos Serviços do Estado e a Caixa Econômica Federal.”

²¹ No período compreendido pelos anos de 1925 e 1928, foram fundadas em Alagoas oito sociedades cooperativas de crédito, a saber: Banco de Viçosa, Caixa Rural de Camaragibe, Banco Popular e Agrícola de Palmeira, Banco de São Miguel, Banco Central de Crédito Agrícola de Alagoas, Banco dos Retalhistas, Banco de Quebrangulo, Banco de Penedo, conforme mostrou Carvalho (1982, p. 275).

intervenções normativas²² do Estado brasileiro quanto ao funcionamento do sistema bancário, assistiu-se a um aumento exponencial do número de sedes de bancos, principalmente no que concerne ao período coincidente com a Segunda Guerra Mundial. Na visão de Costa (2012, p. 412), esse movimento foi posterior a origem dos principais bancos no Brasil, quando as barreiras à entrada para brasileiros era baixa. Exigia-se pouco volume de capital e a tecnologia bancária era acessível. Vale lembrar que até então não havia uma autoridade monetária responsável por um maior desenvolvimento da atividade bancária no País, pois:

Embora tenha havido debate sobre a criação de um Banco Central no Brasil, inclusive com a vinda de missão de apoio inglesa, em 1931, os fatos que mais marcaram a história bancária brasileira, entre 1930 e 1945, foram: a socialização das perdas bancárias, a imposição da reserva de mercado, no varejo bancário, em favor dos bancos brasileiros, a legislação liberal propícia a fundações de bancos e o início do uso de bancos públicos (federais e estaduais) para uma atuação desenvolvimentista. (COSTA, 2012, p. 412).

Nesse contexto, com a função de exercer uma política monetária com vistas a instituição futura de um Banco Central do Brasil, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), por meio do Decreto-Lei n. 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. No que diz respeito à forma de regulação da atividade bancária no País, à época, pode-se assegurar que a análise das Instruções²³ emitidas pela SUMOC indica uma política num sentido oposto ao período precedente, que se caracterizou por dois principais pontos: 1 – número elevado de instituições bancárias atuantes no território; 2 – expansão (aleatória) do número de agências bancárias e, fazendo com que o Governo Federal emitisse uma Instrução²⁴ objetivando um ordenamento das agências mais condizente com as necessidades das cidades.

²² Segundo Costa Neto (2004, p. 48), “[...] as Constituições de 1934 e 1937 determinaram, respectivamente, a progressiva nacionalização dos bancos estrangeiros e a exclusividade de nacionais no controle acionário de instituições bancárias e companhias de seguros. A regra da nacionalização dos Bancos nunca se executou integralmente, visto que foram várias as exceções e dilações de prazo que se permitiram.”

²³ As “Instruções” emitidas pela SUMOC foram o principal instrumento do referido órgão para a regulação do mercado monetário no País, ou seja, eram documentos oficiais que estabeleciam as diretrizes do funcionamento da atividade bancária e financeira nacional. À guisa de esclarecimento, vale salientar que as Instruções, medidas e definições acerca da relacionados a organização bancária criadas pela SUMOC, e ora apresentados nesta dissertação, foram em grande medida extraídos do estudo da Fundação Getúlio Vargas, intitulado *Critérios de abertura de agências bancárias* e publicado no ano de 1973 na revista *Conjuntura Econômica*.

²⁴ O Decreto-Lei n. 6419, de 13 de abril de 1944, modificado pelo Decreto-Lei n. 6541, de 29 de maio de 1944 possibilitou a abertura de agências em todo o território nacional aos bancos com capital acima de Cr\$ 50 mil (cifra expressa, como as demais, na unidade monetária em vigor a partir de 15-5-70); bancos com capital entre Cr\$ 50 e Cr\$ 20 mil só poderiam abrir agências nas regiões indicadas

Sendo assim, visando um maior equilíbrio quanto à distribuição das agências no território, a SUMOC passou a intervir de maneira mais efetiva na atividade bancária do País a partir de 1951, com a emissão de normas baseadas em critérios quantitativos (número de depósitos, margem de capital, capital/imobilizado e exame de pequenos relatórios das praças) representados a partir da especificação de zonas²⁵ bancárias que permitiria critérios diferenciados para determinadas praças.

A esse respeito, quer-se aqui destacar a Instrução n. 95, de 15 de julho de 1954, que criou o conceito²⁶ de margem de capital, qual seja, a diferença entre o capital exigido pelas dependências do banco e o capital + reservas efetivos. Sobretudo pelo fato da mesma revelar a preocupação do referido órgão (representante do Governo Federal) na instância ora tratada, com a concentração de agências em determinadas cidades do país e a existência de verdadeiros vazios bancários em outras. Desse modo, foram redefinidas as zonas bancárias, criadas anteriormente na norma de 1951, conforme ver-se a seguir:

- a) zonas desassistidas – em que não há assistência bancária satisfatória, com um máximo de cinco dependências;
- b) zonas em desenvolvimento – entre cinco a dez agências bancárias, e que necessitam de maior número de agência bancárias, e que necessitam de maior número de agências bancárias; e que necessitam de maior número de agências bancárias;
- c) zonas desenvolvidas – são as praças que já possuam dez ou mais agências bancárias. Foi especificado que teriam preferência os pedidos de abertura de agências nas zonas desassistidas e em desenvolvimento.

em suas concessões de autorização para funcionamento; bancos com capital inferior a Cr\$ 5 mil somente poderiam operar nos municípios em que tivessem suas sedes etc.

²⁵ A Instrução n. 37, de 20 de maio de 1951, determinou que as praças seriam classificadas em três tipos básicos: a) zona de captação de fundos – são aquelas em que a produção e o comércio não podem absorver os recursos ali mobilizáveis; não seriam concedidas autorizações para novas agências desta zona desde que os empréstimos fossem iguais ao mínimo, à metade dos depósitos; b) zonas florescentes – são praças de regiões potencialmente ricas, onde se admitirá a abertura de agências somente quando os empréstimos tenham atingido um montante equivalente a 90% dos depósitos ali existentes; e c) zonas novas – regiões típicas de desenvolvimento em que se admitirá a instalação de novas agências enquanto os empréstimos da praça não atingirem o volume equivalente a 150% dos depósitos.

²⁶ Assim, a margem de capital seria: para matriz do banco exigia-se uma parcela mínima de Cr\$ 10 mil; para agências no Rio e São Paulo, Cr\$ 2 mil; para cada dependência localizada em praças com dez ou mais unidades bancárias, Cr\$ 2 mil de capital etc.

Sendo assim, a compreensão das normas estabelecidas pela SUMOC, o próprio desenvolvimento da configuração territorial no País acompanhado de uma breve avaliação das cifras referente à expansão da rede bancária no território, faz-se considerar que a atuação do referido órgão, mormente a partir de 1946, resultou em consideráveis alterações na topologia bancária brasileira, com números expressivos tanto no caráter quantitativo, como também da própria diversificação dos fixos geográficos para prestação do serviço bancário. Conforme mostra a tabela a seguir, no primeiro decênio de atuação da SUMOC (1946-1956) há um aumento cavalgar do número agências do Banco do Brasil e demais bancos nacionais, alcançando os 104,6%.

Tabela 1 – Brasil: número de estabelecimentos bancários (1946-1964)

Fim de ano	Nacionais					Estrangeiros		
	Sedes	Agências		Escritórios	Correspondentes especiais	Total	Dependências*	Total geral
		Banco do Brasil	Demais					
1946	473	267	1448	326	----	2514	38	2552
1947	442	277	1488	391	6	2604	38	2642
1948	424	277	1552	487	10	2750	41	2791
1949	412	277	1677	522	14	2902	41	2943
1950	402	279	1855	531	14	3081	42	3123
1951	404	284	1980	551	24	3243	42	3285
1952	404	314	2315	526	25	3584	42	3626
1953	404	338	2555	542	26	3865	44	3909
1954	398	350	2713	542	23	4026	37	4063
1955	395	359	2875	546	37	4212	35	4247
1956	395	362	3147	507	33	4444	35	4479
1957	393	373	3462	464	26	4718	35	4753
1958	391	387	3643	452	31	4904	36	4940
1959	377	435	3790	424	25	5051	39	5090
1960	351	450	3990	411	21	5223	41	5264
1961	341	472	4375	378	20	5586	43	5629
1962	336	501	5023	264	----	6124	44	6168
1963	327	525	5387	262	----	6492	44	6545
1964	328	578	5706	170	----	6782	44	6826

Fonte: Revista Bancária e Banco Central (apud CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973, p. 50).

* Representação principal e agências.

Adaptação: Dhiago A. de Medeiros, 2013.

Um elemento que não se deve ignorar a partir dos dados da Tabela 1 é a redução do número de sedes bancárias, quer dizer, do número de bancos. Para o mesmo período indicado, esse número decresceu em 20%, o que revela a política de concentração bancária por parte da SUMOC, com vistas a uma centralização do comando financeiro no território, por meio de fusões e aquisições. Entretanto, faz-se necessário lembrar que tal processo de perda de responsabilidade dos lugares em

detrimento de um controle geral do funcionamento da topologia bancária, através de poucos agentes, pode ter resultados negativos, rumando no sentido do estabelecimento de novas solidariedades, não raramente organizacionais, conforme se observa a seguir:

Os fenômenos de coalizão poderiam assim levar, pela redução dos custos e pela melhoria econômica em geral da administração, a melhores condições para a procura; todavia eles se encaminham nessa direção apenas quando as condições melhores, e os desvios eventuais do curto ao médio e ao longo prazo, entram numa política de luta contra concorrentes ou então se configuram de qualquer maneira no objetivo da maximização dos lucros. (FRAY, 1961, p. 141).

Ainda a propósito do referido processo, mesmo que se considerem imprecisos os critérios puramente quantitativos estipulados pela SUMOC em sua política de abertura de agências por praça, como por exemplo: o fato da praça não ser especificada em cada zona, assim como, a concessão de cartas-patentes a partir da análise individualizada do pedido de cada banco, em detrimento da realização de leilões públicos para abertura de agências, certamente, levaram os bancos a pleitearem o máximo possível de agências estabelecendo concorrência com bancos locais, o que justifica a elevada expansão desse fixo na década tratada assim como da redução do número de bancos.

Entretanto, não se deve olvidar da relativa diversificação ocorrida com os fixos geográficos de prestação do serviço bancário na primeira década, destacada na Tabela 1 e representada a partir dos escritórios e correspondentes. Assim, os primeiros tiveram um crescimento de 55% já os números do segundo, praticamente quintuplicaram em nove anos. Vale acrescentar ainda que estes fixos (escritórios e correspondentes) tinham a função de aproximar os serviços bancários de regiões menos dinâmicas, ou como menciona a Instrução n. 95, zonas desassistidas, que eram frequentemente instalados em cidades pequenas que não tinham um movimento satisfatório, sendo suas operações não raramente restritas aos comerciantes locais.

Nesse sentido, o território brasileiro durante a década de 1950 ainda passava por um processo de integração, com a renovação dos sistemas de engenharia e de movimento, daí entende-se a criação dos bancos de desenvolvimento²⁷, a exemplo

²⁷ A esse respeito, as dissertações desenvolvidas por de Silva Júnior (2004) e Farias (2008), a propósito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, como também e tese de Cardoso (2006) sobre o Banco do Nordeste do Brasil – BNB consistem em interpretações

do BNDE e do BNB. Logo, não por acaso lembrou Geiger (1963) que não existia uma rede urbana nacional no período. Fato que se apresentava de maneira mais aguda à medida que se distanciava do eixo Centro-Sul do País. Pois,

No Nordeste, como já foi demonstrado, a estrutura urbana guardou maior quantidade de elementos de herança colonial; a localização das principais cidades na linha da costa é mais nítida; a ausência de cidades médias mais sentida; guardaram-se melhor os traços fisionômicos do passado [...] (GEIGER, 1963, p. 105).

Assim, uma expressão atinente com o contexto ora tratado pode ser verificada a partir da rede urbana do estado de Alagoas no ano de 1956, vista a partir da atividade bancária, conforme apresentado no Mapa 1.

Mapa 1 - Alagoas: zonas de influência das cidades a partir da atividade bancária (1956)

Uma leitura do Mapa 1²⁸, que representa as zonas de influência da atividade bancária em Alagoas para o ano de 1956, revela, salvaguardadas as especificidades do processo de formação territorial de cada lugar da formação socioespacial²⁹ brasileira, o grau de desenvolvimento alcançado no período pelas redes urbanas e bancárias, assim como o papel dos sistemas de movimento, ou como preferiu Corrêa (1969), dos transportes, em cada etapa do processo de desenvolvimento da configuração territorial, logo, da integração do território. Naquele ano, o estado de Alagoas contava com 41 cidades (sedes municipais), sendo apenas 10 portadoras de serviços bancários, que numa leitura fria, numérica, torna-se uma cifra pouco expressiva, mas que à luz das políticas implementadas pela SUMOC em seu primeiro decênio de atuação e atreladas à vida de relações existente entre as cidades, o número acaba por se tornar relevante e revelador das estratégias de expansão da atividade bancária no território.

Dadas às normas estabelecidas pela SUMOC, conforme visto anteriormente, pode-se dizer que para a instalação de uma agência numa cidade, era imprescindível uma dinâmica econômica mínima que lhe atribuísse alguma centralidade frente à região circundante. Nesse sentido, pode-se considerar a agência, esse fixo geográfico, como um indicador empírico de primeira ordem para a consideração de uma dada hierarquia urbana, ainda mais quando se refere a um estado como Alagoas, que em 1950 contava com apenas 21,5% de sua população residindo nas sedes municipais, segundo os dados fornecidos pelo IBGE (1950). Sendo assim, as zonas bancárias determinadas pela SUMOC e, de certo modo, apresentadas no Mapa 1, acabam por expressar as regiões de influência das cidades, isto é, a sua rede urbana.

Em Alagoas a instalação de cada agência bancária, melhor dizendo, a chegada de cada banco em cada aglomeração deveu-se a sua situação frente ao

²⁸ O mapa foi elaborado a partir do uso das informações contidas numa publicação do IBGE sobre os municípios dos estados de Alagoas e Sergipe, intitulada *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* do ano de 1959. Entretanto, ressalte-se que o estudo citado foi realizado com base no Censo Demográfico e Econômico de 1950, como também nos relatórios do Departamento Estadual de Estatística e demais órgãos estaduais do ano de 1955. Outro caminho importante para o conhecimento da instalação das primeiras agências bancárias no território foi a consulta nos sítios eletrônicos das principais instituições bancárias do período, e a verificação do prefixo (código de abertura da agência) de cada cidade.

²⁹ De acordo com Souza (1999, p. 39): “Através dessa proposta de formação socioespacial é possível, portanto, aprofundar algo que ainda é incipiente na metodologia geográfica: a distinção entre a aparência (ditada pelo global) e a essência (construída diferentemente nos lugares, em cada lugar, cotidianamente).”

curso, o traçado de cada sistema de movimento no território, que obedeceu num primeiro momento quase que exclusivamente as lógicas da produção que deveriam escoar no sentido da capital, Maceió. Assim faz-se necessário recorrer a Pierre Monbeig, para quem: “A função bancária é o prolongamento direto da função mercantil e o complemento da atividade industrial.” (MONBEIG, [1952] 1984, p. 366).

As duas (primeiras) zonas de influência da atividade bancária em Alagoas no ano de 1956 eram comandadas por Maceió e Penedo, conforme mostra o Mapa1, e correspondem aquelas que formam a segunda geração das velhas cidades do litoral, cujo desenvolvimento ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, quando os transportes de navegação fluvial e marítima ainda eram as principais formas de circulação, ou seja, de exportação da produção de açúcar e algodão para a Europa. Assim, a posição privilegiada das referidas cidades e a melhor condição técnica dos seus portos, capazes de receber navios maiores para o transbordo de mercadorias, garantiram-lhes a consolidação de suas áreas de influência, logo, a passagem obrigatória da produção pelos portos de Maceió e Penedo.

Entretanto, é na era da ferrovia que a função bancária em Alagoas começa a desenvolver-se, a partir da instalação de três agências bancárias nas duas primeiras décadas do século XX, das seguintes instituições: Banco de Alagoas (1915), Banco do Brasil (1916) e Bank of London & South America Limited³⁰ (1920), instaladas na cidade de Maceió. Conforme lembrou Monbeig, a chegada de instituições bancárias no território vai além da simples prestação de um serviço, sendo antes um indicador do crescimento e desenvolvimento de funções que a precedem, o que fica bastante nítido a partir da assertiva de Ivan Fernandes Lima (1965, p. 334), para quem: “Historicamente, as estradas, que, em Alagoas, iniciaram um estímulo para as indústrias³¹ modernas, foram as ferrovias; sendo mais atuantes a partir de 1900, quando surgiram em maior número as usinas e fábricas de tecidos.”

Para o caso da cidade de Penedo, sua centralidade deveu-se num primeiro momento à posição favorável no ponto final da navegação oceânica do rio São Francisco. Com o advento da ferrovia em Alagoas, a referida cidade teve suas

³⁰ Segundo Carvalho (1982, p. 285), este era o único banco estrangeiro presente no território alagoano, sendo um poderoso acionista na Light and Power (Força e Luz) que explorava a energia elétrica no Estado.

³¹ A propósito do papel das culturas da cana-de-açúcar e do algodão para a formação da indústria em Alagoas, conhecer o trabalho de Morais (2012).

relações de influência, num primeiro momento, fortalecidas, principalmente com os centros ribeirinhos, pois,

O desenvolvimento das exportações de algodão, e também de peles e couros, possibilitou em 1867 a instalação da Alfândega em Penedo. A introdução de um novo meio de transporte, o ferroviário, em 1881-83, contornando o trecho encachoeirado do São Francisco, veio reforçar este escoamento de riqueza algodoeira pelo eixo do vale. (CORRÊA, 1969, p. 36).

Assim, com o destacado papel de cabeça de rede urbana, Penedo tornou-se a segunda cidade alagoana a receber uma agência do Banco do Brasil, no ano de 1923, o que de certa maneira, legitimou a centralidade portada pela mesma. Entretanto, já nesse período, que confere o envolver da função bancária em Penedo, também acaba por ser a perda de seu pleno domínio econômico sobre as cidades ribeirinhas. Isto porque os avanços territoriais da ferrovia, não só em Alagoas, mas nos diversos estados brasileiros, a exemplo do estado de Sergipe, fez inúmeras cidades, antes, simples sedes municipais, passarem a efervescentes centros de relações. Um exemplo é a cidade de Propriá no território sergipano, que a partir de 1920 com a inauguração do trecho da ferrovia que a interligava com as capitais Aracaju (SE) e Salvador (BA), garantiu-lhe um importante papel econômico na região ribeirinha de Sergipe e Alagoas, portanto, “tomando” parte da centralidade exercida por Penedo em seu *hinterland*.

A própria atividade bancária, conforme mostra o Mapa 1, se tomada como exemplo, acaba por expressar a partir do número de agências bancárias, a partilha da centralidade exercida a princípio unicamente por Penedo. Pois, apenas em 1931 Propriá passou a contar com serviços bancários com a instalação de uma agência do Banco Mercantil Sergipense, fundado em 1924 e sediado na capital Aracaju, mas, até 1956, a cidade passara a contar com mais quatro agências de outros bancos. Enquanto Penedo, em Alagoas, possuía duas agências: uma do Banco Mercantil Sergipense, que atuava em toda a região ribeirinha, inclusive nos municípios de Traipu – por meio de correspondente – e de Pão de Açúcar – através de um escritório e uma agência da Caixa Econômica Federal, que foi instalada apenas da década de 1950.

Diferente do que começara a ocorrer com Penedo em função das mudanças nos sistemas de movimento e na própria configuração territorial em Alagoas, a

ferrovia garantiu à Maceió uma acentuação de sua influência, principalmente sobre os centros da zona canavieira, como destacou Brandão (1929, p. 38):

A situação de insulamento em que vivia Maceió tendia, porém, a se modificar deste o momento em que os trilhos de uma estrada de ferro irradiaram da metrópole, foram parar em União e, posteriormente, em Viçosa e Victoria [atual Quebrangulo], lugares donde mais facilmente toda produção agrícola convergiu para a capital, cujo ante-posto, Jaraguá, se tornou largamente movimentado. Pouco tempo depois as vantagens trazidas por essa ferrovia (Alagôas Railway, hoje Great Western) e pela navegação directa da Europa á séde do governo alagoano se juntou o descanso de Penêdo, cuja Alfandega foi suppressa. Maceió importa do interior e de outros Estados cereaes e legumes, banha, café, cebolas, matte, fumo, etc., recebendo tambem vários artefactos, objectos typographicos, mobílias, louças, vidros, drogas, etc.

Assim, a penetração da ferrovia através dos vales açucareiros do Mundaú e do Paraíba do Meio ou, como denominou Andrade (1959), os “rios do açúcar”, nos derradeiros anos do século XIX, não só propiciou uma maior integração territorial, projetando algumas cidades ponta de trilhos, como União dos Palmares e Viçosa, (está ultima, na primeira década do século XX) que tiveram suas funções redefinidas, passando a importantes centros não só de produção, mas de captação de mercadorias. Como também consagrou o comando da região canavieira exercido por Maceió, que alcançou um maior desenvolvimento de suas funções portuária, industrial e de serviços.

Contudo, deve-se lembrar, que um elenco de cidades situadas ao norte da capital alagoana como, por exemplo, Porto Calvo, Porto de Pedras e mesmo Colônia Leopoldina não integravam a área de influência de Maceió. Uma razão para tal fato pode ser encontrada quando se observa o traçado da ferrovia, que não alterou seus destinos, como fizera com União dos Palmares e Viçosa. Dessa forma, a rede urbana alagoana ampliava sua integração no contexto nordestino, (de forma subordinada) com a rede urbana comandada por Recife, que demonstrava sua força polarizadora³², sobretudo naquela porção do território alagoano, com as cidades que não foram interligadas pela ferrovia e dialogavam com a capital pernambucana através das estradas de rodagem, conforme lembrou Monbeig (1948, p. 468-469),

³² A cidade do Recife ampliou sua área de influência no território alagoano quando o ramal ferroviário que “subiu” o vale do Mundaú foi ligado a linha pernambucana, período que coincide com o arrefecimento do crescimento de União dos Palmares.

principalmente para escoamento da produção de algodão e de açúcar, e também para o recebimento de gêneros alimentícios.

As cidades que não desfrutaram da condição de ponta de trilhos pouco desenvolveram suas funções urbanas, sendo praticamente sedes de residência de uma parcela mínima da população total de cada município, de característica eminentemente agrícola, que contribuía diretamente com a economia estadual praticamente através da produção de cana-de-açúcar e algodão que era captada por intermediários e, encaminhada às cidades ponta de trilhos. Assim, uma expressão da vida de relações que animava algumas cidades alagoanas e permitia a integração territorial conquistada através da expansão da ferrovia, que obedecia naturalmente a interesses econômicos exógenos, pode ser observada a partir da narrativa feita por Moreno Brandão, que parece indicar as cidades que despontavam com o advento da ferrovia, tornando-se ponta de trilhos:

Em Maceió, existe apenas a *Great Western of Brazil Railway*, que, além da estação central, localizada em valioso predio, conta mais as estações de Jaraguá, Bebedouro e Fernão Velho. Por meio dessa via acelerada estão estabelecidas frequentes relações entre a metropole e os municípios de S. Luzia do Norte, Muricy, União, S. José da Lage, e os Estados de Pernambuco, Parahyba do Norte e Rio Grande do Norte. Um ramal dessa estrada alcança Capella, Atalaia, Viçosa e Quebrangulo, devendo em breve estender-se até Palmeira dos Índios. (BRANDÃO, 1929, p. 39, grifo do autor).

Fora do eixo Litoral-Zona da Mata, a cidade mais beneficiada com a ferrovia foi Palmeira dos Índios, tornada ponta de trilhos em 1933 e, diferentemente das cidades indicadas na assertiva acima, passou a exercer forte influência sob uma vasta extensão territorial. Em grande medida, deve-se salientar que o destacado papel de Palmeira dos Índios deveu-se: em primeiro lugar a sua posição geográfica, que além de permitir-lhe articulação com as cidades situadas no Agreste e Sertão alagoanos, possibilitou-lhe intensa relação com as cidades localizadas ao norte do seu território, no Agreste pernambucano. Uma segunda razão para o progresso de Palmeira dos Índios foi o processo de especialização econômica centrado na cultura algodoeira, que ao lado da cana-de-açúcar que era produzida largamente na Zona da Mata, constituía a base econômica de Alagoas³³.

³³ Segundo Barbosa (1982, p. 42): “A partir da década de 30 a economia alagoana entra em uma fase caracterizada por uma maior utilização da mão-de-obra sertaneja nas usinas, desde que a construção de estradas e o surgimento do caminhão favoreceram a migração de trabalhadores da Zona Semi-Árida para a Zona da Mata. É justamente nessa época que tem início a grande mobilidade da força de trabalho do Estado de Alagoas.”

Para se ter uma ideia da primazia da cultura algodoeira em Palmeira dos Índios, a referida aglomeração já em meados do século XIX foi responsável por quase metade da produção de algodão da Província das Alagoas, conforme destacou Moacir Medeiros de Sant'ana (1970, p. 110). Entretanto, foi com o advento da ferrovia e as novas possibilidades de captação e escoamento da produção que a referida cidade alcançou um maior dinamismo urbano. Pois, a chegada de empresas (outrora localizadas nas cidades de Quebrangulo e Viçosa) voltadas para o beneficiamento do algodão e absorção de mão-de-obra proveniente de diversos pontos do Agreste e Sertão, fez com que Palmeira dos Índios alcançasse uma diversificação de suas funções urbanas e favoreceu o surgimento de vários núcleos urbanos menores.

Um evento que inegavelmente indica o período de aquecimento das relações financeiras em Palmeira dos Índios e sua área de influência foi a chegada do Banco do Brasil no ano de 1937 com a instalação de sua primeira agência do Agreste e Sertão alagoanos, se constituindo, por assim dizer, num agente que impulsionou a economia da aludida área, que até então tinha por excelência suas atividades financeiras controladas pelas mesmas firmas que na ausência de instituições bancárias atuavam como tal, principalmente no financiamento da produção agrícola, mas que a princípio tinham ali outra função, ou seja, o beneficiamento do algodão produzido³⁴.

Vale salientar que esse processo não se constituiu em uma exclusividade alagoana, pois vários estudos demonstraram que pela inexistência de um sistema bancário nacional, e mesmo de atividades bancárias mínimas nos lugares, o financiamento das atividades econômicas nos diversos pontos do território brasileiro era realizado por agentes não financeiros, como também por capitais particulares³⁵. Um exemplo a ser tomado, é a pesquisa realizada por Monbeig no estado de São

³⁴ Discorrendo acerca do referido processo em Palmeira dos Índios, asseverou Ferrari (1985, p. 82-83): "[...] empresas como a SANBRA, a Pedro Carnaúba e a Sampaio e Passos atuavam como se fossem bancos, financiando a produção. No caso da Sampaio e Passos, a firma obtinha dinheiro das fábricas têxteis e emprestava à comerciantes e produtores, além de emprestar com recursos próprios, para receber na safra. Tal prática estendeu-se até a década de 1950. Por sua vez, a SANBRA configura um outro tipo de prática. Esta firma tendia a oferecer preço mais elevado de compra aos produtores rurais, ao mesmo tempo que vendia a preços inferiores aos de mercado às indústrias têxteis. Tal prática implicava em reduzir a margem de comercialização de empresas concorrentes, expulsando do mercado as menos competitivas."

³⁵ Pode-se tomar a título de exemplo, a pesquisa desenvolvida por Paul Singer (1968), que explicou que na cidade de Blumenau (SC), com a ausência de um aparelho bancário as empresas do ramo da indústria têxtil atuavam como bancos financiando as várias etapas da produção da matéria prima.

Paulo, que uma das contribuições legadas é a explicação das relações do fazendeiro e do pioneiro (sitiente) com o sistema bancário:

Finalmente, os sitientes preferem dirigir-se a bancos locais, aos comerciantes, aos “maquinistas” (gerentes das máquinas de descaroçar algodão ou de beneficiar arroz), aos negociantes de café ou de algodão. Essa preferência corresponde, sem dúvida, a certa desconfiança com relação aos grandes bancos oficiais, para eles instituições distantes e um tanto misteriosas, talvez também demasiado associadas, no espírito de gente simples, a tudo que diz respeito a administração e governo. É mais fácil falar diretamente com um conhecido que nada ignora da vida rural, do que a um funcionário que fica atrás de um guichê, ou a um diretor à retaguarda de sua escrivaninha, funcionário e diretor vindos ontem de outra terra e que amanhã partirão. É um reflexo típico de camponês. O comerciante vizinho ou o “maquinista” não pedirão títulos das propriedades nem estimativa das safras. É mais simples e econômico tratar com eles que, concluído o negócio, tirarão letras de câmbio do bolso, sem maiores complicações. (MONBEIG, [1952] 1984, p. 225).

Complementa o mesmo autor:

A contrapartida da generosidade aparente não deixará de ser dolorosa. Os juros dos empréstimos assim feitos são da ordem de 12%, ou 1% ao mês. As notas de compras dos fornecedores transformados em financiadores são, automaticamente, majoradas. As sementes, os adubos, os instrumentos de trabalho, os inseticidas e os alimentos custarão mais caro; mas o pobre pioneiro não se dará conta. O que ele sabe muito claramente é que o negociante, o “maquinista” ou os seus intermediários, fazendo tão humanamente os empréstimos, adquiriram o direito, por vezes tácito, mas quase sempre por escrito, de lhe comprar toda a colheita. Pode-se garantir que eles não farão a oferta mais elevada nas cotações do dia, porque, recorrendo ao empréstimo, o sitiente perdeu o direito de dispor de sua safra. (MONBEIG, [1952] 1984, p. 225).

Nesse sentido, o advento da ferrovia consistiu num evento determinante na reestruturação da materialidade do território alagoano, possibilitando, não apenas um maior escoamento da produção e deslocamento das pessoas, mas, impondo uma nova hierarquia urbana. Assim, a chegada dos bancos e a primeira expressão territorial de uma incipiente rede bancária faz parte de um conjunto de elementos que passaram a animar e intensificar a vida de relações em vários centros. Dessa maneira, o processo de interiorização da atividade bancária no território alagoano se deu mediante o desenvolvimento dos sistemas de movimento e o pujante aquecimento das economias dos centros diretamente afetados.

Ora, antes da instalação da agência do Banco do Brasil na cidade de Palmeira dos Índios, o referido banco instalou duas agências na mesma década, nas cidades de Viçosa e União dos Palmares, ambas ponta de trilhos, precedendo,

portanto, a cidade Porta do Sertão³⁶. Assim, a ampliação do aparelho bancário no período que antecedeu a criação da SUMOC, se realizou com a instalação de uma agência do Banco do Povo, na cidade de Maceió no ano de 1944. Por sua vez, principiando uma mudança no quadro referente a atividade bancária em Alagoas especialmente em relação ao desenvolvimento da atividade creditícia³⁷, que há décadas persistia.

Dessa maneira, não é demais considerar que até as primeiras décadas do século passado as redes ferroviárias foram o principal sistema técnico no território brasileiro e, em particular, alagoano. Pois, de acordo com Lima (1965, p. 336):

Durante o seu desenvolvimento, a estrada de ferro proporcionou a renovação da nossa economia até os fins de 1927, quando a influência das rodovias procurou suprir as deficiências dos trens; mas o seu papel foi de muito valor, contribuiu para que a indústria do Estado ampliasse o número de usinas e fábricas de tecidos.

Entretanto, se faz necessário lembrar que a implantação desse sistema técnico no território não tinha como princípio norteador a integração de um novo meio de circulação com os demais existentes, por exemplo, o transporte fluvial. Na verdade, as bases que definiram a instalação das ferrovias foram isenções e garantias de juros sobre os capitais investidos, concedidos aos empresários estrangeiros em acordo com as elites locais, conforme asseverou Tenório ([1979] 1996, p. 22). Desse modo, a ferrovia tinha como função principal escoar gêneros agrícolas do interior do território alagoano até os portos do Jaraguá e do Recife, e destes para a Europa. O que parece ser um indicador de uma economia voltada para o mercado externo.

Para Gunnar Myrdal ([1956] 1960, p. 63):

No planejamento das estradas-de-ferro, as considerações de lucro a curto prazo refletiram-se em vantagens para as regiões mais ricas. Mas, desde o princípio, em muitos países, levou-se em conta, também, outro propósito, qual seja o de acesso às regiões subdesenvolvidas; conseqüentemente, as tarifas se deixaram influir por êsse objetivo. O mesmo se deu com a construção de usinas elétricas e rêsdes de distribuição. À medida que o

³⁶ Denominação atribuída a Palmeira dos índios, que além de exercer o papel de comando do Agreste, era o “portal” para entrada e recebimento e escoamento de mercadorias oriundas do Sertão alagoano.

³⁷ A esse respeito, indicou Craveiro Costa ([1929] 1973, p. 161-162): “A situação de vinte annos passados quase que subsiste. Temos as melhores terras, propicias a todas as culturas, mas falta-nos a organização do trabalho e o seu, diremos, saneamento, pela educação technica do trabalhador, que viesse liberta-lo do empirismo, e falta-nos capitais para o desenvolvimento agricola. Falta á nossa lavoura, principalmente, o credito agricola, que é o nervo da agricultura, e que sómente agora está sendo organizado proveitosamente.”

sistema bancário se desenvolveu, tomaram-se, desde logo, precauções nas leis que regulavam esta atividade, para preservar certa margem de controle sobre os recursos de capital, no interesse das regiões menos industrializadas; mais tarde, estabeleceram-se instituições financeiras, especialmente subsidiadas para servir às suas necessidades fundamentais de crédito.

Daí explica-se o progresso de alguns núcleos urbanos em detrimento de outros que tiveram suas incipientes atividades comerciais e industriais comprometidas, em decorrência da mudança do curso das áreas de interesse econômico. Logo, compreende-se as considerações tecidas a seguir por Corrêa (1969, p. 30):

A influência da ação dos meios de transporte reflete-se em cada cidade de maneira diferente, permitindo que Palmeira dos Índios seja, a um tempo “porta de Sertão”, e o foco do comando do Agreste alagoano; em Santana do Ipanema possibilitando que ela fôsse o mais importante centro sertanejo; e, indiretamente, em Penedo, fazendo com que ela perca cada vez mais a sua área de influência – área formada pela faixa ribeirinha do baixo São Francisco. (CORRÊA, 1969, p. 30).

Sendo assim, Maceió e Palmeira dos Índios eram os centros urbanos de maior dinamismo em Alagoas. O primeiro, Maceió, era de longe o principal centro urbano alagoano que, ressalte-se, fazia uso do seu papel de capital (político-administrativo) para manter a centralidade frente aos demais centros do estado, que sofriam forte influência do Recife. Já Palmeira dos Índios obtivera um crescimento exponencial das atividades relacionadas a comércio e serviços, graças aos núcleos urbanos calcados na atividade agrícola, que despontavam ao seu entorno, como, por exemplo, Arapiraca³⁸ que passava por um processo de especialização econômica através da cultura do fumo.

O período que se abre a partir do decênio de 1940 foi marcado por consideráveis transformações no território brasileiro, dimanadas do processo de urbanização e, por conseguinte, de redefinição das suas fronteiras municipais iniciadas com o Decreto-Lei³⁹ n. 311, de 2 de março de 1938. Entretanto, foi após o

³⁸ “Para se ter uma idéia do que foram a rapidez e intensidade dessa especialização, basta citar que em 1920, quando Arapiraca era ainda distrito de Limoeiro, todo o município de Limoeiro produzia 48 ton. de fumo. Em 1940, só o município de Arapiraca, já emancipado, produzia 20 ton. de fumo em folha e 257 ton. de “fumo de corda”. Em 1948, segundo dados oficiais do Min. da Agricultura, a cultura do fumo era feita em 2.700 ha., com produção estimada em 2.000 ton. Isso representa uma produção média de 25 arrobas por tarefa, o que nos parece um pouco exagerado. De qualquer modo, exprime um aumento brutal em oito anos.” (LIMA, 1955, p. 232).

³⁹ O referido Decreto-Lei dispõe: “Art. 3º – A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. Art. 4º – O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, entretanto, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila. Parágrafo único – No mesmo distrito não haverá

término da Segunda Guerra Mundial, e a instituição de um novo pacto territorial⁴⁰, que as forças políticas locais adquiriram o fôlego necessário para impulsionar o movimento de emancipação municipal, ou seja, da criação de prefeituras. Contudo,

A adoção do federalismo no Brasil impôs a presença do município como um ente constitucionalmente participante dessa forma de governo. Em 1946, os municípios ganharam esse *status* de ente federativo, e é justamente nesse momento que se inicia o atual período – o pós-guerra – que o território brasileiro vai conhecer uma aceleração na sua apropriação, quando então passa a acolher vetores de modernização que provocam uma mais intensa fragmentação do território. (CATAIA, 2001, p. 95).

Nesse caminhar, durante o período em tela, Alagoas passa por um processo de alteração da sua configuração territorial, a partir da implantação de sistemas técnicos (estradas de rodagem, comunicações), com a finalidade de permitir um uma maior fluidez da produção de algodão e de fumo oriunda do Agreste e Sertão, no sentido da capital, Maceió, que a escoava através do Porto de Jaraguá a outros destinos. Com isso, a desarticulação dos meios de circulação em Alagoas comprometia diretamente a economia do estado, reduzindo também, a área de influência de sua capital, que ampliara sua função bancária com a chegada da Caixa Econômica Federal desde 1947.

Um exemplo elucidativo foi a cidade de Arapiraca, ponta de trilhos apenas em 1947, já tinha sua economia voltada para o mercado externo fazendo uso de outros meios de circulação, conforme explicou Corrêa (1969, p. 40):

Os centros urbanos ao sul de Palmeiras dos Índios, Arapiraca e Pôrto Real do Colégio pouco ou nenhum progresso devem à ferrovia, pois, a primeira, produzindo fumo sob as ordens de Salvador, envia para a Bahia por caminhão a sua produção, e a segunda, pequena cidade ribeirinha, mantinha suas relações ou com Penedo, pelo rio, ou com Propriá, “ponta de trilho”, na margem oposta do São Francisco, desde 1915.

mais de uma vila. Art. 11 – Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbanos e suburbanos da sede, onde haverá pelo menos trinta moradas. Art. 12 – Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradas.”, observou Geiger (1963, p. 7).

⁴⁰ Discorrendo sobre os eventos posteriores a Constituição de 1937 e a aniquilação da federação, afirmou Santos ([1987] 2007, p. 130): “A eclosão da Segunda Guerra Mundial e o engajamento posterior do país no conflito, ao lado dos aliados, em nome justamente da liberdade, arrastaram o Brasil ao movimento de redemocratização. A queda de Vargas e a convocação de uma assembléia nacional constituinte desembocam na Carta Magna de 1946, uma lei maior já em busca da modernidade, restauradora dos direitos dos estados e amplificadora das prerrogativas municipais, agora amparadas por uma maior generosidade fiscal, com a redistribuição equitativa entre todos os municípios de uma parcela da arrecadação federal do imposto sobre a renda. É a esse estímulo que se deve a criação de centenas de novos municípios em todo o território nacional. Era, também, um novo pacto territorial, fortalecedor da vida local, e que iria durar cerca de dezoito anos.”

Nesse sentido, o decênio de 1950 marca o início do apogeu da cultura fumageira liderada por Arapiraca e firmada num regime de pequenos estabelecimentos rurais. Portanto, já apresentava os primeiros indícios de um centro que viria a se tornar referência exclusiva em Alagoas ditado pelo mercado externo, já que nos anos subsequentes cerca de nove empresas⁴¹ transnacionais ali se instalariam. Assim,

A partir de então, a cultura da mandioca foi cedendo terreno, com a instalação da primeira multinacional – a Exportadora Garrido, dirigida por Galeno Fraga, que estimularia ainda mais a propagação da cultura de fumo do município, pois, logo em seguida, surgiram outras firmas concorrentes na compra de folhas para exportação. Desta data em diante, o fumo nortearia os destinos, não só de Arapiraca, mas de toda a região do Agreste, tornando-se o maior parque fumageiro da América-Latina, em área contínua. (GUEDES, 1999, p. 199).

Dessa maneira, Arapiraca passou a ser o “destino” de uma considerável parcela da força de trabalho residente nos diversos pontos do território alagoano, propiciando o desenvolvimento de suas atividades comerciais como também de transportes, sendo “cortada” pelas principais rodovias estaduais, Arapiraca tornou-se um importante nó rodoviário. Assim, tais eventos culminaram numa ampliação da demanda por serviços bancários, embrionários no território alagoano. Logo,

O crédito bancário passou a ser utilizado na medida em que foram sendo ampliadas as funções urbanas de Arapiraca. **O Banco da Lavoura de Minas Gerais, atual Banco Real, instalou sua primeira agência na cidade de Arapiraca em 1950, enquanto o Banco do Brasil só iniciou seu funcionamento a partir de 1964**, anteriormente o movimento sendo feito através de suas agências de Palmeira dos Índios principalmente, ou de Penedo. (FERRARI, 1985, p. 74, grifo nosso).⁴²

A propósito da expansão da atividade bancária no território brasileiro, pode-se considerar que o Banco do Brasil mantinha-se como pioneiro no que diz respeito ao seu papel na interiorização dos serviços bancários. Entretanto, o fazia no mesmo ritmo do período anterior à criação da SUMOC. Uma comprovação dessa afirmação foi a sua atuação no território alagoano, que recebeu no ano de 1953 tão somente a sua sexta agência instalada na cidade de Santana do Ipanema, principal centro

⁴¹ “Nessa fase instalaram-se as firmas “Exportadora Bukovitz Ltda, Fraga e Sobel, Tabacalera do Brasil, C. Pimentel, Carleoni e Souza Cruz [...]. Ainda na década de 1950, instalaram-se as firmas internacionais de Amerino Portugal e a Mangerroux, atual Ermor e, a partir de 1960, a Esotaco e a Copata, todas visando o aproveitamento da folha para capa de charuto. Em realidade, todas essas firmas tinham em Arapiraca depósitos e escritórios de compra subordinados às filiais tradicionalmente estabelecidas em Salvador.”, destacou Ferrari (1985, p. 73-74).

⁴² No mesmo período, o Banco da Lavoura de Minas Gerais instalou sua primeira agência em Alagoas, na cidade de Maceió.

sertanejo cujo desenvolvimento se deu concomitante ao de Palmeira dos Índios, e, local onde recorria para realização de suas movimentações bancárias.

Vale acrescentar ainda que o Banco do Brasil se fazia presente em mais dois municípios alagoanos, Traipu e Paulo Jacinto, através de correspondentes⁴³. O primeiro município, situado às margens do São Francisco, direcionava seus movimentos a agência de Penedo. Já o segundo, num território onde a cultura algodoeira teve um importante papel na economia do estado, direcionava as movimentações diversas para as agências de Viçosa e Palmeira dos Índios.

No que concerne a atividade bancária em Alagoas para o aludido período, deve-se fazer uma nota, acerca da instalação de uma agência do recém-criado, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que apesar de ter sido instituído em 1952, só passou a funcionar efetivamente a partir de 1954, quando inaugurou sua primeira agência em Fortaleza, sua sede, no estado do Ceará, mesmo ano de abertura da agência de Maceió. Desde o começo de suas atividades, o BNB já se constituiu como banco múltiplo, podendo exercer todas as funções permitidas aos bancos⁴⁴ comerciais e de desenvolvimento. Contudo, ao contrário das demais instituições bancárias que conforme destacou Santos ([1971] 1973, p. 147-148), exerciam um “parasitismo” decorrente da transferência⁴⁵ coletiva de poupança (número de depósitos amplamente superior ao de empréstimos) da região circundante (rural), o BNB tinha como propósito fornecer crédito de médio e longo prazos bem como financiar programas de desenvolvimento.

Contudo, deve-se destacar que na segunda metade da década de 1950 em Alagoas e, portanto, segundo decênio de existência da SUMOC, ocorreu a ampliação mais significativa do número de instituições bancárias, revelando, por

⁴³ Uma análise mais amíúde sobre a origem e o papel desempenhado pelo Correspondente, será desenvolvida no *Capítulo 4* desta dissertação.

⁴⁴ Ao tratar da política de crédito e da relação do aparelho bancário e as concretas e possíveis formas de financiamento às empresas marginais nordestinas advertiu Rangel (1959, p. 434, grifo do autor): “É preciso não perder de vista que os bancos de investimentos constituem inovação relativamente recente, aparecendo nos países mais avançados nas condições de um mercado de crédito já caracterizado pela “verdadeira” sociedade anônima, isto é, sôbre os escombros do chamado “capitalismo manchesteriano” (que sobrevive no Nordeste) e como modo de formação de capital *que tende a substituir a bolsa de valores*. Històricamente, portanto, o Nordeste está atrasado duas etapas em relação à era dos bancos de investimento.”

⁴⁵ Para Myrdal ([1956] 1960, p. 45): “Estudos em muitos países revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressistas, onde a remuneração do capital é alta e segura.”

assim dizer, as políticas implementadas pelo aludido órgão. Pois, como afirmou Carvalho (1982, p. 287):

A partir de 1957 houve uma verdadeira explosão no mercado bancário: em apenas oito anos, instalaram-se 10 novas unidades (1957: Banco do Povo – Agência de Maceió e Banco Nacional de Minas Gerais; 1958: Banco de Crédito Real de Minas Gerais; 1962: Banco Econômico da Bahia – Agência de Maceió e Banco Nacional do Norte; 1963: Banco da Produção do Estado de Alagoas; 1964: Banco Auxiliar do Comércio, Banco Freire Silveira e Banco Comércio Indústria de Minas Gerais; 1965: Banco Mineiro da Produção).⁴⁶

O aumento do número de instituições bancárias, ou seja, de agências no território alagoano, pode ser compreendido a partir da análise da diversificação da economia do estado e a formação de “zonas econômicas” calcadas nas culturas do algodão e do fumo que, conforme explicou Diégues Júnior (1954), foram centrais para a fixação da população e atração de populações de estados fronteiriços, e, posteriormente, para a dinamização de diversos centros como Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios seguidas por Arapiraca que no decênio de 1950 já apresentava um crescimento populacional⁴⁷ acima da média estadual.

Outro dado que não se deve desprezar é a intensa fragmentação do território brasileiro, consolidada a partir da criação de novos municípios. De acordo com Cataia (2001, p. 125):

Pouco antes de Constituinte de 1946 o Brasil possuía 1.585 municípios. De 1960 a 1964 produziram-se 1.333 municípios, fato este nunca mais repetido num período tão curto, de modo que antes do golpe militar de 1964 o Brasil contava com 4.111 municípios. Com o regime militar os municípios vão perder grande parte de seus direitos. Em 1968 o país tinha 3.948.

Sendo assim, junto com as diversas transformações em curso no Brasil na década de 1960, era chegado o momento de novas transformações nos mecanismos referentes à reorganização da atividade bancária, ainda pouco articulada com as atividades econômicas do País. Logo, para Dias (2005, p. 30): “Tal situação não seria tolerada por muito tempo: articuladas a um vasto projeto de desenvolvimento científico e tecnológico, de modernização da economia e da reorganização espacial, uma política de telecomunicação e de reforma financeira seguiram de perto o Golpe Militar de 1964.”

⁴⁶ A chegada do Banco Econômico da Bahia, na cidade de Maceió, resultou no fechamento da agência do Banco de Alagoas que foi encampado pelo primeiro.

⁴⁷ A partir de uma análise fundamentada nos resultados do censo demográfico de 1960, em seu estudo, Silva Filho (1966) apresentou de forma pormenorizada os níveis de crescimento populacional e a densidade demográfica de Alagoas e de seus municípios.

- *Rigidez normativa e rearranjos do circuito superior das instituições financeiras no território*

Em meados da década de 1960 a reestruturação do sistema financeiro coadunou-se com a renovação da base técnica, normativa e organizacional do território brasileiro que, por sua vez, passou a conhecer uma nova feição. Um novo funcionamento com novos fluxos passou a figurar no cenário nacional, mormente em decorrência da redução do tempo de circulação da informação que nas palavras de Cordeiro (1991, p. 25) “[...] sempre teve um papel-chave no processo de tomada de decisão.” De fato, não se deve olvidar que a Reforma Financeira consistiu num significativo marco jurídico-institucional que alterou de forma irreversível a configuração da atividade bancária, aqui entendida como a principal expressão do sistema financeiro nos lugares.

Assim, no período em tela, o território brasileiro passou por um acentuado processo de expansão financeira, alimentado pela diversificação das instituições que compunham, na ocasião, o Sistema Financeiro Nacional⁴⁸. Tal fato acirrou a competição entre os bancos por recursos e clientes, culminando num movimento intenso de fusão e concentração vivenciado pelo sistema bancário, o que não causou espanto, pois esse processo já era algo corrente no período da SUMOC⁴⁹. Dessa maneira,

“A grande mola propulsora dessa expansão foram as Reformas Gerais do Sistema Monetário-Creditício (1964) e a Financeira (1965). Criando novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento dos vários tipos de créditos, pois a estrutura creditícia e de financiamento até então existentes era inadequada para fazer frente às necessidades da expansão dos novos setores industriais, essas reformas vieram a reproduzir no Brasil uma estrutura financeira nos moldes dos países avançados.” (CORDEIRO, 1986-1987, p. 156).

O estudo realizado por Silva et al. (1971) sobre a área de influência da cidade Maceió, apresenta uma análise pormenorizada da organização bancária em Alagoas no ano de 1968 e, no que diz respeito a problemática ora tratada, revela, mesmo

⁴⁸ “É denominado Sistema Financeiro Nacional (SFN) o conjunto de instituições financeiras que atuam no território nacional, tanto as públicas quanto as privadas, tanto as de regulação e fiscalização quanto as de intermediação e operação.” (BACEN, 2013).

⁴⁹ Segundo Tavares ([1972] 1978, p. 220): “O Conselho Monetário Nacional (instituído pela reforma bancária em lugar do antigo conselho da SUMOC) continuou revisando, periodicamente, os conceitos e as formas de regulação básicas contidos naquele diploma legal por meio de resoluções e circulares do Banco Central.”

num ponto opaco do território brasileiro, o processo de expansão das redes bancárias após as mudanças normativas e consequentemente funcionais, no papel dos bancos, conforme é possível inferir a partir do Quadro 5.

Quadro 5 – Alagoas: distribuição dos bancos por município (1968)

Estado	Município	Banco
Alagoas	Arapiraca	Banco da Bahia – Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco do Brasil – Banco do Nordeste
	Batalha	Banco do Brasil – Banco do Nordeste
	Capela	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	Maceió	Banco Aliança – Banco Brasileiro de Descontos – Banco Comercial do Nordeste – Banco da Bahia – Banco da Lavoura de Minas Gerais – Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco da Província do Rio Grande do Sul – Banco de Crédito Real de Minas Gerais – Banco do Brasil – Banco do Comércio e Indústria da Paraíba – Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais – Banco do Estado de Minas Gerais – Banco do Nordeste – Banco Econômico da Bahia – Banco Industrial de Campina Grande – Banco Nacional de Minas Gerais – Banco Nacional do Norte – Banco Português do Brasil – Bank of London of South America
	Major Isidoro	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	Maribondo	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	Mata Grande	Banco do Nordeste
	Palmeira dos Índios	Banco da Bahia – Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco do Brasil
	Pão-de-Açúcar	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	Penedo	Banco da Bahia – Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco do Brasil – Banco do Nordeste
	Rio Largo	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	Santana do Ipanema	Banco da Bahia – Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco do Brasil
	São Miguel dos Campos	Banco da Produção do Estado de Alagoas
	União dos Palmares	Banco da Produção do Estado de Alagoas – Banco do Brasil
	Viçosa	Banco do Brasil

Fonte: SILVA et al. (1971).

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Diante do exposto, vale lembrar que o estado de Alagoas no ano de 1968 contava com quarenta e cinco (45) estabelecimentos bancários de dezenove instituições (19) em quinze (15) dos seus noventa e quatro (94) municípios. Mesmo com apenas dezesseis por cento (16%) dos municípios atendidos por agências, é possível admitir um avanço em relação à expansão dos serviços bancários no aludido estado. A assertiva confirma-se quando se observa uma expansão dos bancos públicos no sentido do interior do território alagoano, tendo em vista que apenas Maceió, principal centro econômico do estado, possuía agência de cada banco.

Ademais, ressalte-se que o processo de expansão da atividade bancária em Alagoas após a Reforma Financeira deu-se exclusivamente através dos bancos públicos, a saber: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Bahia e Banco da Produção do estado de Alagoas. Este último alcançando uma maior capilaridade, com agência nas principais cidades que comandavam as “áreas econômicas” do estado, fundamentadas nas atividades agrícola e agropecuária. Nesse sentido:

Há, todavia, um esforço do governo alagoano no sentido de dotar o Estado de uma infraestrutura bancária, visando a um investimento e o futuro desenvolvimento das diversas regiões, e que é constatado pela criação do Banco da Produção do Estado de Alagoas, que por sinal é a única empresa que foi criada com recursos oriundos do próprio Estado (mais de 50%), e que contava com até o final do ano de 1966 (em três anos portanto), com 12 agências, prevendo-se a instalação de mais três em Delmiro Gouveia, Pôrto Calvo e Colônia Leopoldina, promovendo assim um processo expansionista da rede bancária. (SILVA et al., 1971, p. 32).

Logo, a caracterização da rede bancária em Alagoas reforça a assertiva de que cada lugar, a sua maneira, responde aos processos de naturezas diversas. Um exemplo é o modo como se deu a configuração da rede bancária alagoana mediante as alterações de cunho normativo no Brasil. Pois, a partir da Reforma:

Na essência, os bancos comerciais deveriam restringir sua atuação ao âmbito das transações de curto; e os bancos de investimento deveriam dedicar-se ao financiamento de médio de longo prazo para capital fixo e de trabalho, principalmente de empresas industriais. Os recursos de maior prazo para o setor privado também deveriam ser fornecidos pelos bancos de desenvolvimento, nacional e regionais. (BAER, 1986, p. 14).

Com o incipiente desenvolvimento das funções urbanas (comerciais) de Arapiraca, Batalha e Santana do Ipanema, por exemplo, os bancos comerciais privados não encontravam uma estrutura viável para ampliação de suas redes de

agências e, portanto, restringiam-se a Maceió. Dessa forma, a expansão da rede bancária em Alagoas ocorreu por meio dos bancos públicos, comerciais e de desenvolvimento voltados para a concessão de crédito rural (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e para as atividades comerciais e industriais (Banco do Estado de Alagoas). Sob os auspícios dessa Reforma o território alagoano e brasileiro assistiu a um processo de expansão do crédito, sobretudo para as atividades agrícolas que, conforme Santos ([1994] 2008, p. 136-137):

Como consequência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma expressão maior do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e uma necessidade de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário, de tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, dando uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana.

A *creditização do território* destacada pelo autor consiste numa manifestação do processo de expansão da atividade bancária⁵⁰ nos lugares e, por conseguinte, da oferta de produtos financeiros. No caso brasileiro, o crédito concedido às atividades agrícolas e industriais representou uma expressão geográfica do processo de financeirização que não raramente estava ligado aos interesses alheios ao território. O processo de expansão das agências de bancos comerciais privados no interior do território alagoano, por exemplo, ocorreu a partir dos interesses de firmas internacionais, conforme destacou Barbosa (1982, p. 62):

A partir da década de 70 as firmas internacionais decidem, por medida de economia, beneficiar o fumo em folha na própria cidade de Arapiraca, ao invés de fazê-lo na Bahia. Este beneficiamento consiste, conforme já visto, em um processo de seleção e fermentação das folhas, o que confere uma valorização ao produto.

No que se refere ao papel exercido pela esfera financeira na economia mundial, afirmou Chesnais ([1996] 1998, p. 9):

O crescimento espectacular das transações financeiras foi um dos factos mais significativos da década de 80, deixando também as suas impressões na primeira metade dos anos 90. Na verdade, a esfera financeira assume-se como ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia, a ela reportando os montantes mais elevados nas operações de capital, a maior mobilidade, e onde os interesses privados parecem ter retomado integralmente a iniciativa face aos Estados.

⁵⁰ O trabalho de Ramos (1979) intitulado *Equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte – estudo aplicado à rede urbana de Alagoas* apresenta uma rica avaliação da rede de agências bancárias e dos depósitos e aplicações em cada microrregião geográfica de Alagoas.

Nesse sentido, a crise econômica pela qual passava o Brasil no período indicado pelo autor apresentou para o governo dois grandes problemas até meados de 1990: o endividamento em larga escala e a necessidade de uma reestruturação no quadro do sistema financeiro brasileiro. Isso impulsionou o Estado a tomar medidas radicais no que tange ao setor público nacional e dois grandes programas foram crucialmente criados com o objetivo de atenuar tais problemas.

O primeiro representou o processo de privatização das empresas bancárias públicas, quando não levadas à extinção, como foi o caso do Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES)⁵¹. O segundo tratou-se do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER)⁵², tendo este o papel decisivo na criação de mecanismos que fundamentassem as bases para incentivar o financiamento em setores que possibilitasse a expansão das atividades bancárias e o crescimento das instituições financeiras.

Alagoas foi um dos estados mais afetados pela crise econômico-financeira que despontava. Tal como Amazonas, Amapá, Paraná, Roraima, Acre, Rondônia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Paraíba e outros que tiveram seus bancos estaduais⁵³ privatizados, extintos ou transformados em agências de fomento, Alagoas não escapou a essa racionalidade que transformou o antigo Banco da Produção do Estado de Alagoas (PRODUBAN) nesta última categoria. Essa mudança de estado da instituição se intensificou também em decorrência da própria crise que atingiu o estado na década de 1980, mas que se ampliou na década

⁵¹ Para Dias (2005, p. 50), o Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) recomendou “[...] a adaptação das instituições financeiras aos princípios do Acordo da Basiléia, dispondo sobre a obrigatoriedade da manutenção do patrimônio líquido em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras.” De acordo com o BACEN (2013), o principal instrumento do programa era a concessão de linhas de financiamento aos estados que lhes obrigavam a tomar uma medida em relação às suas instituições: extinção, privatização, transformação em agência de fomento, aquisição do controle pelo governo federal (nesse seria extinta ou privatizada) e saneamento.

⁵² Com a Medida Provisória n. 1.179, de novembro de 1995, que fortaleceu a ação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), o Conselho Monetário Nacional passou a assegurar liquidez e solvência ao Sistema Financeiro Nacional, o que permitiu reorganizações administrativas, operacionais e societárias das instituições financeiras que atuavam em ordem de autorização pelo Banco Central do Brasil.

⁵³ Uma das propostas fundamentais do PROES, conforme Salviano Junior (2004, p. 81), foi: “[...] reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas por governos estaduais no sistema financeiro. Uma característica importante do programa é o fato de a adesão do estado ser voluntária, diferentemente da solução de liquidação. Por um lado, isso dá ao estado a possibilidade de participar ou não do programa, e escolher a modalidade de participação, e por outro, faz com que ele partilhe o ônus político dessa decisão.”

seguinte, levando o setor público estadual a encarar um processo de instabilidade profunda mediante a dívida do estado com a União que perdura até os dias atuais, decorrente da “Crise Conjuntural”⁵⁴. Para o economista Carvalho (2010, p. 41):

A partir de 1996, o Estado de Alagoas entrou em bancarrota, mergulhando em uma situação emergencial que o levou a assinar um acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, batizado de *Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal*. O acordo consistiu na transferência da dívida do estado para a União e, por isso, Alagoas repassou para o Tesouro Nacional a parte maior de seus débitos, assumindo o compromisso de transferir, durante 360 meses, 15% de sua receita corrente líquida para Brasília.

A desregulamentação normativa teve papel fundamental na execução das políticas de reestruturação do sistema financeiro além de abrir um leque de possibilidades de criação de novas formas de atuação das instituições financeiras no território, ampliando, ainda, a comercialização de novos produtos e serviços financeiros no País. Nessa perspectiva, pode-se entender que a norma cria novas condições de uso do território e da sociedade por parte das empresas, das corporações, das instituições financeiras, do Estado etc., ao mesmo tempo em que cria também novas possibilidades de geografizar os elementos essenciais para sua atuação sem encontrar impedimentos aos seus interesses.

É devido a esses mecanismos de estruturação do território que as mudanças provocadas pelas externalidades e pelas forças do capitalismo fundamentado na competitividade entre os grandes grupos hegemônicos que os Estados acabam por atender às prerrogativas e interesses privados, sem dar a devida importância às necessidades locais. Em outras palavras, o Estado se torna um mediador entre as mudanças forçadas no território e a expansão das novas formas de consumo implementadas pelas empresas comerciais, industriais e financeiras. Esse dado pode ser verificado em meados da década de 1990 em relação à crescente desburocratização do acesso ao crédito que, conseqüentemente, ampliou as bases para o consumo de novos insumos materiais e imateriais a diversas classes sociais.

Segundo Chesnais (1996, p. 265): “A incorporação dos mercados financeiros “emergentes” diretamente às redes de finanças, a partir do começo da década de

⁵⁴ Segundo Lira (1998, p. 15): “[...] Alagoas procurou manter um padrão de desenvolvimento que se esgotou no início da década de 80, e, em face disso, os recursos não foram aplicados da forma mais eficiente do ponto de vista das novas relações de preços dos fatores produtivos e, por conseguinte, a relação de custo-benefício passou a ser muito pequena diante do volume de recursos aplicados.”

90. Representa a etapa mais recente da mundialização financeira.” (CHESNAIS, 1996, p. 265). Assim como tem um papel central não só no processo de intermediação financeira, mas também de controlar atividades econômicas diversas, os bancos podem ser considerados um dos elementos principais no processo de autonomização da esfera financeira. No que diz respeito ao Brasil:

Logo, com a Reforma Financeira ocorrida na década de 1960: “Graças à sua expansão e unicidade, o sistema financeiro assume um papel importante na economia internacional a partir dos anos 60. A transnacionalização dos bancos é um dado dessa expansão e do crescente comando dessas organizações nas formações socioespaciais periféricas.” (SILVEIRA, 1999, p. 113).

Dessa forma, para a compreensão da ação geográfica dos bancos, nomeadamente no período atual, faz-se necessário uma interpretação congruente com os usos do território e, assim, entender porque ele se mostra como é atualmente. Ou seja, de avaliar que “o território, modernamente, é entendido não apenas como limite político administrativo, senão também como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas”, como discorreu Souza (2003, p. 17).

Diversamente das principais áreas dinâmicas do território brasileiro, como o estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, a ação dos bancos comerciais no estado de Alagoas decorre especialmente em função da aquisição do direito de administrar as folhas de pagamento dos municípios, com vistas a vender aos funcionários dessas instituições uma pletora de produtos financeiros, tal como crédito para pessoa física, cartões de crédito, financiamentos, seguros. Para tanto, a competição pela administração das folhas de pagamento no território alagoano está atualmente dividida entre os três principais bancos brasileiros, isto é, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco, conforme pode-se constatar no Mapa 2.

De acordo com o Mapa 2, dentre os bancos que realizam a gestão das folhas de pagamento dos 102 municípios alagoanos, as duas instituições estatais de longe estão a frente da única instituição privada que participa dos leilões para aquisição do referido produto, tanto no que diz respeito a gestão individual da folha, quanto na gestão compartilhada (realizada a partir da divisão da “folha” em frações e a venda para mais de um banco) realizada frequentemente com a justificativa de angariar fundos para o município.

Mapa 2 - Alagoas: bancos responsáveis pela administração das folhas de pagamento das prefeituras municipais (2013)

Assim, na gestão individual da “folha”, o Banco do Brasil é responsável por 40,5% dos municípios seguido da Caixa Econômica Federal, com 12,9%, e do Bradesco com 12%. Já no que se refere à gestão compartilhada entre bancos, os dois bancos estatais dividem a “folha” de 24,6% dos municípios, em seguida, 6% da folha é administrada pelo Banco do Brasil e o Bradesco. Vale destacar, ainda, que 4% dos municípios dividem suas folhas com as três instituições ora tratadas. A competição seguida pela compra, e assim o direito de gerir a folha de pagamento de um dado município, não garante ao banco vencedor do “leilão” a gestão individual do referido produto até o final do contrato.

A pesquisa realizada através de entrevistas nas 102 prefeituras alagoanas no período compreendido entre os meses de abril e maio de 2013 revelou que frequentemente a quebra de contrato não é algo raro e, muitas vezes, está relacionada a questões paralelas ao interesse no órgão público, no aludido contexto. Um exemplo recente foi constato na prefeitura de Arapiraca (segunda maior folha do estado com 4.856 funcionários ativos) que, segundo o Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEA, 2012), no dia 14 de agosto de 2012 rescindiu contrato com o Banco do Brasil, assinando com a Caixa Econômica Federal por um período de 60 meses, por um valor de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais).

Vale destacar que a rescisão do contrato com o Banco do Brasil acarretou uma multa a ser paga pela Prefeitura de Arapiraca, que retirou de seu cofre o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). A estratégia da Caixa Econômica Federal em expandir sua atuação nesse “ramo” se dá também através de nexos com o esporte, como é o caso do futebol, sobretudo nas cidades de porte intermediário como os casos de Arapiraca em Alagoas e Chapecó em Santa Catarina que possuem clubes de futebol profissional (Agremiação Sportiva Arapiracaquense (ASA) e Associação Chapecoense de Futebol (Chapecoense)). Dessa forma, a Caixa Econômica Federal impõe como condição para patrocinar os clubes a gestão da folha de pagamento da Prefeitura do referido município, conforme têm noticiado os jornais⁵⁵ diversos no País. Assim, com estratégias das mais diversas os bancos ampliam sua atuação nos lugares prestando serviços variados e interferindo diretamente no cotidiano das populações.

⁵⁵ A esse respeito ver o jornal O Estado de São Paulo, 12 ago. 2013.

Capítulo 2.

Atividade bancária e circuitos da economia urbana em Alagoas

▪ *Densidades e rarefações dos fixos geográficos financeiros tradicionais*

As bases técnicas, informacionais e normativas do mundo atual, junto à lógica das grandes corporações financeiras, proporcionaram uma maior fluidez do dinheiro no território. As redes bancárias intensificaram a sua atuação em diferentes partes do território brasileiro, mediante essa nova estrutura econômico-financeira montada para atender, primordialmente, às demandas das finanças internacionais. Essa mesma lógica permitiu que os bancos de qualquer natureza, públicos e/ou privados, passassem a atuar com maior frequência nas áreas opacas do território, propiciando o advento de uma nova ordem financeira reinante na vida social.

Essas bases também fortaleceram a concentração das atividades mais importantes em algumas cidades, intensificando as características e a consolidação de verdadeiros “centros de gestão do território” (CORRÊA, 1989b). Ou seja, cidades que mantêm uma centralidade sobre a maior parte das demais, a exemplo do que acontece com Maceió, no estado de Alagoas, permitindo compreender por sua influência econômica e social a configuração de uma rede urbana desigual, com concentração de grande parte dos fixos geográficos bancários em poucos pontos do território.

Nesse sentido, um instrumento bastante profícuo para a empiricização das estratégias de atuação dos bancos no território, mas também, para apreensão do papel exercido por cada centro dentro do sistema urbano, é o exame das densidades. Pois, como ensinou Labasse (1974, p. 54, tradução nossa): “A densidade bancária é em definitivo, a expressão do grau de desenvolvimento da economia monetária.”⁵⁶

A estrutura bancária de Alagoas é atualmente composta por doze instituições financeiras⁵⁷ que atuam a partir dos fixos geográficos tradicionais (agências bancárias, Postos de Atendimento Avançado (PAA's) e Postos de Atendimento

⁵⁶ La densité bancaire est en définitive l'expression du degré de développement de l'économie monétaire.

⁵⁷ Banco Bradesco S. A., Banco Daycoval S. A., Banco do Brasil S. A., Banco do Nordeste do Brasil S. A., Banco Industrial e Comercial S. A., Banco PSA Finance Brasil S. A., Banco Rural S. A., Banco Safra S. A., Banco Santander Brasil S. A., Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil S. A e Itaú Unibanco S. A. (FEBRABAN, 2013).

Bancário (PAB's)⁵⁸. Cada banco atua com carteiras financeiras de diferentes naturezas. Entretanto, alguns operam com estas três tipologias bancárias, a exemplo do Banco Bradesco e do Banco do Brasil. Os bancos Santander, Itaú Unibanco e Caixa Econômica Federal atuam apenas com agências e PAB's; seguidos do Banco Daycoval, do Banco do Nordeste do Brasil, do Banco Industrial e Comercial, do Banco PSA Finance Brasil, do Banco Rural, do Banco Safra e do HSBC Bank Brasil.

O Quadro 1 mostra os bancos atuantes no território alagoano, suas respectivas carteiras financeiras e o país de origem. É importante destacar que essas carteiras definem a funcionalidade de cada instituição e, dentre os bancos mencionados no referido quadro, constituem exceções o Banco PSA Finance Brasil e a Caixa Econômica Federal. Todos os demais possuem carteiras de bancos comerciais⁵⁹, dos que trabalham com Arrendamento Mercantil (também conhecido como Leasing) que é uma carteira que permite a negociação entre o arrendador (pessoa jurídica) e o arrendatário (pessoa física ou jurídica) em forma de contrato, de um bem ou objeto (máquinas agrícolas, veículos etc.). Nesse caso, o arrendador se trata de um banco ou uma Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento.

A Carteira de Crédito, Financiamento e Investimento tem por objetivo central a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro, possibilitando, dessa forma, a efetuação de atividades semelhantes às das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos, tal o caso das denominadas Financeiras⁶⁰. Por sua vez, a Carteira de Crédito Imobiliário é bem mais direcionada

⁵⁸ Segundo SILVA (1997, p. 144): "O Posto de Atendimento Bancário é, na verdade, uma extensão da matriz ou de uma agência bancária e tem as seguintes características: 1. somente pode ser instalado para funcionamento em recinto interno e fechado de entidade da administração pública, em empresas estatais ou privadas; 2. não tem escrita própria, e por isso, o movimento diário é incorporado à contabilidade da sede ou agência a que estiver subordinado. Desse modo, o PAB deve estar situado no mesmo município da sede ou agência a que estiver subordinado." A título de informação, o PAB foi instituído no ano de 1968 pelo Banco Central do Brasil.

⁵⁹ Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, que pode também captar depósitos a prazo. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bc.asp>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

⁶⁰ As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria 309 do Ministério da Fazenda em 30 de novembro de 1959. São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamentos para a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Crédito, Financiamento e Investimento." BANCO

ao financiamento de bens imóveis e mesmo à efetivação das políticas de habitação no país. Outros bancos possuem a carteira dos bancos de desenvolvimento⁶¹, instituída especialmente àqueles que atuam com grandes linhas de crédito voltadas ao financiamento de projetos de cunho socioeconômico do governo, a exemplo do próprio Banco do Nordeste do Brasil, dentre outros.

Quadro 6 – Alagoas: tipo de carteira e origem dos bancos com agências instaladas (2013)

Instituição	Número das carteiras	País
Banco Bradesco S.A.	14-15-16-18-19	Brasil
Banco Daycoval S.A.	15-18-19	Líbano
Banco do Brasil S.A.	14-15-16-19	Brasil
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	14-15-17-18-19	Brasil
Banco Industrial e Comercial S.A.	15-16-18-19	Brasil
Banco PSA Finance Brasil S.A.	15-18	Brasil
Banco Rural S.A.	14-15-19	Brasil
Banco Safra S.A.	14-15-16-18-19	Brasil
Banco Santander S.A.	14-15-16-18-19	Espanha
Caixa Econômica Federal	-	Brasil
HSBC Bank Brasil S.A.	14-15-16-18-19	Inglaterra
Itaú Unibanco S.A.	14-15-16-18-19	Brasil
Legenda:		
14 – Arrendamento Mercantil	17 – Desenvolvimento	
15 – Crédito Financiamento e Investimento	18 – Investimento	
16 – Crédito Imobiliário	19 – Comercial	

Fonte: BACEN, 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Algumas instituições também possuem carteiras semelhantes às dos bancos de investimento e têm por função assegurar prazos mais longos para operações financeiras que exigem maior quantidade de capitais como os empréstimos e

CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/scfi.asp>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

⁶¹ Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos dirigidos prioritariamente ao setor privado. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

financiamentos de máquinas e equipamentos mobiliários para revenda no mercado, ou mesmo para projetos de custos cavalares. Ademais, a carteira financeira comercial permite às instituições financeiras uma maior atuação no território mediante a execução de uma quantidade maior de atividades bancárias, a exemplo de produtos e serviços financeiros básicos realizados. Contudo, à exceção da Caixa Econômica Federal, os outros são bancos múltiplos⁶², isto é, instituições que atuam com mais de uma carteira financeira no país.

Dos bancos privados que atuam no estado, quatro são de origem estrangeira, o que demonstra um comando indiferente aos interesses locais. São instituições que mantêm uma relação mais voltada para o circuito superior da economia alagoana, principalmente às grandes empresas comerciais e industriais, concomitante às classes mais abastadas. Esses bancos intensificaram a atuação no território, sobretudo a partir da década de 1990.

Nesse período, o processo de privatização que se refletiu na estrutura geográfica do sistema financeiro nacional, além de concentrar os fixos geográficos tradicionais em poucos lugares do país entre o período de 1997 e 2004, trouxe também a dispersão do comando de antigas instituições públicas e privadas nacionais. Seja pela aquisição por parte de bancos estrangeiros, seja pela extinção de bancos genuinamente públicos, a exemplo do Banco da Produção do Estado de Alagoas (PRODUBAN) que funcionava como um fundo arrecadador de recursos a serem reinvestidos em políticas econômicas e sociais no próprio estado. Em sentido mais amplo, essa lógica conduziu ao afunilamento das bases da concentração das atividades bancárias no país.

⁶² Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras [...] e, o banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

Tabela 2 – Evolução dos fixos bancários tradicionais em Alagoas

Ano	Agências bancárias	PAB's	PAA's	Total
1994	162	109	-	271
1999	107	46	-	153
2004	123	45	21	189
2009	137	43	53	233
2013*	197	44	68	309

Fonte: BACEN; FEBRABAN.

*Obs.: Posição referente a agosto de 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Em 1994, o território alagoano, representado por 99 municípios, possuía 162 agências bancárias e 109 Postos de Atendimento Bancário (PAB's). Em 2013, o número de agências subiu para 197, o que tem crescido em 21,60%, enquanto o de PAB's teve uma declínio para 44, um declínio de 59,63, não obstante o número de municípios ter aumentado para 103 neste último ano. Os Postos de Atendimento Avançado (PAA's) passaram a atuar a partir da Resolução n. 2.396, de 1997, viabilizando a sua presença em Alagoas apenas em 2000, como demonstra a Tabela 2. Dos 94 municípios existentes em 1994, 41,41% ainda não tinham atendimento bancário tradicional, seguido de 42,71% em 2000, chegando a ser totalmente assistidos em 2013. O crescimento do número de municípios com atendimento bancário no estado mostra o reflexo da crise bancária na década de 1990, sendo revertida no sentido da ampliação do atendimento bancário pela rede bancária tradicional na década de 2000.

Ou seja, a entrada do Plano Real e a reestruturação do sistema bancário nacional provocou um redimensionamento na estrutura bancária, especialmente a partir das aquisições e extinções de vários fixos geográficos tradicionais. Essa nova realidade é observada na Tabela 2, quando se constata que há um declínio tanto de agências bancárias como de PAB's durante os anos de 1994 e 2009, sendo que em 2013 o número de PAB's sobe para 44 e, permanecendo com essa cifra até 2013.

A partir dos anos 2000, o mapa financeiro de Alagoas revela um crescimento de 128 para 197 agências bancárias, segundo os dados para agosto de 2013. Desse total, 64,64% das agências pertence aos bancos públicos, o equivalente a 126 fixos distribuídos nas três mesorregiões do estado. Com 72 agências, Alagoas mantém outras nove instituições privadas, onde apenas o Banco Bradesco possui uma

topologia mais capilarizada no território, com 61,1% desse total. Outras oito estão instaladas na capital do estado e, com pouca expressão na cidade de Arapiraca, a exemplo do Banco Santander, do HSBC Bank Brasil e do Itaú Unibanco que concentram 12,12% do total de agências no estado.

Em relação aos postos de atendimento bancário tradicional, observa-se um aumento de 30,88% de PAA's entre os anos de 2004 e 2013, ao contrário do que ocorreu com os PAB's que apresentaram um declínio de 2,22% no mesmo período. Contudo, a atuação das redes bancárias no território alagoano, por um lado, apresentou uma expansão contínua de fixos geográficos bancários tradicionais, por outro, acabou por concentrar a maior parte de agências e PAB's em poucos lugares, em especial entre os anos de 2000 e 2007, com um crescimento de 34,09%, obrigando alguns bancos a atender parcela dos municípios sem acesso a essas duas tipologias, através dos PAA's que tiveram um intenso crescimento a partir de 2008, com um total de 58 fixos geográficos, o que representou um aumento de 262,5% a mais do que em 2007.

Os bancos federais possuem características peculiares em suas atuações no território brasileiro. A despeito do elevado número de agências nos centros mais dinâmicos do país, possuem uma topologia bem mais distribuída que instituições de outras naturezas. A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil concentram 38,44% das agências bancárias no país e 35,25% dos postos de atendimento. Ademais, exercem papel fundamental para efetivação de políticas públicas do Governo Federal, além de ampliar as bases para o fomento de atividades do circuito inferior, tais como incentivo capital a pequenas atividades comerciais e agrícolas.

A Caixa Econômica Federal – CEF é uma instituição que vem atuando no território brasileiro desde o século XIX. Sua origem emana da fusão de duas instituições públicas importantes da época, a Casa de Penhor Monte de Socorro da Corte e a Caixa Econômica da Corte no segmento de poupança. Passou a atender grande parte da população de baixo padrão aquisitivo, cuja finalidade seria a captação de recursos para incentivar essa população ao hábito de poupar, o que levou alguns autores a designá-la como “banco dos pobres”, e mais tarde como “banco do povo” (COSTA, 2012). Essa característica se manteve até recentemente. A comercialização de produtos e serviços bancários passou a vigorar definitivamente

a partir da “[...] edição do Decreto nº 66.303, de 1970. Todavia, a nova instituição pública federal somente começou a operar como instituição financeira no dia primeiro de agosto de 1970.” (SILVA, 2004, p. 155).

Atualmente, dos bancos instalados em Alagoas, a CEF é a única instituição que possui uma denominação única e exclusiva, apesar de exercer funções como as dos bancos múltiplos, comerciais e de desenvolvimento, em alguns casos, pode-se entender que:

O papel fundamental destas instituições é uma consequência dos vínculos sempre mantidos com as questões sociais, culturais e políticas das regiões onde estão instaladas, especialmente com as fortes relações com as pessoas de baixa renda, com as pequenas e médias empresas e com os governos locais e regionais. (SILVA, 2004, p. 13).

Por um lado, funciona como um agente operador das políticas e programas do Governo Federal⁶³, uma espécie de canal para a irrigação de recursos entre o próprio governo e a sociedade e, por outro, atua como uma instituição financeira comercializando produtos e serviços tais como linhas de crédito, voltadas para empréstimo consignado, cartão de crédito, serviços de movimentações financeiras (saques, depósitos, transferências, saldos etc.), pagamento de títulos, financiamentos de imóveis, além de atuar como umas das maiores redes de fixos geográficos em todo o país.

A CEF é considerada o maior banco público da América Latina, sobretudo no seguimento das políticas públicas voltadas ao financiamento de programas de desenvolvimento, em especial das classes menos favorecidas do país, tendo 70% de participação nos investimentos do mercado de habitação, nos setores público e privado. Isso a define como uma instituição financeira com dupla função. Uma característica bem distinta da CEF é a de instituição de interesse do governo com a função de conceder empréstimos e financiamentos para programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transporte urbano e esporte. Atualmente, com sede administrativa na capital do país, a CEF é uma instituição que possui,

⁶³ O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida e Bolsa Família (PBF).

[...] quase todas as atividades típicas de um banco comercial. Por sua vez, diferencia-se dele por arrecadar receitas com a administração das loterias e a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com o monopólio do penhor, com o quase monopólio dos depósitos judiciais e com a prestação de serviços específicos à União. (COSTA, 2012, p. 79).

Diferente de outras instituições financeiras a CEF mantém uma peculiaridade no que diz respeito à sua atuação. É uma instituição que a partir da execução de políticas e atividades ligadas ao governo, consegue intensificar as bases para a expansão de novas formas de agregação de solidariedades territoriais. Concomitantemente, intensifica as bases para a inserção das racionalidades criadas pelo capital financeiro, principalmente através da comercialização de atividades capazes de ampliar as bases para a “financeirização do território e da sociedade” (SANTOS e SILVEIRA, 2006), haja vista a crescente bancarização da população brasileira.

A CEF faz parte de um grupo de bancos varejistas detentores de uma lógica que promove uma política de bancarização das populações que vivem em lugares de difícil acesso no país, ou quando apenas se dá por via da navegação fluvial. Assim, inspirada no modelo de correspondente do Bradesco, o Bradesco Expresso que atua no Rio Solimões criou a primeira agência bancária flutuante em 2011, com o objetivo de ampliar sua capilaridade na região Norte, atingindo parte de uma população sem atendimento bancário no país através dos serviços financeiros, além de expandir as políticas sociais do Governo Federal.

Figura 1 – Agência-barco da Caixa Econômica Federal (2011)

Fonte: Portal Amazônia, 2011.

Assim, a sua atuação nessa parte do território brasileiro tornou-se mais intensa, especialmente a partir de 2011, com abertura de 1.643 contas e 4,8 mil clientes captados, tanto para o uso de serviços financeiros como para atender as políticas do Governo Federal. Observa-se, dessa forma, que essa ideia tem levado em conta a discussão sobre bancarização da sociedade, onde apenas aumentar o índice de contas bancárias abertas não significa uma inclusão da sociedade ao sistema financeiro. Trata-se, sobretudo, de conduzir a sociedade a utilizar os produtos e serviços financeiros da instituição, mesmo aqueles mais elementares, o que constitui uma estratégia mais agressiva de penetrar nessas áreas atraindo as populações de baixa renda.

Dessa forma, sempre esteve entre os bancos com maior quantidade de fixos geográficos no país. Em 1994, das 17.288 agências espalhadas pelo território brasileiro, 10,36% pertenciam à CEF, que mesmo perdendo aproximadamente mil agências no período seguinte até 2000, quando detinha 10,37% das 16.332 agências bancárias no país. Porém, desde o início dessa última década até os dias atuais, o número de agências da CEF cresceu 44,22% a mais, chegando a concentrar 3.037 fixos em todo o país, o equivalente a 13,50% do total nacional.

O Sudeste concentra 45,57% desse total, seguido do Sul e do Nordeste com 20,54% e 19,82% respectivamente. As regiões Centro-Oeste e Norte concentram juntas 14,05%. Já em relação aos postos de atendimento, há uma menor concentração no Norte com apenas 241 fixos, o que equivale apenas a 6,42% do total de 3.752 postos. Isso demonstra a discrepância existente entre essa região e o Sudeste que representa 30,43%, seguido da região Sul com 26,67%, o que corresponde a 1.142 e 1.001 PAB's; seguidas do Centro-oeste com 702 (18,71%) e o Nordeste com 666 fixos (17,75%). Não obstante uma maior concentração de fixos em algumas regiões do país, trata-se de uma instituição que tem uma relação direta com os dois circuitos da economia. De um lado fomenta a execução das políticas do Governo Federal, especialmente aquelas voltadas às classes populares; e, de outro, tem uma atuação importante nos grandes investimentos imobiliários do país.

Mapa 3 - Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais da Caixa Econômica Federal (2013)

De um total de 161 agências bancárias existentes no estado de Alagoas em 1994, 30 era da CEF, o que representava 18,63%. Entretanto, seis anos depois, esse número de agências se reduz para 106 em decorrência do processo de reestruturação do sistema bancário na segunda metade da década de 1990, o que determinou a redução do número de bancos e agências atuantes em todo o território brasileiro. Porém, de 2000 a 2013 o número de agências voltou a crescer, ou seja, 43 novas agências bancárias em Alagoas.

É importante observar que em 2000 a CEF passa a ampliar sua capilaridade no interior, período em que a capital concentrava 48% do total das agências do estado. Atualmente esse percentual está reduzido a 25,58%, em decorrência do referido processo de capilarização que muito se fortaleceu com os convênios estabelecidos com as prefeituras municipais para administração da folha de pagamento, sendo superado apenas pelo Banco do Brasil.

O Banco do Brasil fundado em 1808 se constitui atualmente no maior banco do país. No entanto, somente a partir de 1905, com a sua refundação, ele surgiu com o formato do atual Banco do Brasil, em decorrência da crise do Banco da República, quando então o Governo assumiu o controle de parte das ações do aludido banco, tomando uma série de atitudes sobre algumas instâncias da sua estrutura como, por exemplo, o controle e direcionamento dos recursos acumulados pelo Tesouro Nacional. Nessa época, porém, não era de interesse do BB fiscalizar a atuação de outras instituições financeiras, essas atribuições só viriam a existir com a criação da Inspeção Geral dos Bancos, em 1921, seguido da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1945, e do Banco Central do Brasil, em 1965. Contudo,

Desprovido de sua função de co-responsável pela emissão de moeda em 1986, o Banco do Brasil manteve o seu papel na política de crédito rural e industrial. Sua topologia tende a confundir-se com a própria rede urbana brasileira. De importantes densidades litorâneas, do norte ao sul do país, o Banco do Brasil também se interioriza na Região Concentrada. (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2006, p. 189).

Na década de 1980 foi considerado o maior banco comercial brasileiro e um dos maiores bancos de incentivo ao desenvolvimento de atividades agrícolas do mundo. Hoje, com sede em Brasília, o Banco do Brasil é um dos maiores bancos públicos federais do país, além de possuir uma capilaridade que compreende todo o território nacional. Dessa forma, pode-se afirmar que o Banco do Brasil é “[...] um

conglomerado financeiro que vem aos poucos se ajustando à estrutura de um banco múltiplo tradicional, embora ainda opere, em muitos casos, como agente financeiro do Governo Federal.” (FORTUNA, 2004, p. 23). Ademais, trata-se de um banco que possui uma rede de agências bancárias em vários países da América, Ásia, África e Europa (SOUZA, 2008).

Além dos serviços e produtos financeiros básicos, atua na operacionalização de financiamentos e investimentos de larga escala, seja no setor público, seja no setor privado; também contribui para o fomento de políticas voltadas à bancarização da sociedade a partir do incentivo ao crédito pelo Governo, ou através da expansão de sua topologia, a exemplo do Banco Popular que incentiva o acesso ao microcrédito à população de baixa renda. Nessa perspectiva, visando bancarizar a população fora do sistema financeiro, recentemente o Governo em conjunto com o sistema financeiro instituiu a possibilidade de convênio entre as prefeituras e algumas instituições bancárias, como será tratado mais a frente.

A partir de 1995 o Banco do Brasil entra em uma nova fase na sua forma de atuação no território nacional. As novas tecnologias de automação somadas às tecnologias de informação e ao uso de *internet bank*, exigiram a adoção de uma nova estrutura na atividade financeira por parte da instituição, o que resultou na redução do número do quadro de funcionários. Dos 119,3 mil existentes em 1995, restam atualmente 96,5. Ao mesmo tempo, o banco se tornou uma das instituições mais avançadas no que se refere ao uso de tecnologias de automação e viu crescer consideravelmente a sua rede de fixos geográficos em todo o território nacional. Nesse sentido, o uso de *internet bank* se constituiu em fator essencial, por possibilitar comprimir o tempo de processamento das atividades financeiras da instituição.

Em 1994, o Banco do Brasil tinha o correspondente a 18,01% das agências bancárias no país. Número superior ao apresentado seis anos depois, revelando uma queda de 6,06%. Atualmente, das suas 5.394 agências no país, 65,55% estão concentradas nas regiões Sudeste e Nordeste, o que corresponde a 2.370 e 1.166 fixos respectivamente. Em seguida, desponta a região Sul com 1.065, Centro-Oeste com 481 e Norte com apenas 312 agências bancárias. Essa mesma lógica se repete na distribuição dos postos de atendimento, pois dos 13.928 atualmente existentes,

39,57% se concentram no Sudeste, seguido do Nordeste com 23,15% e das regiões Sul com 18,91%, Centro-oeste com 10,34% e Norte com 8%.

Mapa 4 - Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco do Brasil (2013)

Foi também nesse mesmo período do decênio de 1990 que o Banco do Brasil intensificou a sua presença em Alagoas, contando com 71 agências bancárias em 52 municípios do estado, das quais 26,76% estava em Maceió. Vale destacar que o atual número de agências é bem maior em relação aos anos de 1994 e 2000, quando os números eram de 53 e 42 fixos respectivamente. Contudo, não obstante o numerário inferior em relação a 2013, eles representavam 32,91% e 39,62% das agências do estado, o que denota a importância da atuação dessa instituição em relação a outras redes bancárias para o mesmo período.

O Banco do Brasil atua com duas tipologias tradicionais de postos de atendimento, com um total de 16 PAB's e 13 PAA's, mas a distribuição dos primeiros não segue a mesma lógica da distribuição dos segundos, haja vista Maceió deter 81,25% dos PAB's enquanto os PAA's estão distribuídos em municípios com ausência desses e também de agências. O banco consegue atingir 50,98% do total das cidades alagoanas, colocando-o como uma das instituições com maior atuação no estado, juntamente com a CEF e o Bradesco.

O Banco Bradesco, por sua vez, foi fundado em 1943 na cidade de Marília, estado de São Paulo, com uma política de atrair pessoas para movimentar capitais, mesmo com quantias modestas. Essa estratégia o aproximava do público de menor poder aquisitivo como os pequenos comerciantes, funcionários públicos e de pessoas que trabalhavam no campo com atividades ligadas à agricultura. A partir da década de 1960, esse banco incorporou novas tecnologias de processamento de dados ao mesmo tempo em que se afirmava como um dos bancos mais avançados da América Latina. Isso foi importante para a execução de grandes investimentos, especialmente na área de infraestrutura, como a construção de hidroelétricas no chamado período desenvolvimentista durante décadas de 1950 e 1960.

Na década subsequente, já se afirmava como um dos maiores bancos comerciais do país, com uma capilaridade que compreendia todos os estados do país, respaldado pelo uso das tecnologias de informação (DIAS, 1992). Posteriormente também passou a intensificar a política de investimentos na área de produção de tecnologia, além de se fortalecer em investimentos voltados para outros setores (pecuária, agricultura, farmacêutico outros), especialmente no Sul do país.

Nesse momento o Banco Bradesco possuía um considerável número de agências bancárias na região Nordeste. Em Alagoas o número já se apresentava

entre 1 e 4, assim como nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, estando o fixo geográfico localizado na capital de cada estado (DIAS, 1992). A partir do decênio de 1980 o mapa da topologia do banco passa por um processo de reconfiguração decorrente da sua maior penetração nas áreas mais distantes do litoral, conforme pode-se observar em Alagoas através de cidades como Palmeira dos Índios, Penedo, Arapiraca e Santana do Ipanema, que recebem agências da instituição.

Com sede na cidade de Osasco, no estado de São Paulo, o Banco Bradesco é atualmente uma das maiores instituições financeiras do Brasil e possui umas das maiores redes de agências. Além das movimentações financeiras básicas como saques, depósitos, pagamentos, transferências etc., trabalha com a oferta de variados produtos como cartão de crédito com bandeiras de alcances nacional e internacional (Visa, Mastercard, Hipercard etc.) e empréstimos consignados. Ademais, oferta serviços e produtos que incluem outras operações de crédito, captação de depósitos, consórcios, seguros, arrendamento mercantil, cobranças de títulos, planos de previdência complementar, gestão de ativos e serviços de intermediação e corretagem de valores mobiliários. É também um banco que se destaca nos mercados imobiliário e de financiamento de bens para consumo, firmando convênio com grandes empresas, como as automobilísticas. É a partir dessa lógica que grandes empresas ou mesmo grandes grupos econômicos conseguem aumentar sua política de comercialização de produtos, proporcionando uma financeirização das classes de baixo poder aquisitivo.

O Bradesco compõe-se de uma topologia semelhante aos bancos públicos. Composto por uma rede de fixos geográficos de 4.668 agências bancárias em todo o país, seguida dos 1.404 PAB's e um total de 2.382 PAA's. Um percentual de 51,79% de sua rede de agências bancárias concentra-se no Sudeste, seguido do Nordeste com 18,10%, Sul com 16,79%, Centro-oeste com 7,36% e, por fim, Norte com 5,93%. Essa distribuição revela uma discrepância de 2.131 agências entre as regiões Norte e Sudeste, caracterizando uma intensa rarefação no território da primeira e a centralidade que o Sudeste exerce no país.

Ademais, essa lógica da geografia das agências bancárias do Bradesco nas regiões brasileiras também se repete na distribuição dos postos de atendimento, exceto no que diz respeito à inversão da ordem entre as regiões Norte e Centro-

Oeste. Do total de 19.080 postos de atendimento, 48,63% estão concentrados no Sudeste, com São Paulo e Rio de Janeiro concentrando 79,23% desse total; 23,22% no Nordeste; 13,68 no Sul; 7,31% no Norte⁷, com os estados do Amazonas e Pará concentrando 63,87% dos postos; e, 7,14% no Centro-Oeste.

⁷ Tamanha rarefação emana da centralidade que as duas metrópoles regionais, Belém e Manaus, exercem na dinâmica econômico-social da região.

Mapa 5 - Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco Bradesco (2013)

Fixos geográficos tradicionais (Agência, PAB, PAA)

Fonte: FEBRABAN, ago. 2013.
Organização de dados: Dhiago Antonio de Medeiros
Elaboração cartográfica: Diego Tenório da Paz

O Bradesco está presente em quase todo o território alagoano, a despeito de manter uma pequena rede de agências bancárias. Possui, contudo, um considerável número de postos de atendimento (PAB's e PAA's) no estado, onde se tornou uma instituição com uma lógica semelhante a dos bancos públicos. Sua atuação se distribui entre atividades ligadas aos dois circuitos da economia, especialmente por se tratar de uma instituição que detém uma lógica de capilarização bem mais objetiva do que outras instituições que atuam no estado. Entre as 198 agências bancárias existentes em Alagoas, 44 são do Bradesco, o que corresponde a 22,22%. Um número maior que o dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe, com respectivamente 42, 33, 31 e 25 agências bancárias (FEBRABAN, 2013). Porém, 25% desse total estão concentrados na cidade de Maceió, enquanto 33 cidades possuem um fixo geográfico em cada uma.

De topologia tradicional, esse banco se faz presente em 96,07% dos 102 municípios alagoanos, dos quais 89 possuem algum fixo tradicional. Os postos de atendimento (PAB's e PAA's) estão localizados em 61,79% desses municípios e, de alguma forma, compensam a ausência de agências bancárias em vários desses municípios, pois 93,22% dos fixos são Postos de Atendimento Avançado, enquanto a cifra restante se constitui em Postos de Atendimento Bancário. Trata-se, pois, de uma das instituições bancárias mais presentes no território alagoano, juntamente com o Banco do Brasil, a CEF e o Banco do Nordeste do Brasil.

Não obstante a sua criação em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB só passou a funcionar em 1954, contando com sete agências em vários estados nordestinos. Com a implantação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, no decênio subsequente, o banco passou a constituir um importante elo à execução das políticas do Governo Federal no Nordeste.

Com sede em Fortaleza, é considerado o maior banco de desenvolvimento⁸ regional da América Latina e possui características peculiares em relação aos bancos que atuam em Alagoas. Ou seja, trata-se de uma instituição que atua

⁸ Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem promover o desenvolvimento econômico e social do Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos dirigidos prioritariamente ao setor privado. BANCO CENTRAL DOS BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bd.asp>>. Acesso em: 17 ago. 2013.

exclusivamente com a Carteira de Desenvolvimento, o que lhe permite incentivar as atividades agroindustriais, além das linhas de financiamento a pequenos produtores da região. Também opera com produtos e serviços financeiros básicos como saques, depósitos, transferências, aberturas de contas etc., e com as operações de crédito. Ademais, trabalha na arrecadação de recursos provenientes de fundos e programas do Governo Federal, dentre eles destaca-se o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Fundo de Investimento (FINOR), o Programa Nacional de Fortalecimento da Cultura dos Agentes da Família (PRONAF) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Nesse caso, além de arrecadador é também o operador.

A lógica da topologia do BNB não é semelhante a outros bancos públicos. Por tratar-se de um banco criado, na sua essência, para atender às demandas de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, possui uma topologia com maior expressão nessa região, ainda que esteja presente nos estados do Sudeste e na capital federal. No Sudeste possui 20 agências distribuídas nos diferentes estados, sobressaindo o caso de Minas Gerais com 14. Esse banco possui uma rede de postos de atendimento muito reduzida no país e restrita aos estados do Ceará (3), Pernambuco (2) e Minas Gerais (2). Porém, a maior capilaridade do BNB se dá na Região Nordeste que detém o maior número de fixos e onde se destacam os estados da Bahia e Ceará, conforme pode ser constatado no Mapa 6.

Mapa 6 - Alagoas: distribuição dos fixos geográficos tradicionais do Banco do Nordeste do Brasil (2013)

Alagoas, por sua vez, possui apenas 5,09% das agências do banco no país e 5,64% do Nordeste, o que corresponde a 11 agências instaladas em nove cidades, estrategicamente distribuídas nas três mesorregiões do seu território.⁹ Teoricamente, essa distribuição assegura uma ação mais eficaz por parte da instituição, já que se trata de cidades que possuem centralidade sobre determinadas áreas do território alagoano.

É também, variavelmente, nessas mesmas cidades que vão se concentrar os bancos estrangeiros que se expandiram, sobretudo a partir da desregulamentação normativa ocorrida no decênio de 1990. Com a abertura da economia nacional ao capital financeiro internacional, o sistema bancário passou por um processo de privatização de considerável parcela das instituições financeiras públicas. Muitas dessas instituições foram adquiridas por grandes bancos estrangeiros como o Santander, dimanado da aquisição de vários bancos públicos, a exemplo do BANESPA. Esse período da economia brasileira foi muito atrativo para o capital financeiro mundial, contribuindo consideravelmente para o processo de financeirização do território e a desnacionalização de inúmeras empresas estatais (VIDEIRA, 2006).

Diferente dos bancos nacionais, sejam públicos ou privados, os bancos estrangeiros, a despeito do desenvolvimento técnico que dispõem ainda desconhecem o território nacional. Com frequência mantêm uma topologia muito voltada à drenagem de capital e não raramente sem propósitos voltados para investimentos que possam estabelecer uma relação com o território. A propósito, esse é o caso do Banco Daycoval que expressa uma lógica de mercado voltada à drenagem de recursos, mormente através da oferta de empréstimos e financiamentos, haja vista ser uma instituição que prioriza esse tipo de atividade financeira.

Atualmente, o Brasil vivencia a inserção de novas formas perversas de uso do território pelo capital estrangeiro, pois a função que os bancos exercem sobre um determinado sistema econômico é agregar o capital ocioso disponível na economia e

⁹ Arapiraca (Microrregião de Arapiraca); Batalha (Microrregião de Batalha); Maceió (Microrregião de Maceió); Mata Grande (Microrregião de Serrana do Sertão Alagoano); Palmeira dos Índios (Microrregião de Palmeira dos Índios); Penedo (Microrregião de Penedo); Santana do Ipanema (Microrregião de Batalha); São Miguel dos Campos (Microrregião de São Miguel dos Campos); União dos Palmares (Microrregião Serrana dos Quilombos).

fazê-lo circular, por exemplo, mediante o empréstimo com cobrança de juros. Esses juros, entretanto, não constituem apenas uma prerrogativa, mas uma norma criada para fortalecer a relação cada vez mais vertical com o lugar.

Com efeito, a inserção dos bancos estrangeiros no país tem sido marcada pelas aquisições, o que implicou e implica em novas formas de financeirizar a produção econômica de várias áreas do país, afora intensificar as bases para novas formas de consumo. Percebe-se, dessa forma, que à lógica dos bancos estrangeiros não compete uma política de capilarização das atividades em um país onde as desigualdades de renda entre os lugares são intensas. Certamente a prioridade será sempre as áreas mais luminosas e que prometem lucros satisfatórios.

Por conseguinte, as maiores cidades do país concentram o maior número de sedes bancárias, intensificando a escoação de dinheiro das áreas mais pobres para esses poucos pontos do território brasileiro, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro que já em 2003 sediavam 68,04% das instituições no país. A propósito, das instituições privadas de capital estrangeiro, o Banco Daycoval, o Banco PSA Finance Brasil e o Banco Santander Brasil mantêm suas sedes em São Paulo; enquanto o HSBC Bank Brasil tem a sua sede na cidade de Curitiba.

Fundado em 1952, o HSBC Bank Brasil mantém uma expressiva rede de agências em mais de 80 países, além do grande número de acionistas que atuam em mais de 150 países, fazendo dele uma das maiores instituições bancárias do planeta. Atua no Brasil desde 1997 e, a partir da aquisição do Banco Bamerindus, ampliou a sua topologia no território nacional. Suas atividades estão concentradas na operacionalização de empréstimos, financiamentos, investimentos, seguros, pagamentos para empresas, saques, depósitos, abertura de contas, transferências e outras movimentações bancárias; assim como na área de consórcios, previdência, cartões de crédito, capitalização, orientações financeiras, corretória, fundos de pensão e investimento, dentre outros.

Com 867 agências no país, 49,59% estão concentradas no Sudeste, 27,33% na Região Sul, seguido das regiões Centro-Oeste com 11,99%, Nordeste com 6,45% e Norte com 4,61%. No que tange à distribuição dos postos de atendimento, o Nordeste ultrapassa o número de fixos em relação ao Centro-Oeste, que possui 8,67%, com uma concentração de 8,75% do total nacional de 1.325. O Sul mantém

o segundo lugar com 33,88%, enquanto o Sudeste concentra 41,43%. Já a Região Norte possui apenas 7,24% no país. Em Alagoas, possui três agências – duas na capital e uma na segunda maior cidade do estado, Arapiraca.

Outras instituições com topologias e formas de atuação bem semelhante no território alagoano são o Banco Santander e o Itaú Unibanco. Conforme pode ser observado no Mapa 7, consistem em instituições de lógica diferenciada em relação aos bancos públicos e do Bradesco, sobretudo por manterem uma topologia mais limitada, inclusive no território alagoano, onde se fazem presentes através de fixos geográficos tradicionais instalados nas principais cidades do estado.

Mapa 7 - Alagoas: bancos com número reduzido de fixos geográficos tradicionais (2013)

Mesmo operando no território brasileiro através de escritórios desde a década de 1980, o Banco Santander Brasil passou a atuar de forma mais efetiva a partir de 1997, com a aquisição do Banco Geral do Comércio e o Banco Noroeste que passam a formar a atual instituição a partir de 2000. Trata-se de uma rede de agências que compartilha de um grupo financeiro possuindo mais três grandes bancos: o Banco Santander Investimentos, o Banco Santander Meridional e o Banco Santander. Estes, por sua vez, passaram a funcionar mediante as aquisições anteriores respectivamente nos anos de 2000, 1982 e 2000, e se tornaram atualmente o conhecido Grupo Santander Banespa que, a partir do início da última década, passou a controlar as ações do próprio Banespa; instituição de grande atuação no território nacional.

A aquisição do Banespa pelo Santander foi consequência da crise do banco paulista nos anos de 1990, quando acumulou uma dívida em torno de R\$ 8 bilhões. Foi colocado em leilão pelo Banco Central do Brasil e adquirido pelo Banco Santander no valor de R\$ 7,05 bilhões (VIDEIRA, 2006). Dessa aquisição resultou a maior capilaridade do Santander no país, visto que até então se encontrava muito restrito à Região Sudeste, enquanto o Banespa estava presente em grande parte do território brasileiro. Atua com a oferta de serviços e produtos financeiros, tais como: empréstimos, financiamentos, investimentos, seguros, pagamentos de contas, saques, depósitos, abertura de contas, transferências e outras movimentações bancárias, área de consórcios, previdência, cartões de crédito, capitalização, seguros, taxas de serviços, câmbio etc. Conforme Videira (2006), além dessas atividades o Santander possui outras que:

[...] são desenvolvidas através de participações majoritárias ou não, em diferentes países e setores do mercado financeiro: bancos, fundos de pensão, fundos de investimento, companhias de seguros, corretoras de valores e sociedades de *leasing* e *factoring*. O grupo Santander possui participação também nos setores não financeiros: petrolífero, telecomunicações, construtoras, imobiliárias, eletricidade e televisão. (VIDEIRA, 2006, p. 66-67).

Em 2013, a topologia do Santander revela um crescimento em todo o território nacional, chegando a se manter entre os cinco bancos com maior número de agências no país: 2.607. Dessas, 73,03% estão localizadas na Região Sudeste, o que confirma a importância da aquisição do Banespa. A Região Sul concentra 366, que representam 14,04%, seguida do Nordeste, com 200 agências ou 7,67%,

Centro-Oeste com 100 ou 3,86%, e do Norte que possui 36 agências, o equivalente a 1,38%.

No que diz respeito aos postos de atendimento, as regiões Norte e Centro-Oeste juntas concentram 10,28% do total de postos do Banco Santander no país, com 171 e 261 PABs respectivamente. O Nordeste tem 421, ou 10,02%; o Sul 538, que representam 12,81%; e o Sudeste 66,89% dos 4.201 postos existentes no país.

Dentro desse quadro de referência, alguns estados se destacam pela maior concentração desses fixos geográficos. Esse é o caso de São Paulo que tem 51,94% das agências e 41,99% dos postos de atendimento do Santander no país, em detrimento de outros como o Pará com quatro e o Acre com apenas uma agência.

O Santander passa a operar no território alagoano em 2000, mas o BANESPA já se fazia presente em Maceió desde 1998, com uma agência bancária. Atualmente a topologia do Santander no estado se dá através de dois fixos geográficos, a agência bancária e o PAB, concentrados nas duas maiores cidades – Maceió, que possui sete agências, e Arapiraca, com uma. Os postos, além de serem em pequeno número, estão todos na capital.

O Itaú Unibanco tem origem no Banco Central de Crédito, criado em 1943 pelo empresário Alfredo Egydio de Souza Aranha, e tinha como atividade principal o empréstimo de dinheiro ao setor industrial da região de São Paulo, em um período de grande efervescência econômica no estado. As suas atividades financeiras passaram a ganhar força a partir de 1945, com a implantação da primeira agência no estado de São Paulo, ancorada nas relações do empresário com os comerciantes e industriais têxteis.

Em 2008, ocorreu a sua fusão com o Unibanco, uma instituição criada nos anos iniciais da década de 1920 pelo comerciante João Moreira Salles, que atuava na cidade mineira de Poços de Caldas. Ao obter uma carta-patente para atuar como empresa bancária com a chamada Casa Moreira Sales, passou a operar como correspondente de vários bancos da época, especialmente após a década de 1930 (COSTA, 2002). A partir de então, desempenhou um importante papel como correspondente bancário na região, passando em seguida para Casa Bancária Moreira Salles.

Assim o Banco Itaú intensificou as suas atividades com o uso da topologia do Unibanco no país. Essa instituição foi elevada à categoria de maior banco privado do hemisfério sul, atuando como um dos 20 maiores bancos do mundo. Suas carteiras permitem executar produtos e serviços financeiros tais como empréstimos, financiamentos, investimentos, seguros, pagamentos de contas, saques, depósitos, abertura de contas, transferências e outras movimentações bancárias; além de trabalhar nas áreas de consórcio, previdência, oferta de cartões de crédito, capitalização, seguros, taxas de serviços e câmbio. É uma das principais instituições na oferta de propostas de empréstimos no país tanto para pessoas físicas como para empresas com financiamentos nas áreas industrial e comercial.

O Itaú Unibanco possui uma topologia concentrada nas regiões Sudeste e Sul que juntas respondem a 82,06% de toda a rede no país. Este percentual corresponde a 2.531 e 636 agências bancárias respectivamente. A Região Nordeste, por sua vez, possui 308 agências, o que equivale a 7,98%; o Centro-Oeste 288 agências, ou 7,46%; e a Região Norte 96 agências, ou 2,48% do total no país.

Essa realidade se repete quando é verificada a distribuição dos postos de atendimento, pois dos 5.212 fixos espalhados pelo território brasileiro, 80,60% estão nas regiões Sudeste e Sul. O Nordeste concentra 520; o Centro-Oeste 314; e o Norte, 177 fixos. Processo semelhante é percebido quando se analisa os contextos regionais. A título de exemplo, os estados do Acre e Roraima detêm os menores números de postos dos estados brasileiros, ou seja, dois cada um dos citados 177 da região Norte, enquanto os estados do Amazonas e do Pará concentram 84,74% do total regional. Certamente essa capilaridade revela a maior atuação do banco nas regiões mais avançadas do país e a sua relação com o circuito superior da economia, já que se trata de um banco de grandes investimentos de capital.

A atuação do Itaú Unibanco em Alagoas também ocorre de forma pontual. Os 14 fixos existentes no estado estão concentrados nas duas cidades principais: Maceió e Arapiraca. Ambas representam apenas 36,74% da sua população. O banco atua apenas com um tipo de posto tradicional, ou seja, o PAB, com apenas três unidades instaladas na capital. Observa-se, assim, que o número de fixos do Itaú Unibanco em Alagoas está distante de possuir a expressão do Bradesco, sobretudo nos lugares de reduzido poder aquisitivo, pois se trata de uma instituição mais voltada ao mercado de alta rentabilidade e com taxas elevadas.

Outras instituições financeiras possuem capilaridade ainda menos expressiva que o Itaú Unibanco no território alagoano. A lógica entre os Bancos Industrial e Comercial, Safra, Rural, Daycoval e o PSA Finance Brasil é muito semelhante, uma vez que mantêm uma capilaridade restrita à capital do estado. São instituições com políticas bem mais direcionadas a determinadas atividades e que, portanto, diferem dos bancos acima mencionados. Cada um deles possui apenas uma agência bancária, conforme revela o Mapa 8, voltados exclusivamente para empresas do circuito superior da economia do estado.

Mapa 8 - Alagoas: bancos com uma capilaridade restrita à Maceió (2013)

O Banco Industrial e Comercial – BICBANCO tem sua origem com a Cooperativa de Crédito do Juazeiro, que esteve voltado ao fomento de algumas atividades comerciais e produtivas da região sul do Ceará na segunda metade da década de 1930, sob o comando do bancário José Bezerra de Menezes. Posteriormente com a criação do Banco do Juazeiro se expandiu até a cidade do Juazeiro do Norte, impulsionando as suas atividades no mercado de negócios financeiros assim como no incentivo as atividades dos circuitos comerciais da cidade. Na década de 1970 adquiriu o Banco Cariri e o Banco dos Proprietários e transferiu a sua sede do Juazeiro do Norte para Fortaleza, passando a denominar-se Banco Industrial do Ceará¹⁰.

Em 1981, com a expansão dos negócios no país, esse banco passou a instalar suas primeiras agências na região Sudeste, onde, definitivamente, se transforma em Banco Industrial e Comercial (BIC); na década subsequente mudou a sua sede administrativa para a cidade de São Paulo. Antes, entretanto, ampliou suas atividades financeiras com as chamadas “coligadas BICBANCO”, a exemplo das corretoras que constituíram um grupo financeiro de atuação nacional, instituindo as condições essenciais para se tornar um dos bancos médios mais atuantes do país.

Dentre os bancos que atuam com fixos geográficos tradicionais em Alagoas, o BICBANCO possui uma pequena topologia. Ao todo, são 36 agências bancárias espalhadas por 19 estados, com destaque para São Paulo e Ceará que perfazem 38,88% do total. O Sudeste possui 36,11% das agências no país, seguida do Nordeste, onde está presente em todos os estados da região, com 33,33%. No Sudeste, apenas o Espírito Santo não possui fixo. O Sul concentra 16,66%, seguido do Centro-Oeste com 8,33% e o Norte com apenas uma agência instalada no estado de Rondônia.

Com essa topologia, o BICBANCO atua na comercialização de serviços e produtos como saques, cobranças, fianças, arrecadamentos de tributos, câmbios de moedas, investimentos, empréstimos, financiamentos, aberturas de conta corrente, cartão de crédito, capital de giro etc. Em Alagoas esse banco está mais voltado à efetivação de empréstimos a pessoas físicas e mais intensamente a empresas comerciais. Possui uma atuação bem limitada no âmbito do território alagoano, com

¹⁰ Informações levantadas a partir do sítio da instituição financeira.

apenas uma agência bancária na cidade de Maceió, sendo que outros estados também possuem apenas uma agência bancária.

O Banco Safra é proveniente de um grupo existente na Europa desde o século XIX. Sua atuação estava voltada ao financiamento de atividades comerciais e, após a expansão para outros países na época, passou a trabalhar na troca de moedas. Em meados do século XX, o grupo se expandiu pelo Oriente Médio e depois da Segunda Guerra Mundial chegou a América do Norte e a América Latina. Em 1955 foi implantado no Brasil Safra Importação e Comércio, através do banqueiro Edmond Jacob. Posteriormente passou a ser denominado de Banco Safra do Brasil, adquirido pelos irmãos Joseph e Moise Safra que permanecem como seus donos até os dias atuais (COSTA, 2012).

O Safra é uma instituição voltada ao comércio atacadista, na efetivação de grandes investimentos, mas também às empresas dos setores industrial e comercial. Antes: “As operações com pessoas jurídicas eram responsáveis por 80% das receitas totais. O banco, porém vinha investindo no atendimento à pessoa física de alta renda.” (COSTA, 2012, p. 256). Que dizer, o Banco Safra é uma instituição que não tem interesse em atividades de pequena margem de lucro, o que explica o seu desinteresse em manter uma topologia bancária semelhante a dos bancos públicos federais no território brasileiro.

Além dessa característica, essa instituição bancária atua na oferta de empréstimos, financiamentos, investimentos, seguros, orientações para investimentos e outros serviços como *internet banking*, recebimento de contas de empresas, assim como em convênio com outras instituições financeiras corretoras, especialmente no seguimento de empréstimos de grande escala. Não tem uma topologia bem distribuída pelo território nacional, possuindo apenas 104 agências bancárias e 22 PAB's em 19 estados.

Atualmente o Banco Safra possui 104 agências que correspondem a 0,46% do total do país. Dessas, 83,75% estão localizadas no Sudeste e no Sul do país, o que compreende a 71 e 16 agências respectivamente. O Nordeste possui nove agências, o Centro-Oeste seis e o Norte duas agências, uma no estado do Amazonas e outra no Pará. A distribuição do PAB's também não corresponde ao total de estados existentes no país. Dos 22 fixos instalados no território nacional,

86,36% estão no Sudeste, dois postos no Pará e um no estado do Ceará. Portanto, o Banco Safra é uma instituição que possui uma topologia que se confunde com a lógica de alguns grandes centros industriais no Brasil. Em Alagoas ele atua apenas com uma agência bancária na capital do estado.

Outra instituição financeira com a mesma lógica do Banco Safra é o Banco Rural, criado em 1964 como Banco Rural de Minas Gerais, pela sua aquisição dois anos antes pelo Grupo Tratex do Banco Manoel de Carvalho. A primeira agência bancária foi criada apenas em 1972, na cidade do Rio de Janeiro. Os anos de 1980 representam um momento importante na história dessa instituição, por iniciar suas atividades como banco múltiplo (período em que adquire algumas carteiras financeiras como a comercial, de financiamento, de câmbio e de crédito imobiliário). Ademais, aumentou a sua rede de fixos geográficos no país a partir da abertura de diversas agências bancárias.

Já na década de 1990, adquiriu o Banco Mercantil de Pernambuco, propiciando o crescimento da sua atuação no Nordeste. Esse banco atua na oferta de serviços e produtos como empréstimos, financiamentos, seguros, câmbio, cobrança rural, valores mobiliários, orientações para investimentos e outros serviços como *internet banking* e débitos autorizados, mas também se posiciona como um banco voltado à oferta de crédito a pequenas e médias empresas.

Bem menos expressiva em relação a outros bancos, a topologia do Banco Rural não passa de 26 agências bancárias e dois postos de atendimento em todo o território nacional. O Nordeste e o Sudeste concentram 76,92% desse total, com 10 agências cada região, além de um posto localizado em Alagoas. O Centro-Oeste concentra apenas três agências, seguido do Norte com duas agências e um posto e, por fim, o Sul com apenas uma agência bancária. Esse banco não possui uma capilaridade acentuada no território brasileiro, pois não se faz presente na maior parte dos estados.

O Banco Daycoval é uma instituição financeira de médio porte que tem origem no Líbano (1952) com as atividades voltadas para as operações comerciais, sobretudo a partir da experiência da Casa Bancária Salim A. Dayan. No Brasil, inicia suas atividades a partir de 1962 com a criação da Daycoval Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e da Valco Corretora de Valores, instituições que ganharam importância com atuação no mercado de capitais. Atua especificamente com linhas

de crédito para empresas dos ramos industrial e comercial. No segmento de pessoa física, o banco concentra suas operações em produtos especializados, como crédito consignado (empréstimos com desconto em folha de pagamento), câmbio de turismo e financiamento de veículos, o que o coloca entre as instituições financeiras que mais se destacam na oferta de empréstimos no país.

Esse banco possui uma topologia restrita, representando 0,16% do total de agências no país e apenas 14 postos de atendimento. Com um total de 36 agências, a região Sudeste concentra 15 fixos mais 13 postos do total de 14 no país (o outro está localizado no estado da Paraíba). No Nordeste, Maranhão e Piauí não possuem agência enquanto os outros sete estados concentram juntos nove agências, incluindo Alagoas com apenas uma, localizada em Maceió. A região Sul possui seis agências, o que representa 16,66% do total nacional, seguida do Centro-Oeste e do Norte com quatro e duas agências respectivamente.

Alagoas passa por um processo de intensa financeirização a partir das empresas automobilísticas que, de forma pontual, atendem às demandas de grandes bancos do setor. Exemplos dessa realidade são as concessionárias Ford e Fiat que exercem a função de correspondentes dos Bancos Ford e Fiat, mormente na execução de financiamento de veículos. Para Santos e Silveira ([2001] 2006, p. 191), essas empresas “[...] espalham suas redes de bancos múltiplos pelo território nacional e internalizam, dentro da própria empresa o processo de financeirização internacional”. Esse é o caso do Banco PSA Finance Brasil, filial do Grupo PSA Peugeot e Citroën, que mantém uma rede de concessionárias em todo o país atuando como instituição financeira nacional de controle estrangeiro.

A ação dos bancos diretamente ligados ou mesmo de posse das grandes empresas revela as novas características do atual período da história, conforme assinalou Santos (1997, p. 16):

Essa globalização vai se dividir em dois impérios centrais, Um, o do dinheiro e o outro, o da informação. A união entre indústria e capital financeiro encontrou um ápice nos últimos 30 anos quando as indústrias tornaram-se, de alguma maneira, autônomas em relação aos Bancos. As recentes reformas bancárias levam em conta essa autonomia das grandes empresas em relação ao capital financeiro, de tal maneira que elas tornaram-se capazes de reinvestir, forçando os Estados e as instituições internacionais a criarem, a partir delas, Bancos. O dinheiro começa, então a se impor como algo autônomo face ao resto da sociedade e, mesmo, da economia. Essa movimentação, autônoma do dinheiro em estado puro – porque não é dinheiro produtivo e sim o dinheiro em sua forma dinheiro – até poucos anos antes era considerada inacreditável.

Não obstante a sua criação em 1997, o banco só inicia suas atividades a partir de 2000 nos ramos de financiamento de estoques de automóveis e peças para as concessionárias Peugeot e Citroën. Também atua com outros tipos de serviços como financiamento, leasing, seguros e garantias, exclusivamente para clientes das empresas.

Com sede em São Paulo, não possui uma capilaridade que possa expressar uma atuação em todo o país, pois possui três agências bancárias distribuídas por São Paulo, Rio de Janeiro e Alagoas, o que representa uma pequena parcela do número total no país desses fixos, ou seja, 0,01%. Essa instituição possui uma estratégia de mercado muito interessante na medida em que executa suas atividades através de suas correspondentes instaladas em várias cidades pelo país. Em Alagoas a estratégia se dá a partir das três concessionárias instaladas nas cidades de Maceió com *La Maison* (Peugeot) e *Via France* (Citroën) que possui uma filial em Arapiraca.

Há uma concentração da topologia bancária tradicional em poucas cidades no território alagoano, em especial na capital. Entretanto, a distribuição dessa topologia pode também fundamentar as bases para explicar o papel de centralidade que é exercida por Maceió. Todavia, essa variável não impede que o território e a sociedade sofram a lógica da financeirização por parte desses bancos instalados no estado. Pois, o advento de novos conteúdos técnicos tornou o acesso ao crédito cada vez mais fluido no território alagoano.

- *O crédito bancário como variável característica dos circuitos da economia urbana no período vigente*

As diversas formas de organização financeira que se processam no território são, atualmente, entremeadas pela inserção de novos conteúdos técnicos em consonância com os sistemas de ações e conformados segundo as especificidades do território impactado por esses vetores. Neste sentido, na medida em que se imbricam as relações comerciais, a interdependência entre o dinheiro e o território ganha novos contornos em função da complexidade das relações de troca.

O recente aumento da difusão do crédito institucional representa uma importante estratégia dessa nova racionalidade que se instala no território, protagonizada pela ação das finanças. Tendo conhecido uma difusão mais acentuada neste último quartel de século, historicamente o crédito institucional não se expandiu de forma linear, privilegiando aqueles espaços que ofereciam maior rentabilidade ao aparelho bancário. Assim, os territórios desprovidos de incentivos financeiros dessa ordem acabaram, em contrapartida, respondendo segundo os diversos modos de sua racionalidade.

Essa seletividade do crédito institucional foi observada por Santos ([1975] 2004), na década de 1970, ao nomear o “capital intensivo” representado pelo crédito bancário institucional como um dos critérios fundamentais para a distinção entre os dois circuitos da economia urbana. Embora mantenham interação permanente, as diferenças na forma de organização próprias a cada circuito (Quadro 1) traduz-se na dificuldade de se estabelecer nexos financeiros entre eles.

Quadro 7 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos

	<i>circuito superior</i>	<i>circuito inferior</i>
Tecnologia	capital intensivo	trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	não-obrigatório
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	pequena quantidade qualidade inferior
Preços	fixos (em geral)	submetidos à discussão entre comprador e vendedor (<i>haggling</i>)
Crédito	bancário institucional	peessoal não-institucional
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios (exceção produtos de luxo)	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis	diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	freqüente
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	reduzida ou nula

Fonte: Santos ([1975] 2004, p. 44, grifo nosso).

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Tomando os critérios estabelecidos pelo autor, destaca-se os níveis de tecnologia, de capital e de organização como elementos que originalmente determinam o funcionamento das atividades de cada circuito. O aparelho bancário, nessa perspectiva, tem sua atuação circunscrita às atividades do circuito superior, tanto pela elevada demanda por capitais quanto pelas formas burocráticas de funcionamento que permitem a fixação de taxas, dos prazos e de garantias de liquidação da dívida. O crédito bancário define, assim, seus espaços de fluidez e de lentidão. Ele constitui, nas palavras de Santos ([1975] 2004), um “traço de união” entre as atividades modernas da cidade e as cidades maiores do país e do exterior. Silveira (2009, p. 69) igualmente, lembra que: “O crédito bancário institucional foi historicamente burocrático, deixando extensas porções do mercado aos agiotas, isto é, a um crédito pessoal não-institucional, caro, fácil e direto.”

Diferente de outras formas de consumo, o crédito representa um compromisso que o tomador assume de pagamento futuro da dívida. Assim, sua disponibilidade está associada, entre outras coisas, ao oferecimento de garantias de liquidação que representem menos riscos aos bancos. Partindo desse princípio, sabe-se que nas áreas periféricas os arranjos institucionais e financeiros são frágeis, de forma a dificultar a difusão de informações, estabelecendo baixa liquidez aos ativos. Como as relações creditícias do circuito inferior fundamentam-se muito mais na confiança do que em garantias institucionais, torna-se quase sempre difícil de adaptar suas atividades às formas burocráticas de organização do sistema bancário.

As atividades do circuito inferior apresentaram, ao longo do tempo, uma histórica dificuldade de prover garantias institucionais que atendessem às exigências do aparelho bancário. Pois, a própria natureza de formação e organização desse circuito tem raízes na ausência de atividades do circuito superior, ou seja, se elas existem é porque o circuito superior, incluindo-se a atividade bancária, não estava lá. Do contrário, teria tomado seu espaço, uma vez que os bancos dificilmente trabalhavam com pequenos montantes, sobretudo para pequenas atividades que apresentam alto grau de oscilação.

Ademais, como a territorialidade do circuito inferior se estabelece comumente nos espaços degradados da cidade, a geografia das agências bancárias fazia-se incapaz de instalar seus fixos nesses espaços, devido, sobretudo, à precariedade das redes e ao baixo nível de capitalização das atividades do circuito inferior. Com efeito,

Os mais pobres tiveram, historicamente, menos acesso às formas modernas de comercialização, que exigiam liquidez ou crédito formal. Sua localização na cidade também reduzia essa acessibilidade. Daí a utilização de circuitos menos modernos de distribuição e seu apelo a formas mais simples, como o crédito informal e o fiado, que não desaparece completamente porque os pobres não param de crescer. (SILVEIRA, 2009, p. 67).

Enquanto as necessidades de consumo se difundem de forma onipresente, as possibilidades de satisfação dessas necessidades não obedecem a essa mesma lógica de difusão. Essa é a razão pela qual são buscadas novas alternativas de se inserir no consumo do tipo moderno ou do imitativo deste. No circuito inferior, a necessidade de consumo imposta pela violência da informação aliada à ausência do crédito institucional são o ensejo para o surgimento de formas de crédito pessoal não-institucional. Silva (2012), em seu trabalho sobre a creditização do circuito

inferior na cidade de Campinas – SP, cita o papel desempenhado pelo *agiota* e pelo *fiado* para suprir a lacuna deixada pelo sistema bancário. Contudo, vale lembrar que ao longo da história o aparelho bancário passou por diversas mudanças em sua forma de operar, tanto em decorrência das transformações do capital, quanto das novas demandas dos tomadores de empréstimo, conforme destacou Chesnais (1996, p. 257):

“Marx já começara a caracterizar socialmente as conseqüências da formação da “massa organizada e concentrada de capital monetário, posta sob controle dos bancos”. Um dos aspectos que ele ressalta refere-se ao comportamento de agiotagem desse capital monetário concentrado, em suas relações com outras categorias de tomadores de empréstimos, que não os capitalistas industriais. “O que distingue o capital gerador de juros, como elemento essencial do modo de produção capitalista, do capital agiotagem, *não é, de forma alguma, a natureza ou o caráter desse capital em si. É simplesmente* que as condições em que ele opera mudaram e, portanto, a figura do tomador de empréstimo que enfrenta o que empresta dinheiro também se modificou completamente.” (livro III, capítulo XXXVI). Neste fim do século XX, as relações das principais instituições financeiras mundiais com os países e classes sociais mais despossuídas decorrem dessa caracterização.”

Com o afunilamento dos sistemas técnicos, no atual estágio de globalização o crédito bancário assume papel central no funcionamento de atividades econômicas de natureza diversa. Seu papel representa, no dizer de Santos (1999), o “fluido dos fluidos”, capaz de acelerar a dinâmica financeira do território. Nesta fase da história, a organização do território obedece a interesses múltiplos, sobretudo porque: “A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras.” (Santos, 1999, p. 13).

Embora apresente uma multidão de novos nexos, o território globalizado tende a adotar uma racionalidade única que se concretiza por meio do consumo. Trilhando nesse sentido, um dado novo do período é a propensão à difusão geral à adoção de novas formas de consumo, impulsionada por variáveis diversas, e pensadas sob a lógica do capital. Essa nova realidade admite que uma grande parcela da população de rendas menores, antes desprovida de serviços financeiros modernos, passe a usufruir do crédito bancário institucional antes restrito às atividades do circuito superior.

Enquanto no esquema de relações entre os dois circuitos, pensado por Santos ([1975] 2004, p. 40) na década de 1970, todas as relações do banco eram atidas às atividades do circuito superior, atualmente essa configuração não se

sustenta, ou seja, o crédito bancário, nos dias de hoje, extrapola em muito os limites desse circuito. Assim, ao esquema de Santos ousar-se-ia acrescentar mais um nexos que perpassa os limites do circuito superior e alcança a parte inferior da economia urbana, conforme se verifica na linha tracejada na cor azul, na Figura 2.

Figura 2 – Elementos dos dois circuitos

Fonte: Santos ([1975] 2004, p. 40).

Adaptação: Dhiego A. de Medeiros.

Confluindo para essa nova realidade, muitos são os estudos recentes que apresentam indicativos da capilaridade do crédito bancário no circuito inferior. Como exemplos mais sintomáticos pode-se destacar os estudos de Santos e Silveira (2001) acerca do processo de creditização do território brasileiro, e de Contel (2006), que analisou as novas topologias bancárias no Brasil e a capilaridade das finanças.

Afora outros estudos sobre a capilaridade do crédito institucional no circuito inferior, a exemplo de Silveira (2009); Montenegro (2006 e 2011); Santos, (2007); e Silva (2012).

Em princípio, a abertura do mercado ao meio técnico-científico informacional aumentou sensivelmente a demanda das firmas pela antecipação de suas receitas, o que impulsionou uma série de alterações nas políticas monetárias, no sentido de potencializar a capacidade dos bancos em oferecer crédito. A maior capilaridade das redes bancárias, a criação de novas formas bancárias, bem como a maior sofisticação dos serviços financeiros são respostas às exigências do período em curso.

O aumento da produção atende, atualmente, aos novos “espaços da fluidez”, criados pela difusão das redes no território, ou seja: “Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção.” (SANTOS, [1996] 2002, p. 275). No campo das finanças, o imperativo da fluidez cria pressões sobre as instituições financeiras e normativas em favor de uma maior circulação da mercadoria “crédito”. Para Bukharin (1969, *apud* Contel, 2006, p. 252) “[...] o capital financeiro é, certamente, a forma de capital mais penetrante” e, como tal, tende a “encher qualquer vazio que encontre”. Neste sentido, são criadas novas estratégias com o objetivo de ampliar o horizonte de possibilidades de captação de recursos por parte das instituições financeiras. Daí o aparecimento de inúmeras modalidades de crédito pessoal, que incluem desde o financiamento de bens, ao crédito direto com desconto na folha de pagamento até à desburocratização do acesso aos cartões de crédito. A propósito desse processo,

A variedade de formas de pagamento presentes no circuito inferior é outro elemento novo que caracteriza esse circuito atualmente e que expõe, por sua vez, a relação do circuito com uma das variáveis centrais do período, ou seja, com as finanças. (MONTENEGRO, 2006, p. 91).

Como produção e circulação não se reproduzem sem o consumo, a deformação das estruturas deste último constitui em um aspecto determinante da nova postura financeira das instituições bancárias no período da globalização. Embora cumpram papel sintomático na organização do espaço geográfico, os bancos tendem a se ajustar às demandas sociais criadas no período. Na medida em que o comércio moderno cria estratégias para alcançar novos mercados, o circuito

superior das instituições bancárias precisa se remodelar para oferecer o suporte ao escoamento da produção realizado notadamente pelo consumo. Neste sentido,

A venda de bens de consumo banal, como roupas, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos a crédito, mas também de seguros pessoais, residenciais e odontológicos, assim como a concessão de empréstimo pessoal, se orientam a satisfazer – e a criar – uma demanda das classes sociais que antes se vinculavam, pela produção ou pelo consumo, ao circuito inferior. (SILVEIRA, 2009, p. 68).

Dessa forma, as camadas sociais com renda mais baixa são impelidas por diversos vetores a participar do consumo do tipo moderno e impulsionados pelo crédito bancário. Nessa mesma perspectiva, Montenegro (2011, p. 31) ressalta que essa “Expansão recente do consumo está, por sua vez, diretamente relacionada ao avanço da creditização do território e da sociedade”. Todavia, Santos (2008b, p. 169) adverte: “O mundo, é apenas, um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades *oferecidas* pelos lugares.” Isso sugere, *a priori*, que os pobres também tenham aumentado sua capacidade de honrar os compromissos financeiros, seja junto às empresas comerciais ou aos bancos, dando uma relativa sustentação à presença dessas instituições no consumo das classes de rendas menores.

Citando Torres (2006, et. al.), Montenegro (2011) atribui o aumento recente da capacidade de consumo das camadas de rendas inferiores a três fatores principais: às políticas federais de transferência de renda; à crescente urbanização da população; assim como às mudanças na estrutura familiar. Juntos, estes, entre outros aspectos, estão na base do incremento da renda e, por conseguinte, da capacidade de consumo de bens e de crédito. A existência de um mercado já saturado no circuito superior levou os bancos a buscarem novas estratégias junto a um público historicamente excluído das modernas formas de concessão ao crédito. Nesse sentido, o aumento da capacidade de consumo e o aumento do acesso ao crédito bancário trilham caminhos paralelos e são diretamente proporcionais.

Contudo, para fazer-se presente nos espaços ocupados pelo circuito inferior são montados novos arranjos organizacionais entre instituições financeiras bancárias e não-bancárias (SILVEIRA, 2009). Nessa nova fase merece destaque o papel das “financeiras”, instituídas pelo Banco Central como “Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento”, por meio da Portaria do Ministério da Fazenda 309,

de 30 de novembro de 1959⁶⁴. Essas instituições diferenciam-se das agências bancárias por operarem com serviços especializados, geralmente em empréstimos à pessoa física. Em seu estudo sobre a capilaridade das finanças no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo, Santos constata:

Dentre as diversas instituições que popularizaram o crédito na cidade de São Paulo, as financeiras são aquelas que desenvolveram as estratégias de atuação mais peculiares e que, por meio do crédito pessoal, acentuam o processo de capilarização do sistema financeiro no circuito inferior da economia urbana. (SANTOS, 2007, p. 40).

Sem autorização para captar depósitos, as financeiras não bancárias se especializaram em ofertar crédito a um público tradicionalmente esquecido pelos bancos. Essa especificidade isenta as financeiras de uma estrutura física mais complexa e que lhe confere um maior poder de capilarização. Além disso, elas oferecem crédito rápido e sem muita burocracia, substituindo, em muitos casos, o *agiota*. Os principais documentos exigidos pelas financeiras são: RG, CPF, Comprovante de Residência e Contracheque. Muitas financeiras, inclusive, passaram a não exigir situação regular do cliente junto a órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, amparados na Lei n.º 6.445 de 04 de outubro de 1977⁶⁵, que regulamentou o desconto das parcelas do empréstimo direto na folha de pagamento dos funcionários públicos. Em contrapartida, essas empresas cobram taxas de juros que atingem até 15% ao mês. Assim, as financeiras passaram a disputar, palmo a palmo, o mercado de crédito pessoal, protagonizando uma maciça creditização do circuito inferior.

Santos (2007) divide a atuação das financeiras em duas categorias distintas: as independentes e as que são ligadas a conglomerados bancários. Entre as primeiras, destaca-se a Crefisa que, desde a sua criação em 1961, não se vinculou a nenhum banco e tem a sua atuação voltada para o crédito consignado. No entanto, a partir dos anos 2000, evidencia-se um processo de fusões e aquisições de instituições financeiras jamais visto no país. O avanço das financeiras no território constituiu uma ameaça para os bancos e, ao mesmo tempo, despertou o interesse

⁶⁴ São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro (BCB, 2013).

⁶⁵ Dispõe sobre consignações em folha de pagamento de servidores civis, ativos e inativos, da Administração Federal direta e das autarquias federais e dá outras providências (Presidência da República, 1977).

destes; o que contribuiu para um processo de reorganização bancária do mercado financeiro. Sobre esse fato Moretti acrescenta:

No contexto de um sistema financeiro mais aberto à escala internacional, os bancos sofrem a concorrência de instituições financeiras não-bancárias e empresas externas que querem desenvolver algumas de suas atividades (DIAS, 2006). Com isso, impõe-se a adoção de novas estratégias competitivas para assegurar o crescimento das instituições e aumentar a sua rentabilidade. (MORETTI, 2006, p. 13).

Para os grandes bancos era irrealizável fazer-se presente nas áreas ocupadas pelo circuito inferior dispondo de uma rede tradicional de fixos bancários. Também não era rentável terceirizar o serviço, devido ao baixo rendimento da atividade em comparação com outras, que constituíam a maior parte da sua carteira.

Assim, foram os bancos médios que inicialmente reconheceram a importância de desburocratizar o acesso ao crédito como forma de ampliar seu faturamento. Como as agências se localizam, sobretudo, nas áreas de maior dinamismo, era economicamente impossível levar esse fixo bancário tradicional às zonas de influência do circuito inferior que, a sua vez, possui baixo grau de capitalização. Assim, dispondo de menos recursos técnicos e financeiros, esses bancos logo trataram de criar ou se associar às Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento para garantir seu espaço no extenso mercado de crédito para pessoas físicas, desbravado pelas financeiras.

Essa medida só foi possível através da Circular n.º 220 emitida pelo Banco Central em 15 de outubro de 1973, que dispõe sobre a contratação de pessoas jurídicas para a realização de serviços de correspondente bancário. Outra norma que veio a impulsionar o crédito institucional no circuito inferior, só veio ocorrer a partir da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003⁶⁶, que abriu o mercado de crédito consignado⁶⁷ para aposentados e pensionistas do INSS, substituindo a Lei n.º 6.445 de 04 de outubro de 1977, que restringia o crédito descontado na folha de pagamento aos servidores públicos federais, estaduais e municipais (MORETTI, 2006, p. 14).

Percebendo a ampliação do mercado e os baixos riscos de inadimplência do crédito consignado, os grandes bancos passaram a se aproveitar de vantagens

⁶⁶ Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências (BACEN, 2013).

⁶⁷ Modalidade de empréstimo que permite a amortização das parcelas por meio de descontos efetuados diretamente na folha de pagamento do tomador (FEBRABAN, 2012).

locacionais das financeiras, se vinculando a essas empresas e comprando a carteira de crédito de bancos menores. A compra das financeiras por grandes bancos evidencia duas estratégias principais: de início os bancos se livraram da concorrência das financeiras e, ao mesmo tempo, incorporaram seu faturamento e capilaridade. Como eventos mais emblemáticos desse processo, pode-se destacar a compra da Finasa pelo Bradesco ainda em 2002, a Losango que desde 2003 pertence ao Grupo HSBC e a Financeira Taií, criada em 2004 pelo Banco Itaú que, por sinal, também controla a Fininvest.

Além das financeiras independentes e das ligadas aos conglomerados bancários, muitos bancos, com vistas a essa nova realidade, desenvolveram uma estrutura organizacional especializada no mercado de crédito consignado. É o caso do BMG, por exemplo, que embora tenha iniciado seu funcionamento como “financeira”, a partir de 1988, constituiu-se banco múltiplo, mas continuou com uma estratégia notadamente direcionada para o crédito consignado. A estrutura simplificada da maioria de seus correspondentes permite que o banco esteja presente em diversos espaços sem, necessariamente, precisar se associar a uma financeira não bancária. Também se utilizam dessa estratégia o BGN, o Paraná Banco, Banco Bonsucesso, entre outros. Em 2012, o Banco Itaú Unibanco firmou parceria com o BMG criando uma nova empresa chamada “Itaú BMG Consignado”, ampliando a capacidade financeira das duas instituições.

O Gráfico 1 mostra a evolução das operações de crédito no país no período de 2002 a 2012, que tem representado uma expressiva atuação pelos bancos através da venda desse produto, onde pode-se constatar um crescimento de R\$ 378,3 bilhões em 2002 para cerca de R\$ 2,3 trilhões em 2012. Esse movimento de crédito pode ser levado em consideração ao crédito para pessoas físicas que tem apresentado um crescimento representativo nesse período, decorrente, em parte, da flexibilidade das normas desburocratizadas pelo Bacen nos últimos anos. Sendo assim, ao longo dos anos o crédito para pessoas físicas, sobretudo o crédito consignado, vem ganhando espaço face a outras formas de financiamento que completam a carteira dos bancos. Essa modalidade de crédito vem apresentando um progressivo aumento, em função, sobretudo, do extenso mercado e dos baixos riscos de inadimplência.

Gráfico 1 – Brasil: evolução do crédito (2002-2012)

Fonte: BACEN.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

As frequentes fusões e aquisições de bancos grandes com financeiras e bancos menores têm contribuído para um intenso processo de concentração da oferta do crédito. Segundo o Jornal Valor Econômico (03 mai. 2012), 80,34% do crédito são desembolsados por apenas cinco bancos: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco Santander. Essas instituições encabeçam complexas redes de sucursais, responsáveis por intermediar a concessão do crédito para o circuito inferior. Diferente do que Santos ([1975], 2004) observou em relação à capilaridade das finanças na década de 1970, quando o crédito bancário era limitado às atividades do circuito superior, atualmente há uma profusão de formas de crédito pessoal destinada a pessoas de níveis econômicos em todas as escalas. Para Baudrillard ([1968] 2008, p. 169-170):

Hoje, uma nova moral nasceu: precedência do consumo sobre a acumulação, fuga para a frente, investimento forçado, consumo acelerado, inflação crônica (torna-se absurdo economizar): todo o sistema resulta disto, em que se compra primeiro para em seguida se resgatar o compromisso por meio do trabalho. Volta-se assim, com o crédito, a uma situação propriamente feudal, a de uma fração de trabalho devida antecipadamente ao senhor, ao trabalhador escravo. Contudo, à diferença do sistema feudal, o nosso atua através de uma cumplicidade: o consumidor moderno integra e assume espontaneamente esta obrigação sem fim:

comprar a fim de que a sociedade continue a produzir, a fim de se poder pagar aquilo que foi comprado.

Ora, conforme mostra Contel, (2006, p. 2): “Poucas são as atividades ditas “econômicas” que se fazem sem o acesso a algum instrumento financeiro.” Com efeito, a importância das finanças para o funcionamento do território a transforma em uma variável-chave do período, ao mesmo tempo em que o crédito bancário institucional emerge como elemento característico e indispensável aos dois circuitos da economia, numa relação assimétrica que contribui para nutrir as atividades do circuito superior.

O emaranhado de caminhos traçados pelas instituições financeiras para capilarizar o crédito no circuito inferior não se realiza, tão-somente, por intermédio das Agências e Postos. Verificou-se anteriormente que esses fixos tradicionais não se capilarizam de forma homogênea, privilegiando os espaços que possibilitam maior rentabilidade. Neste sentido, que mecanismos constituem a capilaridade bancária nas localidades onde os fixos tradicionais não conseguiram se instalar? E mais, com que intensidade o processo de globalização permitiu a incorporação de novas técnicas na atividade bancária? Além disso, a que ponto o surgimento de novas topologias bancárias facilitou a passagem do crédito para o circuito inferior da economia? E, por fim, como a reorganização dos fixos e fluxos bancários se geografizam e alteram a dinâmica do território?

Capítulo 3.

Uso corporativo do território alagoano e a hipercapilaridade das finanças

▪ *Novas topologias e o uso corporativo do território*

O processo de renovação da materialidade no território brasileiro, iniciado no ultimo quartel do século XX, determinou um rearranjo dos fixos geográficos e proporcionou maior fluidez ao sistema de ações, responsáveis por uma maior difusão do meio técnico-científico informacional. A instalação da nova base técnica no território trouxe, no seu bojo, a informação como aspecto diferencial do funcionamento dos novos fixos geográficos. Os diversos pontos do território passaram a ser interligados por redes imateriais que, dado o encurtamento das distâncias e a instantaneidade dos processos, ampliaram o grau de intencionalidade presente nos objetos. Assim, tanto a sofisticação dos sistemas de engenharia quanto o surgimento de novas formas geográficas, constituem feições bem acabadas da penetração do (desse) meio técnico-científico informacional.

No Brasil, o sistema financeiro foi o que mais visivelmente se beneficiou do avanço das técnicas da informação. A maior utilização de satélites de comunicação e redes de fibra ótica permitiu que o sistema financeiro institísse novas topologias bancárias, capazes de adentrar espaços antes intransitáveis pelos fixos financeiros tradicionais.

Na verdade, o processo de automação bancária no Brasil iniciou-se ainda de forma tímida nos anos 1960, com a utilização do primeiro computador pelo Banco Bradesco em 1962. Esse processo veio a ganhar força a partir da década de 1980, com a criação de canais de atendimento eletrônico. Contudo, é sob a égide do Plano Real que se verifica uma maior profusão dos objetos técnicos de cunho financeiro. A ideologia neoliberal, pautada em privatizações e liberalizações normativas, impôs “novas racionalidades no território” (CONTEL, 2006). Além disso, a política de incentivos fiscais e de desnacionalização de empresas estatais, características do período, contribuiu, de forma expressiva, para a abertura da economia nacional à penetração de uma “unicidade técnica” (SANTOS, [1996] 2002) de ordem global.

Diversos são os estudos que tratam da evolução das técnicas da automação bancária no Brasil, sobretudo no início da década de 1990, quando se verificou um considerável avanço das inovações técnicas da atividade bancária. Dentre esses estudos, podem-se destacar a análise de Frischtak (1992), sobre influências da

automação bancária no aumento da produtividade do sistema financeiro brasileiro e, também, o trabalho de Blass (1993), sobre os avanços da tecnologia bancária frente a outros setores da economia nacional. Deve-se destacar, em particular, o estudo de Carnev, Jayo e Diniz (2009) sobre o processo de automação bancária no Brasil, analisado a partir das técnicas envolvidas na execução de uma operação bancária. Partindo desse princípio, os autores apontam cinco ondas de inovação que resultaram no atual estágio do sistema financeiro brasileiro e que representam diferentes formas de uso do território pelo sistema financeiro:

- A primeira onda se refere à utilização dos primeiros computadores nas agências. Os dados sobre as operações eram enviados à noite aos Centros de Processamento de Dados (CPD's) e aos sub-centros regionais que, no dia seguinte, devolviam os registros processados às respectivas agências.
- A segunda onda tem início com a ampliação da capilaridade das agências. O maior distanciamento dos fixos bancários aumentou os custos de processamento centralizado das informações e obrigou o sistema bancário a criar um modelo de processamento distribuído e interligado *online* aos terminais de caixa, utilizados no interior das agências.
- A terceira onda ocorre com a capilarização dos ATM's (*automatic teller machines*), capazes de processar automaticamente as operações bancárias. Esses caixas eletrônicos passaram a ocupar também as antessalas das agências e locais públicos como os estabelecimentos comerciais, os hospitais e as universidades.
- A quarta onda dá continuidade ao desenvolvimento dos “serviços telemáticos”, com a criação das Centrais de Atendimento Telefônico (*Call-Centers*) e do Banco por Internet (*internet banking*). A criação desses serviços permitiu que os clientes acessassem os serviços financeiros sem precisar se deslocar para um fixo bancário.
- A quinta onda caracteriza-se pela difusão dos correspondentes bancários e a criação do Banco Móvel (*mobile banking*). Com essa última inovação,

os clientes podem acessar os serviços financeiros através de um dispositivo móvel, como aparelhos celulares e *smartphones*.

Com efeito, verifica-se que ao longo do tempo a criação de novos serviços financeiros acompanhou de perto o avanço da técnica, dando mais fluidez e rentabilidade a atividade bancária. Os novos fixos bancários tornaram-se mais flexíveis do ponto de vista locacional e autômatos em seu funcionamento, contribuindo para o aumento da capilaridade das finanças no território, sobretudo nas áreas em que sua presença era mais rarefeita.

Por décadas a difusão do crédito institucional ocorreu paralelamente à propagação das atividades do circuito superior. Santos ([1975] 2004, p. 238) apontou para essa realidade ao perceber que: “As pequenas atividades do circuito inferior não oferecem garantias suficientes para obter esse tipo de crédito, e o próprio princípio de seu funcionamento lhe veda qualquer pagamento de títulos em datas fixas.” Essa barreira tem raízes na “não formalização” das atividades do circuito inferior, junto a órgãos reguladores como a Junta Comercial e a Receita Federal. Logo, a dificuldade de oferecer garantias “formais” sobre o rendimento da atividade dificultou, por muito tempo, o ingresso das atividades desse circuito no sistema financeiro.

Todavia, no período em curso “[...] existe uma oferta extraordinária de crédito desburocratizado, realizada por instituições financeiras bancárias e não-bancárias [...]”, (SILVEIRA, 2009, p. 65), o que confere ao sistema financeiro a possibilidade de ampliar seu leque de clientes, antes restrito às atividades normatizadas. Destarte, a necessidade de evitar capacidades ociosas fez com que as instituições bancárias percebessem emergência de um novo mercado, composto pelas sociedades de rendas mais baixas.

Partindo desse pressuposto se permite pensar em novos nexos financeiros entre os dois circuitos da economia. “Para ampliar os lucros, seus agentes precisam vender produtos e serviços, aí incluídos os de natureza financeira, aos mais pobres.” (SILVEIRA, 2009, p. 66). Com maior ou menor frequência, sabe-se que, “[...] todos os níveis da população podem estar ligados ao consumo fora do sistema a que pertencem [...]”, lembra Santos ([1996] 2005, p. 99). Neste caso, o grau de interferência do circuito superior sobre o circuito inferior tem sido ampliado pela

criação de novos canais de atendimento, mais acessíveis às sociedades mais pobres. Com efeito, a ampliação do alcance social e espacial dos serviços financeiros sugere um atual estágio de expansão das finanças que alcança territórios tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior.

Essa “tendência colonizadora” das finanças se processa de forma desigual e instantânea nas diversas porções do território alagoano. Uma considerável parcela da sociedade, que só esporadicamente participava do consumo no circuito superior, passou a frequentá-lo de maneira mais ativa através difusão do crédito. Assim, a desburocratização do acesso ao crédito e a criação de canais maior capilaridade, permite que as finanças açambarquem cidadãos de diversas ordens ou classes. Resta saber como e a que medida o surgimento de novas formas bancárias tem contribuído para a capilaridade das finanças no circuito inferior da economia alagoana, dada a já destacada dificuldade de adaptação desse circuito às formas burocráticas de concessão de crédito pelo sistema financeiro. Além disso, quais relações podem ser justificadas entre a desigual capilaridade dos novos fixos bancários e o desnivelamento econômico do território em Alagoas?

Conforme assinalado anteriormente, os avanços técnicos permitiram ao sistema financeiro a incorporação de uma considerável variedade de serviços, bancários e não bancários, que vieram se somar aos já desempenhados pelas redes de agências e postos de atendimentos instalados no estado. Contel (2006) destaca os principais canais eletrônicos que conheceram uma difusão mais acentuada no espaço geográfico, como os Caixas Eletrônicos (ATM's), Banco por Internet (*internet banking*), Centrais de Atendimento Telefônico (*Call Centers*), Terminais de cartões de crédito e de débito, Cheque Eletrônico e *Wireless Application Assistant* (WAP). O autor enumera, ainda, aqueles que possuíram uma existência apenas residual, pois não apresentaram a mesma eficiência e rentabilidade dos primeiros. Como por exemplo: 1) *Email Banking*; 2) Planejador Financeiro; 3) Fax; 4) Pager; 5) TV Interativa; 6) Web TV; 7) Personal Digital Assistant (PDA); e 9) *Screenphone* (Telefone com Tela).

Dar-se-á ênfase, portanto, àqueles canais cujas características de localização e acessibilidade, que contribuíram para a crescente creditização de um território tradicionalmente usado pelas atividades do circuito inferior da economia nas cidades alagoanas. De certo, todos os fixos geográficos por mais informacionais que sejam

dependem de alguma engenharia para seu funcionamento. Contudo, como as técnicas da informação se difundem com maior facilidade e rapidez, os novos canais eletrônicos criados para atender as redes bancárias apresentam como aspecto diferencial a possibilidade de penetração nos espaços em que a rede bancária tradicional não conseguiu se fixar.

De todos os canais eletrônicos, os ATM's⁶⁸ constituem a mais representativa materialidade das técnicas bancárias informacionais. Eles surgem como uma tentativa dos bancos de aumentar sua lucratividade, dando mais fluidez aos serviços financeiros. Sua instalação no território brasileiro data da década de 1980, quando sua capilaridade no território ainda se confundia com a distribuição da rede de Agências Bancárias. Criados inicialmente para receber e dispensar cédulas, os ATM's foram, ao longo do tempo, incorporando várias funções, como consultas, extratos bancários, depósitos, recebimentos e transferências. Assim, a introdução desse canal anunciava um considerável avanço na operacionalidade dos serviços bancários, contribuindo para desafogar os serviços financeiros de ordem manual nas Agências.

Com os avanços da técnica, os Caixas Eletrônicos tornaram-se mais autômatos, sendo parte fundamental da dinâmica financeira do território. Através dos ATM's, "são registradas eletronicamente as operações, garantindo aos comerciantes, a liquidez total e eliminando todos os serviços intermediários de manuseio, digitação e microfilmagem de cheques." (BLASS, 1993, p. 85).

Os avanços nos sistemas de segurança aliados à necessidade de maximizar seu potencial de drenagem e irrigação de capital inauguraram uma nova forma de uso do território, pois levou as instituições financeiras a instalarem seus Caixas Eletrônicos, também nas antessalas das agências, onde poderiam ser acessados a qualquer horário. O próximo passo da disseminação dos serviços de ATM consistiu na instalação do fixo bancário em locais onde a demanda por capital era mais elevada. Desde então, os terminais passaram também a ocupar os pontos mais "luminosos" do território, sendo distribuídos em aeroportos, shoppings centers,

⁶⁸ De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2013), o ATM consiste em um canal bancário que "Permite a realização de transações por meio de dispositivos eletromecânicos e mediante inserção de senha (terminal de auto-atendimento)".

supermercados, enfim, nas localidades onde o imperativo da fluidez de capital exigia a presença do fixo bancário.

Ao longo do tempo, o aperfeiçoamento das funções do ATM e o baixo custo de seu funcionamento possibilitou um expressivo aumento do número desses Caixas Eletrônicos, conforme se verifica no Gráfico 2. No entanto, evidencia-se uma difusão mais expressiva dos ATM's múltiplos, em relação aos Caixas especializados. A concentração de serviços em um único aparelho justifica a preferência das instituições financeiras pelo ATM múltiplo, cujas características dispensam a instalação de outros equipamentos especializados, reduzindo os custos de funcionamento.

Gráfico 2 – Brasil: evolução do número de ATM's por localização (2002–2011)

Fonte: FEBRABAN, 2012.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros

Como se pode verificar, a partir do ano 2007 ocorre uma sensível redução do ritmo de crescimento do número de ATM's. Isso se deve, em grande parte, a pluralidade de funções que um único aparelho passou a desempenhar, assim como ao uso mais frequente de novos canais eletrônicos como a *internet banking* e *mobile banking*. O aumento do número de funções dos ATM's também contribui para redefinir sua capilaridade no território. Sua versatilidade permite que um número cada vez maior desses terminais eletrônicos se localize distante das agências, em áreas de menor dinamismo econômico.

As transformações ocorridas na dinâmica do território dependem, em grande parte, da intensidade das ações e sua incidência sobre os objetos. Visando potencializar o uso dos Caixas Eletrônicos, os bancos que possuíam ATM de acesso “restrito”⁶⁹ passaram a firmar acordos entre si, transformando os Caixas Eletrônicos localizados fora das Agências e dos PAB’s em terminais de acesso “compartilhado”⁷⁰, permitindo que sua utilização se amplie a outras instituições financeiras. Como exemplos, pode-se citar o acordo entre o Banco do Brasil, Banco Bradesco, e Banco Santander em 2010, que previa a partilha dos caixas das três instituições (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). Outras parcerias do Banco do Brasil também incluem os ATM’s da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco Brasília (BB, 2013). Com essa recente forma de uso do território, as instituições bancárias multiplicaram a possibilidade de difusão de seus serviços.

Nessa mesma perspectiva, há também os Caixas Eletrônicos de acesso “aberto”⁷¹ que, por natureza, podem ser utilizados por diversas instituições bancárias, que participam da rede de compartilhamento como, por exemplo, a Rede Banco 24 Horas, permitindo o acesso por clientes de várias instituições bancárias. Por não pertencerem a nenhuma instituição de agência fixa, esse tipo de ATM localiza-se frequentemente em locais abertos e de fácil acesso ao público em geral.

A sofisticação contemporânea dos serviços financeiros também pode ser entendida a partir de uma nova modalidade de Caixas Eletrônicos, os ATM’s Móveis⁷². Esse objeto geográfico, como o próprio nome sugere, possui localização flexível e foi criado para dar suporte às instituições bancárias em situações esporádicas onde há grande demanda de serviços financeiros, como dias de pagamento a funcionários públicos ou de eventos culturais que reúnam grande número de pessoas. Sua estrutura física se assemelha a dos ATM’s tradicionais, o que os difere, na realidade, é a mobilidade, uma vez que esse objeto técnico

⁶⁹ Terminais com acesso restrito aos clientes da instituição ou de instituição pertencente ao conglomerado (BCB, 2013).

⁷⁰ Terminais abertos à utilização por não-clientes da instituição ou de instituição pertencente ao conglomerado em virtude de acordos bilaterais (BCB, 2013).

⁷¹ Terminais abertos à utilização por não-clientes da instituição ou de instituição pertencente ao conglomerado em virtude de estarem integrados a uma rede interoperada (BCB, 2013).

⁷² O ATM móvel é de fabricação brasileira e foi apresentado por Sérgio França, Diretor de Negócios da empresa de segurança Prossegur, no CIAB, 2013, em entrevista concedida em 14 de março de 2013 à CDTV, do portal Convergência Digital. Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=34049&sid=124>.

funciona acoplado a um automóvel blindado que lhe dá suporte em termos de segurança e deslocamento, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3: ATM Móvel

Fonte: Convergência Digital, 2013.
Adaptado por: Dhiego A. de Medeiros.

Portanto, são muitas as formas de uso do território pelos Caixas Eletrônicos que diferem entre si, pela diversidade de funções, difundindo-se segundo as diferentes dinâmicas que se processam no território. Destaca-se nessa forma bancária sua capacidade de adaptação aos diferentes espaços. A facilidade de instalação desse fixo em locais de infraestrutura limitada faz dele um importante canal de acesso à população pertencente ao circuito inferior da economia urbana.

No estado de Alagoas a distribuição dos ATM's está diretamente atrelada à sua tipologia, apresentando variações entre as cidades do estado, a depender da sua forma de funcionamento. Assim, no numeroso grupo de cidades locais predominam os Caixas Eletrônicos “restritos”, ou seja, aqueles que estão acoplados às Agências e Postos de Atendimento da instituição que detém o controle do equipamento.

Nesse sentido, destacam-se os ATM's da Caixa econômica e do Banco do Brasil, por serem instituições que possuem a maior capilaridade de fixos tradicionais do estado. Esse fato se deve à ausência de um dinamismo econômico mais elevado, que seja capaz de tornar esses espaços mais atrativos às redes bancárias privadas. Além disso, o conjunto dessas cidades dificilmente apresenta sistemas de segurança mais sofisticados em outros estabelecimentos que permitam a instalação de Caixas Eletrônicas em locais fora das Agências e PAB's.

A existência de ATM's "compartilhados" não altera sua rarefação nas pequenas cidades, uma vez que só dispõem desse tipo de serviço aqueles terminais localizados fora dos fixos bancários tradicionais. Como os sistemas técnicos existentes nessas cidades raramente sustentam a instalação desse canal, a estratégia dos bancos de aumentar sua capilaridade por meio desse fixo acaba sendo anulada nesse escalão urbano. Dessa forma, nas pequenas cidades a capilaridade dos ATM's acaba por se confundir com distribuição das Agências e Postos de Atendimento Bancário, cuja capilaridade já foi observada nos itens iniciais desse trabalho.

No que se refere às cidades que exercem maior centralidade, verifica-se uma tendência à maior concentração do fixo ATM, seja ele restrito, compartilhado ou aberto. A maior concentração de fixos bancários tradicionais sugere maior quantidade dos ATM's que acompanham a difusão desse fixo geográfico-financeiro. Deve-se considerar ainda que a monetização do território nessas cidades não fica a cargo somente das Agências e Postos, mas também de uma série de lojas, supermercados, universidades, postos de combustíveis e outras atividades de elevado mérito econômico. Nesses locais existe, portanto, um volume maior de Caixas Eletrônicas "restritos" e "compartilhados" para atender à dinâmica financeira da cidade.

Ao contrário da difusão dos demais ATM's, a capilaridade dos Caixas "abertos" da rede Banco 24 Horas não acompanha a disseminação das Agências e Postos de Atendimento Bancários. Pelo contrário, sua difusão está relacionada à ausência de fixos tradicionais nos locais onde este não conseguiu se instalar fisicamente. O princípio de sua distribuição, portanto, depende da existência de atividades mais capazes de atrair um fluxo maior de pessoas, como é o caso dos

aeroportos, shoppings centers e grandes redes de supermercados, que se fixam nas cidades com uma dinâmica econômica mais elevada.

A ideia de “banco *online*” dá continuidade a “[...] uma irrefreável busca, por parte do sistema bancário, de soluções para a redução do custo de processamento das transações.” Albertin et al. (2000 *apud* CONTEL, 2006, p. 263). A criação do “*home banking*”⁷³ ou “*office banking*”, ainda na década de 1980, enfrentou grandes dificuldades à sua difusão no território, sobretudo pela falta de um sistema técnico interligado e de um mercado de usuários *online*, capaz de oferecer maior escoamento aos serviços bancários. Em outra perspectiva, Frischtak (1992) atribui o baixo rendimento do *home banking* às “frágeis capacidades de comunicação e a não-integração de bancos de dados baseados em *mainframes*”⁷⁴. Nesse modelo, cabia ao banco criar os sistemas próprios interligados aos computadores dos clientes através de *softwares* específicos, o que elevava os custos das transações.

Em contrapartida, a banalização das técnicas informacionais relacionadas ao uso da internet desencadeou, na década seguinte, um progressivo aumento do número de pessoas que passaram a fazer uso do sistema web. O maior acesso dos clientes à rede permitiu que estes vislumbassem a possibilidade de ter informações da sua conta pela internet (DINIZ, 2004). Assim, a necessidade de reduzir os custos das operações, aliado aos avanços técnico-informacionais, bem como às pressões dos clientes conduziu o sistema bancário a difundir, na segunda metade da década de 1990, o Banco por Internet (*internet banking*).

O serviço de *internet banking* difere do *Home Banking*, sobretudo por que a rede que interliga os computadores dos bancos e dos clientes passou a ser acessada através da plataforma “*world wide web*” (www), que interliga a rede mundial de computadores conectados pela internet. O acesso ao banco passou a depender então do uso de um computador, a partir da instalação de um programa de conexão com a internet, chamado “navegador”⁷⁵. Cada banco passou a disponibilizar um endereço eletrônico específico, através do qual os clientes podem

⁷³ O Banco Central do Brasil define o *Home Banking* e o *Office Banking* como um canal bancário que “permite a realização de transações por meio de computadores pessoais, e das soluções Internet Banking, Home Banking e Office Banking” (BNB, 2013).

⁷⁴ De acordo com Bertholini, Baptistela e Sasaki (2003) o mainframe é um supercomputador ou computador de grande porte, dedicado normalmente ao processamento de um volume grande de informações.

⁷⁵ Alguns exemplos de navegadores são: *Internet Explorer*, *Mozilla Firefox* e *Google Chrome*.

ter acesso a uma grande diversidade de serviços financeiros, sem necessariamente ter que se dirigir a um fixo bancário. Através desse novo canal, os clientes puderam consultar seus saldos e extratos, efetuar pagamentos, realizar transferências, fazer empréstimos e financiamentos, imprimir boletos, entre outros serviços.

A desburocratização do crédito, somado à crescente banalização do uso da internet, consolidou um importante canal por meio do qual o sistema bancário vem conseguindo aumentar sua zona de influência, atingindo uma grande parcela de excluídos de serviços financeiros dessa natureza. A capilaridade das finanças no Brasil, via *internet banking*, ascende em números expressivos a cada ano, apresentando um crescimento linear ao longo do tempo, conforme se verifica no Gráfico 2 (CIAB/FEBRABAN, 2013). A facilidade de acesso e utilização desse canal contribui para uma maior penetração dos serviços bancários, que vem ganhado espaço no circuito inferior em detrimento da retração de serviços não bancários mais rudimentares.

O Gráfico 3 mostra que o serviço de *internet banking* mostrou uma determinada importância no que tange às transações financeiras no país. De 6 bilhões em 2008 teve um aumento de 8 bilhões a mais até 2012, um crescimento de 133,33% neste último ano em relação a 2008, o que representa um maior uso desse canal de operações no país.

Gráfico 3 – Brasil: transações com *internet banking* (2008-2012)

Fonte: Pesquisa CIAB/FEBRABAN, 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Além de apresentar um expressivo crescimento no número de usuários, segundo dados da pesquisa CIAB (2013) realizado pela Febraban, a *internet banking* constitui, atualmente, o canal mais utilizado pelos clientes de bancos para a realização de transferências. O considerável crescimento dos serviços bancários via internet está associado à Resolução 2.817 de 02 de fevereiro de 2001 pelo Banco Central (2001), que “dispõe sobre a abertura e a movimentação de contas de depósitos exclusivamente por meio eletrônico, bem como acerca da utilização desse instrumento de comunicação”. Já para Contel (2006), a expansão do serviço está diretamente relacionada à instalação do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro, no ano de 2002, por exemplo: “Por ter aumentado a segurança e diminuído o tempo de sua realização [...]”. Estrada (2005, p. 140) enumera algumas vantagens que estariam associadas à expansão dos serviços de *internet banking*:

- a) Diminuição de custos fixos de manutenção de uma agência bancária, especificamente nas despesas de pessoal;
- b) Desburocratização de serviços, facilitando a vida do cliente, dispensando sua presença física no estabelecimento, evitando filas e perda de tempo realizando operações bancárias;

- c) O alcance geográfico, pelo fato da Internet atingir o mundo todo, podendo fornecer serviço sem grande escala;
- d) Diminuição de riscos de assaltos, porque há um menor movimento de pessoas, moeda e serviços nas agências bancárias.

Estudos realizados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC), através da Pesquisa (TIC, 2011), revelaram que do total de usuários de internet no Nordeste brasileiro, 19% faz uso da rede para a realização de serviços financeiros. No estado de Alagoas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2011), realizada pelo IBGE, mostrou que 34,3% dos alagoanos faziam uso da internet no ano de referência. Se cruzadas proporcionalmente as informações, verifica-se que, em média, 6,5% da população do estado utiliza o serviço de *internet banking*.

É evidente que a difusão do uso do *internet banking* no território alagoano não se realiza de maneira homogênea, uma vez que a utilização do canal é dependente de sistemas técnicos e informacionais que se distribuem irregularmente no território. Entretanto, a difusão das *lan houses*, tele centros, bem como o aumento do número de computadores e aparelhos portáteis no mercado, passíveis de se conectar a rede, contribuiu para que a internet se capilarizasse de maneira mais “democrática” entre os escalões urbanos existentes no país. Além disso, a difusão das técnicas informacionais nos espaços mais degradados aproximou o serviço financeiro das áreas onde o circuito inferior encontra uma densidade maior.

Outro aspecto a ser considerado, quanto à capilaridade do *internet banking*, se refere ao número de clientes de bancos existentes nas diferentes cidades. Nessa perspectiva, as cidades que exercem maior centralidade também tendem a concentrar o maior número de clientes. O número de contas bancárias, assim como de empréstimos e financiamentos, tende a crescer proporcionalmente ao número de habitantes e ao aumento das atividades econômicas que utilizam o aparelho bancário como meio de pagamento e/ou recebimento. Portanto, a grande discrepância populacional e econômica entre os municípios alagoanos se reflete, também, na irregularidade com que o serviço de *internet banking* é espacialmente difundido.

Um dos grandes problemas do setor bancário, no início do processo de automação, era criar métodos que lhes permitissem transpor o problema da distância dos centros em relação às áreas opacas do território. Com vistas a essa realidade foi adotado na década de 1980 o serviço das Centrais de Atendimento Telefônico (*Call Centers*)⁷⁶. Apresentando capilaridade independente da distribuição de fixos bancários, o *Call Center* “[...] é um canal de comunicação cuja difusão está diretamente ligada à expansão da rede de telefonia do território brasileiro” (CONTEL, 2006, p. 265). Os bancos passaram a contratar serviços terceirizados, de sistemas de “[...] *Customer Relationship Management* (CRM)”⁷⁷ responsáveis por transformar os *Call Centers* em centrais de relacionamento das empresas com seus consumidores.” (SILVA NETO, 2005, p. 73). Assim as instituições financeiras escapavam da rigidez do espaço físico, através de redes imateriais de telecomunicação.

Os serviços de *Call Centers* baseiam-se na centralização do recebimento de chamadas telefônicas, de forma automatizada, 24 horas por dia ou com auxílio de funcionários da instituição financeira durante seu horário de expediente. Por meio desse canal são executadas tarefas de consultas de saldos e extratos, desbloqueio de cartões, pagamentos, transferências e demais transações bancárias.

Sua difusão no estado de Alagoas está atrelada a três fatores principais: o primeiro deles é o crescente aumento da zona de cobertura das empresas de telefonia. A capilaridade das principais operadoras de telefonia do país, no estado (Vivo, Tim, Oi, e Claro) delimita a área de alcance das Centrais de Atendimento bancário. A soma do espaço coberto pelas quatro operadoras de telefonia representa quase que a totalidade das áreas urbanas alagoanas. Dessa forma, considerando que, nas pequenas cidades, a zona de influência do circuito inferior é sempre maior do que a do circuito superior, a possibilidade de alastramento dos serviços de *Call Centers* no primeiro é muito evidente, tendo em vista a rarefação de fixos bancários nessas localidades.

⁷⁶ Permitem a realização de transações por meio de ligação telefônica a uma central de chamadas, cujo atendimento bancário é realizado por operadores ou por meio de tecnologias automatizadas (Unidade de Resposta Audível – URA, p.ex.) (BCB, 2013).

⁷⁷ O CRM ou Gestão do Relacionamento do Cliente é um modelo de negócio que usa as informações para gerir as interações como cliente (SILVA NETO, 2005, p. 73).

Outro aspecto a ser considerando é o aumento do número de aparelhos telefônicos em funcionamento no estado. De acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL, 2013), Alagoas fechou o ano de 2012 com uma média de 113 linhas ativas para cada 100 habitantes. Essa alta capilaridade das telecomunicações obviamente não se reflete em números reais, uma vez que determinados aparelhos dispõem de capacidade para mais de uma linha, e que grande parte da população está situada fora da área cobertura. Em contrapartida, denota uma alta densidade desses objetos informacionais nas diversas cidades do estado e uma grande intensidade de fluxos auditivos de natureza diversa. Há que se destacar, ainda, que o comércio informal do circuito inferior ajuda a por em circulação um grande número de aparelhos telefônicos ativos contribuindo, do mesmo modo, para a capilaridade dos serviços financeiros via *Call Center*, nos espaços ocupados por pessoas de rendas menores.

Por fim, a difusão das redes de telefonia delimita, mas não define a difusão dos serviços financeiros de *Call Center* no estado. As áreas densidade e escassez de clientes das instituições bancárias é o que, de fato, contribui para determinar a capilaridade das Centrais de Atendimento Telefônico. Nessa perspectiva, é nas cidades de maior escalão que tendem a se concentrar a maior quantidade de acessos a esse canal. Entretanto, nesse escalão urbano os serviços de *Call Center* perdem espaço para outros canais de atendimento bancário de maior sofisticação. Já nas cidades menores, o distanciamento dos fixos bancários faz desse canal um dos principais meios de acesso aos serviços financeiros. Portanto, em termos numéricos, o acionamento dos serviços de *Call Center* aparece com mais intensidade nas cidades mais dinâmicas do estado, todavia, em termos proporcionais sua importância se mostra superior nas cidades locais, dada a carência de outros serviços financeiros.

Conforme destacado no item precedente, a acirrada concorrência entre as principais redes de telefonia do País contribuiu para um maior alcance da área de cobertura dessas operadoras. Somado a isso, a penetração das inovações técnicas criadas em âmbito global tornaram os novos aparelhos móveis susceptíveis de serem conectados à internet. É tendo em vista esse extenso e ainda promissor mercado que as instituições bancárias criaram o *mobile banking*, com o intuito de por “o banco na mão do cliente”. Consiste em:

Um conjunto de serviços bancários móveis, envolvendo o uso de tecnologias e dispositivos portáteis conectados a redes de telecomunicações móveis, permitindo aos usuários a realização de pagamentos móveis (*mobile payments*), transações bancárias e outros serviços financeiros. (CARNEV; JAYO; DINIZ, 2009, p. 6).

Cabe ao banco fornecer um aplicativo por meio do qual os clientes se ligam de maneira direta às informações de sua conta. A crescente venda de aparelhos portáteis, passíveis de conexão com a internet, como celulares, *smartphones* e *tablets* contribuiu para uma banalização do uso dos serviços de telefonia e da internet. A facilidade de acesso ao canal *mobile banking* pode ser melhor compreendida pelo crescimento exponencial da utilização do canal nos últimos anos, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Brasil: transações com *mobile banking* (2008-2012)

Fonte: FEBRABAN.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Os serviços financeiros de *mobile banking* diferenciam-se dos *Call Centers*, sobretudo porque dispensam a ação de intermediários, além de oferecer um programa específico para movimentações de conta. Em comparação ao *internet banking*, que tem um modelo centrado no computador, o serviço *mobile* apresenta-

se mais acessível, uma vez que tem uma estrutura de funcionamento direcionada ao usuário, que porta o aparelho, dando mais flexibilidade espacial ao serviço. Excetuando-se o serviço de saque, praticamente todos os demais serviços financeiros, inclusive impressão de comprovantes, são disponíveis pelo Banco Móvel.

Somando os atributos do *Call Center* e do *internet banking*, a capilaridade do *mobile banking* no estado de Alagoas obedece à difusão, tanto das redes de telecomunicação quanto de internet, uma vez que os serviços bancários se valem dos dois canais para a troca de informações entre o banco e o correntista. Os serviços financeiros de Mobile podem ser transmitidos de diversas formas: através da rede WAP⁷⁸ (*Wireless Access Protocol*), por SMS⁷⁹ (*Short Messaging Service*) e IVR⁸⁰ (*Interactive Voice Response*). Dessa forma, o canal mostra-se mais aberto a pessoas de diferentes níveis aquisitivos, incluindo-se aquelas originalmente pertencentes ao circuito inferior da economia.

Deve-se ressaltar que, a massificação das redes de telefonia e de internet, associados à elevação dos níveis de renda e à crescente bancarização da sociedade alagoana, tem contribuído para a ampliação do alcance socioespacial desse canal eletrônico no estado. Contudo, como as inovações tecnológicas não se ramificam de forma linear, a capilaridade desse canal ocorre de maneira decrescente dos grandes centros de consumo em direção às cidades locais.

Outro fator determinante para a capilaridade do *mobile banking* no circuito inferior da economia, nas cidades alagoanas, está na forma impessoal com que o cliente se relaciona com a instituição financeira, evitando possíveis constrangimentos, resultantes de extensas filas e de diálogos prolixos com funcionários da instituição. Deve ser pontuada ainda a proeminência de uma camada de jovens que, embora sendo oriundos dos dois circuitos, são bancarizados e, cada vez mais, habituados ao uso de canais eletrônicos de alta tecnologia.

⁷⁸ Usado para a utilização de serviços financeiros, através do uso de um aplicativo de internet (CARNEV, 2008 *apud* SALGADO, 2011).

⁷⁹ Transmite mensagens de texto através das operadoras de celular (CARNEV, 2008 *apud* SALGADO, 2011).

⁸⁰ O acesso aos serviços bancários ocorre através de reconhecimento e/ou autenticação biométrica de voz (CARNEV, 2008 *apud* SALGADO, 2011).

▪ O “dinheiro de plástico” e a dialética dos circuitos da economia urbana

A capilaridade das finanças no território, através dos cartões de crédito, reflete atualmente uma complexa organização entre os incontáveis atores financeiros que, numa irrefreável busca de soluções para maximizar seus lucros, introduzem novos objetos, mais capazes de oferecer um escoamento “*just in time*” à intensa demanda por crédito. Assim, a difusão do crédito através dos cartões tem por objetivo facilitar a venda de bens e acelerar a circulação da moeda informacional no território.

O sistema de pagamento eletrônico via cartão de crédito caracteriza-se pela possibilidade de consumo imediato, sem que o cliente precise desembolsar qualquer dinheiro no ato da compra. De modo geral, os clientes realizam a compra junto ao estabelecimento comercial, através dos POS (*Points of Sale*). A empresa envia as informações da compra às administradoras de cartão responsáveis pela aprovação do crédito, efetuada a operação, cabe ao cliente, em um momento posterior, desembolsar o valor da compra e repassar à empresa de fomento. O risco de crédito, assim como os lucros obtidos, não cabem ao vendedor, mas são assumidos pela empresa provedora do cartão. São criados, portanto, “[...] novos tipos de arranjos organizacionais entre empresas financeiras e “não-financeiras” [...]” (SILVA, 2012, p. 111), sendo estas últimas representadas por empresas comerciais de toda sorte.

A facilidade de acesso ao cartão de crédito provocou o aumento da capilaridade das finanças no inferior da economia. A creditização do território, por meio da difusão dos cartões de crédito, traduz-se na ampliação da zona de influência do circuito superior que passa a alcançar as camadas mais pobres da sociedade. Como assevera Caffarelli (2009, p. 2), esse processo “colabora para o aumento da formalidade na economia, pois desestimula a ilegalidade pelo simples fato de que os dados de todas as transações nos estabelecimentos comerciais ficam à disposição dos órgãos de fiscalização”. Assim, parte apreciável dos indivíduos originalmente pertencentes ao circuito inferior passa a ter a possibilidade de ingressar no consumo do circuito superior, através dos cartões de crédito.

Diversas são as atividades do circuito superior envolvidas no funcionamento dos cartões de crédito, dentre estas se destacam: os bancos, as redes de comércio, financeiras “bancárias e não bancárias” (SILVEIRA, 2009) e uma série outros intermediários. A título de esclarecimento, consideram-se financeiras bancárias aquelas instituições que realizam intermediação financeira, mas que também são autorizadas pelo Banco Central a “criar moedas ou meios de pagamentos”. Na prática, dos depósitos que são captados uma parte é realocada a juros, a outro tomador que, ao efetuar um depósito, permite que a instituição bancária repita o procedimento dando um efeito multiplicador ao papel-moeda. Já as instituições financeiras não bancárias são aquelas que não podem captar depósitos e que só podem emprestar com recursos próprios.

Como o funcionamento dos cartões de crédito nem sempre depende de depósitos antecipados, tanto as instituições financeiras bancárias como as instituições não bancárias podem agir como emissoras de cartões. Dessa forma há uma numerosa variação de tipos de cartão, de natureza e de público muito diversos. Muitas financeiras, por exemplo, não exigem qualquer comprovação de renda por parte adquirente, o que contribui para a um processo de creditização do território como nunca visto.

Percebendo a possibilidade de ingressar no mercado e estreitar as relações com o cliente, grandes redes varejistas passaram a territorializar, ainda mais, suas ações introduzindo no mercado os “Cartões de Loja”. A propósito da evolução do mercado de cartões, Basile (2000, p. 77) lembra que os primeiros cartões de loja eram apenas cartões de afinidade (*affinities*), ou seja, “[...] produtos sem vantagens concretas para o consumidor, com apelo necessariamente afetivo (daí o nome afinidade)”. O intuito era estabelecer uma relação de proximidade entre o cliente e a loja.

A disputa pelo mercado fez surgir o cartão “*Private Label*”⁸¹. Nessa modalidade de crédito, a operacionalidade do cartão pode ser feita pela própria empresa de varejo, ou por uma financeira contratada. Esse tipo de cartão de loja representa uma nova forma de uso do território, uma vez que o cartão só pode ser

⁸¹ Segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2007), *Private Labels* são empresas que emitem e administram cartões de loja, aqueles de uso restrito no estabelecimento da empresa emissora.

utilizado exclusivamente na empresa emissora do plástico. Ele tem por objetivo “fidelizar” um mercado de clientes oferecendo vantagens nas compras de produtos e anular, assim, possíveis concorrentes. Visando atrair clientes cativos da empresa, poucas são as exigências à obtenção do cartão, o que contribui para a inserção de pessoas de baixa renda no consumo do circuito superior. Como exemplos de empresas que operam com esse cartão no Brasil podem-se destacar: as lojas Renner, C&A e Riachuelo.

A solicitação do cartão pode ser feita direto na loja emissora do plástico, mas também pode ocorrer via internet, pelo *site* da loja ou por telefone. Contudo, devido aos altos custos de investimento e de funcionamento, a utilização cartões de loja *Private Label* requer a existência de uma considerável base de clientes cadastrados, capaz de oferecer à empresa um retorno compensatório. Assim, os cartões *Private Label* caracterizam-se por apresentar, em geral, problemas relacionados ao baixo nível de acionamento. Como resultado, muitas empresas que aderiram ao *Private Label* tendem a migrar para o modelo Co-branded que, além da bandeira da loja, possui a bandeira da administradora do cartão. Outras redes maiores optaram por manter os dois formatos de pagamentos. Alves e Menezes também apontavam para essa realidade:

No momento em que esses clientes entenderem o funcionamento da ferramenta, tendo que carregar na carteira diversos cartões de loja, os substituirão por um cartão bandeirado, apto à utilização em qualquer estabelecimento comercial, não obrigando os clientes a preencherem, por diversas vezes, propostas para adquirirem cartões de seus lojistas prediletos (ALVES; MENEZES, 2007, p. 37-38).

Com a modalidade Co-branded, os Pontos de Venda (POS) responsáveis pela captura e transferência de informações do cartão são capilarizados por todas as lojas associadas à bandeira da administradora da moeda informacional. Atualmente, as empresas Mastercard, Visa e American Express administram mais de 90% do mercado de cartões em funcionamento no Brasil. Dessa forma, são reduzidos os custos de funcionamento ao mesmo tempo em que é ampliada a capilaridade da empresa através da homogeneização do mercado de clientes.

Todavia, tanto os cartões *Private Label* quanto os cartões Co-branded, apresentam lacunas no que concerne a capilaridade da empresa emissora. O primeiro, devido à limitação da escolha do cliente que só pode comprar produtos em uma única empresa, e o segundo, no que diz respeito à concorrência no mercado,

uma vez que é aberto a todas as lojas que competem em um determinado setor. Pensando nessa dificuldade, a empresa Good Card, criada em 2006, lançou no mercado o cartão *Open Private Label* que reúne características de competitividade e de abrangência dos dois primeiros:

O cliente possuidor de um cartão *open private label* com bandeira Good Card pode utilizar o cartão em todas as lojas da rede do varejista emissor assim como em lojas de outros ramos de estabelecimento que estejam filiadas à bandeira, mas não poderá utilizar o cartão em lojas concorrentes do varejista, mesmo que este estabelecimento também aceite a bandeira Good Card. (SAKAMOTO; MARTINS e MARTINS, 2009, p. 10).

Dessa forma, é feito um rearranjo no circuito de aceitação do cartão de crédito em função do mercado. A empresa emissora do cartão abre um leque maior de opções de compra ao cliente, ao mesmo tempo em que desestimula o consumo na empresa concorrente.

Portanto, evidenciam-se inúmeras formas de sobreposição do sistema financeiro às formas de pagamento tradicionais do circuito inferior da economia. A creditização das áreas opacas do território, por meio dos cartões de loja, contribui para a criação de diferentes nexos de subordinação do circuito superior sobre o circuito inferior da economia. Por meio desses cartões, o sistema bancário cria mecanismos de dependência financeira e endividamento, cuja eficácia aumenta paralelamente ao aumento consumo. Nesse sentido, os diferentes ajustes organizacionais entre bancos, financeiras bancárias, não bancárias e as não financeiras constituem estratégias de novas formas de dominação sobre o circuito inferior da economia.

No que se refere ao estado de Alagoas são muitos os fatores que contribuem para uma maior penetração dos cartões de crédito entre as cidades do estado. Dentre as causas da crescente creditização do território alagoano destaca-se a desburocratização do crédito para pessoas físicas, a maior capilaridade das redes bancárias e a maior penetração de canais eletrônicos com leitores de cartão de crédito.

Conforme destacado, as instituições financeiras não bancárias também cumprem papel sintomático para a capilaridade das finanças por meio dos cartões de crédito. A difusão desses cartões é, igualmente, reflexo da capilaridade das

principais redes de varejo do estado, que disseminam seus cartões de loja com maior facilidade devido ao apelo do consumo.

A grande centralidade exercida por algumas cidades do estado traduz-se em uma maior concentração de empresas emissoras de cartões de loja. Estas se instalam no território segundo as especificidades do mercado. Os serviços financeiros disponíveis nos centros contribuem para criar novos nexos hierárquicos sobre as cidades periféricas que, na ausência de serviços dessa natureza, recorrem às cidades de escalão superior.

O uso do território pelas instituições financeiras não bancárias não é o mesmo nas diferentes porções do território alagoano. Cada empresa possui uma lógica territorial que se reflete na sua topologia, assim como no uso dos cartões de crédito. A opção das empresas por meios de pagamentos diferenciados reflete estratégias distintas na disputa pelo uso do território, o que influencia na escolha do tipo de cartão, conforme se segue no Quadro 8.

Quadro 8 – Alagoas: empresas e seus respectivos tipos de cartão de uso

Co-branded	Private Label	Open Private Label
Americanas	G Barbosa	Assaí Atacadista
Atacadão	Leader	Esplanada
Baú da Felicidade	Oi	Maxxi Atacado
Casas Bahia	Posto Dislub	Sam's Club
Centauro	Posto Ipiranga	Supermercado Bom Preço
C&A	Renner	Supermercado Hiper Bompreço
Eletro Shopping	Riachuelo	Supermercado Todo Dia
Extra Hipermercados	Supermercado Unicompra	-
Farmácias Pague Menos	Carajás	-
Guido	C&A	-
Hering	Marisa	-
Insinuante	Supermercado Unicompra	-
Leader	-	-
Magazine Luíza	-	-
Maxxi Atacado	-	-
O Boticario	-	-
Oi	-	-
Posto Ale	-	-
Posto Extra	-	-
Posto Petrobrás	-	-
Posto Shell	-	-
Riachuelo	-	-
Rabelo	-	-
Sam's Club	-	-
Supermercado Bom Preço	-	-
Supermercado Hiper Bompreço	-	-
Supermercado Todo Dia	-	-
Ricardo Eletro	-	-
Tim	-	-
Vivo	-	-

Fonte: Sítios eletrônicos das empresas, 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Apresentando um uso restrito, a representatividade dos cartões *Private Label* se deve à grande disputa pelo mercado entre grandes redes de varejo em atuação no estado, como é o caso das Lojas C&A, Riachuelo, Lojas Renner e Marisa, que disputam a liderança do mercado de cartões no Brasil. Cria-se, portanto, uma moeda informacional específica para cada rede de comércio. Deve-se destacar, ainda, que esses cartões também resultam da disputa entre redes locais de supermercados, a exemplo dos Supermercados G Barbosa e Unicompra. E ainda das lojas de materiais de construção, como a Carajás que utiliza o cartão para monopolizar o mercado.

Já a maior emissão de cartões Co-branded diz respeito aos recentes acordos entre grandes empresas atuantes no país. Sua difusão mais acentuada no território alagoano está associada à formação de conglomerados financeiros entre grandes empresas de varejo, que demandavam cartões de uso mais democrático. Como o *Private Label* restringia o uso dos cartões à empresa emissora, outras empresas do grupo poderiam perder espaço frente à *fidelização* de clientes de empresas do mesmo grupo. Dessa forma, a grande maioria dos grupos empresariais opta pelo uso do cartão Co-branded, que também é aberto a outras redes comerciais.

Assim ocorre com o Magazine Luíza que, em 2010, comprou as Lojas Maia e, no ano seguinte, as lojas do Baú da Felicidade do Grupo Silvio Santos. O grupo varejista Pão de Açúcar também utiliza o cartão em seus estabelecimentos, a exemplo do Extra Hipermercados que pertence ao grupo, e das Casas Bahia, associada ao Pão de Açúcar em 2004. A rede Atacadão comprada pelo Grupo francês Carrefour também aderiu à tendência. Neste conjunto de empresas também se incluem os cartões do Grupo Walmart, que controla as redes de supermercados Bom Preço, comprado em 2004, Hiper Bompreço, Todo dia, inaugurado em 2006, Maxxi atacado e Sam's Club. Da mesma forma, pode-se destacar as Lojas Americanas que compraram a empresa Shoptime, em 2005, e fez fusão com a empresa Submarino, criando o Grupo B2W. Por último, destaca-se a fusão entre as lojas Insinuante, Ricardo Eletro e Eletro Shopping, criando a *joint venture* "Maquina de Vendas", que também utiliza este tipo de cartão.

Deve-se considerar ainda que, o baixo custo de funcionamento colabora para uma maior adesão ao serviço, uma vez que a operacionalidade do cartão é de responsabilidade da administradora terceirizada, fazendo-se acessível a um maior

número de empresas. A disseminação dos cartões Co-branded é mais uma estratégia de *Marketing* de “ter a empresa na mão do cliente”, do que propriamente o objetivo de desterritorializar os cartões da empresa concorrente. Por isso, outras empresas que não estão associadas a nenhum grupo também emitem esse tipo de cartão. É o caso das Lojas Guido, Lojas Rabelo, Hering, entre outras. Neste grupo também se somam as principais redes de telefonia, Vivo, Tim, Oi, Claro e também grandes redes de postos de combustíveis como Petrobrás, Ale e Shell.

Por fim, o cartão *Open Private Label* resulta da disputa pelo domínio do mercado entre os grupos Walmart, cujas empresas já foram citadas neste item, e o Grupo Pão de Açúcar, representado no estado pela Assaí. Nessa modalidade, o cartão pode ser utilizado em todas as empresas do grupo, exceto na rede concorrente.

Embora seja relativamente expressivo o número de empresas e estabelecimentos emissores de cartões de loja no estado de Alagoas, sua difusão se faz bastante concentrada. Obviamente a capilaridade dos cartões de loja depende da capilaridade dos seus pontos de emissão. Assim, excetuando-se os cartões solicitados pela internet e por telefone, é possível entender a difusão diferencial desse canal de crédito entre as diversas cidades do estado. Além disso, como os serviços de cartão são feitos em nome empresa que o emite, a solicitação desse objeto técnico por outros meios frequentemente margeia a territorialidade das empresas emissoras.

Por traz das estratégias de atuação creditícia das empresas de varejo em atuação no estado há um conjunto de serviços complementares, que dão o suporte operacional à concessão do cartão de crédito. O processo compreende desde a confecção do plástico à aquisição de clientes, captura das transações, concessão do crédito, cobrança, recebimento, faturamento e atendimento. Esse processo pode ser fragmentado por várias empresas ou executado por um número reduzido de intervenientes. No que se refere à concessão do crédito, evidencia-se um processo de concentração na mão dos grandes bancos que, indiretamente financiam e controlam esse mercado, seja de forma terceirizada ou em parceria com as empresas de varejo com criação das financeiras.

Alves e Menezes (2006) identificam três modelos organizacionais de operação dos cartões de loja: o modelo *In-House*, em que o próprio varejista é responsável pela concessão do crédito; o modelo terceirizado, no qual o varejista contrata um banco ou uma financeira para a concessão do crédito, ficando responsável apenas pela aquisição dos clientes; e, por último, o modelo *joint-venture*, caracterizado pela associação do varejista e do banco na concessão do crédito.

A organização contemporânea do mercado de cartões de crédito apresenta uma série de novas nuances. Atualmente são cada vez mais frequentes os grandes varejistas dividirem ou controlarem os bancos por meio de fusão ou aquisição, como foi o caso do Magazine Luiza, que se associou em 2001 ao Unibanco (atual Itaú Unibanco) criando a financeira “Luiza Cred”. Outros exemplos são o Banco Carrefour que, por sinal, teve metade das ações vendidas em 2011 ao Itaú Unibanco. E também o Banco Ibi, criado pela C&A, mas vendido em 2010 para o Bradesco. O Quadro 9 a seguir apresenta indicativos desses ajustamentos.

Quadro 9: Arranjos organizacionais entre varejistas e instituições financeiras (2013)

Modelo operacional	Conglomerado					Recurso próprio
	HSBC	Bradesco	Santander	Itaú Unibanco	Banco do Brasil	
Terceirizado	Eletro Shopping Guido Hering Insinuante Rabelo Ricardo Eletro	Casas Bahia Esplanada Farmácia Pague Menos Lojas Leader O Boticário	Posto Shell Renner	Americanas Assaí Atacadista Bom Preço Hiper Bompreço Lojas Mariza Maxxi Atacado Posto Ale Posto Extra Posto Ipiranga Sam's Club Tim Todo Dia Vivo	Centauro Posto Petrobrás Oi	
Joint-Venture		Gbarbosa Lojas C&A		Atacadão Báú da Felicidade Magazine Luiza		
In-House						Lojas Leader Posto Dislub Riachuelo Unicompra

Fonte: Sítios eletrônicos das empresas, jul./ago. 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Conforme é possível verificar nesse Quadro 9, a grande maioria de empresas prefere o modelo terceirizado, deixando a concessão do crédito a cargo das financeiras controladas pelos grandes conglomerados bancários. Merecem destaque os Bancos Itaú Unibanco, HSBC e Bradesco, que administram o maior número de cartões. Esses bancos foram, ao longo do tempo, comprando as financeiras não bancárias que já tinham grande representatividade no mercado de cartões. Foi assim com o Bradesco que comprou a Finasa em 2002, com o HSBC que comprou a Losango em 2003, e com o Itaú que comprou a Fininvest.

Outras empresas de varejo optam por se associar aos bancos e dividir com estes a responsabilidade do crédito. Entre tais empresas destaca-se o Atacadão, pertencente ao Grupo Carrefour, cujo banco teve metade das suas ações vendidas ao Itaú Unibanco. Assim também se destaca o Magazine Luiza e o Baú da Felicidade, que também se associaram ao Itaú para criar a financeira Luiza Cred. Da mesma forma o Gbarbosa, que pertence ao Grupo chileno Cenconsud, se associou ao Bradesco, parecido com o que fez a C&A, dona do Banco Ibi, que vendeu parte das ações deste ao Bradesco.

A atual configuração organizacional dessas empresas resulta dos acordos entre diferentes empresas de varejo que, ao se unirem acabam reorganizando o formato dos seus cartões em função dos interesses do Grupo. Como exemplos desse processo pode-se destacar a empresa Máquina de Vendas, criada a partir da União entre Insinuante, Ricardo Eletro e Eletro Shopping, que contrataram a Losango do Grupo HSBC para emitir seus cartões. O mesmo ocorre com as empresas do Grupo Walmart, cujos cartões são emitidos pelo Banco Itaú Unibanco. Por outro lado, determinadas empresas, por questões contratuais, preferem manter seu banco anterior. É o caso das Casas Bahia que tem cartão controlado pelo Bradesco, mas pertence ao Grupo Pão de Açúcar, que trabalha com o Banco Itaú Unibanco.

A capilaridade dessas empresas, por sua vez, varia em função do tipo de serviço em consonância com a dinâmica econômica de cada cidade. Assim, as empresas que movimentam grandes montantes de capital e, cujos serviços dependem da existência de um extenso mercado consumidor, apresentam uma forte tendência à concentração nas grandes aglomerações urbanas. Além disso, seu funcionamento depende de infraestruturas e serviços bancários inexistentes na

maioria das cidades locais. O Mapa 9 ilustra com certa clareza a difusão desigual dos cartões de crédito entre as diferentes cidades do estado, a partir do número de empresas emissoras do plástico. Cabe destacar ainda que muitas empresas, sobretudo nos centros mais dinâmicos dispõem de várias lojas, o que sugere que cada empresa pode dispor de uma multiplicidade de pontos de emissão, conforme se verifica.

Mapa 9 - Alagoas: empresas emissoras dos cartões Co-branded, Private Label e Open Privat Label (2013)

Certamente, o maior número e diversidade dessas empresas emissoras de cartão estão localizados na principal cidade do estado que, além de concentrar o maior número de consumidores, centralizam outros serviços que atraem moradores de cidades menores. Aí se adensa um diverso grupo de atividades do circuito superior, com destaque para as empresas ligadas aos Grupos empresariais Walmart e Carrefour e Pão de Açúcar, além de abrigar praticamente todos os demais tipos de estabelecimentos atuantes no estado. Embora essas instituições comerciais sejam atraídas pelos espaços mais dinâmicos da metrópole, a segmentação presente na sociedade urbana às coloca na encruzilhada com o circuito inferior que, por sua vez, é compelido a adaptar-se às formas de organizações normatizadas do circuito superior.

Contudo, a saturação do mercado na capital do estado conduz à descentralização de um grupo, cada vez maior, de empresas do circuito superior para as cidades mais dinâmicas do interior do estado. Partindo desse pressuposto, evidencia-se a atuação de algumas redes de eletrodomésticos que se difundem em escala descendente entre os escalões urbanos.

Esse grupo apresenta, mesmo que de forma rarefeita, atividades de elevado mérito econômico com pequenas quantidades de lojas pertencentes a grandes grupos empresariais de representatividade nacional, como o Supermercado Todo Dia, pertencente ao Grupo Walmart. Acrescente-se a esta lista de cidades empresas de eletroeletrônico como Insinuante e Magazine Luiza. Além de empresas de representatividade local como Lojas Guido, Eletro Show Gbarbosa e Supermercado Unicompra. A financeirização do território por essas empresas ocorre, sobretudo, através dos cartões Co-branded, entre as empresas de difusão nacional e, *Private Label*, entre as empresas locais. Em todos os casos, a facilidade de acesso ao cartão de crédito contribui para ampliar a capilaridade das finanças nesses espaços.

As empresas que oferecem serviços mais acessíveis ao circuito inferior dispõem, igualmente, de maior capacidade de capilarização em cidades de menor dinamismo econômico. A começar pela difusão das empresas de telecomunicação, com destaque para os fixos da Tim, Vivo e Oi. Tendo um serviço essencial ao funcionamento de outras atividades, esses estabelecimentos estão presentes em um considerável número de cidades, mas, sobretudo, naquelas que apresentam maior demanda pelo serviço.

Por não exigirem elevadas somas de capital, também se incluem dentre os fixos de maior capilaridade, entre os que emitem cartão, os postos de combustíveis Petrobrás, Ale, Shell, Dislub e Ipiranga. Destaca-se nesse grupo ainda a empresa de cosméticos O Boticário, pois apresenta a maior capilaridade entre as empresas que conseguem fazer-se presente nas cidades locais do estado. Sua expansão se deve especialmente à existência de serviços capazes de alcançar o circuito inferior da economia. A financeirização do circuito inferior ocorre, sobretudo, por meio dos cartões de loja Co-branded, devido a quase inexistência de empresas concorrentes nessas localidades. Dessa forma, as empresas cujo mercado apresenta maior aproximação às possibilidades de consumo dos cidadãos mais pobres, possuem também maior facilidade de instalação nas diversas cidades e, portanto, são fundamentais para a capilaridade das finanças no circuito inferior.

Conforme se pôde verificar no Mapa 9, a maior parte das cidades alagoanas não dispõe de pontos de emissão de cartões de loja, resultado da pouca representatividade econômica dessas cidades frente aos imperativos de fluidez das grandes redes de varejo já citadas. Todavia, mesmo nesses espaços a ação das finanças se impõe de forma agressiva, por meio da centralidade exercida pelas cidades de escalão superior. Na busca por serviços inexistentes nas cidades locais, muitas pessoas acabam aderindo às formas mais sofisticadas de consumo junto às atividades do circuito superior, cujo alcance real extrapola em muito os limites da cidade. Contudo, pode-se destacar que, para ampliar seus lucros, boa parte desses grupos e lojas que se utilizam de cartão vendem seus produtos pela internet. As técnicas da automação, ora citadas no texto, dão origem a um sistema financeiro antagônico, uma vez que desencadeia o que se poderia chamar de “uma produção de desempregados”, que contrasta com a lógica primeira do consumo.

Capítulo 4.

“Correspondentes no País”: uma forma-conteúdo do Sistema Financeiro Nacional

▪ *“Correspondentes no País”: uma periodização*

Pautado na necessidade de aprofundar a discussão a propósito da origem do correspondente, bem como a sua trajetória nas atividades financeiras até os dias atuais, faz-se importante estabelecer uma periodização a partir dos eventos que marcaram a dinâmica histórica do sistema bancário brasileiro, a partir do início do século XX, contextualizando as formas de atuação desse fixo geográfico. Logo, estabelecer uma periodização “[...] é encontrar, através da História, secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações.” (SANTOS, [1985] 2008, p. 38).

A primeira metade do século XX assinalou um período de constantes mudanças na estrutura do sistema bancário brasileiro implicando na formação de novas instituições bancárias, bem como um uso mais expressivo do território. Entretanto, a liberalização normativa da época, intensificou as bases para a entrada de novas redes e estruturas bancárias em detrimento de fixos geográficos que perderam suas funções para a inserção de novas agências em todo o país. Contudo, essas transformações mostram o quanto o território passa por ações normativas e normatizadoras, capazes de estabelecer novos critérios e alterar a dinâmica do cotidiano.

Na verdade, a norma estabelece a relação entre um determinado elemento e o território, estabelecendo assim uma geografização dos eventos, criados para atender interesses, em sua maioria, alheios a sua dinâmica horizontal, já que se trata de normas verticalmente criadas para fortalecer as ações no território. Nessa perspectiva, propõe-se compreender a atuação do correspondente a partir de três grandes períodos:

1º período (1905-1973): tem como marco a oficialização do Banco do Brasil como autoridade financeira nacional, período em que marca os antecedentes da atuação dos correspondentes no país.

2º período (1973-1999) – marcado pelo retorno e oficialização das atividades de correspondentes no país, normatizadas pelo Banco Central do Brasil para atuar com atividades financeiras para algumas instituições financeiras.

3º período (1999-2013) – caracterizado por novas formas de atuação de correspondentes no território brasileiro a partir das novas regulamentações normativas que estabeleceram uma intensa capilarização de diversas redes bancárias no território através dos novos fixos geográficos, bem como um uso mais expressivo do circuito inferior da economia por instituições bancárias ligadas ao circuito superior da economia.

No que diz respeito aos “antecedentes da espécie”, considera-se que contextualizar a história é entender os processos que se dão no espaço e no tempo, a partir de eventos que se estabelecem no território criando novas formas, novas estruturas e novas funções para atender a fins, frequentemente, predeterminados. Compreender essas variáveis em conjunto, é entender a atuação de um determinando evento no espaço-tempo. Nesse sentido, faz-se necessário compreender o surgimento do correspondente e as formas de atuação que lhe eram condicionadas a partir das duas primeiras décadas do século passado.

Para tanto, pode-se reportar a Diniz (2010), quando assevera que as atividades de correspondente, inicialmente, se davam entre bancos que tinham a necessidade de atuar em lugares com a ausência de um fixo geográfico (da mesma instituição). Isso fazia com que, por exemplo, o banco “X” contatasse o banco “Y” para prestar algum tipo de serviço que o mesmo demandasse em lugares em que o último estivesse presente. Ou seja, sendo o banco “Y” correspondente do banco “X”, esse processo se tratava de um “[...] acordo entre dois bancos, um dos quais (o correspondente) aceita depósitos e presta serviços em nome de outro (o respondente).” (DINIZ, 2010, p. 24).

São atividades que atualmente vigoram no território brasileiro, relações interbancárias que estabelecem não apenas a execução de atividades mais complexas entre cliente de um banco com outros bancos, em se tratando de bancos de países diferentes devido à imigração, muitas vezes relacionada ao turismo, mas também de ampliar o processo de financeirização das atividades econômicas e bancarização das populações mais distantes de lugares, com ausência de determinados bancos. As relações interbancárias foram as primeiras atividades prestadas por correspondentes, tendo sua origem na Europa, com intuito de acumular as riquezas (em ouro) de grandes empresários, o que evitaria que estes

corressem o risco de serem roubados enquanto movimentavam os recursos através dos meios de transportes da época.

No Brasil, as atividades executadas por correspondentes remontam ao início do século passado, quando alguns comerciantes exerciam dupla função na economia de determinada região, de comerciante e de prestador de serviços bancários. Essa atividade coincide com o advento de um dos maiores bancos privado do país, durante duas décadas que antecedem à criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), em 1945, o Banco Moreira Salles – antes designado de Casa Moreira Salles – onde funcionava como comércio de mercadorias na região, a exemplo do café, que já negociava no comércio de outros lugares do sul de Minas Gerais e norte de São Paulo.

João Moreira Salles acumulava as funções de comerciante de mercadorias e a de correspondente bancário através da acumulação do dinheiro que era depositado pelos chamados “caixeiros-viajantes”, que tinham a função de intermediários entre produtores e comerciantes de vários lugares da região. Para não correrem o risco de serem roubados, depositavam o dinheiro arrecadado ao correspondente bancário que já possuía atuação em diversos lugares da região, destacou Costa (2002).

Esse tipo de correspondente tinha função semelhante a um banco, pois possuía uma relação com as atividades do circuito superior da economia, além de grandes proprietários de terras da época através da execução de [...] “operações de cobrança, mas também de saques, depósitos, desconto de títulos, câmbio, pagamentos e transferências.” (COSTA, 2002, p. 7). Esta atuação se deu num momento em que o sistema bancário nacional vivia um período de mudanças em sua estrutura, pois o Banco do Brasil passava a atuar como entidade com papel importante em tempos desfavoráveis, com a função de fomentar instituições que estivessem em crise. Ou, mesmo como a Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil (2010, p. 14-15) afirma que se caracterizava como um agente “emprestador em última instância”, a partir da criação da Carteira de Redescontos pelo governo.

Outro dado importante é a criação da Inspeção Geral dos Bancos, em 1921 com a função central de fiscalizar a atuação de outras instituições bancárias no

território nacional, já que não era papel exclusivo do Banco do Brasil, uma instituição comprometida com a execução das atividades do governo. Ainda que se considere o seu caráter como autoridade criada para reger determinadas atividades dentro do sistema financeiro no país, a exemplo da regulação do mercado através do controle sobre as taxas de juros, bem como as atividades relacionadas à carta de financiamentos (COSTA, 2012).

Esse processo acabou por organizar o sistema bancário no país, exercendo maior controle e supervisionando as atividades executadas por proprietários bancários da época, levando-os a requerer forçosamente, uma espécie de carta patente para continuar funcionando. Daí o correspondente foi diversificando suas tarefas e ampliando a atuação como intermediador das atividades econômico-financeiras. Assim, em decorrência de uma série de medidas tomadas pelo Governo para fiscalizar a atuação das atividades financeiras no país:

[...] as casas comerciais, como a Moreira Salles, que tinham na atividade financeira apenas um de seus departamentos, precisariam de uma carta patente para funcionar. A Casa Moreira Salles requereu-a – e a obteve em 27 de setembro de 1924. Esta é a data que o Unibanco considera como seu marco fundador. Hoje, com o desaparecimento de vários concorrentes nacionais, gaba-se de ser o mais antigo banco privado brasileiro. (COSTA, 2002, p. 8).

O processo de fusão de várias instituições financeiras antes atuantes na função de correspondentes se deu através das aquisições, fortalecendo as bases para a concessão da carta patente do Governo que oficializaria sua atividade como banco. E ainda, ampliar as bases para a atuação das agências bancárias em diversas cidades, como foi o caso da própria Casa Bancária Moreira Salles que se tornou banco em 1940, a partir da aquisição da Casa Bancária de Botelhos e o Banco Machadense. Assim, a atividade do correspondente por muito tempo se diferencia do fixo geográfico de antes de 1924.

Da década de 1940 até meados dos anos de 1960, houve uma nova organização das atividades bancárias no país com a constante abertura de agências bancárias. Em 1942, o número total de agências era de 1.251 fixos em todo o território nacional. Desse total, o Banco do Brasil detinha 17,10%. Em 1964 o número total desse fixo geográfico sobe para 6.747. Um crescimento de 439,32%, seguido do Banco do Brasil que também teve sua rede de agências ampliada. De 214 fixos nesse primeiro período, passou para 624 em 1964. Um aumento de

191,58%, o que representava 10,19% do total no país. Esse crescimento se deve a Circular n. 35 de maio de 1958, da SUMOC que dá início à política de expansão das agências bancárias em todo o território nacional.

Essa Circular impõe uma reorganização na rede de fixos geográficos das instituições bancárias no território brasileiro. Os escritórios⁸² passam a efetuar atividades semelhantes aquelas desenvolvidas nas agências, quando não eram substituídos por esse fixo em praças onde ainda não havia a existência de agências. Em 1946, o número de escritório era de 326 em todo o país, porém funcionou até 1967 com apenas 126 fixos. Em relação ao correspondente, houve um crescimento no número de fixos de 6 para 20 entre 1947 e 1961, o que corresponde a um acréscimo de 233,33%.

Com a Reforma Bancária em 1965, a partir da criação da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964 foi instituída uma nova política e uma nova organização na estrutura do sistema bancário concomitante a informatização do setor no país. Ampliaram-se as possibilidades de aceleração nas transações de processamento dos serviços financeiros dos bancos, fundamentando também, a criação de novas tipologias bancárias de conexão entre as instituições financeiras e seus clientes. Nesse período, o Governo instituiu uma política voltada ao incentivo da produção de técnicas de automação no intuito de ampliar a atuação dos bancos, acompanhada de medidas que incentivavam o processo de fusão, ou mesmo de aquisição, entre diversas entidades do sistema financeiro no país.

Um segundo período foi constatado nos anos 1970, com o início do processo de normatização das atividades executadas por correspondentes, especialmente a partir da Circular n. 220, de outubro de 1973 do Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, autorizando os bancos comerciais a contratarem empresas para atuar na execução de cobrança de títulos e execução de ordens de pagamento em nome da instituição contratante. Ao final dessa década, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (SCFI's) se constituíram em instituições aptas a autorização e a execução de suas atividades financeiras. Dentre as atividades que poderiam ser executadas por um correspondente estavam o

⁸² O escritório era caracterizado como um fixo que atuava a mesma complexidade que a de uma agência bancárias, exceto na execução da atividade de câmbio. Já o correspondente especial, mantendo suas atividades tradicionais em estabelecimentos comerciais, também era chamado de correspondente particular (CONJUNTURA ECONÔMICA, 1973).

encaminhamento de pedidos de financiamento, análise de crédito e de cadastro, execução de cobrança e outros serviços de controle e processamento de dados a partir da publicação da Resolução n. 562, de 1979 pelo BACEN.

No período que segue pôde-se observar que houve um incentivo à política de produção de novas tecnologias que possibilitou o incremento dos usos financeiros do território brasileiro. As tecnologias da informação intensificaram de forma ampla a possibilidade das instituições financeiras com menor capilaridade se instalarem nos lugares mais “opacos” do País⁸³, e ampliar a sua financeirização. Na verdade, tratava-se de uma estratégia do sistema financeiro ancorada na hipótese que os meios de intermediação financeira, dentro da lógica das micro finanças, teriam um papel fundamental para aproximar as classes menos abastadas das finanças no país.

Nos anos 1980, inicia-se a fase da criação das tecnologias que passaram a processar serviços bancários *online*, permitindo uma nova racionalidade por parte dos bancos, intensificando as bases para o processo de concentração bancária. Contudo, essas novas tecnologias de automação não eram utilizadas por correspondentes até meados da década de 1990, pois ficavam restritas aos fixos bancários tradicionais (agências e postos).

Assim, em 1995 o Banco Central emitiu uma norma⁸⁴ que permitiu aos bancos múltiplos o uso de empresas prestadoras de serviços semelhantes aos que foram instituídos às SCFI's no final da década de 1970. Essa nova norma impulsiona a abertura de novas formas racionais de financeirização do território, pois as chamadas dependências bancárias atuavam com finalidades específicas impostas pelos próprios bancos.

Nesse período, a Caixa Econômica Federal, por exemplo, passou a trabalhar com as Casas Lotéricas via tecnologia da informação e as atividades básicas como pagamentos de títulos, transações de contas bancárias já passaram a ser executadas, a partir de 1997, diretamente ligadas com as agências de comando das

⁸³ Para Márcia Silva (2007), os correspondentes foram criados, inicialmente, para atender as pequenas cidades, em especial aquelas que não tinham a presença de agência bancária, sendo que funcionavam em estabelecimentos como padarias e mercearias (Correspondente bancário: uma forma de terceirização). Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=245&Itemid=171.

⁸⁴ Ver a resolução n. 2166, de 30 de junho de 1995, do Banco Central do Brasil.

atividades desse fixo. Outro exemplo de fixo geográfico atuante naquele momento era correspondente do Banco de Brasília que tinha como objetivo inicial ampliar a capilaridade da instituição além de desafogar as agências bancárias.

Assim, a atuação por meio de correspondentes no território brasileiro logrou novas formas de funcionamento, ancorada nas novas tecnologias, sobretudo as tecnologias de informação e o uso de *internet banking*, iniciado na segunda metade do decênio de 1990. Com efeito, esse tipo de tecnologia passou a ser decisivo na efetuação das transações em alguns serviços financeiros e estimulou a ampliação da capilaridade das redes bancárias. Conforme Silva (2007, p. 15): “A Caixa Econômica Federal é a empresa pública responsável pela administração e operacionalização das loterias e desde 1997 as casas lotéricas estão interligadas on-line com a instituição.” Logo, as tecnologias da informação mais a desregulamentação bancária da década de 1990, deram início a uma nova estrutura do trabalho bancário no país.

Um terceiro e atual período teve início no final da década de noventa, marcada pelos albores de um momento de transformações intensas no processo de normatização e reestruturação da atividade bancária no País. Alguns processos e variáveis como o Plano Real, a reestruturação das finanças, o advento de novos serviços financeiros e as novas tecnologias do setor autômato, permitiram uma intensa expansão do consumo de novos produtos de caráter financeiro ou mesmo objetos técnicos advindos da própria mundialização econômica. Porém, esses eventos também intensificaram as bases para a drenagem de recursos financeiros do território por várias redes bancárias. Ademais, essas variáveis, prenunciadas na década de 1990, ampliaram a formação de uma nova base na divisão do trabalho bancário, permitindo maior fluidez das atividades financeiras a partir da própria financeirização da vida social, especialmente de uma classe, antes, sem qualquer relação com as atividades financeiras no país.

Segundo Silveira (2009, p. 65-66), “[...] a divisão territorial do trabalho hegemônica de uma nação edifica-se sobre novas variáveis determinantes, isto é, tecnociência, informação e finanças, que permitem às grandes empresas e aos bancos novas escalas e possibilidades de ação.” Logo, a tecnologia de informação pode ser considerada o maior pressuposto para o alcance dessas variáveis e ações no território por parte das forças hegemônicas no período atual. Contudo, o

correspondente, um pequeno sistema técnico criado para flexibilizar as atividades financeiras e ampliar a ação dos bancos, possui as condições mais determinantes desse processo.

Essa liberalização de normas para correspondentes também emerge da lógica de ampliação das bases para a penetração das finanças em áreas opacas do território, sobretudo as que se mantinham com ausência de fixos geográficos bancários tradicionais, o que influenciou ao Banco Central do Brasil, a instituir a Resolução n. 2.640, de 25 de agosto de 1999. Então, ampliou-se o leque de instituições com autorização para contratar empresas para trabalhar como correspondentes no país. Além das instituições autorizadas pela Resolução n. 2.166, de 1995 que já possibilitava a autorização para bancos múltiplos com carteira comercial e as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (SCFI's), acrescentou-se os bancos comerciais e a CEF. Assim, a partir dessa norma os correspondentes passaram a aumentar sua importância para as instituições bancárias, acrescentando-se além dos serviços já determinados, a autorização para propostas de abertura de contas bancárias.

Desse modo, os bancos encontram no correspondente uma possibilidade de expansão de suas áreas de atuação, visto que a proposta dessa Resolução consistia em autorizar as instituições financeiras a contratar somente correspondentes em lugares com ausência de agências bancárias ou qualquer outro fixo. Essa ideia, todavia, não vigorou por muito tempo, pois, no ano seguinte ocorreu à liberalização da atuação de correspondentes em qualquer lugar do país⁸⁵, evento que marcaria o fortalecimento da financeirização da sociedade. Na verdade, mais uma forma de espoliação encontrada pelo capital financeiro.

A oferta de crédito desburocratizado por instituições bancárias e não-bancárias (SILVEIRA, 2009) cresceu rapidamente no país e os correspondentes passaram a ter um papel importante na relação entre as instituições do circuito superior e as classes mais pobres do país, principalmente com a política de incentivo ao consumo e a introdução de várias outras atividades de interesse do governo. A CEF é o exemplo concreto dessa política, pois é a partir desse momento que as Casas Lotéricas passaram a trabalhar com outras atividades relacionadas à distribuição de recursos públicos além das atividades financeiras da instituição.

⁸⁵ Esse processo se deu a partir da publicação da Resolução n. 2707, de 30 de março de 2000.

Cerca de 9 mil Casas Lotéricas já operavam pela CEF no território brasileiro em 2001 e, com a introdução de atividades como serviços de pagamento de programas sociais federais, além dos serviços financeiros. Ademais, esse correspondente passou a operar não apenas para a instituição como também subsidiando a implementação de políticas do Governo Federal.

Percebe-se, assim, que o correspondente vem adquirindo novas funções, novos conceitos e formas de atuação mais amplas desde seus primórdios. No início do século XX acumulava algumas funções e tinha seu papel importante na intermediação econômica do país e com autonomia de atuação. Hoje, trata-se de um fixo geográfico que atua com várias atividades do setor financeiro, antes exercidas apenas por tipologias tradicionais, além de atuar em áreas de pouca expressão econômica no país. Entretanto, o que melhor caracteriza esse fixo geográfico atualmente é a sua flexibilidade de localização acompanhada do baixo custo de instalação e manutenção. Nesse sentido, para os bancos é mais interessante utilizar os correspondentes, pois, conforme Motta e Cordeiro (2006, p. 7):

De acordo com Maria Diamices Chevalier, do Banco Regional de Brasília, a instalação de uma agência bancária pode custar entre R\$ 300 mil e R\$ 400 mil. Um posto de atendimento bancário, em torno de R\$ 70 mil. Os gastos com um correspondente – mesmo com o tipo de relação de extrema responsabilidade como a do BRB, que disponibiliza treinamento e subsidia segurança – ficam na casa dos R\$ 18 mil.

Em alguns casos não necessita de ponto fixo, ou mesmo construir uma estrutura concreta para sua atividade. Sendo assim, se trata de um instrumento favorável à expansão das finanças com baixo custo. Logo:

Podemos considerar o *correspondente* como um fixo geográfico bastante simples do ponto de vista de sua operacionalidade; e, portanto, muito mais flexível em relação à sua localização potencial. São mais simples pelas instalações físicas necessárias à abertura de um *correspondente*: eles se localizam necessariamente dentro de algum estabelecimento comercial já em funcionamento: uma padaria, farmácia, casa lotérica, pequenos supermercados, lojas, locadoras de vídeo, entre outros. Ao contrário dos fixos geográficos “tradicionais” que sempre compuseram a topologia bancária brasileira (as agências), não é necessário dispêndio de capitais para a construção de infra-estrutura para instalar um correspondente. (CONTEL, 2006, p. 236, grifos do autor).⁸⁶

⁸⁶ Para o Banco Central do Brasil: “Os correspondentes são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal.” Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?correspondentesfaq>.

Sendo assim, a “facilidade” que o correspondente possui para prestação dos serviços financeiros, está centrada em dois elementos determinantes aos interesses das instituições financeiras. Em primeiro lugar o ponto de localização e, em segundo, a quantidade de pessoas que frequentam o estabelecimento. Essa é uma lógica decorrente do processo que condicionou o País a uma diversificação das finanças, especialmente com o crescimento das diferentes formas de financeirização. Com a expansão dos sistemas de tecnologia da informação, as instituições se interessaram cada vez mais em atingir suas prerrogativas de lucro através da capilaridade de novas tipologias. Porém, o correspondente, por ser bem mais barato e flexível de comando, imprime uma maior importância para as instituições financeiras, permitindo uma intensa expansão dos serviços bancários a partir do alcance das finanças em todos os municípios brasileiros.

O correspondente significa, portanto, uma ferramenta essencial para ampliar as bases à concretização e expansão das finanças no território, levando o Conselho Monetário Nacional a discutir e ampliar as bases normativas para atuação desse fixo no país. Em 2002, com uma atuação mais ligada às áreas não assistidas pelas finanças, o BACEN publica uma norma estabelecendo a ampliação da atuação do correspondente no que tange à sua autoridade em verificar propostas de abertura de contas e outras atividades de competência das agências bancárias.

A Resolução n. 2.953, de abril de 2002 além de autorizar essas normas, passou também a estabelecer a atuação de outras instituições financeiras para contrato de correspondentes no país. Considerada um divisor de águas, “[...] a Resolução n. 3.156, de 17 de dezembro de 2003 permitiu que pudesse também ser contratante qualquer instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central.” (SOARES e MELO SOBRINHO, 2008, p. 145), caracterizando uma nova fase no processo de expansão das finanças no país.

Além da flexibilidade, em função da localização e baixo custo de instalação, o correspondente, a exemplo das Casas Lotéricas e Caixas Aqui, pode constituir um instrumento de acesso da população não bancarizada aos serviços básicos, mas também para a efetivação das políticas de distribuição dos recursos do Governo Federal. Por outro lado, permite a atuação dos bancos no que diz respeito à ampliação da financeirização do território e mesmo a oferta de produtos financeiros

diversos às classes desprovidas de formas de acesso a bens de consumo, a exemplo do crédito consignado.

O correspondente funciona num estabelecimento onde é instalado um equipamento de POS (*point of service*) ou mesmo um computador que passa a combinar-se com outros equipamentos de tecnologia, conectados diretamente as suas instituições contratantes. É através desse emaranhado de técnicas que o fixo mantém-se conectado via Internet do tipo GPRS (*General Packet Radio Service*) com a instituição financeira. Ou seja, a agência que comanda as atividades do correspondente, fazendo uso da telefonia celular quando não está conectado via satélite. A transferência de dados financeiros é automaticamente executada online, em períodos e horários fixos da semana, seguindo a lógica e a complexidade de cada correspondente.

Antes, o correspondente se tratava de um canal criado para a prestação de serviços e produtos financeiros simples como pagamento de títulos. Porém, a discussão em torno da evolução das tecnologias de informação é fundamental para entender os desígnios impostos a este fixo dentro da lógica do sistema financeiro atual constitui, portanto, um fixo geográfico basilar à concretude da política de penetração das atividades financeiras em áreas menos povoadas e de poucos fixos tradicionais como agências e postos de atendimento.

Sendo assim, pode-se atentar para “novas tecnologias da informação e comunicação” (DIAS; LENZI, 2009) que ampliaram as formas de atuação das finanças acompanhadas de um processo de capilarização das topologias das redes bancárias antes nunca visto. Dessa forma:

A indústria bancária é amplamente reconhecida como um dos setores que mais se destacam no uso de TI. Ao longo das últimas cinco décadas, uma sucessão de inovações tecnológicas incorporadas aos processos e serviços bancários permitiu ao setor reduzir os custos das transações bancárias, enxugar sua máquina administrativa, aumentar a eficiência dos processos e agregar valor aos clientes, seja pela introdução de novos canais de distribuição para os serviços existentes, seja pelo desenvolvimento de novos produtos ou serviços baseados em tecnologia. (JAYO, 2010, p. 15).

Na verdade, essas tecnologias, usadas pelos correspondentes, já eram utilizadas antes pelos fixos bancários tradicionais. Contudo, o caráter inovador a partir do uso pelos correspondentes vai intensificar o avanço da bancarização no

país. Consequentemente, o sistema bancário se empenhou em capilarizar serviços e produtos e ampliar sua linha de interesse a partir dos lucros elevados.

A título de exemplo, pode-se destacar como correspondente, o Banco Postal, instalado na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que presta serviços ao Banco do Brasil; seguido da Casa Lotérica e do Caixa Aqui, ligados à Caixa Econômica Federal, dentre outros, dentro de estabelecimentos comerciais como supermercados, mercadinhos, farmácias, padarias, postos de gasolina, restaurantes etc. Prestam serviços como recebimento de contas de luz, água, faturas de cartão de crédito, imposto de renda etc. Existem, ademais, os correspondentes ligados tanto aos bancos como as financeiras e que permitem a oferta de empréstimo consignado, arrendamento mercantil e outras formas de créditos, a exemplo do consumo de objetos técnicos, o chamado crédito direto ao consumidor – CDC.

Mediante a boa margem de lucro que as instituições financeiras conseguem através desse fixo geográfico e da imensa movimentação financeira, o correspondente acaba por ganhar novos contornos e funcionalidades no que concerne a ampliação da oferta de serviços e produtos financeiros. Segundo Contel (2006, p. 235): “Há bancos que utilizam sua rede de correspondentes de forma mais agressiva, treinando os funcionários para a venda de produtos do próprio banco [...]”, ancorados nas normas que constituem elementos essenciais, para a compreensão desse processo.

Atualmente, grande parte dos títulos pagos pela sociedade brasileira é realizada através dos correspondentes, sobretudo o Bradesco Expresso, Banco Postal e Casa Lotérica, pertencentes respectivamente ao Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O primeiro atua na prestação de serviços como saques e depósitos, além da grande participação no número de recebimento de títulos bancários e não bancários. O segundo, mediante a ligação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), executa atividades mais complexas, conforme as demandas locais. Por sua vez, é a Casa Lotérica que mais recebe pagamento de títulos, além de executar atividades como propostas de abertura de contas, cartão de crédito e movimentar quantias de dinheiro mais elevadas que outros correspondentes no país.

Uma pesquisa realizada pelo Plano CDE e Bankable Frontier Associates, revelou que os correspondentes constituem o meio mais utilizado para pagamento

de contas no país em 2009. Com efeito, 75% da população, mormente aquela de menor poder aquisitivo, usa esse fixo para tal fim, especialmente nos pequenos centros das regiões Norte e Nordeste, onde a ausência dos fixos bancários tradicionais é maior. Por conseguinte, o correspondente passa a desempenhar um papel fundamental, além de intensificar a bancarização da população.

A partir da desburocratização normativa, ao longo dos últimos dez anos, muitas instituições financeiras ampliaram a capilaridade de seus serviços e produtos bem como a rede de correspondentes em todo o país. Nesse sentido, a tabela a seguir é bastante elucidativa.

Tabela 3 – Brasil: evolução do número de correspondentes (2000-2013)

Ano	Total	Crescimento (%)
2000	13.731	-
2001	18.653	35,84
2002	32.511	74,29
2003	36.474	12,18
2004	46.035	26,21
2005	69.546	51,07
2006	73.031	05,01
2007	95.849	31,24
2008	108.074	12,75
2009	149.507	66,09
2010	165.228	10,51
2011	161.097	-2,50
2012	354.943	120,30
2013*	364.935	2,80

Fonte: BACEN; FEBRABAN.

*Obs.: Posição referente a agosto de 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Observa-se um elevado crescimento na última década, ultrapassando a cifra dos 1.100% entre os anos de 2000 e 2010. Entretanto, faz-se mister aludir que em 2011 houve uma queda de 2,58%, decorrente do reajuste na regulamentação de correspondentes comerciais no país nesse mesmo ano⁸⁷. De acordo com o CIAB/ FEBRABAN – Pesquisa Setor Bancário em Números 2012, para dezembro de 2011, os correspondentes representavam 5,2% do total de 66,4 bilhões de transações bancárias realizadas no país, representando um crescimento 0,9% em relação a

⁸⁷ A propósito, ver as Resoluções de n. 3.954, n. 3.959 e n. 4.043, do Conselho Monetário Nacional, de 2011.

2007. Situação inversa ao que ocorreu com as agências bancárias que mostraram um declínio de 1,7% da sua participação nas transações bancárias durante o mesmo período. Ou seja, 12,6% e 10,9%, respectivamente. Portanto, não obstante a redução do número de correspondentes não houve efeitos negativos no que diz respeito às transações realizadas no mesmo ano por este fixo.

Não há dúvidas, portanto, quanto ao destaque alcançado pelo correspondente. Segundo revela o Relatório de Inclusão Financeira (BACEN, 2011) a atuação desse fixo tem aumentado a oferta de serviços financeiros no país, especialmente nas partes mais opacas do território. Das instituições financeiras que mais se utilizam de correspondentes estão os bancos, com 84% dos contratos, seguidos das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, com 24%, das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte, além das Cooperativas de Crédito, com 1,2% cada. A partir do final de 2010, deu-se uma maior concentração de correspondentes contratados por bancos no Nordeste, com 93% de todas as instituições financeiras. Na região Norte esse número também foi bem expressivo (91%), além das regiões Centro-Oeste com 86%, Sudeste com 82% com 80%.

Então, o correspondente se tornou um canal mais direcionado às atividades financeiras simples, entretanto há alguns contratados para executar atividades de propostas de crédito, como é o caso do Bradesco Correspondente e o Correspondente BMG. Ambos são exclusivos para oferta de crédito consignado⁸⁸. Dentre as atividades mais executadas por correspondentes no país estão pagamentos e recebimentos de títulos, empréstimos e financiamentos, seguidos de movimentações de contas e cartão de crédito e abertura de contas e ordens de pagamento, exatamente nessa ordem. Trata-se de critérios de avaliação adotados pelo Banco Central do Brasil para entender a capilaridade dos serviços e produtos ofertados por este fixo em todo o território nacional.

O uso desse fixo não se estabelece de forma igualitária para todas as instituições financeiras, algumas possuem uma rede mais numerosa, outras mais distribuídas. Na verdade, instituições como a Caixa Econômica Federal, o Banco

⁸⁸ O crédito consignado em folha de pagamento é um instrumento novo. Foi criado com a Medida Provisória 130, de 17 de setembro de 2003, a qual se transformou na Lei 10.820, de 17 de dezembro do mesmo ano. Logo após, recebeu regulamentação pelo Decreto 4.961, de 20 de janeiro de 2004 (MAIA, 2005, p. 1).

do Brasil e o Bradesco, além de atuarem com grande quantidade de correspondentes por todo o território nacional, se expressam de forma bem mais distribuída. São bancos múltiplos com várias carteiras financeiras, além de estreitarem sua relação com as empresas do circuito inferior visando à expansão das suas atividades.

É importante observar que o avanço da atividade do correspondente no país, não apenas nos termos normativos, mas considerando sua expansão, leva a pensar em algumas discussões levantadas entre os sindicatos dos bancários e entidades do próprio sistema financeiro. Por um lado, algumas entidades como o próprio BACEN, que admite ser uma alternativa para aproximar as classes mais pobres aos serviços bancários, não tratando-se apenas de trazer essas pessoas a participarem do sistema financeiro, mas de dar-lhes “dignidade e cidadania”. Por outro lado, pode-se perceber a discussão em torno do processo de terceirização bancária, o que impõe uma reflexão sobre as condições de trabalho exigidas pelos bancários. Para muitos bancários, sindicalistas e cientistas do trabalho, trata-se de uma estratégia do sistema bancário de fugir aos reclames dos direitos exigidos pela profissão, além de ser um verdadeiro processo de degradação da mão-de-obra no mesmo.

A terceirização no sistema bancário tem sido muito importante à reorganização estrutural das atividades bancárias, quando se leva em consideração o lucro almejado pelas próprias instituições financeiras. Esta forma de divisão do trabalho, segundo Figueiredo e Carvalho (2010, p. 19): “[...] representa uma estratégia pela qual um terceiro, em condições de parceria, com competência, especialidade e qualidade, produz bens ou presta determinados serviços para uma empresa que o contrata.” Ou seja, o contrato de terceirizados consiste em um aspecto onde o contratante impõe as responsabilidades à empresa contratada à execução dos serviços determinados. O modelo de correspondente criado no Brasil mostra-se como um mecanismo de reorganização desse processo, o que torna mais ágil a atuação das instituições financeiras, aumentando a sua capilaridade e o seu poder de atuação em diversas partes do território. Portanto, a legalização normativa para atuação de correspondentes foi um determinante crucial para à expansão dos serviços e produtos financeiros no país.

▪ *Proeminência dos correspondentes nas zonas opacas do território alagoano*

As bases materiais criadas no mundo atual têm possibilitado maior intensidade na circulação de capitais no território, permitindo maior acumulação de dinheiro nos principais centros do país. Nessa perspectiva, Singer (2000) chama a atenção para a “importância das finanças que se impôs na vida cotidiana da sociedade [...] como regra para a sobrevivência”. Essa variável também trouxe consigo a possibilidade de maior especulação financeira, sobretudo a partir das políticas normativas de desburocratização do BACEN, que acabou facilitando “os fluxos de dinheiro” (SANTOS; SILVEIRA, [2001] 2006, p. 185) no território. Tal processo se intensificou com o Plano Real, impulsionando a reestruturação bancária e a inserção de novos serviços e produtos financeiros e, por conseguinte forçando a expansão do consumo, concomitante a uma maior e mais rápida drenagem de recursos por diversas instituições financeiras.

Nessa perspectiva, é válido destacar o interesse das ciências sociais em compreender e analisar a dinâmica das atividades financeiras através da expansão do sistema bancário, resultando na publicação de importantes estudos sobre finanças, especialmente no que diz respeito a financeirização e creditização do território. Ou ainda, do avanço de políticas voltadas à bancarização da sociedade por meio de novos modelos de fixo geográfico para a prestação de serviços e produtos financeiros no país, como os correspondentes ligados a diversas instituições financeiras para comercialização das suas atividades.

Alguns estudos revelam que o correspondente também passa a atuar como um canalizador de recursos financeiros entre o Governo Federal e a sociedade, a exemplo da Casa Lotérica e do Caixa Aqui. Ou seja, intermediários financeiros que fortaleceram a atuação do poder público e da própria Caixa Econômica Federal para as camadas pobres do país, acentuando, por conseguinte, maior atuação no circuito inferior da economia urbana. Seja por via das políticas de liberalização de novas formas de crédito de incentivo ao consumo, seja através dos programas sociais, em especial o Programa Bolsa Família (PBF)⁸⁹ em vigor desde os anos de 1990.

⁸⁹ O Programa Bolsa Família é o resultado da junção entre vários outros como o Bolsa Escola, do Ministério da Educação; o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde e o Auxílio Gás, do Ministério

Mediante essa nova organização dos sistema bancário e financeiro no Brasil, pode-se atentar para o uso de tecnologias da informação como uma estratégia que intensificou e ampliou a geografia das atividades financeiras no país. Os estudos de Contel (2006), Dias e Lenzi (2009), Diniz (2010) e Jayo (2010) demonstram que as tecnologias da informação criaram novas formas de atuação das redes bancárias no território brasileiro, sendo o correspondente o fixo geográfico que, atuando com esse tipo de tecnologia, conseguiu ampliar a velocidade do processamento de dados financeiros na relação entre as finanças e a sociedade. Sendo assim, pode-se dizer que, se por um lado, o correspondente aumenta as possibilidades de penetração das atividades bancárias no território, por outro, instala uma nova organização na divisão do trabalho bancário, que permitirá a alguns estudos como o de Silva (2007) analisar o correspondente como uma forma de terceirização do trabalho bancário, remetendo a discussão a propósito da degradação do mesmo para ampliar as bases do crescimento lucrativo dos bancos no país.

Contrária à concepção que a existência de correspondentes que atuam como prestadores de serviços financeiros são agentes que limitam as responsabilidades das instituições financeiras, algumas entidades nacionais de defesa da atividade de correspondente como o Banco Central do Brasil (BCB), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (ANEPS), conduzem o debate a partir do pressuposto que o correspondente trouxe o “sentimento de cidadania” para as camadas mais pobres do país através do acesso aos serviços e produtos financeiros das redes bancárias.

Nesta perspectiva, alguns estudos apontam que o correspondente acaba por se caracterizar como importante instrumento para a expansão das finanças no país, seja no sentido da oferta e expansão de serviços financeiros básicos, seja no aumento da oferta de empréstimo consignado⁹⁰. Para entender essa dinâmica da oferta de serviços e produtos financeiros nos últimos anos, basta atentar para os estudos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) que divulga resultados

de Minas e Energia. Então, sobre mais informações pesquisar ver CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

⁹⁰ O empréstimo consignado foi criado pela Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003 e, é um dos produtos financeiros que nos últimos anos vem ganhando atenção de vários públicos, principalmente, em decorrência da facilidade de acesso quando mediante a demanda de documentação para análise pelos bancos, que remete pouca burocracia. Segundo a FEBRABAN, o ano de 2012 mostrou um crescimento de 17,6% em relação ao ano anterior. Mais de 80% das propostas concretizadas ainda são de trabalhadores públicos, apesar de aumentado em mais de 30% o seguimento privado.

empíricos periódicos. Ou ainda, os estudos de Contel (2006) que traz uma abordagem da atuação desse fixo no território nacional; Diniz (2010), Jayo (2010) e Soares e Sobrinho (2008) que tratam da atuação e expansão desse fixo no território brasileiro, além de Moretti (2006), Pantel (2007), Santos (2009) e Gigliucci (2011), que estudaram a expansão do crédito consignado.

Pode-se observar que alguns órgãos de defesa do trabalho bancário mostram o quanto esse fixo e a mão de obra ligada a ele (especialmente os chamados “pastinhas⁹¹”), são canais propícios para diversas irregularidades e crimes no mundo financeiro. A quantidade de fraudes cometidas por esses agentes que trabalham na oferta de crédito com desconto em folha de pagamento de salários ou mesmo de aposentadorias nos últimos anos, revelam o quanto as entidades de incentivo, regulação e organização dessa atividade no universo financeiro atual, não detêm controle.

Essas questões se constituem em preocupações de várias entidades sindicais em todo o país, do próprio Banco Central, mas especialmente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central. Em sua publicação de dezembro de 2011, na revista *Por Sinal*, destacava as constantes fraudes por parte dessa atividade. Segundo o mesmo, desde 2009 já se contabilizavam mais de 4 mil fraudes incluindo idosos, proporcionando ilegalmente maior lucro de muitas financeiras e funcionários que trabalhavam como corretores em um processo caracterizado como “lavagem de dinheiro”. As maiores vítimas eram, sobretudo, das camadas de menor poder aquisitivo e sem o entendimento do processo, afora estar lidando com uma literatura muito difícil e sem explicação clara por parte desses agentes, muitas vezes despreparados e sem limites de ética para comercializar tal produto.

É a partir dessa condição, dos juros cobrados por serviços ou produtos ofertados, do número de atividades executadas diariamente, da velocidade com que é processada cada atividade e, principalmente dessa capilaridade terceirizada que Dias (2009) assevera que os bancos são o melhor negócio no país, podendo-se ampliar essa ideia levando em conta não apenas as redes bancárias como também

⁹¹ O termo advém da forma como as pessoas que trabalham ofertando crédito se personalizam, principalmente devido ao material que usam para executarem as propostas de clientes como explica a Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (*Por Sinal*) onde assevera que “No Centro de todas as capitais brasileiras é possível ver pessoas com uniformes de instituições financeiras e pranchetas e pastas nas mãos – daí o apelido de “pastinhas”. (2011, p.10-11).

outras instituições financeiras como é o caso das SCFI's que contribuem para a financeirização do território utilizando como aporte as classes menos abastadas do país.

O processo de liberação normativa para a atuação de correspondente no país emana, ao mesmo tempo, da política de bancarização da sociedade advinda de três grandes poderes: (1) – o Governo Federal, que cria as possibilidades de expansão da atividade bem como a atuação das finanças via projetos e programas de cunho socioeconômico; (2) – o Conselho Monetário Nacional que estuda as condições teóricas e empíricas para a designação de alguma atividade a ser executada posteriormente por uma determinada instituição, agente, correspondente, entidade etc. e (3) – o Banco Central do Brasil que passa a liberar as normas criadas pelo CMN a serem executadas pelas entidades de interesse ou que estão sob fiscalização do mesmo. Sendo assim, pode-se afirmar que desde a criação da primeira norma para atividade de correspondente no país em 1973, passando por diversas outras criadas ou mesmo revogadas e ampliadas, os correspondentes atuam sob execução da Resolução n. 3.954, de 24 de fevereiro de 2011⁹² que é tida como um marco no processo de regulação das atividades prestadas por correspondentes.

Para o Sistema Financeiro Nacional, o correspondente representa um elemento novo desde o início dos anos 2000, haja vista a quantidade de transações executadas por ele. Em menos de uma década verificou-se a relevância que o mesmo representou às instituições financeiras, especialmente em decorrência da sua capilaridade no território nacional, tornando as finanças um elemento intrínseco ao cotidiano de uma sociedade caracterizada pelos modelos de consumo decorrentes de um verdadeiro “fundamentalismo”⁹³ (LOSURDO, 2010). Por um lado, possibilitou maior lucro às redes bancárias em menos tempo além de ampliar a horizontalidade dos serviços financeiros, conforme observado no Gráfico 5, sobre o estado de Alagoas.

⁹² Essa norma foi alterada ou mesmo reorganizada com a publicação de outras como as resoluções de n. 3.959, a de n. 4.035, a de n. 4.042 e a de n. 4.114, sendo as três primeiras de 2011 e a última publicada em 2012, essa anula a possibilidade de execução, por correspondentes, de atividades relacionadas a câmbio de moeda estrangeira.

Gráfico 5 – Alagoas: evolução do número de correspondentes (2002-2013)⁹⁴

Fonte: BACEN.

Obs.: Posição para 2 de setembro de 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Ora, em 2000, havia 60 correspondentes em Alagoas. Contudo, a sua expansão dar-se-ia a partir de 2002, como mostra o Gráfico 5. Perceba-se que há um crescimento de 845 correspondentes, o equivalente a 428,93% no período de cinco anos até o final de 2007. A partir deste ano, houve um crescimento bem mais moderado até 2011, 30% em relação a 2007. Em setembro de 2013, houve um aumento de 105,85% no número de correspondentes no estado em relação a 2011, num período de dois anos. Isso evidencia o papel que esse fixo geográfico possui no que se refere a sua presença em lugares distantes, em substituição aos fixos bancários tradicionais. Na verdade, essa expansão revela o quanto o fixo torna viável uma geografização das finanças em Alagoas, além de mostrar como é cada vez mais forte a relação dos bancos com as atividades do circuito superior e sua capilaridade no território nacional.

A capilaridade das atividades financeiras em Alagoas é marcada por um processo onde as tomadas de decisões partem de comandos situados nos centros mais importantes e dinâmicos, não apenas do estado, como também do país, o que

⁹⁴ No gráfico, o ano de 2011 corresponde ao mês de maio e 2013 corresponde a setembro, os outros são referentes a dezembro.

interfere na vida socioeconômica da maioria da população e implica na ideia de centros de gestão (ou decisão) do território⁹⁵.

Por apresentar uma rede urbana desnivelada, Alagoas possui um restrito conjunto de cidades exercendo maior influência socioeconômica sobre outras, além de concentrar atividades novas. Essa lógica também se repete em se tratando da realidade bancária, pois há uma concentração de atividades financeiras mais complexas na capital do estado, que também concentra o maior número de fixos geográficos tradicionais. Ademais, as cidades com maior concentração populacional também concentram a maior quantidade de fixos bancários tradicionais, enquanto que as cidades que estão no escalão inferior da rede urbana possuem em sua minoria PAB, porém, correspondentes em sua maioria. Este último, um “[...] *objeto híbrido* que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, e que viabiliza uma expansão territorial e social sem precedentes das redes bancárias no território brasileiro.” (DIAS, 2009, p. 12).

Em Alagoas, dos doze bancos existentes, apenas cinco atuam com correspondente, onde se destaca o Bradesco a partir do Expresso Bradesco; o Banco do Brasil que possui maior quantidade, dentre eles o modelo que atua junto a estabelecimentos comerciais ligados ao circuito inferior e o Banco Postal (ligado a ECT). Ademais, sobressai a Caixa Econômica Federal que atua com duas tipologias de correspondente, a Casa Lotérica e o Caixa Aqui. O Banco Santander atua com o correspondente PagPerto; e o HSBC Bank Brasil que possui a menor quantidade de correspondentes dentre os bancos múltiplos em Alagoas.

Um dos mais flexíveis correspondentes instalados no território alagoano é o Bradesco Expresso. Simples do ponto de vista de sua operacionalidade e que demonstra uma importante ferramenta de inserção das atividades em diversas

⁹⁵ Para Corrêa (1989a, p. 17-18): “O centro de decisão da atividade financeira exerce um papel de controle, maior ou menor, sobre as atividades econômicas das cidades subordinadas e de suas respectivas áreas de influência, tal qual mostraram, entre outros, Lenin (1979, 127 p.) e Labasse (1958, 532 p.). Este controle se dá através de diversos mecanismos. Um deles consiste na captura, através dos depósitos, de uma massa de recursos monetários oriundos da poupança. Outro advém dos diferentes tipo de empréstimos e respectivos juros que os bancos realizam. Os investimentos diretos e a participação acionária em empresas, que ali atuam, constituem outros poderosos mecanismos através dos quais os bancos exercem um controle simultaneamente econômico e territorial. Finalmente o desconto e a cobrança, vinculados às operações comerciais, bem como os serviços diversos que realizam, constituem outros mecanismos de controle sobre a criação, apropriação e circulação do valor em um dado território.”

idades do estado. Atua com uma diversidade de serviços e produtos comercializados pela instituição e geralmente se localiza dentro de supermercados, mercadinhos, farmácias, padarias, papelarias, lojas de roupas, dentre outros. Opera com a prestação de serviços básicos como recepção de títulos de pagamento de contas, como água, luz, telefone, boletos de cobranças de outras empresas, tributos etc. Também atua com serviços de recargas para operadoras de telefone, saques, depósitos, transferências de valores entre contas, desbloqueio de cheques, abertura de contas bancárias, consultas de saldos e extratos, propostas de cartão de crédito e de empréstimos.

O Bradesco Expresso é talvez a forma mais emblemática para entender o uso de tecnologias de informação, haja vista a sua aplicabilidade em áreas mais rarefeitas ou mesmo que possuem “barreiras geográficas”, a exemplo da Região Norte. O Bradesco possui uma lógica de uso do território bem expressiva por meio de correspondentes, além de ser pioneiro no uso deste fixo em lugares localizados às margens de rios, a exemplo do correspondente instalado no Voyager III, um barco que navega pelo Rio Solimões⁹⁶, cuja atividade principal é o transporte de diversos produtos que ultrapassa as 500 toneladas, exclusivamente para atender ao mercado desses lugares distantes dos centros mais dinâmicos. A atividade é terceirizada pelo Bradesco que consegue levar seus produtos financeiros às populações ribeirinhas da região.

⁹⁶ A novidade foi destacada na primeira página do jornal norte-americano The Wall Street Journal, em março de 2010, quando a atividade já estava em funcionamento na região.

Figura 4 – Correspondente do Banco Bradesco

Fonte: Folha de São Paulo, 2013; Globo.com, 2010.
Adaptação: Dhiego A. de Medeiros.

A Figura 4 permite entender como o Bradesco consegue manter sua capilaridade nessas áreas opacas do território. Desde 2009, o correspondente funciona dentro do barco, que possui uma rede conectada via satélite para o processamento das atividades financeiras. Consiste em uma estrutura semelhante a dos correspondentes instalados em estabelecimentos comerciais. A antena instalada no barco capta sinal do satélite⁹⁷ para a transferência das informações efetuadas

⁹⁷ O problema da dificuldade de sinal da região foi solucionado com a antena espanhola, Satlink, que é captada pela antena que está interligada com as centrais do banco. O equipamento, de uso militar, possui custo estimado em R\$ 75 mil (SEEB Sergipe, 2009).

pelo funcionário contratado para trabalhar no fixo, que por sua vez são emitidas diretamente às centrais de comando do banco através do terminal automático. O funcionário é uma pessoa que possui afinidade com as populações que vivem na região, uma forma da instituição ampliar sua rede de clientes que já agrega quase 49 mil desde o início de sua atuação.

Essa realidade decorre do interesse do banco em atingir as camadas populares da região e contribui para ampliação da sua capilaridade, conforme revela o raio de ação do Correspondente. Percebe-se, assim, que as tecnologias de informação se tornaram uma variável importante para a expansão das finanças no país, inclusive para os bancos de varejo que expressam maior interesse na bancarização da sociedade, especialmente das populações mais pobres do país.

Atualmente, o banco possui uma rede com mais de 45 mil fixos distribuídos em todo o território brasileiro, o equivalente a 12,46% do total de correspondentes no país e tem uma distribuição relativa nos municípios alagoanos, o que permite maior fluidez dos serviços financeiros da instituição como mostra o Mapa 10. Com um total de 256 fixos geográficos espalhados no território alagoano, está presente em 94,1% dos municípios do estado, em sintonia com a rede urbana. Com exceção de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios, as três cidades mais populosas do estado e que concentram 39% da sua população, concentra também 22% do número total de correspondentes do Bradesco, o equivalente a 35, 12 e 9 fixos geográficos respectivamente.

Mapa 10 - Alagoas: distribuição dos correspondentes (Bradesco Expresso) do Banco Bradesco (2013)

Está presente em outras cidades com um número que varia entre 1 e 6 correspondentes em 91,1% do total no estado. Sendo assim mostra-se bem capilarizado no território alagoano e suas atividades mantêm um vínculo entre a instituição financeira e as classes mais pobres no estado. Executa várias atividades como saques e depósitos. Todavia esses serviços são limitados, pois, cada cliente pode sacar até R\$ 800,00.

Já, o Banco do Brasil também possui sua rede de correspondentes em Alagoas, dentre os mais importantes está o Banco Postal⁹⁸, conveniado a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O Banco Postal existe desde o início da década passada, quando, em 2003 assumiu uma parceria com o Bradesco (permanecendo por 10 anos) para a execução de atividades financeiras da instituição que intensificou sua atuação no território brasileiro.

Nesse mesmo período, com a abertura de um novo processo seletivo para a execução de atividades como correspondente, o Banco Postal conveniou-se ao Banco do Brasil que adquiriu a sua “posse” para trabalhar na prestação dos seus serviços e produtos financeiros em todo país durante cinco anos, mediante leilão desde o lance inicial a disputa ficou entre os dois grandes bancos múltiplos do país: o Bradesco e Banco do Brasil, que permaneceram no leilão por 12 rodadas.

Vale aludir que, tanto no caso do Bradesco (pioneiro com o uso do Banco Postal), como no do Banco do Brasil, o leilão significou um marco, dentro da lógica das duas instituições portadoras de uma política de capilarização de suas topologias. Um exemplo foi o Banco do Brasil que mantinha presença em 78,86% das cidades no país. Com a parceria dos correios esse atendimento subiu para 96% do território nacional em face da presença do Banco Postal em 5.271 cidades.

⁹⁸ Segundo o Banco Central do Brasil, “o Banco Postal (Serviço Financeiro Postal Especial) caracteriza-se pela utilização da rede de atendimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, para a prestação de serviços bancários básicos, em todo o território nacional. Os Correios atuam como correspondente de uma instituição financeira contratante” (Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?correspondentesfaq>). Acesso em: 13 set. 2013.

Tabela 4 – Valores ofertados por cada instituição em bilhões de R\$ (2013)⁹⁹ para aquisição dos serviços do Banco Postal

Instituição	Lance inicial	Lance final	Rodada de desistência
Itaú Unibanco S. A.	0,010	0,010	1ª
Caixa Econômica Federal	1,001	1,800	5ª
Banco Bradesco S. A.	1,550	2,250	11ª
Banco do Brasil S. A.	1,000	2,300	12ª

Fonte: Isto é Dinheiro, 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

A utilização dos fixo do Banco Postal por qualquer instituição financeira significa um uso mais expressivo e corporativo do território brasileiro, inclusive constituindo-se nas bases para a financeirização do território, por meio da oferta dos produtos do banco à grande parcela de pessoas que antes não eram clientes da instituição. Sendo assim, pode-se afirmar que o Banco Postal determinou uma maior atuação do Banco do Brasil em diversas áreas do país. Por conseguinte, pela atuação que expressa no país, num futuro próximo, o Banco Postal criar as bases técnicas e normativas para manter-se como um banco próprio, o que garantiria sua atuação concreta em todo o território nacional, especialmente pela condição. Seja de localização, seja do quantitativo contingente de pessoas que já utiliza seus serviços financeiros e de outras naturezas.

A investigação desenvolvida por Braga (2004) revela a capilaridade do Banco Postal no território brasileiro no ano de 2004, onde observou uma intensa distribuição quantitativa em diversas áreas do país, em especial na faixa litorânea. Porém, havia ainda uma grande rarefação, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, “[...] devido à dispersão das cidades situadas nestas regiões e pelo grande tamanho dos municípios, dando a impressão de grandes vazios.” (BRAGA, 2004, p. 44). Assim, o mapa do Banco Postal coincide com o mapa da distribuição da ECT, atuando na totalidade dos municípios do país, o que exprime uma melhor condição de atuação do próprio Banco do Brasil em relação ao Bradesco nos primeiros anos da última década.

Em Alagoas observa-se que o Banco Postal está presente em 100% das cidades, o que determina também uma maior atuação da instituição no estado,

⁹⁹ As informações foram acessadas em 30 de setembro de 2013 (Disponíveis em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/59024_A+CARTADA+DO+BB).

sobretudo na prestação serviços e produtos tais como recepção de títulos e boletos de pagamento, transações financeiras como saques, depósitos, extratos, pagamento de salários conveniados às prefeituras do estado, abertura de contas e outros de interesse do banco. A rede de correspondentes do Banco do Brasil já tem uma dinâmica mais expressiva que a do Bradesco. No país já existe 4,6 mil empresas conveniadas ao BB para atuarem como correspondentes, a segunda maior rede desse tipo por instituição no território nacional. Porém em Alagoas, com 507 correspondentes se mantém como o maior número entre as instituições que atuam com esse tipo de fixo.

Mapa 11 - Alagoas: distribuição dos correspondentes (Banco Postal) do Banco do Brasil (2013)

Conforme mostra o Mapa 11, o Banco Postal atende 100% do território alagoano, representando 29,5% do total de correspondentes que atuam para o Banco do Brasil no estado. Com maior número de fixos em reduzido número de cidades, a exemplo de Maceió com 15 fixos, Arapiraca com 10 e Coruripe com 7, o equivalente a 21,3% do total dos 150 em todo o território. Os 96% restante de cidades concentram entre 1 e 3 fixos geográficos, com exceção de São Sebastião com 4 agências dos Correios. É necessário atentar para alguns municípios que, relativamente, têm uma quantidade maior de fixos que outros, como é o caso de Coruripe, São Sebastião e Campo Alegre. Pois, com grandes extensões territoriais e com uma má distribuição de sua população, concentra alguns grandes núcleos urbanos rurais que se localizam distantes da sede municipal, e que faz com que a ECT considere a necessidade de instalar agências nesses lugares devido à quantidade de pessoas que vivem.

Além do Banco Postal, outros correspondentes ligados aos estabelecimentos comerciais do circuito inferior da economia como farmácias, pequenos estabelecimentos de tecnologia, mercadinhos etc., atuam em Alagoas para o Banco do Brasil. Se trata de um fixo que atua com serviços mais simples e tem uma estrutura técnica bastante simplificada, nesse caso uma máquina de processamento dos dados financeiros diários pelo fixo, sendo que estas ficam conectadas diretamente com a agência bancária contratante do estabelecimento.

O Banco Postal atua na prestação de serviços e produtos como consultas de saldo e extratos bancários, depósitos, pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recebimentos de convênios como água, luz, telefone etc., recebimento de títulos bancários, saques, transferências de valores entre contas da mesma instituição, oferta de propostas de abertura de contas bancárias e outros.

Mapa 12 - Alagoas: distribuição dos correspondentes do Banco do Brasil (2013)

Essa tipologia de correspondente representa quase 70% do total de fixos da instituição instalados no território alagoano. Possui uma dinâmica diferente do Banco Postal. Apesar de está presente em apenas 32 cidades, possui uma concentração de 30% do total instalado em apenas 6 cidades, com destaque para Maceió com 19,6%, Arapiraca com 11,2% e Palmeira dos Índios com 5,6% em relação ao total de 357 fixos geográficos em todo o estado. Desse total, 53,2% se distribui entre 64 cidades que se dividem entre 1 e 8 correspondentes. Contudo, esse fixo permite um maior alcance do Banco do Brasil no circuito inferior.

Sendo assim, o banco atua com 14,2% do total do número de correspondentes que operam no território alagoano, o que possibilita uma maior fluidez das suas atividades. Como possui uma pequena rede de agências com no estado, os correspondentes se constituem num canal estratégico à oferta dos serviços bancários, especialmente por se tratar de um banco conveniado as prefeituras municipais, o que intensificou o crescimento do número de usuários dos serviços da instituição, uma das formas da bancarização da população no estado.

Mas, para Contel (2006, p. 247): “A Caixa Econômica Federal tornou-se, sem sombra de dúvidas, a mais importante instituição pública que se utilizou dos correspondentes bancários para expandir sua rede de prestação de serviços no país.” A referida instituição atua no território alagoano com duas tipologias de correspondente, que atendem as demandas normativas criadas por ela na prestação de produtos e serviços financeiros: a Unidade Lotérica, comumente chamada de Casa Lotérica, e o Caixa Aqui. A Casa Lotérica e o Caixa Aqui. Os correspondentes executam parcela das atividades creditadas à instituição pelo Governo Federal no que diz respeito à distribuição de recursos financeiros públicos e de programas sociais.

A Casa Lotérica foi criada na década de 1960 quando o então Presidente da República Jânio Quadros determinou ao Estado (União) a competência para legislar sobre os jogos de sorteios no país, ao mesmo tempo em que concede o comando desses produtos à Caixa Econômica Federal, já que a arrecadação dos recursos financeiros dos mesmos é de interesse do próprio governo. Cerca de 40% a 45% do faturamento com os jogos de loterias são direcionados a programas de transferência de renda do Governo Federal e de outras entidades de interesse social. Segundo o Relatório da Administração da instituição, os jogos de loterias conseguiram

arrecadar no período de 2007 a 2011 um valor de R\$ 4,54 bilhões, sendo que, no primeiro ano arrecadou-se R\$ 5,19 bilhões e esse valor aumentou para R\$ 9,73 bilhões em 2011. Então, para a Caixa Econômica Federal (2011):

A Casa Lotérica é a pessoa jurídica, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF, constituída na forma de quaisquer sociedades empresariais, destinada à atividade lotérica, podendo ou não possuir outra atividade comercial (CIRCULAR CAIXA N. 539, de fevereiro de 2011).

A CEF Dispõe de três modelos de correspondentes relacionados à Casa Lotérica, as chamadas unidades lotéricas¹⁰⁰. Para prestar serviço como correspondente lotérico, há um processo baseado num sistema de seleção de permissões que segue uma lógica normativa estabelecida pelo banco. Tem como pressuposto a abertura de editais (leilão) em lugares de interesse mercadológico da própria instituição. Quer dizer, do ponto de vista do comando, é um banco que mantém uma relação, hierarquicamente mais rígida com seus correspondentes.

Dentre os serviços e produtos ofertados estão pagamentos de vários tipos de contas, tais como prestação habitacional, faturas avulsas de cartão de crédito, água, luz, tributos, bloquitos de outros bancos, telefone etc. Também é possível fazer consultas de saldos, transferências de valores entre contas, depósitos, propostas de abertura de conta, sacar benefícios sociais, a exemplo do Bolsa Família, PIS, PASEP e outros, além de propostas de cartão de créditos da instituição. O Mapa 13, a seguir, mostra a distribuição da Casa Lotérica no estado de alagoas, revelando como a Caixa mantém suas atividades em 100% do território.

¹⁰⁰ Sobre Unidades Lotéricas e o processo de leilão das mesmas, ver a Circular Caixa nº 539, de 2 de fevereiro de 2011, disponível em: http://www.multilex.com.br/upd_blob/0001/1602.pdf.

Mapa 13 - Alagoas: distribuição dos correspondentes (Casa Lotérica) da Caixa Econômica Federal (2013)

Com um total de 404 fixos, o equivalente a 11,4% do total no estado, a Casa Lotérica está presente em todos os municípios alagoanos, porém com a mesma lógica de outros correspondentes, concentrados em algumas cidades como é o caso de Maceió com 55 lotéricas, Arapiraca com 6 e Coruripe com 3, o equivalente a 36,4% do total deste fixo no estado, sendo que, do número total dos 102 municípios alagoanos, 86 possuem apenas uma lotérica cada, enquanto 13 municípios apresentam duas cada.

Outro correspondente desta instituição é o Caixa Aqui. Bem mais flexível que a Casa Lotérica, não exige um sistema técnico tão complexo quanto o deste último e geralmente é instalado dentro de estabelecimentos do circuito inferior como supermercados e farmácias. Foi criado, principalmente, para ampliar a distribuição dos recursos federais às populações de lugares distantes de centros mais dinâmicos. Logo, o Caixa Aqui:

Foi estritamente idealizado e direcionado para a população de renda baixa [...]. O produto foi lançado em 2003 e possibilitou, logo no primeiro ano, a abertura de quase 2,5 milhões de novas contas para aqueles brasileiros que viviam na informalidade, e puderam abrir sua primeira conta bancária sem comprovação de renda. O mais importante nesse produto é a possibilidade de criação de pequenos empreendimentos tão sonhados, com o acesso a empréstimos a juros de 2% ao mês. (SANTOS, 2011, p. 177).

Atualmente é o principal canal de acesso da população de baixa renda aos benefícios do Programa Bolsa Família, que é o maior programa de distribuição de renda do país, que unificou outros com características semelhantes, porém administrados por setores públicos federais diferentes, dentre os quais está o Bolsa Escola, do Ministério da Educação; o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde e o Auxílio Gás, do Ministério de Minas e Energia. Esse processo foi uma articulação entre a União e a Caixa Econômica Federal para melhor intervir no território nacional e bancarizar populações antes sem acesso ao sistema financeiro. Possui uma relação direta com as populações de baixa renda do estado, em especial aquelas existentes em lugares de difícil acesso, a exemplo de Pindoba, município com cerca de 2,8 mil habitantes, onde a única via de acesso é uma estrada sem asfalto e distante 14 km da rodovia mais próxima.

Mapa 14 - Alagoas: distribuição dos correspondentes (Caixa Aqui) da Caixa Econômica Federal (2013)

O Caixa Aqui representa 56,4% do total de correspondentes da instituição em todo o território alagoano. Contudo não é tão bem distribuído quanto as lotéricas, pois está distribuído em 66 do total de municípios no estado, sendo que Maceió possui 81 fixos, o equivalente a 35,5% seguido de Arapiraca com 25 fixos, Penedo com 13 e Palmeira dos Índios com 10 Caixas Aqui. Por outro lado, as demais cidades mantêm uma variação entre 1 e 5 fixos geográficos. Apesar da discrepância entre algumas poucas cidades em concentrar os correspondentes dessa instituição, a Caixa atua em todo o território através deste fixo geográfico.

Outro banco que atua no território alagoano por meio de correspondentes é o Banco Santander. Utiliza-se do correspondente para alcançar alguns lugares onde não possui qualquer tipologia bancária tradicional, pois sua rede de correspondentes possui direcionamentos específicos para a prestação de serviços ou produtos financeiros no país. Assim, o banco tratado, apresenta quatro tipologias de correspondentes que se distinguem por produto ofertado: uma que opera apenas com crédito imobiliário, outra com serviços via internet para a execução de propostas de abertura de contas e cartão de crédito da instituição, a terceira atua com o crédito consignado, além da última que atua com um número maior no país.

Nesse caso, o PagPerto, um fixo geográfico que atua com recebimentos e pagamentos de títulos e boletos bancários de qualquer natureza. Geralmente são instalados em estabelecimento comerciais (mercadinhos, farmácias etc.), como também pode está presente em lugares característicos do circuito superior (supermercados e shopping centers). O Mapa 14 abaixo mostra os correspondentes do Banco Santander no território alagoano.

Mapa 15 - Alagoas: distribuição dos correspondentes (PagPerto) do Banco Santander (2013)

Com um total de 32 fixos, sendo Maceió e Arapiraca com 13 e 7, representam juntas 62,5%, enquanto as outras dez cidades que possuem fixo do Banco Santander concentram apenas os 12 que significam os 37,5% restantes, com destaque para Palmeira dos Índios com 3 fixos. Vale ressaltar que o banco mencionando não possui mais de uma função no estado, pois atua apenas com operações mais simples. Nesse caso, recebimentos e pagamentos de títulos e outros boletos para a instituição.

Já o correspondente do HSBC Bank Brasil possui algumas características semelhantes aos correspondentes dos outros bancos, além de estar instalado em estabelecimentos comerciais como lojas de materiais de construção, lojas de roupas, supermercados e outros. Este fixo geográfico atua na prestação de serviços como recepção de boletos e títulos para pagamento de luz, água, telefone, tributos públicos, faturas da instituição além de saques, venda de títulos de capitalização, vendas de seguros tais como o de Amparo Familiar, recarga para operadora de celulares etc. Acrescente-se ainda que o proprietário do estabelecimento ganha comissão por prestar serviços a esta instituição, onde o valor é considerado a partir do tipo de serviço e/ou produto comercializado.

O HSBC possui a maior rede de correspondentes em todo o território brasileiro com mais de 55,7 mil fixos geográficos, o equivalente a 15,3% do total de fixos do país. Em Alagoas, possui uma lógica diferente das outras instituições financeiras anteriormente citadas, pois mesmo com essa numerosa rede, concentra a maior parte dos seus correspondentes nas maiores cidades de vários estados, uma lógica semelhante à distribuição de seus fixos tradicionais.

Mapa 16 - Alagoas: distribuição dos correspondentes do HSBC Bank Brasil (2013)

Dentre os bancos que operam com correspondentes em Alagoas, o HSBC é o que possui a menor rede, concentrando-se apenas em duas cidades, Maceió com 6 fixos e São Miguel dos Campos com apenas 1 correspondente. Seus fixos estão instalados no interior de grandes empresas que possuem já uma relação com o banco, sendo que a remuneração também varia de acordo com o tipo de transação feita pelo correspondente.

Vale destacar que a política das instituições financeiras tem um fundamento inteligível no sentido de sua atuação no território, produzindo novas formas e modelos de consumo. Diga-se de passagem, novos produtos financeiros para fortalecer sua atividade nas finanças do país. Algumas instituições, propriamente as que possuem poucas carteiras financeiras, passam a aumentar a capacidade de recriação de novas formas de consumo, o que possibilita uma maior fluidez desses atores no território, pois “[...] uma das formas superiores de inteligência financeira é, atualmente, a capacidade de inventar novos produtos.” (SANTOS, [1996] 2002, p.134). Essas novas formas de consumo estão embasadas na ideia de que atualmente:

O mundo das finanças gira ao redor de crédito, de transferência de valores que tem como contrapartida a promessa de devolução dos mesmos valores acrescidos de juros ou outro tipo análogo de rendimento, como dividendos, aluguéis, arrendamentos etc. (SINGER, 2000, p. 23).

O crédito pessoal, um dos principais produtos ofertados pelos correspondentes ligados às financeiras existe desde a década de 1970¹⁰¹, apesar de somente nos últimos anos ser considerado uma ferramenta primordial, dentre as atividades financeiras. A partir de 2003 é criado o crédito com desconto em folha de pagamento no país¹⁰², o que determinou uma nova forma de atuação das financeiras, período de liberalização normativa para contrato de correspondentes a todas às instituições financeiras atuantes pelo BACEN. Assim, foi nesse momento que cresceu o número de instituições que acabam por ter como principal ou mesmo

¹⁰¹ Segundo Moretti (2006) o crédito consignado que teve início com a Lei n.º 6.445, de 04/10/1977, e surgiu para atender aos servidores públicos federais, estaduais e municipais de todo o Brasil. Porém foi através da medida provisória 130, de 17/09/2003, que foi transformada na Lei 10.820, de 17/12/2003, que permitiu o desconto de parcelas de empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento”.

¹⁰² O empréstimo com desconto na folha de pagamento é um mercado de R\$ 172,3 bilhões hoje no país. (Disponível em: <http://www.valor.com.br/impresmir/noticia/2745112/financas/2745112/itau-leva-opera...>).

única atividade a oferta o crédito pessoal, favorecendo uma maior captação de recursos de muitos lugares distantes dos centros mais dinâmicos no país.

O empréstimo consignado tornou-se um nexos instigante das políticas que alimentam o processo de financeirização do território e da sociedade como mostra os dados da FEBRABAN sobre o crescimento desse mercado promissor:

O crédito consignado registrou expansão de 17,6% em 2012, com desempenho acima da média do crédito para pessoas físicas, com recursos livres. O destaque ficou para o crescimento no segmento de trabalhadores privados, com aumento de 30,5%, ante 15,9% no segmento dos trabalhadores públicos, mas que ainda respondem por 84% do total do crédito consignado. O desempenho reflete uma penetração maior na base de trabalhadores públicos e do INSS, ao passo que no setor privado a base é bem inferior e o potencial de expansão, consequentemente, bem maior (RELATÓRIO ANUAL 2012, p. 30).

Além desse produto, pode-se aqui destacar outras modalidades como o crédito direto ao consumidor (CDC), que se trata de um financiamento de diversos produtos ou bens materiais às pessoas como móveis, veículos, materiais de construção, computadores etc., o arrendamento mercantil ou leasing, que se trata de uma negociação entre o arrendador (instituição que arrenda) e o arrendatário (que toma emprestado). Sendo assim, os correspondentes ligados às financeiras podem atuar na oferta de uma diversidade de produtos financeiros, o que mantém uma constante financeirização não apenas da vida social, a exemplo da quantidade de empréstimos executados, mas também das atividades econômicas do circuito inferior.

O crédito faz parte de um processo que incorpora uma nova lógica espacial das finanças e que fundamenta um circuito produtivo que alimenta uma sociedade, na maioria das vezes já inadimplente. Mas também desprovida de uma educação financeira para o acesso a esse produto, o que permite um uso mais expressivo desse produto por uma parcela da sociedade com baixo poder aquisitivo mediante, as facilidades de acesso apresentadas. Na verdade, o crédito se tornou uma nova realidade que se intensificou mediante a invenção desse novo fixo geográfico que acabou por contribuir para a diminuição dos custos das instituições financeiras, além de aumentar a acessibilidade às classes mais populares da sociedade.

Uma característica determinante para a atuação desse fixo no território é a publicidade que impulsiona a financeirização, a vida cotidiana da sociedade. A publicidade decorrente das técnicas da informação que se apresenta, no atual

período, como um mecanismo que sustenta as bases para a expansão das finanças no país. Segundo Castells (2001, p. 69): “As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.” Isso vai constituir o que Santos (2006) vai considerar como “life-blood” de outras tecnologias, tendo em vista a base da sua funcionalidade, o que permitirá entender que a informação pode se perfazer como um instrumento de reprodução do próprio capital através do desenvolvimento de novos hábitos de consumo na sociedade.

Essa variável do período atual facilitou a atuação das financeiras no país, mormente à oferta de diversas formas de crédito para as classes populares da sociedade, a exemplo da oferta de crédito a aposentados e pensionistas do INSS, além de funcionários públicos. Isso acabou por intensificar o consumo à grande parte da população de baixa renda. A Resolução n. 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 determina que as instituições financeiras autorizadas a contratar correspondentes no país podem usar esse fixo para a recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito, além de arrendamento mercantil. Essa norma abriu espaço para a capilarização de diversas instituições financeiras no território nacional, principalmente as que não possuem topologia em lugares desinteressantes para as mesmas.

O Gráfico 6 mostra a evolução do número de correspondentes que atuam na oferta dos produtos financeiros definidos no “Inciso V” da resolução acima auferida. Logo, pode-se perceber que o crédito passou a determinar, recentemente, os caminhos da financeirização da sociedade e os correspondentes se tornaram um mecanismo com um papel determinante na expansão da creditização do território brasileiro. Algumas instituições mantêm uma relação com o território a partir de fixos que não exigem capacidade técnica complexa, a exemplo das SCFI’s ou financeiras que instalam seus fixos apenas para captar propostas de crédito, pois esta questão será bem mais detalhada a frente.

Outras utilizam os correspondentes de forma mais agressiva, além de prestarem serviços financeiros básicos, ainda “vendem” o crédito, a exemplo do Banco Santander, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que utilizam suas redes de correspondente no país para a prestação de vários produtos e serviços financeiros.

Os números tratados no Gráfico 6 seguem a lógica da quantidade de instalações de correspondentes por instituições financeiras no país. Ou seja, há fixo geográfico que trabalha para mais de uma instituição financeira, o que determinou a contagem dos dados ao BACEN. Quer dizer, além da flexibilidade de instalação, o fixo atua para várias instituições ao mesmo tempo em um determinado lugar, o que implica em uma maior capilaridade de instituições financeiras sem que essas mantenham nenhuma relação com o território através de fixos bancários tradicionais, a exemplo da Crefisa e do BMG em Alagoas. Duas financeiras que atuam apenas por meio de correspondentes ou mesmo agentes de crédito, conforme será mostrado mais adiante.

Ademais, o anexo abaixo mostra o quanto esse fixo se tornou um híbrido no território, com a capacidade de expandir os produtos de várias redes bancárias além de várias financeiras ao mesmo tempo. Nesse sentido, o crédito se tornou, verdadeiramente, um nexos banal no mundo atual, acirrando a banalização do uso das atividades e das classes de um circuito, antes sem acesso a formas tão banais de acesso ao crédito, o circuito inferior e as classes mais pobres do país e do estado.

Gráfico 6 – Brasil: evolução da quantidade de instalações autorizadas a executar os produtos financeiros do Inciso V¹⁰³ (2007-2013)

Fonte: BACEN.

Obs.: As cifras referentes a 2013 correspondem a 2 de setembro.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

O período tratado no gráfico demonstra que houve um crescimento de 227.154 instalações¹⁰⁴ que executam propostas de crédito no país. Um crescimento de 258,76% em relação a 2007. Contudo, o maior crescimento se deu entre 2011 e 2013, 212.068 fixos, o equivalente a 206,14%, o que revela a importância do crédito para as políticas das instituições financeiras no país. Por outro lado, algumas instituições atingem essa capilaridade através do convênio com outras instituições apenas para a comercialização desse produto, a exemplo do Itaú Unibanco com o BMG que firmaram contrato em 2012, com um valor de R\$ 1 bilhão pago pelo primeiro para uso dos fixos do BMG no país. Com a criação do Itaú BMG Consignado, o Itaú Unibanco passa a ter acesso à rede do BMG no país com cerca de 3 milhões de clientes, além de 637 convênios com órgãos públicos e mais de 4 mil lojas para a execução de empréstimo consignado.

Essa é uma lógica que atinge o território alagoano, onde além das instituições bancárias que atuam na oferta de crédito por meio de seus correspondentes como é

¹⁰³ O Inciso V está calcado nas resoluções de n. 3.110, de 2003 e a de n. 3.954, de 2011.

¹⁰⁴ As instalações são fixos que podem atuar para mais de uma instituição financeira, havendo exemplo de fixos que trabalham para 12 instituições no estado de Alagoas ao mesmo tempo.

o caso da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BRADESCO, existem outros fixos que operam para mais instituições financeiras no estado. Esse é o caso do Banco Semear, Agiplan, Matone, Banco Rural, Banco Schahin, Finifácil Financeira BV Financeira etc. São instituições que possuem uma lógica de localização diferente das redes bancárias que procuram contratar correspondentes em várias cidades do estado. Isso não acontece em relação ao BMG e à Crefisa que possuem “lojas” em poucas cidades, porém utilizando-se de agentes que trabalham na execução de propostas de crédito à sociedade de vários lugares, uma forma bem mais barata, porém eficiente do ponto de vista da atuação dessas instituições no território alagoano.

Capítulo 5.

Agentes de crédito: um nexó entre os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras

▪ *Agentes de crédito: uma providência das instituições financeiras?*

Para retomar a discussão apresentada no capítulo anterior e entender o acirramento da divisão do trabalho bancário deve-se lembrar dos eventos consumados posteriormente no que diz respeito a maneira de normar e regular as atividades bancárias do País. Assim sendo, o processo de diversificação da topologia bancária brasileira, iniciado na década de 1990 com o Plano Real e ancorado numa política de privatização e desnacionalização dos entes financeiros nacionais, chegou ao ápice no ano de 2003, mediante as Resoluções n. 3.110 e n. 3.156, propiciando o uso dos serviços de correspondente a qualquer instituição financeira.

Se, por um lado, tal medida estava estreitamente ligada à política de bancarização levada a efeito pelo Governo Federal, que passaria a fazer uso da rede de correspondentes para distribuição de recursos a segmentos da população que historicamente viviam à margem do sistema bancário tradicional, por outro, serviu de alavanca a diversas instituições financeiras, especialmente os bancos de pequeno e médio portes que, desprovidos de uma rede de agências, encontraram no Correspondente uma forma de ampliação de sua capilaridade e se especializaram na venda de um produto financeiro específico, o crédito consignado em folha de pagamento. Um produto que oferecia baixa inadimplência, como também uma opção de dívida mais barata frente a alta dos *spreads* praticados pelos bancos em diversas linhas.

Nessa conjuntura de “criação” do crédito consignado, em 2003, emergiu também a figura do agente de crédito, mais conhecido como pastinha, qual seja um profissional autônomo que atua em nome do correspondente de alguma instituição financeira, cuja função é “buscar” clientes (funcionários públicos, aposentados e pensionistas do INSS) nas ruas, repartições públicas e oferecer empréstimo consignado. Assim, vale ressaltar a importância desse “novo” ente da atividade bancária brasileira, que passou a ser peça-chave para a manutenção dos rendimentos dos bancos que estão na ponta da divisão do trabalho no circuito de concessão do crédito consignado, integrando, no limite, três circuitos que se complementam e são compostos ainda por outros dois elementos: as promotoras de crédito e o já mencionado correspondente.

Dentro desse sistema o correspondente desempenha um papel crucial, sendo responsável pela intensa capilarização dos serviços financeiros, ao proporcionar à população o acesso aos serviços bancários básicos. Dessa forma, pode-se asseverar que: “Quanto mais pobres as famílias e as regiões em que vivem, menos os bancos fazem parte dos círculos sociais de proximidade nos quais se apóiam os indivíduos em sua reprodução social.” (ABRAMOVAY, 2004, p. 26).

Esse processo de diversificação e ampliação dos fixos geográficos, impulsionado pelas Resoluções do Banco Central, não resultou somente numa aproximação dos serviços bancários à população não-bancarizada, mas especialmente no alargamento de um “campo de forças” que passou a comportar novos agentes. No caso, as financeiras, como instituições fornecedoras de crédito para consumo e frequentemente associadas a bancos comerciais que, por meio de correspondentes, ampliaram a sua atuação se fazendo presente nos mais distintos rincões do território brasileiro. Pois,

Como é significativo o número de pessoas sem conta bancária ou incapazes de dispor das necessárias garantias, o crédito pessoal concedido pelas instituições financeiras encontra um terreno fértil. Formas de verticalização de uma economia popular que, no período da globalização, conhecem graus superlativos. (SILVEIRA, 2005, p. 166).

Assim, os maiores bancos do país, de natureza pública, mas, fundamentalmente privada, passaram a utilizar os correspondentes (seus representantes) detendo-se de forma eminente na oferta de crédito consignado. Com isso, pode-se dizer que os bancos transformaram um público antes indesejado em algo essencial nessa nova geografia financeira nacional. Isso porque o “público alvo” são, sobretudo, os aposentados, pensionistas e funcionários públicos (municipais, estaduais e federais) que fazem débito em “folha” ou consignado, ou seja, com um risco de inadimplência inexistente. Portanto,

Esse é o ponto: “ganhar um prazo”. O sistema financeiro entendeu bem essa perspectiva dos “sem-banco”. Os sistemas tradicionais de crédito não chegam e não atendem à “cultura financeira” da população de baixa renda. O pedido de “ganhar um prazo” está embutido tanto na oferta do crédito consignado vinculado ao salário como à presença do banco dentro da loja de departamento. Se a capacidade de endividamento das famílias está ou não sendo respeitada com essa forma de operação, isso é outro problema. (TREVISAN; VELOSO, 2004, p. 304).

Porém, deve-se ressaltar o que alertou Silveira (2005, p. 165) ao afirmar que: “Ao contrário da produção, que é seletiva nas escolhas dos lugares, a finança se

interessa, direta ou indiretamente, pela totalidade do território vivente.” Isto posto, o processo de financeirização dá-se em todos os níveis da rede urbana, pois o conjunto de possibilidades que caracterizam o atual período histórico permite, mesmo com diferentes bases materiais, que os lugares participem dos acontecimentos “alheios” que, por sua vez, também interferem nas suas devidas realidades.

No que concerne à prestação do serviço para a venda de crédito consignado, trata-se de uma atividade normalmente realizada pelos correspondentes de bancos de porte médio que se fazem presente nos diversos escalões da rede urbana por meio de correspondente. E, principalmente da figura do agente de crédito¹⁰⁵, que em menos de uma década já se estima que existam em atividade no Brasil cerca de 250 mil, o que certamente faz-se pensar num acirramento da divisão do trabalho bancário, principalmente ao ser considerado o número de bancários, que em toda história do sistema bancário brasileiro tem-se no atual momento um total de 470 mil.

Faz-se necessário aqui destacar que no dia 24 de fevereiro de 2011 o Banco Central do Brasil (BACEN) publicou a Resolução n. 3.954, seguida pela Resolução n. 3.959 que, no dia 30 de março do mesmo ano, introduziu importantes inovações nas regras que dispõem sobre a contratação de correspondentes bancários e cambiários (pastinhas) no País, legalizando a atividade desse *canal complementar* de atendimento bancário. Portanto, permitindo o chamado sub-estabelecimento, como também acrescentando na relação correspondente – agente de crédito uma série de medidas para oficializar/legalizar esse segmento, a começar pela exigência de que o correspondente possua CNPJ, um estabelecimento que pode ser de sua propriedade ou com contrato de aluguel, um computador conectado a internet entre outros elementos que compõem a sua seara trabalhista.

Assim, visando o cumprimento das determinações das autoridades financeiras do País, algumas entendidas como representativas dos correspondentes e agentes de crédito, passaram a oferecer um curso preparatório e uma prova para a certificação com vista a uma melhor qualificação dos “novos” prestadores do serviço bancário. Um exemplo é a Associação Nacional das Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (ANEPS), que em parceria com o Instituto Totum

¹⁰⁵ Informação coletada no jornal *Valor Econômico* no dia 04 de março de 2011, cujo nome da matéria é *Regras do BC fecham cerco à informalidade dos “pastinhas”*. Postada no mesmo dia no sítio da Associação dos Bancos Brasileiros (ABBC) que em outras matérias e informações acerca do trabalho bancário reconhece a proporção tomada pelos agentes de crédito nos últimos nove anos.

apresentou o primeiro Edital para prova de certificação dos agentes de crédito no ano de 2011, aberto para todo o Brasil.

No ano seguinte e com base nas informações obtidas no processo de inscrição dos agentes de crédito, os aludidos órgãos traçaram um perfil dos primeiros 5 mil profissionais certificados por meio do processo de avaliação e, no que diz respeito ao gênero, 71% dos inscritos eram do sexo feminino e 29% do sexo masculino. Outros dois indicadores apresentados foram o nível de escolaridade e a faixa etária, conforme se pode ver nos Gráficos 7 e 8, a seguir:

Gráfico 7 – Brasil: número de agentes de correspondentes por faixa etária (2012)

Fonte: ANEPS, 2012.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Gráfico 8 – Brasil: número de agentes de correspondentes por nível de escolaridade (2012)

Fonte: ANEPS, 2012.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Os resultados apresentados nos gráficos 7 e 8 revelam um grau de escolaridade favorável à realização da tarefa de agente de crédito, pois 49% possuía o nível médio completo, 36% o nível superior e 7% o nível superior incompleto. Os dados também indicaram que 3% não terminaram o nível médio e 5% possuíam apenas o ensino fundamental. Já no que diz respeito a faixa etária dos Agentes, houve uma concentração entre 25 e 30 anos, perfazendo o percentual de 34% do total. Em seguida vieram os profissionais com idade entre 18 e 24 anos (29%) e aqueles entre 31 e 40 anos (21%), segundo ANEPS (2012).

Os resultados apontados pela ANEPS demonstram uma mudança no perfil do agente de crédito, principalmente quando se considera as informações acerca do mesmo, apresentadas nos jornais e demais meios de comunicação. Entretanto, deve-se lembrar de que a referida instituição alerta para o fato de que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Bahia foram os que tiveram uma maior participação, com destaque para suas respectivas capitais.

Nesse caminhar, com a generalização do fenômeno do crédito, novos nexos passam a compor a instância econômica que assim como outras instâncias, a exemplo da cultura a sociedade, contém e são contidas por ela. Desse modo, o

espaço geográfico não foge a regra, ao contrário, o processo ora tratado se escancara à medida em que a análise dos usos do território brasileiro, por meio das finanças e da difusão da técnica atrelada aos sistemas normativos, revela as relações de complementaridade entre os circuitos da economia urbana e, por conseguinte, uma complexificação da divisão social e territorial do trabalho.

Nessa medida a prestação do serviço bancário com níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho diferentes expressa as novas relações de complementaridade entre os circuitos (superior, superior marginal e inferior) da economia urbana. Portanto, alterando o papel exercido pelo banco que anteriormente era tão somente responsável pelas atividades do circuito superior. Entretanto, um fato importante a ser destacado é a realização da atividade bancária por entes de outros circuitos da economia urbana com toda a sua dinâmica que, ao que parece, provoca uma dificuldade para os órgãos responsáveis por normatizar a atividade. Uma demonstração disso é a falta de informação quanto ao funcionamento do trabalho, assim como com a própria denominação dos trabalhadores envolvidos com o referido segmento. Uma afirmação aferida a partir do momento em que são atribuídos nomes diversos aqueles que no presente trabalho são qualificados como agentes de crédito.

Ora, tanto os meios midiáticos como os próprios órgãos responsáveis não convencionaram uma denominação específica. Logo, são utilizadas as seguintes denominações: agente de correspondente, agente autônomo, pastinha, promotores de crédito, promotores de correspondentes. A própria ANEPS apresenta elementos para tal questionamento como o edital de seleção da prova pelo qual se reporta como “edital referente à prova para certificação de Agentes de Crédito”. Já no documento de identificação que comprova se o Agente de crédito está certificado, a aludida associação o qualifica como “Agente de Correspondente”, enquanto no documento que traça o perfil dos primeiros agentes normatizados, os denominam “Promotores de Correspondentes”.

Assim, algumas questões se fazem necessárias para a compreensão da dinâmica e funcionamento da referida atividade, como também o papel que cada ente ocupa dentro da divisão do trabalho. A saber:

Qual a real divisão do trabalho dentro desse circuito de venda do crédito, ou seja, quais são as etapas de tramitação de documentação até a aprovação do empréstimo? Qual a diferença entre agente de crédito e correspondente? Existe algum outro ente, empresa, segmento dentro desse circuito de prestação do serviço bancário apresentado pelos órgãos que normatizam a atividade? Quais as condições materiais de prestação de serviço pelo correspondente? Qual o perfil dos agentes de crédito nas zonas opacas do território brasileiro? Estas são algumas questões a serem tratadas no item a seguir.

- *Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande nas Alagoas: uma situação geográfica para a cognoscibilidade do universo dos agentes de crédito*

Na contemporaneidade as instituições financeiras detêm amplo e eficiente raio de ação alcançando todos os níveis da rede urbana. E assim, raramente deixam alguma cidade além do seu alcance, conforme é possível constatar no estado de Alagoas, onde um elenco de cidades minúsculas não escapa ao fenômeno apontado por Contel (2006) como “hipercapilaridade das finanças”. No estado mencionado, a cidade de Maceió que é o principal centro urbano e centro das atividades financeiras, seguida por Arapiraca que cumpre o papel de pólo regional no Agreste, e, num terceiro momento, com menor influência, Santana do Ipanema que comanda um conjunto de cidades no Sertão, são, das 102 cidades do estado, as mais importantes do ponto de vista funcional e da rede urbana alagoana, conforme aponta o estudo realizado pelo IBGE intitulado *Regiões de Influência das Cidades* (REGIC, 2007). São também elas os principais centros no que concerne aos serviços bancários (ao lado de Palmeira dos Índios), segundo os dados emitidos pelo Banco Central do Brasil e discutidos no decorrer do presente trabalho.

Nesse sentido, conforme foi apresentado nos capítulos anteriores, o aparelho bancário dentro do território alagoano tem muito mais um papel de drenar recursos do que propriamente de irrigar. Pois, com uma rede urbana em que duas cidades possuem um papel diferenciado do ponto de vista econômico, resta ao aparelho bancário, dentro de seus critérios de instalação de um determinado fixo para prestação do serviço, fazê-lo conforme o papel desempenhado por cada centro numa escala nacional, regional e local. O que não significa dizer que os centros menores, que estão na base da hierarquia urbana, não estejam totalmente desassistidos de serviços financeiros, ou mesmo, que não participem do processo de financeirização do território ou, indiretamente, do projeto das empresas.

Na verdade, parte das densidades e rarefações dos fixos geográficos para prestação do serviço bancário em Alagoas explica-se pelos seus baixos níveis de renda, conforme mostra a Tabela 5 a seguir, que apresenta os percentuais de três municípios (Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande) que estão na base da hierarquia urbana junto com o percentual de rendimento total do estado de Alagoas.

Tabela 5 – Alagoas: percentual do rendimento mensal de pessoas com 10 ou mais anos de idade (2010)

Rendimento por habitante	Girau do Ponciano	Traipu	Campo Grande	Alagoas
Até 1 salário mínimo	31,5	32,1	33,5	31,9
De 1 a 2 salários mínimos	5,7	3,9	5,2	9,7
De 2 a 3 salários mínimos	0,7	0,8	0,5	2,4
De 3 a 5 salários mínimos	0,5	0,7	0,5	2,1
Mais de 5 salários mínimos	0,6	0,8	0,3	2,5
Sem rendimento	41,2	40,9	41,3	32,8
Fora da pesquisa	19,8	20,8	18,7	18,6
Total	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

O fato da média estadual de rendimento mensal de pessoas com 10 ou mais anos de idade ser 39,1% junto com outros 40,2% que representam uma população sem rendimento, portanto, dependente das transferências governamentais. Esse resultado indica o papel da maioria dos centros urbanos alagoanos na divisão do trabalho, como também a fisionomia das topologias bancárias do estado. Vale destacar que, mesmo com os números apresentados, o território alagoano não é pouco interessante às instituições financeiras. Isto porque através de outros meios/estratégias, atores específicos que compõem o sistema financeiro nacional conseguem chegar aos lugares mais distantes e com menores densidades técnicas no território. E mais, se fazem presentes com o mesmo produto oferecido, por exemplo, na cidade que é o centro de comando das atividades financeiras do País, no caso, São Paulo.

Ora, nesse sentido foram elencadas três cidades que, segundo o REGIC (2007), possuem o papel de centros locais e portanto não exercem influência sobre outros centros. São elas: Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande, as quais apresentam uma economia praticamente dominada pelo circuito inferior, constituindo o setor bancário, como um dos poucos elementos que caracterizam o circuito superior da economia urbana. Do ponto de vista da topologia bancária tradicional (Agência – PAB – PAA), Girau do Ponciano possui agências do banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco, uma agência de cada instituição. Já Traipu possui dois PAA's, um do Banco do Brasil e outro do Bradesco. Em seguida está Campo Grande que possui apenas um PAA, do Banco do Brasil. O fato de as

referidas cidades fazerem fronteira entre si e distarem num raio pequeno faz com que as instituições bancárias, com base no relevo econômico de cada uma, escolham qual vai comandar as demais do ponto de vista da hierarquia entre agência e postos de atendimento bancário tradicionais, por exemplo. Nesse caso, Girau do Ponciano exerce influência do ponto de vista administrativo, tanto no que concerne aos bancos (pois determinadas decisões ou ordens de qualquer postos das outras duas cidades são emitidas da agência da cidade citada), como também em relação a economia, que se fundamenta praticamente a partir das atividades do circuito inferior, com baixo grau de tecnologia, capital e organização e trabalho intensivo. O que pode ser observado com a venda do produto bancário, crédito consignado.

Dessa maneira, instituições financeiras de crédito²⁴, financiamento e investimento como BV Financeira, Banco BMG, Banco Cacique, entre outras, se fazem presentes em todas as cidades brasileiras e alagoanas, inclusive nas três cidades acima indicadas. Independente de suas densidades técnicas e informacionais, como também de seus papéis dentro da economia local, regional ou nacional, passam a contar com serviços bancários básicos e com o empréstimo consignado. Como se pode ver a seguir na Figura 5.

Figura 5 – Campo Grande/AL: correspondente no País

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Entretanto, apesar de contarem com correspondentes de bancos maiores como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Bradesco, que possuem um maior controle de sua topologia, uma parcela considerável das cidades alagoanas contam com no máximo dois Correspondentes de bancos de porte médio, como pode-se ver com a cidade de Campo Grande. O que não significa dizer que esse fixo seja a única forma desses bancos se fazerem presentes. De fato, esse é o único correspondente normatizado e autorizado a funcionar com a venda de crédito consignado. Mas algumas das questões do item anterior reaparecem e indicam um caminho. Pois, na verdade, a prestação de tal serviço, ou seja, a venda de crédito, se dá por meio dos *agentes de crédito* chamados também no jargão comum do trabalho bancário de “pastinhas” e aqui entendidos como intermediários que coletam dos clientes os documentos exigidos para a solicitação do empréstimo junto ao

correspondente do banco ao qual eles prestam o serviço e que, com frequência, estão localizados numa cidade portadora de uma centralidade, de uma dinâmica mais significativa, que justifica sua instalação/investimento. Citando o caso de Alagoas, Arapiraca aparece como o exemplo mais significativo.

Alguns esclarecimentos também se fazem necessários, como a divisão do trabalho bancário para a concessão de crédito consignado que, antes da instituição bancária há uma Promotora de Crédito, ou seja, uma empresa terceirizada que firma convênio com um ou mais bancos e fica responsável por uma produção (número de empréstimo) “X”, por mês. Assim, a Promotora sempre está localizada nas principais cidades de cada estado e, normalmente, possui uma atuação em estados próximos. Vale acrescentar ainda que a principal tarefa da Promotora de Crédito é constituir uma rede de lojas (Correspondentes) que devem apresentar as bandeiras dos bancos com os quais trabalham como também devem possuir uma estrutura física mínima para realização da atividade, conforme foi apresentado na fotografia acima. A principal tarefa da promotora é oferecer material para publicidade, normalmente a divulgação de sua marca, como também oferecer o treinamento para o Correspondente.

Tal treinamento equivale a várias instruções cujas principais são: como lidar com a documentação do cliente; como operar o sistema, que consiste num acesso a internet via computador, direto da loja com o Banco (esse link só existe por conta da Promotora que faz o cadastro do cliente, lhe concedendo um espaço em seu sistema com vários bancos); como acessar o site do INSS para conferir as condições do cliente (se ele já fez empréstimo, qual a margem dele, quanto o mesmo pode solicitar).

Durante a pesquisa de campo entre o período de janeiro a março de 2013 foi possível realizar entrevistas com os correspondentes das três cidades, pelas quais foi constatado que todos receberam o curso preparatório para realização da atividade, e que significa sempre 100% de suas rendas, como também uma estrutura física mínima para a prestação do serviço.

Nesse sentido o circuito se revelou na medida em que foram encontrados estabelecimentos que ofereciam crédito, mas não eram correspondentes ou não operavam como o primeiro. Na realidade, estes eram os agentes de crédito que

atuam em todos os escalões urbanos a serviço do correspondente; a questão é que nas cidades que estão na base da hierarquia urbana alguns deles montam um estabelecimento similar ao correspondente, fazendo crer que possuem as mesmas funções. No entanto, do ponto de vista operacional esse estabelecimento serve apenas para captar a documentação, daí o nome de “pastinha”, um exemplo que pode ser visto com a Figura 6.

Figura 6 – Traipu/AL: instalações de um Agente de crédito na cidade de Traipu

Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Revelada a existência de vários segmentos na prestação do serviço bancário, quer dizer, na venda do crédito consignado, ficou claro que aquele segmento que possui um número maior de trabalhadores é o dos Agentes de crédito. Assim, buscou-se conhecer a fundo o perfil desse importante elemento para a realização do trabalho pelos bancos. Dessa maneira, durante a realização de pesquisa de campo foi identificado um número total de quarenta (40) agentes de crédito nas três cidades

pesquisadas, a saber: vintém e um (21) em Girau do Ponciano, dez (10) em Traipu e nove (9) em Campo Grande. O interessante é perceber que nenhum deles, conforme ver-se-á a partir dos resultados obtidos na tentativa de traçar um perfil do mesmo, encontra-se vinculado aos correspondentes destas cidades. Por isso, mais uma pergunta se faz necessária: Qual a razão de um correspondente de uma dada cidade não contratar agentes de crédito da mesma?

A este respeito os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários com quarenta (40) agentes de crédito dizem que: em relação ao gênero dos entrevistados pode-se afirmar que 57,9% são do sexo masculino e 42,1% são do sexo feminino. Já no que concerne ao estado civil dos entrevistados, 21% são solteiros enquanto 79% já constituíram família. Quanto à faixa etária dos mesmos, 31,6% estão entre 23 e 30 anos, seguido de 36,8% entre 31 e 40 anos e, por fim, acima de 40 anos está o percentual de 31,6% do total.

Já em relação ao nível de escolaridade, este ficou dividido da seguinte forma: 21% possuem o fundamental incompleto, 5,3% possui fundamental completo e 47,4% possuem o ensino médio completo. Em relação ao ensino superior, 10,5% não concluíram e 15,7% já concluíram o ensino superior. Em relação à residência dos agentes, pode-se dizer que, do universo pesquisado, 57,9% estão localizados no município de Girau do Ponciano, seguido de 26,3% em Traipu e 15,8% no município de Campo Grande. Acrescente-se que 79% vivem na zona urbana desses municípios enquanto 21%, na zona rural.

Sobre a gênese e caracterização da entrada do agente de crédito na atividade foi possível constatar que dos 31,7% dos professores, metade do percentual não trabalha mais na docência, porque trabalhavam em regime temporário e antes do término do “contrato” entraram na atividade de agente, e não tiveram mais tempo para continuar no exercício da docência; 21,1% eram agricultores; 15,8% eram vendedores ambulantes; 10,5% de autônomos (quer dizer, faziam trabalhos diversos); 10,5% trabalhavam no comércio como funcionários de pequenas empresas terceirizadas; 5,2% eram técnicos em agropecuária; e, por fim, 5,2% dividiam a função de agente de crédito com a de servidor público. Assim, ainda tratando do trabalho, 68,4% dos entrevistados responderam que já tiveram carteira assinada e 31,6% afirmaram que tiveram, pois já haviam trabalhado em outras atividades tais como em fábricas e outras empresas.

Em relação ao tempo de trabalho nesse ramo, 57,9% responderam que já trabalhavam como Agente de crédito entre 2 e 4 anos; 36,8% entre 5 e 8 anos e, por último, 5,3% responderam que já possuem 10 anos de atividade no ramo. Entretanto, quando se trata da preparação para execução da atividade, quer dizer, inscrição em curso preparatório para a atuação como agente de crédito, 94,7% responderam que não fizeram curso algum e 5,3% estão inscritos em treinamento para agentes de crédito.

Aos que responderam sobre a função da receita gerada pela atividade, 15,8% dos agentes afirmaram que ela corresponde à sobrevivência, assim como 15,8% também disseram que significa entre 50 e 80% da renda. Outros 10,5% afirmaram que os rendimentos representam a principal parte da renda, assim como 10,5% asseveraram que é uma complementar para a renda da família. Porém, 5,3% disseram que significa 100% da renda; 5,3% que é a manutenção da família; e 5,3% que representa entre 10, 12 e 14% da renda familiar. Do total, 31,5 não se pronunciaram a este respeito.

Quanto a sua representatividade na renda do indivíduo, 10,5% dos Agentes responderam que é um complemento e 5,3% não se manifestaram a respeito. Porém, 10,5% disseram que representa entre 10 e 20% da renda, 42,2% disseram que representa entre 30 e 50% de toda a renda, seguidos de 10,5% que afirmaram representar entre 60 e 80% de suas rendas. Mas 21% asseveraram que essa receita significa 100% de sua renda. No que concerne às despesas mensais geradas pela atividade, 63,2% afirmaram ter despesas básicas como aluguel, internet, água, luz, funcionário, combustíveis, alimentação etc., enquanto 26,3% disseram que não há despesa alguma e 10,5% não se pronunciaram a respeito.

Para o caso das principais dificuldades envolvendo a realização da atividade, 36,8% dos entrevistados falaram que não há dificuldade, 15,8% disseram que era a confiança entre agente e cliente, pois a clientela não confia no segmento como no começo por conta dos vários casos de prática ilícita da atividade por outros agentes, 10,5% falaram da falta de clientes e 36,8% falaram da falta de tempo, fraudes, concorrência, margem de lucro baixa, desistência e locomoção, a fiscalização por parte o INSS em relação à aposentadoria.

No que diz respeito a um fixo para prestação do serviço dos agentes, 63,2% não possuem ponto fixo nos três municípios, sendo que esses vão em busca do cliente enquanto 36,8% possuem pontos fixos. O preço do aluguel varia entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00 dependendo da dimensão e o tamanho do ponto que varia entre 4, 5 ou 6 metros de largura por 4, 10 ou 15 metros de comprimento. Sua localização geralmente fica próxima ao centro comercial (frequentemente próxima aos serviços bancários) ou mesmo ao INSS; uma forma de captar mais clientes para a oferta do crédito. Os fixos utilizados pelos agentes de crédito eram pontos que geralmente tinham uma utilização como garagens para veículos, bares, borracharias enquanto outros eram antigos e pequenos comércios ou mesmo serralharias. Sua utilização está entre uma média de 4 a 8 anos. Além do aluguel, o agente paga impostos tais como IPTU, água, luz, internet etc., como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6 – Percentual de sistemas técnicos usados por agentes (2013)

Sistemas técnicos	% de agentes que possuem	% de agentes que não possuem (%)	% de agentes que não responderam
Telefone fixo	5,3	73,7	21,0
Telefone móvel	100,0	0,0	0,0
Computador	57,9	31,6	10,5
Internet	57,9	31,6	10,5
Impressora	52,6	36,8	10,6
Scanner	42,1	42,1	15,8
Copiadora/xerox	21,0	52,6	26,4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.
Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Em relação à publicidade realizada pelos agentes de crédito, a maior parte (63,2%) efetua e divulga o serviços na Rádio, além de fazer divulgação em frente ao banco, principalmente com o uso da bicicleta-som. As propagandas são elaboradas pela própria rádio que, além de divulgar, faz a entrega ao proprietário da bicicleta de som. Além desse veículo alguns agentes utilizam-se de panfletos, folders, carro de som ou o boca-a-boca que se dá nas ruas das cidades, sendo muito comum na zona rural a utilização do carro de som.

Vale aludir ainda que os agentes possuem um raio de ação (vide o Mapa 18) que vai além da área da cidade ou do município em que atuam, sendo que o correspondente que contratou os agentes de crédito está localizado na cidade de

Arapiraca. Pela distância apresentada entre os lugares onde se localizam os agentes e onde eles levam as propostas de crédito, 47,4% utilizam-se de motocicletas, 36,8% utilizam-se de veículos enquanto 15,8% não responderam a essa questão.

Mapa 17 – Alagoas: raio de ação dos Agentes de crédito dos municípios de Girau do Ponciano, Traipu e Campo Grande (2013)

Na verdade, a aplicação de questionário com os agentes de crédito e as entrevistas ajudaram a entender a dinâmica da atividade, assim como a razão pela qual o Agente de crédito, tendo um correspondente na principal cidade onde ele atua, o mesmo não entrega a documentação. A razão está na comissão (valor pago) pelo correspondente de Arapiraca, que oferece uma maior comissão, pelo fato de receber uma quantidade maior de pedidos de empréstimos em relação ao correspondente de Campo Grande que possui um raio de ação menor, logo, recebe menos solicitações de empréstimo e, por isso, oferece uma comissão menor ao agente.

É importante salientar que os questionários foram aplicados com os agentes dos três municípios. Entretanto, diariamente os referidos municípios recebem agentes de pontos diversos do território alagoano que já fidelizaram uma clientela e frequentam os municípios em datas previamente estabelecidas, de acordo com o vencimento dos empréstimos aprovados, ou mesmo uma solicitação de um provável novo cliente, dada através de recomendação de um cliente já fidelizado.

Na divisão do trabalho bancário, pode-se verificar que os clientes potenciais se tratam de aposentados e pensionistas, onde a renda média mensal desses indivíduos se classifica em três classes: a primeira é a de 1 salário mínimo e representa 84,2%, seguida da classe que possui de 1 a 2 salários mínimos que representam 10,5% e da classe que possui acima de 3 salários mínimos que são a minoria, e equivale a 5,3%. A margem mensal retirada da parcela por operação de crédito consignado é de 30%. O número de parcelas varia entre 24, 36, 58, 60 e 72. Para tanto, o papel da confiança é fundamental para a execução das atividades de agente de crédito. Pois, pôde-se ver que tanto o conhecimento do lugar, a confiança ou vizinhança são mecanismos que possibilitam uma maior oferta do crédito.

Assim, tanto o Correspondente que está nas cidades de Girau do Ponciano, Campo Grande e Traipu quanto os Agentes de cidades que encaminham a proposta para o Correspondente de Arapiraca, direcionam a documentação para solicitação de empréstimo ao banco que estiver “pagando mais” naquele período, uma vez que não há qualquer vínculo contratual, qualquer termo de compromisso assinado entre o correspondente de um determinado banco e o agente de crédito. Então os ditos “pastinhas” acabam decidindo com qual banco o aposentado, pensionista, etc., vai

solicitar o empréstimo, independentemente se os juros serão maiores ou menores para o cliente. Logo:

Dada essa recente *hipercapilaridade* do acesso ao crédito, vê-se que se instala, de forma ubíqua, uma *racionalidade vertical*, financeira, que impõe muito mais uma solidariedade organizacional que uma solidariedade orgânica ao sistema de ações do espaço brasileiro. A *finança* se entroniza como principal variável do atual período histórico e passa a comandar as regiões segundo suas vicissitudes. (CONTEL, 2006, p. 285-286, grifos do autor).

Ainda no que diz respeito à escolha do Banco que receberá a proposta do correspondente, esta é feita a partir da consulta de uma folha que apresenta uma tabela com os valores diários a serem liberados por um determinado Banco. Assim, cada Banco possui uma tabela com o chamado fator diário (conforme pode-se ver na Tabela 7).

Para usar um exemplo: Imagina-se que o correspondente recebeu em seu estabelecimento um agente de crédito que deseja fazer “um cheio” (linguagem utilizada pelos correspondentes e agentes de crédito quando o cliente opta pelo empréstimo maior), então o correspondente envia a proposta para o Banco X. Entretanto, ele primeiro fará a consulta para ver se naquele dia o Banco está liberando o valor máximo para empréstimo consignado. Para saber qual o dia em que o Banco X concede o maior valor, o correspondente faz a seguinte operação:

Verifica na tabela NORMAL e anota a combinação numérica que está na coluna (60) na célula da mesma linha da célula DIA DO MÊS e realiza a seguinte operação: 678,00 (valor do salário mínimo do aposentado) x 30% (valor máximo que pode ser comprometido do salário do aposentado). O resultado é: R\$ 203,40 (isso significa que esse valor, em reais, é o máximo que pode ser pago em cada mês pelo aposentado).

Em seguida, o Correspondente divide o valor da parcela R\$ 203,40 pelo número da combinação numérica da linha 4 (ver tabela marcado com grifo preto no dia 4), na coluna 60, por exemplo, 0,03035 (ver na Tabela 7 a marcação com grifo em preto), então ele obterá o resultado e encaminhará a proposta naquele dia caso o valor seja o máximo, caso não seja, ele repetirá a operação para outro dia e encaminhará a proposta apenas em outro dia e dirá ao cliente que o banco está avaliando.

Tabela 7 – BANCO X: INSS – TABELA DE EMPRÉSTIMOS

Validade: A partir de 27/06/2013

Operações normais (produtos: 81-CP Normal; 84 - Compra de Dívida; 85-Refinanciamento; 86-Salário Mínimo; 94- Compra s/ Previa)															
		NORMAL								FLEX					
		4	6	12	24	36	48	58	60	58 IS5	60 IS5	58 IN7	60 IN7	58 IN8	60 IN8
DIA DO MÊS (Data da operação)	Prazo Tabela	IN1													
	1	0,25795	0,17721	0,09550	0,05481	0,04099	0,03428	0,03094	0,03043	0,02993	0,02941	0,02923	0,02869	0,02853	0,02799
	2	0,25786	0,17712	0,09544	0,05477	0,04096	0,03426	0,03092	0,03041	0,02991	0,02939	0,02921	0,02867	0,02851	0,02797
	3	0,25778	0,17702	0,09538	0,05474	0,04093	0,03423	0,03090	0,03038	0,02989	0,02936	0,02919	0,02866	0,02850	0,02796
	4	0,25769	0,17694	0,09531	0,05470	0,04091	0,03421	0,03088	0,03035	0,02987	0,02934	0,02917	0,02864	0,02848	0,02794
	5	0,26032	0,17972	0,09724	0,05589	0,04179	0,03495	0,03155	0,03101	0,03048	0,02994	0,02973	0,02918	0,02899	0,02844
	6	0,26024	0,17963	0,09717	0,05585	0,04176	0,03492	0,03152	0,03099	0,03046	0,02992	0,02971	0,02917	0,02898	0,02843
	7	0,26015	0,17953	0,09711	0,05581	0,04173	0,03490	0,03150	0,03097	0,03044	0,02990	0,02969	0,02915	0,02896	0,02841
	8	0,26006	0,17944	0,09704	0,05577	0,04170	0,03488	0,03148	0,03095	0,03042	0,02988	0,02967	0,02913	0,02894	0,02840
	9	0,25997	0,17935	0,09698	0,05573	0,04167	0,03485	0,03146	0,03093	0,03040	0,02986	0,02965	0,02911	0,02893	0,02838
	10	0,25989	0,17926	0,09691	0,05570	0,04164	0,03483	0,03144	0,03091	0,03038	0,02984	0,02964	0,02909	0,02891	0,02836
	11	0,25980	0,17916	0,09685	0,05565	0,04161	0,03480	0,03140	0,03088	0,03035	0,02983	0,02962	0,02908	0,02889	0,02835
	12	0,25971	0,17907	0,09679	0,05561	0,04158	0,03478	0,03138	0,03086	0,03033	0,02981	0,02960	0,02906	0,02888	0,02833
	13	0,25963	0,17897	0,09672	0,05557	0,04155	0,03475	0,03136	0,03084	0,03031	0,02979	0,02958	0,02904	0,02886	0,02831
	14	0,25953	0,17889	0,09666	0,05553	0,04153	0,03473	0,03134	0,03081	0,03029	0,02976	0,02956	0,02902	0,02884	0,02830
	15	0,25944	0,17879	0,09659	0,05549	0,04149	0,03470	0,03132	0,03079	0,03027	0,02974	0,02955	0,02900	0,02883	0,02828
	16	0,25936	0,17870	0,09653	0,05545	0,04146	0,03467	0,03130	0,03077	0,03026	0,02972	0,02953	0,02899	0,02880	0,02826
	17	0,25927	0,17860	0,09646	0,05541	0,04143	0,03465	0,03127	0,03075	0,03024	0,02970	0,02951	0,02897	0,02878	0,02825
	18	0,25918	0,17851	0,09640	0,05537	0,04140	0,03462	0,03125	0,03072	0,03022	0,02968	0,02949	0,02895	0,02877	0,02823
	19	0,25910	0,17841	0,09633	0,05533	0,04137	0,03460	0,03123	0,03070	0,03020	0,02966	0,02947	0,02893	0,02875	0,02820
	20	0,25901	0,17833	0,09627	0,05529	0,04134	0,03458	0,03121	0,03068	0,03018	0,02964	0,02945	0,02891	0,02873	0,02819
	21	0,25892	0,17823	0,09621	0,05525	0,04131	0,03455	0,03119	0,03066	0,03016	0,02962	0,02944	0,02890	0,02871	0,02817
	22	0,25883	0,17814	0,09614	0,05521	0,04129	0,03453	0,03117	0,03064	0,03014	0,02960	0,02942	0,02888	0,02870	0,02815
	23	0,25874	0,17804	0,09608	0,05517	0,04126	0,03450	0,03114	0,03062	0,03012	0,02958	0,02940	0,02886	0,02868	0,02814
	24	0,25865	0,17795	0,09601	0,05513	0,04123	0,03448	0,03112	0,03060	0,03010	0,02957	0,02937	0,02884	0,02866	0,02812
	25	0,25856	0,17786	0,09595	0,05509	0,04120	0,03446	0,03110	0,03058	0,03008	0,02955	0,02935	0,02883	0,02865	0,02810
	26	0,25848	0,17777	0,09588	0,05505	0,04116	0,03443	0,03108	0,03055	0,03006	0,02953	0,02934	0,02881	0,02863	0,02809
	27	0,25839	0,17767	0,09582	0,05501	0,04113	0,03441	0,03106	0,03053	0,03004	0,02951	0,02932	0,02878	0,02861	0,02807
	28	0,25830	0,17758	0,09576	0,05497	0,04110	0,03439	0,03104	0,03051	0,03002	0,02949	0,02930	0,02876	0,02860	0,02806
	29	0,25822	0,17748	0,09569	0,05494	0,04108	0,03436	0,03102	0,03049	0,03000	0,02947	0,02928	0,02874	0,02858	0,02804
	30	0,25813	0,17740	0,09563	0,05489	0,04105	0,03434	0,03098	0,03047	0,02998	0,02945	0,02926	0,02873	0,02856	0,02802
31	0,25804	0,17731	0,09556	0,05485	0,04102	0,03430	0,03096	0,03045	0,02995	0,02943	0,02925	0,02871	0,02855	0,02801	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013. Material cedido por agente de crédito durante a aplicação de questionário.
Obs.: Por fins de preservação da imagem, não será revelado o nome da instituição responsável por este documento. Acrescente-se que todo o conteúdo aqui apresentado, foi fielmente reproduzido de acordo com o documento original.

Nesse sentido, não se deve olvidar o papel do fixo geográfico, correspondente, na transformação da estrutura da atividade bancária brasileira. Isto porque a prestação do serviço bancário com níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho distintos expressa novas relações de complementaridade entre os circuitos (superior, superior marginal e inferior) da economia urbana. Portanto, alterando o papel exercido pelo banco, antes restritamente responsável pelas atividades do circuito superior. Atualmente, faz com que a própria prestação do serviço bancário seja feita por segmentos de outros circuitos. Conforme mostra a Figura 7 a seguir.

Figura 7 – Esquema simplificado da dinâmica dos circuitos da economia urbana numa operação de crédito consignado

Fonte: Elaboração própria com base em Santos ([1975] 2004).

Conforme a explicitação da Figura 7, a venda da mercadoria crédito consignado se realiza a partir de novos nexos entre o circuito superior (através do banco), o superior marginal (via promotoras de crédito e correspondentes, qual sejam, empresas terceirizadas) e, o inferior (agente de crédito, qual seja, a segurança de uma parte considerável de bancos que vendem seus produtos sem possuir sequer uma única agência no estado), o que desvelou, por assim dizer, o acirramento da divisão do trabalho bancário e o processo de espoliação centrado no aumento do consumo vertiginoso de dinheiro concomitante ao crescente endividamento, como também contribuiu para a perpetuação do circuito inferior, tanto no que concerne ao consumo quanto à própria prestação do serviço, ou seja, realização do trabalho.

Nesse sentido, a venda da mercadoria “Crédito Consignado” não se restringe aos bancos de pequeno e médio portes, representados pelos correspondentes e agentes de crédito. Na verdade, por suas características, esse produto faz parte do política de vendas de todos os bancos comerciais, pois, sobretudo, por não oferecer riscos de inadimplência já que suas parcelas são descontadas diretamente do contracheque do cliente. Por esta razão, os bancos de portes diversos disputam o mercado do “Empréstimo Consignado”.

Em Alagoas, todos os bancos que são responsáveis pela administração das folhas de pagamento municipais também ofertam o crédito consignado, a exemplo do Banco do Brasil, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal, conforme pode-se ver no Mapa 18. A leitura do mapa, revela o porquê dos agentes de crédito não terem nos funcionários públicos o seu “público-alvo” para a venda de crédito, direcionando seu trabalho para os aposentados e pensionistas do INSS.

Entretanto, durante a realização do trabalho de campo (entrevista com um agente de crédito que possuía ponto fixo) na cidade de Traipu, foi constatado que as prefeituras fazem convênios curtos (1 ano por exemplo), quando um correspondente autorizado de um banco de porte médio ou pequeno apresenta uma proposta e uma demanda de alguns clientes, e descontam o valor da folha de pagamento e não repassam o valor para o banco, então, os clientes recebem as cobranças do banco, e procuram os agentes que representam aquele correspondente. Nesse sentido, o cliente é espoliado duplamente.

Mapa 18 – Alagoas: bancos conveniados às prefeituras municipais para concessão de empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento (2013)

Capítulo 6.

Divisão do trabalho e ação do capital em tempos de globalização perversa

▪ *Regulações flexíveis e o acirramento da divisão do trabalho no mundo dos bancos*

Nos quadros da dinâmica financeira atual, a “organização” das “coisas” (SANTOS, [1996] 2002, p. 228) constitui um dado central para abstrair o complexo movimento provocado pelo capital financeiro e seus reflexos na divisão do trabalho. No circuito superior, a norma e a técnica, em especial, são os principais mecanismos reguladores dessa dinâmica financeira e passam a ter atuação direta no constante reordenamento do trabalho bancário. As normas “[...] delimitam a dinâmica de cada ator na divisão social do trabalho, assim como procuram regular a distribuição dos elementos do espaço geográfico (empresas, infra-estruturas, incentivos fiscais etc.).” (CONTEL, 2006, p. 7), enquanto a técnica traz, por natureza, implicações normativas sobre o conteúdo de seu funcionamento. Contudo, no circuito inferior, as atividades financeiras, comumente, escapam a uma rigidez dessa ordem, pois têm sua organização pautada no trabalho intensivo, como forma de suprir a carência de técnica e de capital.

Para Santos ([1996] 2002, p. 94): “A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos e ambas são, hoje, dependentes da respectiva carga de ciência e de técnica presente no território.” Neste sentido, o sistema bancário está entre os que, de maneira mais vantajosa, conseguiram incorporar novos objetos técnicos ao funcionamento de sua atividade. Um dado novo do período é que o avanço da técnica tende, não só a limitar, mas a substituir os sistemas de ação, que passam a cumprir papel secundário nas atividades bancárias do circuito superior. São os objetos programados a que se referiu Castells (2001), responsáveis por garantir a alta produtividade do setor bancário.

Os constantes rearranjos do sistema financeiro são respostas às limitações técnicas, que não permitem a penetração generalizada de uma rede bancária especializada em operar, apenas nas áreas mais dinâmicas do território. Assim, as desregulações são uma providência das instituições normativas, submetidas a uma diversidade de interesses que se entrelaçam e se unificam em função da mais-valia global. São criados novos desenhos organizacionais, pensados a partir dos centros financeiros, mas com impactos bem específicos, em cada lugar. Com efeito, essa irrefreável busca dos bancos, por soluções que ofereçam maior fluidez à sua

atividade desencadeia impulsos diversos na divisão do trabalho, em suas diferentes escalas.

O incremento de novas topologias à atividade bancária, assim como a inserção de novos “trabalhadores” no seguimento, acaba por promover uma grande segmentação da oferta de serviços financeiros, seguido obviamente, por um maior fatiamento das receitas. Esse desmembramento da atividade bancária envolve atualmente, indivíduos pertencentes aos circuitos, tanto no que se refere ao consumo, quanto à prestação de serviços financeiros, numa relação assimétrica, que favorece os grandes conglomerados bancários.

Com isso, há um reordenamento da oferta e da demanda de serviços, que delimita a participação de cada segmento na atividade bancária em determinado ponto do território segundo aspectos técnicos, normativos e mercadológicos. Os canais eletrônicos, por exemplo, aumentaram a capilaridade e o poder de drenagem dos bancos, contudo, contribuíram para reduzir a importância das agências no rendimento total da atividade. Segundo dados da Pesquisa CIAB (2013), realizada pela FEBRABAN, enquanto o volume das transações bancárias no Brasil apresentou um crescimento de 78% de 2008 a 2012, a participação das agências nesse montante declinou em 39% no mesmo período. Logo, o recente movimento de financeirização do território se concentrou, sobretudo, nos espaços ocupados pelo circuito inferior, e, a agência bancária como fixo tradicional do circuito superior, teve sua distribuição muito pontuada e restrita aos locais de maior dinamismo econômico.

O reduzido custo de funcionamento e a instantaneidade do processamento de dados justifica a preferência das instituições bancárias pelos canais eletrônicos. As recentes liberalizações normativas¹⁰⁶ legitimam essa nova racionalidade de amoldamento do sistema bancário às inovações do período. Conforme se verifica no Gráfico 8, são crescentes os gastos com tecnologia no setor bancário.

¹⁰⁶ Como exemplo, pode-se destacar a Resolução 2.817, de 02 de fevereiro de 2001 emitida pelo Banco Central (2001), que dispõe sobre a abertura e a movimentação de contas de depósitos exclusivamente por meio eletrônico, bem como acerca da utilização desse instrumento de comunicação.

Gráfico 8 – Brasil: investimentos em tecnologia nos bancos (2008–2012)

Fonte: Pesquisa CIAB/FEBRABAN, 2013.
Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

O crescente uso de tecnologias da informação tende a intensificar o processo de divisão do trabalho, ao mesmo tempo em que amplia as bases para o aumento do desemprego, seja nos diversos ramos da economia, seja nas atividades bancárias. Para o sociólogo Manuel Castells (2001, p. 306-307):

“[...] substituir o trabalho que possa ser codificado em uma sequência programável e melhorar o trabalho que requer capacidades de análises, decisão e reprogramação em tempo real, em um nível que apenas o cérebro humano pode dominar.”

Como resultado, apesar do aumento do número de transações, há, desde o Plano Real, uma sensível redução do quadro de funcionários das agências, conforme se verifica no Gráfico 9.

Gráfico 9 – Brasil: evolução do número de trabalhadores bancários (1994–2012)

Fonte: Relatórios DIEESE.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Concomitantemente há um reordenamento das funções executadas pelos bancários que, conforme destacaram Verdier (1986) e Jinkings (2002), estão cada vez mais, migrando de setores operacionais, cujas funções estão sendo incorporadas nos objetos, para virarem “bancários-vendedores”, sobretudo, por que a maioria dos bancos tem se especializado no lucrativo mercado de crédito direto ao cliente, atividade que sustenta grande parte dos empregos no setor. Assim, as atividades que são susceptíveis de automação, como parte do trabalho administrativo mecânico e de rotina perdem espaço para as atividades de comando, que exigem maior capacidade analítica. Muitos bancários acabam, portanto, sendo realocados, restringindo-se a “[...] oferecer seus serviços financeiros aos clientes e como controladores do reembolso do dinheiro vendido.” (CASTELLS, 2001, p. 313). Algumas das principais características do trabalho no período atual são apresentadas no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 – Padrões flexíveis de trabalho segundo Martin Carnoy

1. *Jornada de trabalho*: trabalho flexível significa trabalho que não está restrito ao modelo tradicional de 35-40 horas por semana em expediente integral.
2. *Estabilidade no emprego*: o trabalho flexível é regido por tarefas, e não inclui compromisso com permanência futura no emprego.
3. *Localização*: embora a maioria ainda trabalhe regulamente no local de trabalho da empresa, um número cada vez maior de trabalhadores trabalham fora do local de trabalho durante parte do tempo ou durante todo o tempo, em casa, em trânsito ou nas instalações de outra empresa pela qual sua empresa seja contratada.
4. *O contrato social entre patrão e empregado*: o contrato tradicional baseia-se/baseava-se em compromisso do patrão com os direitos bem definidos dos trabalhadores, níveis padronizados de salários, opções de treinamento, benefícios sociais e um plano de carreira previsível (em alguns países, baseado em antiguidade), ao passo que, do lado do patrão, espera-se/esperava-se que o empregado fosse leal à empresa perseverasse no emprego e tivesse boa disposição para fazer horas extras se fosse necessário – sem remuneração no caso dos gerentes, com remuneração no caso dos trabalhadores de produção.

Fonte: Castells (2001, p. 330-331).

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Além do impacto causado pelas técnicas da automação, Jinkings (2002) considera que esse processo de reestruturação do trabalho bancário se deve, em grande parte, à regulamentação da prestação de serviços financeiros por organizações não bancárias. As transações com POS, por exemplo, subiram de 2.040 milhões, em 2008 para 4.777 milhões, em 2012 (CIAB/FEBRABAN, 2013). Ainda que seja uma atividade extremamente automatizada, os números mostram que uma quantidade cada vez maior de serviços financeiros escapa ao controle direto dos bancos, ficando a cargo de uma infinidade de instituições comerciais de toda sorte.

Além disso, como os sistemas técnicos não se difundem de maneira aleatória, a relação do banco com os espaços opacos do território passa a se dar de forma fragmentada, o que sugere um maior número de atores não bancários envolvidos no processo. São redefinidos, novos pontos de comando e de obediência na hierarquia do trabalho bancário. Na medida em que se multiplicam os intermediários, o controle da atividade torna-se mais difícil, sobretudo quando envolve agentes do circuito inferior. Na visão de Arroyo (2006, p. 181):

A importância crescente da circulação de dinheiro em estado puro, tornada fator central da acumulação no capitalismo contemporâneo, explica-se em grande parte pelas novas condições técnicas e políticas que os territórios nacionais oferecem. A uma base material adequada para aumentar a fluidez territorial, soma-se uma base normativa que facilita a porosidade do território a partir de regulações flexíveis.

O completo açambarcamento do mercado de consumo de crédito nos níveis superiores da sociedade leva à busca dos bancos, por novos mercados, com maior potencial de penetração. A abertura para a subcontratação e a terceirização do trabalho nos bancos permite que estes, contratem o correspondente, cuja flexibilidade locacional favorece, consideravelmente, a expansão das finanças. Muitos trabalhadores bancários, portanto, sofrem pressões de dois lados distintos: além de ter grande parte de suas funções suprimidas pelo processo de automação, esses agentes também passam a ser passíveis de substituição por parte dos correspondentes, que realizam uma considerável parcela dos serviços, antes restritos às agências e PAB's. Não por acaso, esse fixo apresentou um crescimento brutal na última década, conforme já destacado.

A facilidade de instalação desse fixo permite que ele tenha uma participação cada vez maior na divisão do trabalho bancário. Como a atividade do correspondente não exige grandes investimentos de capital, nem de estrutura física, esse representante financeiro apresenta uma apreciável capacidade de adaptação e de aproximação às camadas mais populares, onde o banco não conseguiu alcançar de forma direta. Como o financiamento do circuito inferior, dispensa e suprime (na maioria dos casos) o trabalho bancário nas agências, o trabalho dos correspondentes se faz, atualmente, indispensável aos bancos, lhe conferindo importante parcela dos lucros oriundos da creditização do circuito inferior.

Entretanto, esse não é o único aspecto que permeia o acirramento da divisão do trabalho no mundo dos bancos. A técnica, ou a ausência dela acaba determinando a divisão social do trabalho. A esse respeito, uma observação se impõe, pois na medida em que se busca atingir os níveis mais opacos do circuito inferior, mesmo o correspondente, sendo um fixo geográfico mais simples, apresenta dificuldades de penetração. A cisão ocorre porque, no circuito inferior, as solidariedades são orgânicas e não institucionais. As relações nesse circuito são fundadas na contiguidade, são relações diretas e personalizadas, movidas pela confiança, esta, conseguida apenas através do *“olho no olho”*.

É por essa razão que o correspondente, na maioria das vezes, só atinge o circuito inferior, através de um agente do próprio circuito inferior. Deve-se destacar assim, que, o uso do território por cada correspondente, diz respeito a um impreciso número de agentes de crédito do circuito inferior que trabalham em função desse

correspondente. A rigidez locacional dos fixos tradicionais, assim como, a seletividade das técnicas da automação, necessariamente acarreta a intervenção de agentes do circuito inferior que criam vínculos não institucionais com o correspondente e, por conseguinte, com o circuito superior.

A recente expansão das finanças no circuito inferior da economia cria nexos que, por vezes, escapam da rigidez da norma e da técnica, pois esses mecanismos são acionados, precisamente para suprir ausência de formas modernas de serviço bancário. Conforme advertiu Santos ([1975] 2004), os agentes do circuito inferior tem, no trabalho intensivo, uma compensação para a falta de capital e tecnologia. Assim, muitos agentes de crédito desse circuito estão indiretamente ligados aos grandes bancos sem, necessariamente, possuírem qualquer vínculo institucional com o mesmo. Daí a dificuldade de captar o movimento desses agentes no território, pois são invisíveis, do ponto de vista normativo, porém dinâmicos em termos funcionais. Essa flexibilidade do trabalho dos agentes do circuito inferior pode ser apreciada de ângulos distintos.

Os agentes de crédito do circuito inferior se proliferam com uma facilidade nunca vista e multiplicam exponencialmente as possibilidades da oferta de serviços financeiros aos mais pobres. Esses agentes se valem do conhecimento do território, como principal ferramenta para a realização de sua atividade e isentam os bancos de grandes investimentos fixos. Como dito, o movimento desses agentes é difícil de ser captado, por parte das entidades reguladoras, uma vez que, dificilmente, são firmados compromissos contratuais de cunho trabalhista junto ao banco, ao mesmo tempo em que seu trabalho independe de ordens superiores.

Mesmo aí, a dependência do circuito inferior em relação ao superior se manifesta, uma vez que a sua mercadoria, “o crédito”, em realidade, pertence às entidades do circuito superior. Portanto, o rendimento de sua atividade, está necessariamente relacionado às condições de oferta do crédito. Nesse aspecto a norma volta a agir como meio de regulação da produtividade do trabalho, atingindo os níveis mais inferiores do trabalho no mundo dos bancos. Um exemplo é a abertura para a realização de crédito consignado, por meio do correspondente, o que contribuiu para uma grande pulverização do número de agentes de crédito do circuito inferior.

É o circuito inferior dos agentes de crédito operando em função da reprodução do circuito superior das grandes instituições bancárias. Os dois circuitos, contudo, se reproduzem em sentidos opostos: o primeiro usa o território como abrigo, fazendo da atividade, um meio de sobrevivência de um grande contingente de pobres que, indiretamente, trabalham para o banco. O segundo usa o território como recurso e se apropria de todos os mecanismos possíveis para aumentar sua lucratividade.

Os lucros obtidos por operação são altos, para os agentes do circuito inferior, mas levando-se em conta o pequeno volume dos negócios, esse valor passa a ser reduzido. Já para o correspondente, ocorre o inverso, ou seja, os lucros por operação não são tão significativos, mas devido ao montante dos negócios, o conjunto dos valores passa a ter muito mais representatividade do que o trabalho do agente de crédito, que atua de forma individual. Já o banco concilia duas situações favoráveis, pois além de cobrar taxas elevadas devido ao grande número de intermediários, este canaliza o faturamento resultante do trabalho de todos os demais atores que estão abaixo dele na hierarquia. No fim das contas é o cliente que, por meio das elevadas taxas cobradas pelos bancos, arca com os custos de trabalho de todos os indivíduos envolvidos na operação.

Por outro lado, o funcionamento dessa atividade torna-se incontrolável por parte das entidades reguladoras, sendo cada vez mais difícil impedir fraudes em operações creditícias por parte desses agentes. Como as atividades dos agentes não são normatizadas, as estatísticas sobre a produtividade do trabalho frequentemente mascaram a realidade. Há, na verdade, um movimento descendente de fracionamento do trabalho no sistema bancário, que encontra no agente de crédito do circuito inferior, o nível máximo dessa divisão. Pois, a dificuldade de regulação e a ausência de técnicas mais sofisticadas têm reflexos na diminuição da qualidade do trabalho. Dessa forma, a atuação desses agentes de crédito acaba deformando, em muito, as formas de sofisticação na prestação de serviços financeiros por parte do aparelho bancário.

Assim, o aumento da capilaridade dos serviços bancários decorre, não do trabalho bancários, que vem se tornado cada vez mais substituível, pois as constantes greves de bancários denotam a desvalorização dessa classe. A flexibilização do trabalho é reflexo dessa nova realidade. Para Antunes (2009, p.

235): “A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação, ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições.” Essa precarização se manifesta em dois níveis distintos. De um lado, o nível do emprego formal nos bancos decai proporcionalmente à preferência pela adoção de outras formas de prestação de serviços. Além disso, a opção pelo trabalho não normatizado nos moldes do circuito inferior acaba levando à total negligência do sistema bancário em honrar direitos trabalhistas dos agentes do circuito inferior.

Em todos os casos, é o banco quem mais se beneficia da fragmentação e do acirramento do trabalho. A capilaridade das finanças no circuito inferior passa a acontecer não apenas no nível do consumo, mas também da produção, em uma escala de especificação que só o circuito inferior se permite oferecer. Nesse caso, a relação indireta e não institucional entre os agentes dos circuitos não se traduz na expansão do coeficiente do trabalho em nenhum dos casos. O que muda, na verdade é o aumento os fluxos financeiros do circuito superior para o inferior, interligados pelo correspondente que ocupa (em alguns casos) o que Santos ([1975] 2004) denominou, circuito superior marginal.

▪ *Reflexões acerca da relação do Sistema Financeiro Nacional com a população de baixa renda*

O mundo atual é regido por uma lógica que consegue intensificar laços, cada vez mais intensos e alheios aos interesses da sociedade, em especial com as camadas menos abastadas. As variáveis do período atual tais como técnica, informação, consumo e finanças, fundamentadas pela lógica do próprio capital, se tornaram mecanismos intensificadores das desigualdades sociais, de forma que, suas bases foram ampliadas por novas formas de reestruturação do *modus operandi* do capital que conseguiu atrair as camadas populares para novas formas de consumo de insumos materiais e imateriais, gerando um ciclo cada vez mais dependente da política dos agentes hegemônicos. Desse modo, pode-se considerar as finanças como sendo a mola dinâmica da vida econômica e social, sendo que as instituições financeiras passam a comandar de forma mais efetiva, os fatores que norteiam o cotidiano da própria sociedade.

As técnicas e as técnicas de informação intensificaram as estruturas para a profusão de novas atividades econômico-financeiras bem como o fortalecimento de um mercado de consumo, cada vez mais carente de expansão e controlador dos desejos e satisfações dos indivíduos, conduzindo-os a participar de uma nova estrutura mercadológica capaz de degradar o próprio indivíduo humano ampliando as bases para uma renovação das formas de consumo a partir das atividades financeiras. Entretanto, as novas formas de normatização do território também se tornaram condição para a expansão e geografização de um consumo que se tornou generalizado dentre às classes mais pobres no país, não apenas de objetos técnicos, mas também de insumos financeiros, que se alastraram de modo que as formas de comando do território passaram a ser controladas, não mais pelo Estado, mas pelas instituições financeiras que induzem este a desburocratizar as normas para sua atuação no território.

Decorrente dessa realidade, pode-se entender que há uma maior dependência entre os dois circuitos, sendo que as instituições financeiras passam a determinar a expansão das formas de consumo das classes mais populares, assim como a execução de atividades, antes apenas executadas por bancos, a partir de novos fixos ligados ao circuito inferior. Por essa razão, acirrou-se mais ainda a

divisão do trabalho bancário, permitindo por um lado uma maior atuação dos bancos em territórios menos dinâmicos e, por outro, um maior uso da classe pobre para intensificar o processo de financeirização do território e da sociedade, o que passou a gerar novas discussões em torno das condições de trabalho dessa classe, induzida e alienada por uma lógica criada para atender aos requintes do sistema do capital pela política dos grandes conglomerados financeiros instalados no país.

Um nexos importante dessa atuação do circuito superior sobre as atividades do circuito inferior é a desburocratização do crédito, ferramenta importante para a atuação das instituições financeiras no país. Para as classes mais populares “[...] o crédito representa a possibilidade de acesso ao consumo, mesmo que não tenham renda fixa.” (SANTOS, [1975] 2004, p. 229). Hoje, com mais frequência, o crédito se tornou um dos nexos mais evidentes entre população e instituições, culminando, portanto, na intensificação de novas formas e hábitos de consumo da população e, a ausência de burocracia para o acesso a esse crédito, fundamentada na Resolução n. 3.954, de 2011 (Inciso V), do BACEN, que permitiu também a constituição de uma nova geografia do crédito no país, utilizando-se de mecanismos com baixos custos e maior fluidez na execução das atividades voltadas para a comercialização das novas formas de crédito, seja em dinheiro líquido ou mesmo em forma de mercadorias.

É preciso destacar que nos últimos anos observa-se um aumento da circulação de um dinheiro capaz de atingir todas as classes sociais, principalmente pelas novas formas engenhosas das instituições financeiras de criar novos produtos financeiros voltados, principalmente, para a ampliação do mercado de consumo às diversas classes, a exemplo do crédito consignado (crédito com desconto em folha de pagamento) e do financiamento de bens materiais. Pois, segundo Silveira (2009, p. 71): “Graças ao crédito, sobretudo quando está livre de burocracia, a difusão do consumo encontra menos impedimentos sociais. Graças à tecnificação da circulação, a difusão do consumo encontra menos impedimentos territoriais.”

Assim as novas formas de creditização do território se realizam através condições mais viáveis e alcançam espaços de diferentes ritmos econômicos. Isso se deve às novas relações entre os circuitos da economia que permitiram maior capilaridade de atividades, antes incapazes de chegar a essas áreas distantes dos centros mais dinâmicos, sendo que, ao considerar a forma com que o crédito atinge os indivíduos pobres da sociedade, pode-se entender que se tornou numa

ferramenta de espoliação e, ao mesmo tempo, um mecanismo de suprimento de suas necessidades.

Nos últimos anos as operações relacionadas à oferta de crédito pessoal se tornaram cada vez mais frequentes e legaram uma acumulação constante de lucros exacerbados às instituições financeiras em todo o país. Segundo a FEBRABAN, o crédito pessoal incrementou um aumento de R\$ 229 bilhões para R\$ 727,8 bilhões entre o período de agosto de 2011 a agosto de 2013 aos cofres das instituições financeiras, um crescimento de 212%, sendo que, atualmente, as operações para crédito pessoal representam 43% em todo o país, o que representa maior demanda por tal produto financeiro, principalmente de empréstimos com desconto em folha de pagamento no país. Os financiamentos de objetos técnicos tais como veículos e outros bens representam 28% do total no país, seguido das operações com cartão de crédito, com participação de 18% das operações totais, o que implica numa maior creditização do território e financeirização da própria sociedade.

O Gráfico 10 mostra a evolução do crédito consignado no país, tendo em vista para quais classes foram direcionados dentre o período exposto. Pode-se considerar que esse produto financeiro teve um crescimento contínuo desde 2008 que apresentava uma cifra de R\$ 924,7 bilhões no total de operações em todo o país, o que tem aumentado de forma espantosa em 2012, somando um total de R\$ 2,1 trilhões. É necessário enfatizar que a queda tanto no total de crédito consignado operacionalizado, como nos seguimentos para aposentados e pensionistas, trabalhadores do setor privado e trabalhadores do setor público em 2013, deu-se em decorrência dos valores coletados serem do mês de setembro.

No seguimento de trabalhador do setor privado há um notável aumento de R\$ 576,7 bilhões para R\$ 1,8 trilhão em 2012, seguido dos aposentados e pensionistas com R\$ 278,1 bilhões para R\$ 639,7 bilhões no mesmo período. Por conseguinte, apesar de não possuir a mesma expressividade quanto essas duas categorias, os valores operacionalizados para os trabalhadores do setor público no país, tem um aumento de R\$ 69,9 bilhões para R\$ 179,8 bilhões dentro do mesmo período. Isso permite entender que a desburocratização normativa e a intensa oferta de crédito com desconto em “folha de pagamento” tem possibilitado uma maior atuação das instituições financeiras no território brasileiro.

Gráfico 10 – Brasil: evolução do crédito consignado (2008-2013)

Fonte: BACEN/SGS, 2013.

Obs.: Posição para setembro de 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

Seguindo nessa perspectiva, em janeiro de 2011, as operações de crédito consignado concentraram-se nos seguimentos de servidores públicos, aposentados e pensionistas, o que correspondiam a 85,6% do total de empréstimos concedidos em todo o país, sendo que por região, as operações do crédito consignado tiveram uma concentração de 46% no Sudeste, seguido do Nordeste e do Sul com 18,8% e 14,9% respectivamente. A região Sul apresentou um maior crescimento dos valores tomados por crédito consignado no país desde 2004 enquanto as outras apresentaram um aumento mais tímido no mesmo período.

As regiões Centro-Oeste e Norte foram as que tiveram as menores participações nas operações desse tipo de crédito, 12,6% e 7,7% respectivamente. A renda de uma determinada família acaba por influenciar a sociedade a tomarem o

crédito como forma de concretizar determinadas necessidades de consumo. No que concerne ao perfil de renda da classe de aposentados e pensionistas que tomaram empréstimos consignados durante o período mostrado, pode-se afirmar que os que recebiam até 1 salário mínimo representavam 41,5% do total de R\$ 2,28 bilhões. Desse valor, 29,7% foram tomados por indivíduos entre 1 e 3 salários mínimos e aqueles que acumulavam mais de 3 salários mínimos representavam uma parcela de 28,8% desse valor tomado. Nessas condições houve uma crescente procura por um crédito, muitas vezes já direcionado a determinadas finalidades, o que permite entender que não existiria, nessas condições um uso controlado do dinheiro pela sociedade, e sim, controlado pelo próprio capital financeiro, mediante as finalidades de consumo procuradas pela população, o que subentende o predomínio do capital sobre as formas de consumo que atingem a sociedade.

Dessa forma, conforme pode ser constatado nas imagens e na explicitação das mesmas, as finanças na contemporaneidade, de fato, se apresentam como um fenômeno multiescalar calcado, sobretudo, nas tiranias do dinheiro e da informação. E, ao contrário de períodos históricos precedentes, encontra sua segurança e prosperidade, também, nas classes inseguras, outrora tidas como um fardo. A propósito,

Se quase não há mais prevenção contra o crédito é porque talvez no fundo todos os nossos objetos sejam hoje vividos como objetos a crédito, como fianças da sociedade no todo, fianças sempre revisáveis, sempre flutuantes, tomadas por uma inflação e desvalorização crônicas. Da mesma forma que a “personalização” nos tinha aparecido como algo mais que um artifício publicitário: um conceito ideológico de base, assim também o crédito é algo mais que uma instituição econômica: e uma dimensão fundamental de nossa sociedade, uma ética nova. (BAUDRILLARD, [1968] 2008, p. 167-168).

Nesse sentido, há uma permanente criação de novas formas de desejos fundamentados pela informação e pela publicidade, mecanismos que possuem um papel determinante na política de incentivo ao consumo desse produto, sendo que a publicidade se colocou ao alcance do próprio circuito inferior, principalmente no uso, pelas financeiras e bancos, de empresas e pessoas que passaram a atuar como intermediários entre o sistema financeiro e as classes mais populares nos diversos pontos do território brasileiro. É desse modo que a informação acaba por mudar as concepções, os sentimentos e as vontades dos indivíduos, persuadindo-os e tornando-os consumidores vorazes que buscam, não raramente, uma pletera de

produtos dispensáveis à sobrevivência, por sua vez, alimentando as bases do crescimento do mercado de consumo exigido pelas grandes corporações econômicas.

Contudo, o período atual é caracterizado por uma oferta desenfreada de crédito, e mais fortemente aos indivíduos do circuito inferior, o revela uma forma de dominação do capital sobre os modos de consumo dessa classe de baixo de baixos salários dos indivíduos e pouca acumulação de dinheiro por parte dos pequenos negócios existentes. Na verdade, uma forma encontrada pelo circuito superior para alcançar as camadas mais baixas da sociedade, principalmente pela banalização do crédito e seu adiantamento em diversas parcelas. Essas formas antecipadas de dinheiro, cada vez mais, vêm utilizando-se das estruturas do circuito inferior no país.

Para tanto, cada vez mais essa realidade se dá pela relação de dependência entre os circuitos da economia, sendo que aumenta-se a discrepância de lucro entre ambos, onde o circuito superior acumula riquezas crescentemente enormes num espaço de tempo curto, paralelamente a um endividamento, também crescente, das classes pertencentes ao circuito inferior, principalmente em decorrência dessa nova lógica que o capital financeiro conseguiu instaurar com a desburocratização normativa das finanças.

Então, o crédito é uma ferramenta de intensificação do acesso ao consumo, mas é, sobretudo, um instrumento poderoso para a financeirizar a sociedade, em especial, as classes de baixa renda que ao serem ludibriadas pelas políticas de acesso ao crédito, acabam por entrar num ciclo de endividamento contínuo e vicioso. Assim, nas palavras de Santos (2007, p. 74-75): “O endividamento tornou-se o resultado evidente da expansão desenfreada do consumo aliado à queda dos níveis salariais e ao aumento do desemprego da população [...]”, sendo que, a inadimplência acaba por bloquear o sujeito ao consumo, o que provocaria ao mesmo o sentimento de falta de liberdade, mas uma liberdade imaginária, criada pelas forças do capital.

Gráfico 11 – Brasil: taxa de inadimplência de pessoa física (2003-2013)

Fonte: FEBRABAN; BACEN.

Obs.: Posição para agosto de 2013.

Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

O Gráfico 11, acima, mostra a variação da média anual da taxa de inadimplência no Brasil, no seguimento de crédito para pessoa física desde 2003, em que se pode observar que desse ano ao final de 2005 houve uma diminuição do número de pessoas que tiveram seus nomes inseridos na lista de maus pagadores no país, porém de 2005 a 2009 tem-se um aumento intenso de inadimplentes em decorrência do aumento da oferta de crédito pessoal. A partir daí, há uma queda contínua do número de inadimplentes no país até agosto de 2013, esse processo se dá em decorrência da pouca burocracia existente para o acesso ao crédito que possibilitou aos indivíduos “comprarem” o produto para, principalmente, liquidar dívidas mais antigas como mostram os estudos de Santos (2007) e Silveira (2009) sobre o endividamento das classes sociais na cidade de São Paulo. Pode-se também relacionar esse evento com o aumento do número de parcelas para pagamento dos empréstimos tomados pela população, o que implicou na diminuição do valor das mesmas, porém um aumento das taxas de juros cobradas em tal produto.

Por fim, a oferta de crédito, especialmente o crédito consignado, se tornou uma ferramenta que, muitas vezes, para alcançar os diversos níveis urbanos os

bancos se utilizam dos serviços dos “sujeitos dos lugares”, quer dizer, pessoas que vivem em cidades que estão na base da hierarquia urbana, e que possuem conhecimento e proximidade com os possíveis clientes. Essa também seria uma forma de criar o sentimento de confiança sobre a ideia de que o crédito se trata de um mecanismo importante às classes populares mediante sua oferta por indivíduos conhecidos, aliás, as finanças utilizam-se desse falso imaginário para intensificar a ação do capital no território. Inclusive, a impressão de que as pessoas devem ter é a de que o uso de agentes de crédito conhecidos na vizinhança pode atenuar implicações negativas tais como fraudes, porém o que não se consegue intervir é no paradoxo entre a facilidade de acesso ao crédito e a dificuldade de devolver essa dívida à instituição financeira sem ter problemas com a inadimplência, haja vista a falta de “educação financeira” para as classes populares que se tornaram alvos cada vez mais intensos do capital e do mercado de consumo.

O uso mais expressivo do território pelas diversas instituições financeiras tem facilitado a expansão das bases para o crescimento do sistema financeiro, primeiro por sua ideia de bancarização da sociedade através da crescente participação de maiores contingentes de pessoas que passaram (nos últimos anos) a utilizar os serviços e produtos financeiros e, segundo, por que o próprio sistema financeiro encontra formas para drenar recursos de áreas antes não alcançadas pelos fixos bancários tradicionais. Nos últimos dez anos as finanças têm superado as limitações técnicas dos diversos pontos do território, pois, o processo de desburocratização normativa que intensificou o uso de empresas ligadas ao circuito inferior da economia, além de pessoas com baixa qualificação atuando como intermediários financeiros culminaram na expansão das atividades financeiras no país. Isso acabou por intensificar a atuação dos bancos em muitos lugares considerados indesejados e insuficientes economicamente para o tradicional sistema bancário.

Por outro lado, o Estado também tem sido uma via de expansão das modalidades financeiras no território, principalmente por possibilitar a aproximação das classes mais populares ao sistema financeiro por via de programas de distribuição de renda, o que implicou no aumento do número de contas bancárias. Também não se pode ignorar a ligação entre os bancos e o poder público, sobretudo, no que diz respeito à gestão das folhas de pagamento municipais, estaduais e federais, o que tem facilitado tanto a ampliação do número de contas

abertas como também o acesso das populações a diversos produtos financeiros, dentre eles o próprio crédito consignado com desconto em folha de pagamento que se tornou uma ferramenta importante para a atuação dos bancos em cidades com níveis de influência menos expressivos.

Segundo a FEBRABAN, houve um crescimento de 4% do número de contas correntes no país entre os anos de 2008 e 2012, sendo que existiam cerca de 82 milhões ativas no primeiro ano, evoluindo-se para um montante de 97 milhões no final de 2012, o que representou quase 60% da população ligada ao sistema financeiro no país. O mesmo período mostrou um crescimento de 3% do número de contas poupanças, menor em relação ao número de contas correntes, porém um aumento de 90 milhões em 2008 para 102 milhões de contas abertas no final de 2012. Além desses mecanismos que impulsionaram a bancarização da sociedade, o *internet banking* e o *mobile banking* também se tornaram canais de inserção da população aos serviços financeiros no país, uma expressão da proporção que o sistema tomou a respeito do uso de tecnologia de informação e de satélite no período atual.

Esse processo de bancarização da sociedade se estabeleceu, principalmente, em decorrência da nova divisão do trabalho bancário, tendo seu avanço a partir das novas desburocratizações normativas que impulsionaram, como já dito, um uso mais intenso das empresas do circuito inferior da economia tais como os estabelecimentos comerciais, na condição de terceirizados executam o papel das instituições financeiras. O Programa Bolsa Família, por exemplo, também se apresenta como um mecanismo de inserção da população de baixa renda no sistema financeiro, sendo que pode-se incluir a inserção de milhões de pessoas que passam a frequentar o sistema bancário em decorrência de ter de receber os recursos públicos por via de contas bancárias, nesse caso, em um ATM instalado em um correspondente (estabelecimento comercial Caixa Aqui ou Casa Lotérica). Hoje, o Bolsa Família movimenta cerca de 21 trilhões de reais em todo o país e mais de 80% desse recurso é distribuído por via de empresas do circuito inferior (no caso, o Caixa Aqui, que funciona, por vezes, em pequenos estabelecimentos), o que determina um declínio dos custos nas despesas para a Caixa no sentido de não usar os fixos tradicionais para tal finalidade.

Tabela 8 – Brasil: evolução do número de famílias (2004-2012)

Ano	Brasil		Nordeste		Alagoas	
	N. de famílias (em milhões)	Valores em R\$	N. de famílias (em milhões)	Valores em R\$	N. de famílias (em milhares)	Valores em R\$
2004	6,57	3.791.785.038,00	3,32	2.173.475.460,00	214,7	137.724.223,00
2006	10,96	7.524.661.322,00	5,44	3.947.869.879,00	339,9	237.778.776,00
2008	10,55	10.606.500.193,00	5,44	5.652.655.130,00	347,5	351.696.815,00
2010	12,77	14.372.702.865,00	6,45	7.582.457.798,00	414,1	482.955.041,00
2012	13,90	21.156.744.695,00	7,04	10.861.967.170,00	436,2	684.449.448,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013.
Elaboração: Dhiego A. de Medeiros.

A Tabela 8 representa a evolução da quantidade de família que aderiram ao Programa Bolsa Família, tendo em vista a entrada delas no processo de bancarização, mediante a abertura de conta bancária na instituição. Como se observa, na Tabela 8 mostra, além da quantidade de família, o valor anual dos recursos repassados no país, na Região Nordeste e no estado de Alagoas, o que representou um aumento significativo dentre o período de 2004 a 2012. De R\$ 3,7 bilhões em 2004, os repasse no país passam para R\$ 21,1 bilhões, como um aumento de 6,5 milhões de famílias para 13,9 no país, o Nordeste é a região que mais recebe recursos do Bolsa Família, cerca de 50% do total no país. Porém, nesse período houve um salto de R\$ 2,1 para R\$ 10,8 bilhões, seguida de um aumento de 3,3 milhões para 7 milhões de famílias que passaram a receber os benefícios do programa.

Em Alagoas, houve desde 2006 um aumento contínuo do repasse de recursos ligados ao PBF de R\$ 237,7 milhões para R\$ 684,4 milhões até o final de 2012, mais do dobro do valor anterior, o que tem sido provocado pelo alastramento da pobreza no estado, ligado à falta de políticas sociais mais eficientes contra as mazelas que assolam a população alagoana. Atualmente, Alagoas é o terceiro estado do Nordeste que mais recebe recursos do Bolsa Família, o que representa 6,36% do total da região, valor que ultrapassa os estados de Sergipe e Rio Grande do Norte que concentram 5,04% e 3,47% do total de recursos no Nordeste. Quer dizer, o Bolsa Família também estabelece uma relação entre o sistema bancário e as classes de baixa renda, além de promover a expansão do consumo em lugares com pouca dinâmica econômica, a exemplo das cidades locais e impulsionar essa relação de dependência entre os circuitos.

Sendo assim, o uso de correspondentes pelas instituições financeiras pode ser considerado uma estratégia de penetração das instituições financeiras nas áreas opacas do território, primeiro pela flexibilidade que possui de instalar no cerne do circuito inferior, mediante o baixo custo que é para as instituições contratantes e, segundo, por sua capacidade intensa de atração de um montante expressivo da população para consumir produtos e serviços financeiros. Contudo, o sistema financeiro, cada vez mais, consegue adentrar no âmbito das classes populares no país em decorrência tanto das formas de crédito pessoal ofertadas pelos bancos e financeiras como através da relação com o poder público, seja pelos programas de transferência de renda ou mesmo, por via da transferência de renda dos trabalhadores da rede pública federal, estadual e municipal.

Portanto, a nova reorganização do sistema financeiro e a coexistência dos circuitos da economia urbana no que concerne a prestação do serviço bancário nos diversos níveis e escalas do território, (incluindo àquelas localizadas nas áreas mais opacas do território brasileiro) haja vista suas barreiras geográficas e econômicas, e o consequente aumento significativo do número de contas bancárias, de acesso ao crédito, de depósitos e saques nos lugares a partir da utilização dessa nova rede-suporte caracterizada pelo acirramento da divisão do trabalho, na verdade, são indicadores importantes para se entender a nova dinâmica das finanças no período em curso.

Um breve desfecho

Conforme assinalado no início deste trabalho e, quiçá, constatado no decorrer de sua feitura, a finança se constitui numa variável-chave do período vigente, caracterizada, sobremaneira, e de acordo com Milton Santos (2000), através do papel exercido pelo dinheiro em suas várias formas nos diversos lugares. Mas, ele, o dinheiro, entendido como um “déspota tirânico”. Portanto, confirmando a hipótese defendida nesta dissertação e que ficou ainda mais evidente no trabalho de campo realizado no estado de Alagoas.

Nesse sentido, é inegável o papel do sistema bancário, entendido como maior expressão do sistema financeiro para o processo de transformação do dinheiro e sua aplicação das formas mais distintas nos lugares. Para uma abordagem geográfica do tema das finanças tomou-se como lição as proposições de Pierre Monbeig (1957, p. 236), para quem “Concedendo-se aos fatôres financeiros o seu justo lugar na pesquisa geográfica, esta alargará seus horizontes, porque se aproximará mais da realidade cambiante e complexa.”

Dessa maneira, para entender a ação dos bancos no processo de financeirização do território e sua relação com os circuitos da economia urbana interpretado a partir do estado de Alagoas, entendeu-se que “A dominância financeira – a *financeirização* – é expressão geral das formas contemporâneas de *definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo*.” (BRAGA, 1993, p. 26). Assim, adotou-se as categorias técnica e norma para uma leitura do processo de constituição da rede bancária alagoana e brasileira, e constatou-se que a chegada bem como a localização de cada banco no território alagoano, estava diretamente relacionada com o desenvolvimento dos chamados sistemas de movimento no território, inicialmente com os sistemas marítimo-fluvial, seguido pelo ferroviário, não raramente ligado aos interesses externos.

Entretanto, foi a partir da Reforma Financeira de 1964, preparada duas décadas antes pela SUMOC (que teve um importante papel para a expansão dos serviços bancários no Brasil), que pode-se afirmar que tem-se não só a integração material e imaterial do território, como também a expansão e diversificação da atividade bancária. Portanto, foi nesse período de reorganização do território brasileiro como um todo, dado com a alteração de seus conteúdos normativos, que o País passou por um forte processo de fusões e aquisições, com o fechamento dos bancos locais por bancos maiores que ampliaram suas redes de agências.

Durante a década de 1990, com o Plano Real, deu-se uma reestruturação do sistema bancário e uma maior intervenção do capital estrangeiro no Brasil que respaldado por uma política de privatização e desnacionalização, impulsionou a criação de novos canais e produtos financeiros que ampliaram as bases de atuação das instituições bancárias. Destarte, foi nesse mesmo período que o banco, que tradicionalmente serviu à atividades de elevado mérito econômico passou, com o aumento da capacidade de consumo da população brasileira através do crédito, a financiar atividades de menores níveis de capital. Nesse contexto, o Banco Central do Brasil (BACEN), com a emissão de Leis, Resoluções e Circulares, propiciou a diversificação da topologia bancária brasileira que com o argumento de bancarizar a população do País, intensificou o processo de terceirização do setor bancário que passou a fazer uso da rede de correspondentes para a distribuição de recursos a segmentos da população que historicamente viviam à margem do sistema bancário tradicional.

Nesse sentido, os processos de terceirização estão intimamente ligados à prestação dos serviços bancários com distintos níveis de capital, tecnologia, organização e trabalho. Logo, constatou-se nesta pesquisa que a prestação do serviço bancário por parte de vários “entes” terceirizados culminou numa maior divisão do trabalho que para a venda de determinados produtos bancários, como o crédito consignado, alcançou até quatro (4) níveis, o que atribuiu uma nova qualidade ao circuito superior das instituições financeiras no período vigente.

Identificou-se, por exemplo, que a concessão de crédito consignado (uma modalidade de crédito para pessoa física) se realiza através de novos nexos entre o circuito superior (o banco), o circuito superior marginal (as promotoras de crédito e os correspondentes, que são empresas terceirizadas) e o circuito inferior (o agente de crédito, que representa a garantia dos lucros de uma parte considerável de bancos que vendem seus produtos sem possuir uma única agência no estado). Dessa forma, desvelou-se o acirramento da divisão do trabalho bancário e o processo de espoliação, centrado no aumento vertiginoso do consumo de dinheiro concomitante ao crescente endividamento. Esse processo denota, por fim, a continuidade do circuito inferior, tanto no que concerne ao consumo quanto à própria prestação do serviço, ou seja, a realização do trabalho. Ademais, desvelou-se novas formas de financeirização da sociedade e do território.

Referências

AB'SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 8, p. 221-232, set./dez. 1994.

ABRAMOVAY, Ricardo. A densa vida financeira das famílias pobres. In: _____ (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. Apresentação Paul Singer. São Paulo: Annablumme; FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 2004. p. 21-67.

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia** [RBG/IBGE], Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 21-122, jan./dez. 1994.

AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Telefonia móvel fecha 2012 com 261,78 milhões de linhas**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=27607>>. Acesso em: 02 out. 2013.

ALONÇO, Paulo Sérgio Cedaro. **A dinâmica do sistema bancário e seus impactos nos circuitos da economia urbana**. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALVES, André Alexandre; MENEZES, Octaviano M. de S. **Cartão de crédito private label: a arma do crédito na mão do varejo**. São Paulo: Novatec Editora, 2007.

ANDRADE, Julia Cossermelli de. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento: um estudo sobre a obra *Pioneiros e fazendeiros do Estado de São Paulo*. **Revista IEB**, São Paulo, n. 52, p. 43-68, set./mar. 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: IV – Os rios Coruripe, Jiquiá e São Miguel**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1959.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 231-238.

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latinoamericanos: o papel das finanças. In: LEMOS, Amália Inés, María Laura Silveira e Mónica Arroyo (org.). **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 77-190.

AZEVEDO, Aroldo de. São Paulo, cidade trimilionária. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRÁFOS BRASILEIROS [Seção Regional São Paulo] (Org.). AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). **A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 1-40. v. 1: A região de São Paulo.

BAER, Mônica. **A internacionalização financeira no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Elaboração e remessa de informações relativas a pagamentos de varejo e a canais de atendimento**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/spb/down/ftp/prod/estatisticas_de_varejo_guia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. **Relatório de Inclusão Financeira**. N° 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2013.

BARBOSA, Silvete. **Cultura fumageira e mobilidade da força de trabalho em Arapiraca – Alagoas**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BASILE, Max Iervolino. **E o dinheiro virou plástico**. Os desafios de um novo universo de negócios. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2000.

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. Tradução Zulmira Ribeiro Tavares. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, [1968] 2008. (Coleção Debates, 70).

BERTOLINI, Edson Aparecido; BAPTISTELA, Rodrigo; SASAKI, Eduardo Noboru. **A história dos computadores e mainframes nos ambientes comerciais**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos05/318_Artigo-002.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

BLASS, Leila Maria da Silva. Automação bancária: práticas e representações. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 81-89, 1993.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza. **Sociedade** [Instituto de Economia da UNICAMP], Campinas n. 2, p. 25-57, 1993.

BRAGA, Vanderlei. **Bancos, novas tecnologias da informação e o novo uso do território brasileiro**: o caso do Bradesco/Banco Postal. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BRANDÃO, Moreno. Esboço da historia de Alagoas. In: **INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO**. O Centenario da Emancipação de Alagoas. Maceió: Instituto Archeologico e Geographico Alagoano; Casa Ramalho, 1919. p. 7-204.

_____. Monographia do municipio de Maceió. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de janeiro, t. 34, p. 15-43, 1. sem. 1929.

BRANDÃO, Moreno. Monographia do municipio de Maceió. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de janeiro, t. 34, p. 15-43, 1. sem. 1929.

BRETEMITZ, Vivaldo José. **Contribuições ao processo de construção de estratégias para a bancarização da população de baixa renda com o uso de dispositivos móveis**. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRUNHES, Jean. Human geography. Translated Edwin H. Zeydel. In: BARNES, Harry Elmer. **The history and prospects of the social sciences**. New York: Revisionist Press, [1925] 1975. p. 55-105.

BRUNHES, Jean. **La géographie humaine**. 3ème ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925. v. 2: Monographies. Liaisons avec les disciplines voisines.

CAPEL, Horacio. **Geografía humana y ciencias sociales. Una perspectiva histórica**. Barcelona: Montesinos, 1987.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **O Estado Desenvolvimentista e o Nordeste: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

CARNEV, Adrian Kemmer. JAYO, Martin. DINIZ, Eduardo Henrique. Emergência da quinta onda de inovação bancária. In: XV AMERICAS CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS, 15., 2009, San Francisco. **Annals...** San Francisco: 2009.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Le Brésil Méridional**. Étude économique sur les états du sud: S. Paulo, Paraná, Santa-Catharina et Rio-Grande-do-Sul. Rio de Janeiro: [s.n.], 1910.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, [2006] 2010.

CARVALHO, Cícero Pércles de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Grafitex, 1982.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010.

CATAIA, Márcio Antonio. **Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **Tic domicílios e usuários 2011 - total Brasil**. Nov. 2011/jan.2012. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-int-11.htm>>. Acesso em: 23 set. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custo e apostas. Tradução Marta Roldão. Lisboa: Instituto Piaget, [1996] 1998. p. 337-397. (Coleção Economia e Política, 42).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SPC BRASIL. **Estudo sobre a indústria de cartões**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pom/spb/seminarios/2010_seminercartoespagamento/arquivos/cndl.pdf>. Acesso em: 01 set. 2013.

CONTEL, Fabio Betioli. **Finanças municipais e território**: horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Os sistemas de movimento no território brasileiro. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, [2001] 2006.

_____. **Território e finanças**: técnica, normas e novas topologias bancárias no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONVERGÊNCIA DIGITAL, **Atm como serviço é aposta para atender demanda da bancarização**. 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=34049&sid=124>>. Acesso em 14 set. 2013.

CORDEIRO, Helena Kohn. A circulação da informação no espaço brasileiro e o sistema bancário. **Geografia**, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 23-36, abr. 1991.

_____. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 16-17, n. 31-34, p. 153-196, 1986-1987.

CORRÊA, Roberto Lobato Azevedo. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros** [AGB], São Paulo, v. 15 (1962-1964), p. 27-46, 1969.

_____. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia** [RBG/IBGE], Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-32, abr./jun. 1989a.

_____. Dinâmica do espaço financeiro brasileiro 1961-1985. In: SCARLATO, Francisco Capuano; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; ARROYO, María Mónica (Org.). **Globalização e espaço latino-americano**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, [1993] 1997. p. 163-168.

_____. Os centros de gestão e seu estudo. **Revista Brasileira de Geografia** [RBG/IBGE], Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 109-119, out./dez. 1989b.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil**: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

COSTA, Craveiro. **Historia das Alagôas**: resumo didactico. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo; Maceió: SERGASA, [1929] 1983.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos bancos**. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências: UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-53, 1992.

_____. Origem do capital bancário no Brasil: o caso rubi. In: **Texto para discussão**, Campinas, n. 106, p. 1-26, mar. 2002.

DALMASSO, Étienne; GUGLIELMO, Raymond; ROCHEFORT, Michel. **Éléments de science économique à l'usage des géographes**. Paris: Fernand Nathan Editeur, 1969. tome 1: Les mecanismes économiques. (Collection FAC. Série Géographie, 14).

DENIS, Pierre. **Le Brésil au XX^e siècle**. 4^{ème} ed. Paris: Librairie Armand Colin, [1908] 1911.

DIAS, Leila Christina. Finanças, política e território. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22 n. 55, p. 9-13, jan./abr. 2009.

_____. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências: UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-53, 1992.

_____. Por que os bancos são o melhor negócio no país?: hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Réseaux d'information et réseau urbain au Brésil**. Préfaces Paul Claval; Milton Santos. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995. (Collection Géographies en liberté).

_____; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 22 n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas. **Revista Brasileira dos Municípios [RBM/CNE-IBGE]**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 28, p. 208-215, out./dez. 1954.

DINIZ, Eduardo Henrique. **Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda**. São Paulo: FGV, 2010. 102 p. Relatório G.V. Pesquisa.

_____. Era digital: cinco décadas de automação. **GV-executivo [FGV]**, São Paulo, v. 3, n. 3, ago/out. 2004.

DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008**. Belo Horizonte: Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

DRESCH, Jean. Sur une géographie des investissements de capitaux. L'exemple de l'Afrique Noire. **Bulletin de l'Association de Géographes Français**, n. 177-178, p. 59-64, mars/avril 1946.

ESTRADA, Manuel Martin Pino. A internet banking no Brasil, na América Latina e na Europa. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UNICEUB**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 138-166, jan./jun. 2005.

EUFRÁSIO, Mário Antônio. **A estrutura da teoria dos lugares centrais de W. Christaller**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

FARIAS, Hélio Caetano. **O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Pesquisa Ciab Febraban 2012: o setor bancário em números**. Disponível em: <http://www.ciab.com.br/_pdfs/publicacoes/Pesquisa2012.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2013.

_____. **Pesquisa Febraban de tecnologia bancária: o setor bancário em números**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7l0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%E1ria%202013.pdf>>. Acesso em: set, 2013.

_____. **Relatório anual 2012**. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7l0aSDf9jyV/sitefebraban/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Tecnologia%20Banc%E1ria%202013.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

FERRARI, Onorina Fátima. **A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a redefinição dos centros urbanos**. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

FIGUEIREDO, Karoline de Brito; CARVALHO, Rogério Lima de. **A terceirização nas instituições financeiras, na figura do correspondente**. Belo Horizonte: Lastro, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. **BB, Bradesco e Santander vão partilhar caixas eletrônicos.** 11 fev. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u692568.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Inclusão bancária estagna no interior do país.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1262555-inclusao-bancaria-estagna-no-interior-do-pais.shtml>>. Acesso em: 09 out. 2013.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro:** produtos e serviços. 15. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

FRAY, Luigi. **Desenvolvimento econômico e estrutura do mercado financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.

FRISCHTAK, Claudio. R. Automação bancária e mudança na produtividade: a experiência brasileira. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 197-240, 1992.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Critérios de abertura de agências bancárias. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 27, p. 49-55, jan. 1973.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia.** Tradução Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [1970] 1972. (Coleção Saber atual, 151).

GIGLIUCCI, Paulo Henrique Cova. **Crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS:** evolução e fatores de sua expansão. 2011. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ciências): Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2011.

GOMES, Marcio Fernando. **A territorialidade do Bradesco:** de pequeno banco caipira a maior banco privado de varejo. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia

Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **A territorialidade dos conglomerados financeiros no Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRIMM, Flavia Christina Andrade. **Trajatória epistemológica de Milton Santos. Uma leitura a partir da centralidade técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do tempo**. Arapiraca: Gráfica e Editora Mastergraphy, 1999.

GUIMARÃES, Maria Rita da Silva. A função financeira. In. CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (Org.). DUARTE, Aluizio Capdeville. (Coord.). **A área central da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. p. 97-101.

HARVEY, David. **The limits to capital**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 15 dez. 1959. v. 19.

ISTO É DINHEIRO. **A cartada do BB**. 03 jun. 2011 Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/59024_A+CARTADA+DO+BB>. Acesso em: 09 out. 2013.

JAMES, Preston. Formulando objetivos de pesquisa geográfica. **Boletim Geográfico** [BG/CNG-IBGE], Rio de Janeiro, ano 7, n. 74, p. 141-145, maio. 1949.

JAYO, Martin. **Correspondentes bancários como canal de distribuição de serviços financeiros**: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes. 2010. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

JINKINGS, Nise. **Trabalho e resistência na “fonte misteriosa”**: os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LABASSE, Jean. **L’espace financier. Analyse géographique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

LABASSE, Jean. **Les capitaux et la région. Étude géographique. Essai sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise**. Préface André Allix. Paris: Librairie Armand Colin; Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1955.

LABASSE, Jean. Méthodologie et géographie des investissements. **Idées et Forces** [*publication Économie et Humanisme*], n. 3, p. 16-19, avril/juin 1949.

LEITE E OITICICA, Francisco de Paula. Cem annos de economia e finanças em Alagoas – 1817 a 1917. In: **INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO**. O Centenario da Emancipação de Alagoas. Maceió: Instituto Archeologico e Geographico Alagoano; Casa Ramalho, 1919. p. 205-265.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Tradução Leila Prado. 4. ed. São Paulo: Centauro, [1917] 2008.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965. (Coleção Didática do Brasil. Série Normal, v. 14).

LIMA, Miguel Alves de. Cruz das Almas e Arapiraca, duas zonas produtoras de fumo (estudos preliminares). **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros** [AGB], São Paulo, v. 7 (1952-1953), p. 207-242, 1955.

LIRA, Fernando José de. **Realidade, desafios e possibilidades**: pensando em saídas para a crise de Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1998.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império**: léxico da ideologia estadunidense. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAIA, Carlos Donizete Macedo. A democratização do crédito no Brasil: o crédito consignado. In: **Texto para discussão**, São Paulo, n. 22, p. 1-11, 2005.

MATTOS, Dirceu Lino de. O parque industrial paulistano. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRÁFOS BRASILEIROS [Seção Regional São Paulo] (Org.). AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 5-98. v. 3: Aspectos da metrópole paulistana.

MATTOS, Dirceu Lino de. O parque industrial paulistano. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRÁFOS BRASILEIROS [Seção Regional São Paulo] (Org.). AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). **A cidade de São Paulo**: estudos de geografia urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 5-98. v. 3: Aspectos da metrópole paulistana.

MEDEIROS, Daniel de Souza; SPOSITO, Eliseu Savério. A territorialização do sistema bancário na metrópole paulistana. **GEOUSP**, São Paulo, n. 17, p. 121-132, 2005.

MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010.

MONBEIG, Pierre. Capital e geografia. In: _____. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. p. 215-236.

_____. Notas sobre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil. **Boletim Geográfico** [BG/CNG-IBGE], Rio de Janeiro, ano 6, n. 65, p. 467-473, ago. 1948.

_____. O estudo geográfico das cidades. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano 7, v. 73, p. 5-38, jan. 1941.

_____. **Pionniers et planteurs de São Paulo**. Paris: Librairie Armand Colin; Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1952. Versão em português: Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Tradução Ary França; Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC; POLIS, 1984. (Coleção Geografia: teoria e realidade).

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília,**

Fortaleza e Belém. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização.** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOREIRA, Alexandro Alves. **Arranjos tecnológicos da operação por meio de correspondentes bancários no Brasil, foco nos gestores de rede.** 2011. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

MORETTI, Simone Daniella. **A Emergência de novos formatos organizacionais no sistema bancário brasileiro:** um estudo preliminar sobre a geografia do crédito consignado. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. **Representações cartográficas das redes financeiras:** limites e perspectivas. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MÜLLER, Nice Lecocq. A área central da cidade. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRÁFOS BRASILEIROS [Seção Regional São Paulo] (Org.). AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). **A cidade de São Paulo:** estudos de geografia urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. p. 121-182. v. 3: Aspectos da metrópole paulistana.

MUNHOZ, Glaucia de Souza. **O espaço ceifado e o reconstruído:** a trajetória dos egressos do Banco do Brasil em Maringá (PR). 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2007.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Tradução Ewaldo Corrêa Lima. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; ISEB, [1956] 1960. (Série Textos de economia contemporânea, 1).

NEWMAN, James L. A utilização do termo hipótese na Geografia. **Boletim Geográfico** [BG/CNG-IBGE], Rio de Janeiro, ano 34, v. 251, p. 81-99, out./dez. 1976.

OITICICA, Leite e. Cem annos de economia e finanças em Alagoas – 1817 a 1917. In: **INSTITUTO ARCHEOLOGICO E GEOGRAPHICO ALAGOANO**. O Centenario da Emancipação de Alagoas. Maceió: Instituto Archeologico e Geographico Alagoano; Casa Ramalho, 1919. p. 205-265.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. O terciário e a divisão social do trabalho. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 24, p. 139-168, 1979.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**: visscitudes das ciências cacofonia na física. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, 1963.

PANTEL, Pedro Queiroz Guimarães. **Um estudo das instituições de microcrédito em Santa Catarina**: o caso do Banco da Família. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PEGAIA, Uyvão Antonio. **A rede bancária da cidade de São Paulo**: aspectos geográficos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. **Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de estudante e utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2011**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/tabelas_pdf/tab1162.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

PIRES, Hindemburgo Francisco. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado no Brasil. **Geo UERJ**: Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, n.2, p. 65-79, 1997.

PLANO CDE E BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES. **Gestão financeira entre as classes de baixa renda no Brasil**: abrangente, diversificada, engajada. Disponível em: <<http://inclusaofinanceirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/plano-cde-bfa-gestc3a3o-financeira-entre-as-classes-de-baixa-renda-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

PORTAL CONVERGÊNCIA DIGITAL. **Atm como serviço é aposta para atender demanda da bancarização**. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=34049&sid=124#.UmciGHA3tgp>>. Acesso em: 02 out. 2013.

RAMOS, Vanda Ávila. **Equipamentos sociais básicos em cidades de pequeno porte – estudo aplicado à rede urbana de Alagoas**. 1979. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1979.

RANGEL, Ignácio de Mourão. Financiamento dos empreendimentos regionais. In: SEMINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. 1959, Garanhuns/PE. **Anais...** Rio de Janeiro: Serviço Social da Indústria [SESI]: 1959. p. 417-459. v. 2.

RIBEIRO, Clarisse Coutinho. **A nova ordenação territorial das finanças no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROCHEFORT, Michel. La pénétration des capitaux bourgeois dans la campagne autunoise. Ses conséquences sur l'habitat et la structure agraire. **Revue de Géographie de Lyon**, Lyon, v. 25, n. 4, p. 249-266, 1950.

SAKAMOTO, Angela Ruriko; MARTINS, Michele Esteves; MARTINS, Guilherme. Inovação na cadeia de valor: um estudo do mercado de cartões de crédito. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em:

<http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00376_PCN29778.pdf>.

Acesso em: 12 ago. 2013.

SALGADO, Lucas Moraes Teixeira. **Mobile banking no contexto das estratégias de bancarização no Brasil**. 2011. Monografia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais**: dos problemas crônicos ao proes. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Prefácio Manuel Diégues Júnior. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool; Museu do Açúcar, 1970.

SANTOS, Daniel Brain dos. **A atuação de correspondentes bancários como atrativo para empreendedores que desejam investir no ramo de empréstimos e financiamentos**: o caso da Empresa Alfa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Eli Rosendo Moreira dos. **O que todos devem saber sobre bancos**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, 1980.

SANTOS, Jailson Moreira dos. A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro. In: COSTA, Juliana Carmargos et al. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: trabalhos premiados. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, jan. 2011. p. 167-183.

SANTOS, Kauê Lopes dos. **Uma financeirização da pobreza?**: o sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. Monografia (Graduação em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. A função bancária. In: _____. **O centro da cidade de Salvador**: estudo de geografia urbana. Prefácios Pinto de Aguiar; Pierre Monbeig. Salvador: Universidade da Bahia; Livraria Progresso Editôra: 1959. p. 85-90.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, [1996] 2002. (Coleção Milton Santos, 1).

_____. Da política dos Estados à política das empresas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 9 -24, jul./dez. 1997.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, [1996] 2008.

_____. **Les villes du Tiers Monde.** Paris: Éditions Génin; Librairies Techniques, 1971. (Géographie Economique et Sociale, 10). Versión española (Capítulos 1 a 8): Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados. Traducción Rosa Ascon Borràs. Barcelona: Oikos-Tau, S. A. – Ediciones, 1973. (Colección Ciencias Geográficas, 3).

_____. Meio técnico-científico-informacional e urbanização no Brasil. In: _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, [1994] 2008b. p. 129-149. (Coleção Milton Santos, 11).

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 1, n. 1, 7-13, 1999.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, [1975] 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, [1987] 2007. (Coleção Milton Santos, 8).

_____. O período técnico-científico e os estudos geográficos. **Revista do Departamento de Geografia [RDG/USP]**, São Paulo, v. 4, p. 15-20, 1985.

_____. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC; EDUC, 1994.

_____. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1. Reimpr. São Paulo: EDUSP, [1978] 2008. (Coleção Milton Santos, 2).

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia** [AGB], São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977. Número especial.

_____. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2006.

SCHERMA, Ricardo Alberto. **Sistema financeiro mundial**: seu assombro em território brasileiro e a fantasmática liberdade de consumo. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2009.

SILVA FILHO, Luiz R. Aspectos demográficos de Alagoas – Censo de 1960. **Boletim Geográfico** [BG/CNG-IBGE], Rio de Janeiro, ano 25, n. 190, p. 95-103, jan./fev. 1966.

SILVA JUNIOR, Gilberto Oliveira. **BNDES**: importante ordenador do território brasileiro. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SILVA NETO, J. B. **Call centers no Brasil**: um estudo sobre emprego, estratégias e exportações. Uberlândia, 2005. 224 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas da. **Conexidade, complexo geográfico**: Vidal de La Blache, Pierre Monbeig. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. **Dinâmica espacial do capital financeiro – difusão, integração e crise**: estudo de caso do Banco Nacional S/A. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, Flávia Cristine da. **O circuito inferior da economia urbana em Campinas/SP**: análise sobre a mobilidade espacial e o acesso ao crédito, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Getulio Borges da. **Caixas Econômicas**: a questão da função social. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Hilda et al. Maceió e sua área de influência. **Boletim Geográfico** [BG/CNG-IBGE], Rio de Janeiro, ano 30, n. 225, p. 3-76, nov./dez. 1971.

SILVA, Márcia da Conceição. **Correspondente bancário: uma forma de terceirização**. In: Congresso Brasileiro de Sociologia – Grupos de Trabalho. Recife, 2007, p. 1-22. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=245&Itemid=171>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SILVEIRA, Maria Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 55, v. 22, p. 65-76, jan./abr. 2009.

_____. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. **EURE**, Santiago de Chile, v. 33, n. 100, p. 149-164, dic. 2007.

_____. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. Prefácio Milton Santos. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SERGIPE. **Bradesco inova e, sem qualquer segurança, cria barco-banco no Amazonas**. 21 dez. 2009. Disponível em: <http://bancariose.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=7227:bradesco-inova-e-sem-qualquer-seguranca-cria-barco-banco-no-amazonas&catid=4&Itemid=100018>. Acesso em: 11 out. 2013.

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL. O mapa da inclusão financeira no Brasil. **Revista Por Sinal**, Brasília, n. 39, p. 1-44, dez. 2011.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Recife. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, [1998] 2000.

_____. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. 2. ed. Brasília: BCB, [2007] 2008.

SORRE, Max. Les capitaux et la région de M.^r Jean Labasse. **Annales de Géographie**, Paris, année 64, n. 346, p. 413-420, 1955.

SOUZA, André dos Santos Baldraia. **A territorialidade do Banco do Brasil na “era das telecomunicações”**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. A metrópole global: refletindo sobre São Paulo. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza et al. (Org.). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. CEDESP, 1999. p. 33-41.

_____. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994. cap. 8, p. 101-128.

_____. **Política e território**. A geografia das desigualdades. [Texto elaborado para o Fórum Brasil em Questão, organizado pela Universidade de Brasília e apresentado na Mesa Redonda "A Diversidade Regional Brasileira", no dia 05 de junho de 2002]. Disponível em: <<http://www.territorial.org.br>>. Acesso em: 16 de ago. 2009.

TAVARES, Alexandre de Souza; SANTOS, Aline Souza dos. As vantagens do cartão open private label e sua aceitação no mercado: um estudo caso na Viação Ouro e

Prata S/A. **Revista Acadêmica São Marcos**, Alvorada, v. 3, n. 2, p. 25-52, jul./dez. 2013.

TAVARES, Celso Vicente Mussa. **Padrões de localização de bancos privados no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Prefácio Carlos Lessa. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1972] 1978.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovias no Brasil**. 2. ed. Curitiba: HD Livros, [1979] 1996.

TREVISAN, Leonardo; VELOSO, Elza. Crédito consignado, lucros bancários e renda pessoal: uma relação (muito) perigosa. In: ANTAS JR., Ricardo Mendes (Org.). **Desafios do consumo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 299-307. (Coleção Horizontes da globalização).

VERDIER, Eric. Traços específicos da informatização do trabalho bancário. **Seleção de Textos** [AGB], São Paulo, n. 16, p. 55-59, jun. 1986.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. **A territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil**: o caso da rede do Santander. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

_____. **Dinâmica espacial do sistema bancário de São Paulo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Rede bancária e rede de cidades**: o processo de reestruturação ocorrido no período de 1970 a 2006. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

Apêndices

APÊNDICE A – Questionário aplicado no trabalho de campo

Questionário

Considerações iniciais feitas ao entrevistado:

- Identificação
- Pesquisa/Instituição/Órgão
- Não tem caráter lucrativo, nem de fiscalização
- Objetivos
- Falar da importância da atividade tanto para o setor bancário, quanto para a sociedade

Obs.: Algumas perguntas que estão com linhas após a aplicação dos questionários serão padronizadas em grupos.

Município: Girau do Ponciano/Traipu/Campo Grande

Número do questionário: _____

Local da aplicação do questionário: _____

Caracterização dos atores

1. Nome: _____
2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Idade: _____
4. Escolaridade: _____
5. Estado Civil: _____

Habitação

6. Município onde reside: _____ () Zona rural () Zona urbana
7. Localização da moradia: _____
8. Dados da residência: () Próprio () Alugado () Familiar () Outros

Gênese e caracterização da atividade

9. Em que atividade trabalhava anteriormente? _____
10. Porque saiu do trabalho anterior? _____
11. Já teve a Carteira de Trabalho assinada? () Não () Sim
12. Qual a sua formação profissional? _____
13. Há quanto tempo atua nessa atividade? _____
14. Como chegou a essa atividade? _____
15. Realizou algum curso preparatório/formação para trabalhar nessa atividade?
() Não () Sim, qual? _____
16. Pagou pela formação? () Não () Sim, quanto? _____
17. Qual a função da receita gerada por essa atividade? _____

18. Quanto representa na sua renda mensal? _____
19. Quais são as despesas mensais geradas por essa atividade? _____
20. Quais são as principais dificuldades para a realização da atividade? _____
21. Exerce outras atividades? () Não () Sim, qual? _____

Meio ambiente construído/Base material para prestação do serviço/Fixo geográfico

22. Possui ponto fixo (imóvel) para realização da atividade? () Não () Sim
23. Realiza outra atividade no mesmo imóvel? () Não () Sim, qual? _____
24. Como a loja foi aberta? _____
- 24.1. Dados do imóvel: () Próprio () Alugado () Alugado ()
Familiar () Outros
- 24.2. Qual o preço do aluguel? _____
- 24.3. Localização na cidade? _____
- 24.4. Dimensão do imóvel? _____
- 24.5. Qual o tipo de uso anterior do imóvel? _____
- 24.6. Paga IPTU/Água/Luz? _____
- 24.7. Há quanto tempo utiliza o prédio? _____
- 24.8. O imóvel é apropriado para a atividade? _____
- 24.9. A localização do imóvel é adequada às necessidades da sua atividade? _____

Sistemas técnicos

25. Quais são os objetos técnicos utilizados para a realização da atividade?
- 25.1. Telefone fixo () Não () Sim, finalidade _____
- 25.2. Telefone móvel () Não () Sim, finalidade _____
- 25.3. Computador () Não () Sim, finalidade _____
- 25.4. Internet () Não () Sim, finalidade _____
- 25.5. Impressora () Não () Sim, finalidade _____
- 25.6. Scanner () Não () Sim, finalidade _____
- 25.7. Copiadora/Xerox () Não () Sim, finalidade _____

Publicidade

26. Você faz propaganda da sua atividade? () Não () Sim
Caso sim, em quais veículos de comunicação? () Rádio AM e FM
27. Qual tipo de propaganda? _____
Outdoor, panfletos, cartões, folders, faixas, banners, oral (boca a boca)

28. Onde se dá a distribuição? _____

29. Bicicleta de som? _____

30. Quem prepara a propaganda?

☐ Agência de publicidade ☐ Elaboração própria ☐ Outros

31. Como se dá a produção do material?

☐ Gráfica ☐ Computador próprio ☐ Equipamentos audiovisuais próprios
☐ Equipamentos audiovisuais alugados ☐ Outros

Logística/Mobilidade (raio de ação dos agentes de crédito)

32. Em quais municípios você trabalha? _____

33. Onde está localizado o banco/correspondente que você está vinculado?

34. Qual o transporte utilizado para a realização da atividade (deslocamento)? ☐
 Bicicleta ☐ Motocicleta ☐ Automóvel ☐ Ônibus ☐ Outros
☐ Deslocamento a pé ☐ Outros: _____

Divisão do Trabalho bancário

35. Com quais linhas/tipos de crédito trabalha? _____

36. (Se for correspondente) quais são bancos que você representa?

37. (Se for agente de algum correspondente) Você trabalha para o correspondente que representa quais bancos? _____

38. Já trabalhou ou trabalha como pastinha/agente de crédito?

39. No momento, qual a sua situação trabalhista? Está formalizado? _____

40. Possui Funcionários? ☐ Não ☐ Sim. Quantos? _____

41. Junto a qual banco? _____

42. Como se dá todo o processo até a concessão do empréstimo (coleta de dados-envio/solicitação/resultado-aprovado ou reprovado)? _____

43. O que condiciona a mudança de banco/correspondente para o qual você presta o serviço? ☐ Maior remuneração ☐ Menor burocracia ☐ Outros

Nexos entre crédito e consumo

44. Quem são os seus clientes potenciais? ☐ Aposentados e Pensionistas ☐
 Funcionários Públicos (municipais, estaduais e federais) ☐ Outros. Quais?

45. Qual a renda média mensal/perfil socioeconômico dos seus clientes? ☐ 1 SM
☐ 2 SM ☐ 3 SM ☐ Acima de 3 salários mínimos

46. Qual a margem mensal (valor retirado do salário) da parcela do empréstimo?

47. Em quantas parcelas os clientes preferem quitar o empréstimo? _____

48. Os clientes costumam falar/mencionar qual a finalidade do empréstimo solicitado?
Uso final do crédito!

() Não () Sim. Qual? _____

49. Qual o papel da confiança/vizinhança com/do cliente para a realização dessa atividade? _____

Perspectivas do entrevistado acerca da atividade (percepção do sujeito sobre a atividade)

50. Qual a importância do trabalho que você (Sr.) realiza para o setor bancário, e por extensão, para a sociedade _____

51. O que você espera desse campo de trabalho? _____